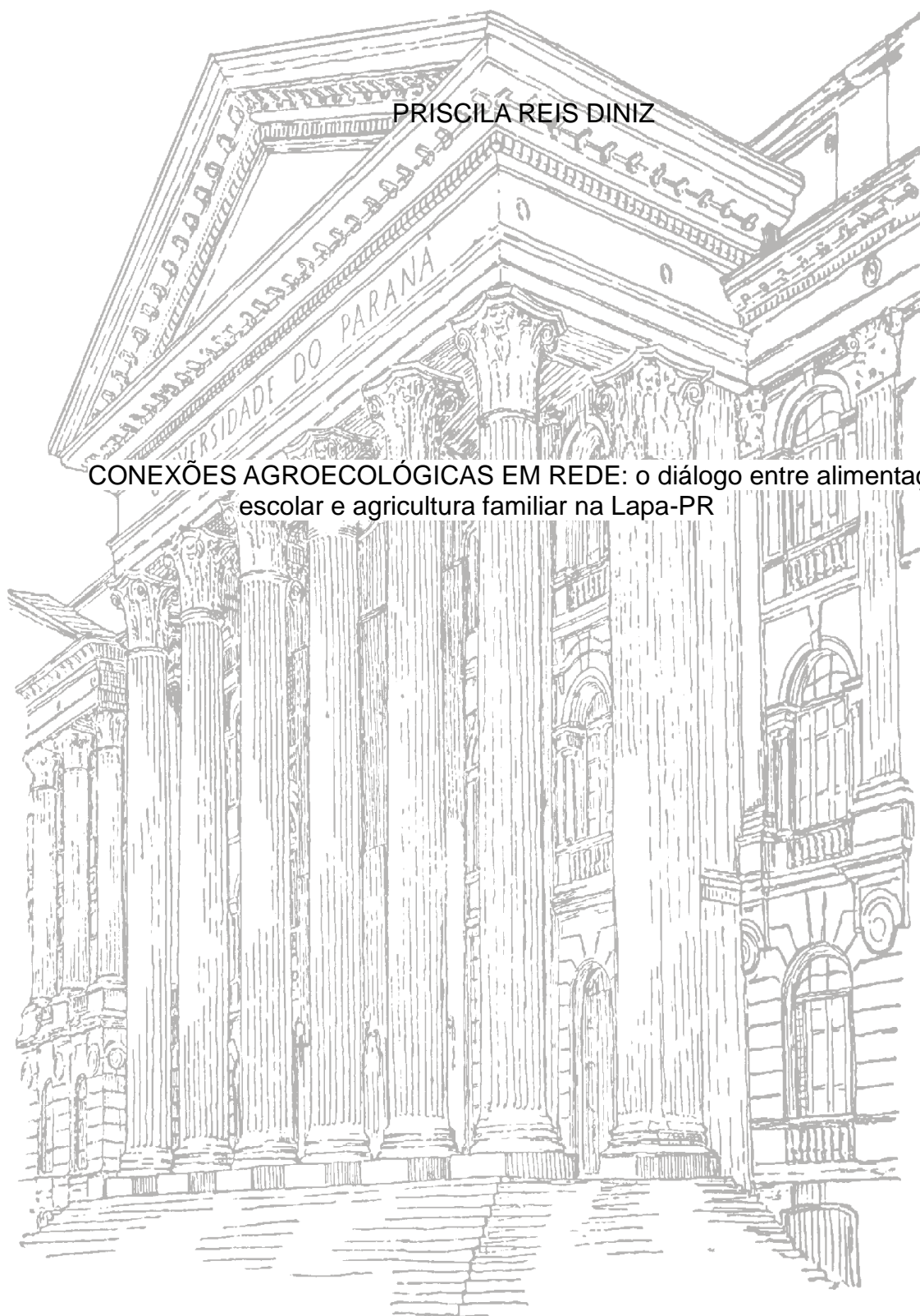


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

PRISCILA REIS DINIZ

CONEXÕES AGROECOLÓGICAS EM REDE: o diálogo entre alimentação
escolar e agricultura familiar na Lapa-PR



CURITIBA
2014

PRISCILA REIS DINIZ

CONEXÕES AGROECOLÓGICAS EM REDE: o diálogo entre alimentação
escolar e agricultura familiar na Lapa-PR

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Segurança Alimentar e Nutricional, do Departamento de Nutrição, Setor de Ciências da Saúde, da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Segurança Alimentar e Nutricional.

Orientadora Profa. Dra. Islandia Bezerra da Costa

CURITIBA

2014

Diniz, Priscila Reis

Conexões agroecológicas em rede: o diálogo entre alimentação escolar e agricultura familiar na Lapa – PR / Priscila Reis Diniz – Curitiba, 2014.

186 f. : il. color. ; 30 cm

Orientadora: Professora Dra. Islandia Bezerra da Costa
Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Segurança Alimentar e Nutricional, Setor de Ciências da Saúde, Universidade Federal do Paraná, 2014.

Inclui bibliografia

1. Segurança alimentar e nutricional. 2. Agricultura familiar. 3. Agroecologia. 4. Alimentação escolar. 5. Redes. I. Costa, Islandia Bezerra da. II. Universidade Federal do Paraná. III. Título.

CDD 363.8


TERMO DE APROVAÇÃO


PRISCILA REIS DINIZ

Título: "CONEXÕES AGROECOLÓGICAS EM REDE: O DIÁLOGO ENTRE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR E AGRICULTURA FAMILIAR"

Dissertação aprovada como requisito parcial para a obtenção de grau de Mestre, no Programa de Pós-Graduação em Segurança Alimentar e Nutricional, da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:


Prof. Dra. Islandia Bezerra da Costa
Orientadora


Prof. Dr. Julian Perez-Cassarino
Universidade Federal da Fronteira Sul


Prof. Dra. Silvia do Amaral Rigon
Universidade Federal do Paraná

Curitiba, 21 de julho de 2014.



(Biocombustíveis - FEDERICO, 2011)

Dedico este trabalho a todos os agricultores e agricultoras agroecológicos, em especial aos da Associação foco deste trabalho e do Assentamento do Contestado da Lapa, pela inspiradora coragem e vitalidade em perseverar na construção de um mundo mais harmonioso e justo.

AGRADECIMENTOS

Refletir sobre a finalização de uma etapa traz à memória todas as pessoas fundamentais para realizá-la. No caminho de concretizar este feito, pessoas e razões para agradecer não me faltam, já que todos que cruzaram meu percurso, de alguma forma deixaram de si e me ajudaram a aqui chegar. Entretanto, há aquelas, sem as quais tudo seria muito mais complicado, exercito assim, delas recordar.

É com muita alegria que agradeço em primeiro lugar ao professor do departamento de agronomia da Universidade Estadual de Maringá, José Ozinaldo, quem certamente contribuiu diretamente na condução deste tema de pesquisa. Se não fosse por sua acolhida generosa no Núcleo de Agroecologia (NADS/UEM) em meu estágio obrigatório no final da graduação, possivelmente teria me estendido na busca de novos caminhos. Obrigada professor! Fico feliz em poder apresentar aqui o que já naquela época o senhor amorosamente me permitiu esboçar, mesmo sem saber a importância que teria.

Ao meu pai Álvaro, que em minha infância, ao me inspirar o gosto pelo rural, manteve o cuidado de me mostrar e me manter próxima a natureza, fazendo com que já adulta entendesse seu valor e sua necessidade de preservá-la, o que me conduziu à afinidade ao tema deste trabalho.

À memória de minha avó Altamira Reis, quem primeiro me ensinou o valor da comida e da necessidade de compartilhá-la. E à minha madrinha Fátima quem vêm ao longo dos anos motivando-me a persistir na descoberta deste mundo da alimentação.

Ao meu amigo Rodrigo Michel, por seus apontamentos sempre certos e ajustes necessários desde o projeto inicial para seleção do mestrado ao ponto final deste trabalho. À minha amiga Carolina Pera, de apoio e compartilhamento tão necessários para realizar qualquer coisa que fosse, especificamente este feito.

À querida amiga Rosa Maria, que de uma maneira particular me auxiliou no encaminhamento à Curitiba, facilitando encontrar esta possibilidade. Pela minha amada família Curitibana, na qual encontrei todo o aporte necessário para existir e sorrir nessa cidade: Mariele, Talita, Gabriel, Shang, Érica, Papai e Mamãe HSU. E ao Rafa Flóro, em especial, pela revisão generosa, mas também pelo companheirismo nesses anos.

Às todas as companheiras de cotidiano de mestrado (PPGSAN), nos encontramos num grupo coeso que tornou o início de tudo muito mais vivo. Especialmente à Manu, e à Rúbia, pela paciência e presença sempre constante.

Aos colegas para além do PPGSAN, que tanto contribuíram ao dividir aflições e multiplicar conhecimentos. Às meninas do PPGMADE. E ao pessoal do PPGSOC: Felipe e Rafael, especialmente para tão companheira Arilda.

Especialmente à professora do departamento de nutrição Silvia Rigon, que de seu acompanhamento tanto ao longo da dissertação, como na disciplina de docência e nas bancas de qualificação e agora de defesa, me proporcionou o apoio necessário para me sentir zelada e incentivada durante o percurso. Aproveito para agradecer ao professor Julian Perez por ter aceitado o convite para também participar desta banca.

Aos professores Alfio Brandenburg e Osvaldo Heller pelas contribuições ao meu projeto dentro e fora das reuniões do CERU.

Ao meu amigo para além do campo de pesquisa Luiz Carlos Bueno, por ter não só facilitado este trabalho, mas por ter tornado todo o processo muito mais viável e divertido. Agradeço também à Luci, sua esposa, e Dona Irene por todas as oportunidades e apoio. Agradeço assim à todos os agricultores da Associação foco deste estudo e do assentamento Contestado do MST na Lapa, trabalhar com vocês foi não só um grande prazer como um aprendizado para toda a vida. Vocês são um exemplo de resistência a ser seguido. Têm meu respeito e admiração.

Aos que me acompanharam e apoiaram mais de perto: professor Paulo Niederle e professora Islandia Bezerra. Ao professor Paulo por ter aceitado o convite de me conduzir neste trabalho mesmo que temporariamente. E que com uma agenda atribulada nunca mediu esforços para gentilmente me atender e direcionar.

E à Isla, o que dizer? Sou infinitamente grata ao universo por encontrar em você muito mais que uma orientadora de mestrado. Neste período, me faltaria adjetivos para descrever a qualidade da sua presença nessa trajetória. Com discernimento posso dizer que sua orientação ultrapassou à de uma pesquisa, e certamente abriu e mostrou possibilidades que antes não vislumbraria. Seu apoio foi muito além do teórico, sua generosidade além do material. Na corrente do bem que você iniciou, eu desejo um dia conseguir transmitir a alguém tudo que você me ensinou e a inspiração que me tem sido, de pessoa, de profissional e de ativista (principalmente!). Gratidão, gratidão, gratidão, chefinha! SEGUIMOS!

E, final e fundamentalmente, à minha amada e essencial mamãe Emília Maria, quem do apoio incondicional, vêm me ajudando a tornar tudo o que anseio possível.

À todos vocês, e ao universo pela oportunidade, sou infinitamente grata!

(E ao meu computador, por não ter me deixado na mão, nem me reservado qualquer má surpresa intransponível.)

|

“A utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia então? Serve para isso: para que eu não deixe nunca de caminhar.”

— Fernando Birri

RESUMO

O trabalho que se apresenta contextualiza-se no estudo de uma política pública de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), ao que concerne seus estímulos para a construção de um sistema agroalimentar baseado na agroecologia e em oposição ao sistema alimentar hegemônico vigente. Através da obrigatoriedade das compras institucionais dos agricultores familiares pela Lei 11.947 do PNAE, acredita-se ser possível fortalecer e viabilizar mercados agroecológicos de cadeias curtas de produção e consumo. Esta lei estipula que para a composição da alimentação escolar, 30% dos recursos disponibilizados sejam destinados à aquisição de alimentos oriundos da agricultura familiar, o que possibilita fortalecer estes(as) agricultores(as) e concorrer para o desenvolvimento rural local. Deste modo, o trabalho teve por objetivo identificar e analisar a influência do PNAE - mediante a Lei 11.947 - na organização da rede relacional dos(as) agricultores(as) agroecológicos(as) do município da Lapa-PR para garantir o abastecimento da alimentação escolar. Como recorte metodológico, dispõe-se da abordagem qualitativa e de redes sociotécnicas, compreendendo-se as modificações causadas no estudo de caso da rede agroecológica de uma Associação Lapeana. A hipótese de partida considerou a preexistência de uma rede organizativa entre os atores envolvidos na execução do PNAE do município em questão. E que o PNAE de alguma maneira gerou e estimulou o caráter estruturante da produção agroecológica entre agricultores(as), possibilitando modificações em sua organização inicial. Como principal resultado, observou-se que a lei, ao assegurar um mercado mais estável, serviu de atrativo para incorporação e fortalecimento de novos agricultores agroecológicos participantes. A hipótese de partida se confirmou na medida em que a lei demonstrou-se ser um catalisador de relações sociais que culminou na expansão da rede relacional de agricultores agroecológicos, extrapolando a localidade do município da Lapa. O que por sua vez, significa avançar no asseguramento da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional sob a ótica do Direito Humano à Alimentação Adequada.

Palavras-chave: Segurança Alimentar e Nutricional, Agricultura Familiar, Agroecologia, Alimentação Escolar, Redes

ABSTRACT

This inquiry is contextualized within a study of a public Food and Nutrition Safety system in Brazil, the National School Food Programme (PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar), regarding its incentives to build a agri-food system based on agroecology and in opposition to current hegemonic system. Through mandatory institutional purchases of Law 11.947 of PNAE, it is believed to be possible to strengthen and facilitate agroecological markets of short chains of production and consumption. This law stipulates that for the composition of school meals, 30% of the resources available must be spent on purchasing food from family farming, which enables to strengthen these farmers and also to help local rural development. Thus, the study aimed to identify and analyze the influence of the PNAE - through Law 11,947 – in the organization of relational network of agroecological farmers to ensure the supply of school meals in the city of Lapa in Paraná. As a methodological approach was employed the qualitative approach and socio-technical networks, comprising up the changes caused in the case study of agroecological network of Lapeana Association. The starting hypothesis considered the pre-existence of an organizational network among the agents involved in the implementation of PNAE in the municipality mentioned. And, somehow, PNAE generated and stimulated structural character of agroecological production between these farmers, enabling changes in its initial organization. As main result, it was observed that the law, by ensuring a more stable market, worked as an attraction for incorporation and strengthening of new agroecological participants. The starting hypothesis was confirmed as the law has proven to be a social relations catalyzer that culminated in the expansion of the relational network of agroecological farmers, extrapolating the location of the municipality of Lapa. Which means to secure the Sovereignty and Security of Food and Nutrition from the perspective of the Human Right to Adequate Food.

Key-words: Food and Nutrition Safety, Family Farmers, Agroecology, School Feeding, Networks

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1- ESQUEMATIZAÇÃO DO IMPACTO DE UM ARTEFATO INSTRUMENTAL EM UMA REDE SOCIAL	22
FIGURA 2 - NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS CLASSIFICADOS COMO DE AGRICULTURA FAMILIAR EM 2006	67
FIGURA 3- EXEMPLO DE ESTRUTURAÇÃO DE UM GRUPO PERTENCENTE À UM NÚCLEO, E DE UM NÚCLEO À REDE.....	77
FIGURA 4 - DINÂMICA DA ASSOCIAÇÃO NA REDE ECOVIDA ANTES DE ACESSAR O PNAE.....	92
FIGURA 5 - DINÂMICA DA ASSOCIAÇÃO NA REDE ECOVIDA APÓS ACESSAR O PNAE	93
FIGURA 6 - PERSPECTIVA PARA REDE ECOVIDA COM A INSERÇÃO DO NOVO NÚCLEO	99
FIGURA 7 - COLEÇÃO DE FOTOS DAS PROPRIEDADES E PRODUTOS DA ASSOCIAÇÃO.....	126
FIGURA 8 - COLEÇÃO DE FOTOS DAS DINÂMICAS ENVOLVENDO OS PRODUTOS DA ASSOCIAÇÃO.....	127
FIGURA 9 - COLEÇÃO DE FOTOS DAS REUNIÕES ENTRE GRUPOS DA REDE ECOVIDA DE AGRÔECOLOGIA NA LAPA-PR.....	128
FIGURA 10- COLEÇÃO DE FOTOS DOS DEMAIS ALIMENTOS DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DA LAPA NO ARMAZÉM DE ESTOCAGEM	129

LISTA DE TABELAS

TABELA 1- EVOLUÇÃO DOS RECURSOS DO FNDE DESTINADOS À AGRICULTURA FAMILIAR (AF) NA LAPA-PR	106
TABELA 2 - PORCENTAGEM CORRESPONDENTE AO TOTAL DE RECURSOS DESTINADOS À AGRICULTURA FAMILIAR (AF)	140

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - EVOLUÇÃO DO REPASSE FINANCEIRO DO PNAE DESDE 2000..	61
GRÁFICO 2 - DISCRIMINAÇÃO DOS ALIMENTOS ADQUIRIDOS PARA A COMPOSIÇÃO DO CARDÁPIO ESCOLAR ORIUNDOS DA AGRICULTURA FAMILIAR NA LAPA-PR POR TIPO E ANO	107

LISTA DE SIGLAS

CAE – Conselho de Alimentação Escolar
CRESOL – Sistema das Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária
CEASA – Centrais de Abastecimento do Paraná S.A.
CONSEA – Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
DAP – Declaração de Aptidão ao PRONAF
DHAA – Direito Humana à Alimentação Adequada
EE – Entidade Executora
EFZ – Estratégia Fome Zero
EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
FAO - Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento Escolar
IAN – Insegurança Alimentar e Nutricional
IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
MST – Movimento Sem Terra
MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
PIDESC – Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais
PLANAPO – Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
PLANSAN – Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
PNSAN – Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SAN – Segurança Alimentar e Nutricional
SISAN – Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
SOBAL – Soberania Alimentar
SSAN – Soberania e Segurança Alimentares

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1 – O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR COMO FERRAMENTA PARA A SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL E O REDESENHO DO SISTEMA AGROALIMENTAR LOCAL.....	27
1.1 O ATUAL SISTEMA AGROALIMENTAR E A INSERÇÃO DO PANORAMA AGROECOLÓGICO	27
1.1.1 A formação dos Impérios Alimentares e suas implicações.....	28
1.1.2 – A agricultura familiar e as redes de desenvolvimento rural	34
1.1.3 – Agroecologia como projeto político de ação	41
1.2 – SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL: O papel do Estado e a mediação da agroecologia	46
1.2.1. O Direito Humano à Alimentação Adequada no contexto da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional.....	47
1.2.2. O papel do Estado e o Programa Nacional de Alimentação Escolar no contexto da Segurança Alimentar e Nutricional	52
CAPÍTULO 2 - A REDE DE AGROECOLOGIA DA LAPA.....	65
2.1. A AGROECOLOGIA COMO OPÇÃO PRODUTIVA.....	66
2.1.1 Histórico da formação da Associação: da compra e venda coletiva à agroecologia	66
2.1.2 A dinâmica da certificação participativa da Rede Ecovida de Agroecologia..	74
2.2 A PRODUÇÃO-CONSUMO DE ALIMENTOS AGROECOLÓGICOS: O PNAE FORTALECENDO AS RELAÇÕES SOCIAIS.....	79
2.2.1. O início da rede (de relações sociais e de produção agroecológicas) para o funcionamento do PNAE.....	79
2.2.2 A ampliação da Rede Ecovida de Agroecologia: a mediação do PNAE.....	88
CAPÍTULO 3 – DO CAMPO À MESA: a manutenção da rede de abastecimento da alimentação escolar da Lapa.....	101
3.1. O FUNCIONAMENTO DOS PROJETOS ANUAIS DE COMPRA E VENDA DA LAPA	103
3.2 OS LIMITES DA PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA PARA O ABASTECIMENTO ESCOLAR	112
3.3 A LOGÍSTICA DA DISTRIBUIÇÃO COMO OBSTÁCULO E OPORTUNIDADE	130
3.4 A UNIDADE FAMILIAR, OS DESAFIOS AGROECOLÓGICOS, E O CARÁTER ORGANIZATIVO-PEDAGÓGICO DO PNAE	141
CONSIDERAÇÕES FINAIS	148
REFERÊNCIAS.....	152
APÊNDICES.....	161

INTRODUÇÃO

O exercício de realizar esta pesquisa (e compilá-la neste texto), representa pessoalmente não apenas o amadurecimento e compreensão de que a privação de alimentos pela qual sofrem tantas pessoas no mundo tem suas razões relacionadas às intrincadas estruturas complexas da política, economia e dinâmica social. Mas, também é fruto de um progressivo discernimento da realidade que me envolve e rodeia.

O fim da graduação em engenharia de alimentos, voltada exclusivamente à tecnificação e processamento de alimentos, particularmente, deixou ávida a necessidade de preencher lacunas a respeito do sistema agroalimentar, no intuito de compreender os determinantes da produção, distribuição e consumo de alimentos. Foi assim que estudar o tema da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) tornou-se não somente um percurso necessário, mas a instrumentalização pessoal para a compreensão de um mundo cheio de simbolismos e significados tal qual o da alimentação.

Desta forma, considero este trabalho também uma aspiração pessoal em contribuir na geração de ferramentas analíticas que venham a somar na transposição de determinantes desta lacuna. Além de entusiasta, incluo-me aos almejantes de grandes mudanças paradigmáticas e por esta razão sou incumbida de responsabilidades.

Por outro lado, é prudente reconhecer que a mesma graduação que impulsionou buscar unir os conhecimentos técnicos às análises sociais do abastecimento alimentar, de certa maneira, restringiu o olhar sobre estes fenômenos. É certo que esta trajetória precedente tem influência direta na leitura, interpretação dos dados coletados e na abordagem dada à pesquisa. Limites e circunstâncias as quais possivelmente se materializarão ao longo deste texto.

Partindo para as análises deste trabalho, conjunturalmente, em decorrência da crise dos sistemas agroalimentares, compreende-se refletir nos problemas ambientais e sociais vigentes todo o quadro civilizatório que determina que os meios de sobrevivência se configurem para alguns em detrimento de outros.

Para além da mera escassez ou ineficiência da produção de alimentos no mundo, a respeito da concentração fundiária, degradação do meio ambiente e etc., entende-se, que se expressa nesse cenário, as complexas vinculações estabelecidas ao longo da história entre a humanidade e a natureza. E, entendendo o alimento como natureza (ou parte dela), é possível verificar que as relações estabelecidas entre homem e natureza – e

por sua vez, homem e alimento – são também reproduzidas nas próprias dinâmicas internas da sociedade. Isto é, à medida que a humanidade estabeleceu relações predatórias e de dominação para com os agroecossistemas – a exemplo dos atuais padrões de produção de alimentos, agrocombustíveis, energia e etc. – concomitante se explicitaram as dominações e opressões das camadas sociais mais abastadas para com as desfavorecidas.

Desta maneira, refletir sobre a transformação dos sistemas naturais, e neste caso, o sistema agroalimentar atual, revela a necessidade de debruçar-se sobre o estudo do desenvolvimento rural e seus atores. Âmbito no qual, agricultores(as) familiares revelam-se como atores sociais que não apenas se apresentam como possíveis catalisadores de importantes mudanças no modelo de produção de alimentos, mas também como atuantes nos processos de modificação das relações entre homem-homem e homem-natureza – e invariavelmente a compreensão de vida e relações sociais neste planeta.

É nesse sentido que a agroecologia se configura como um movimento que emerge da virada e modificação da cosmovisão do homem, que deixa de controlar a natureza para então interagir com ela. E também, da necessidade de grupos sociais à margem dos mercados hegemônicos resistirem, enfrentarem e se fortalecerem em busca da formação de vias alternativas para escoarem seus produtos.

Como bem frisou a cientista indiana Vandana Shiva¹ (1999), são os(as) agricultores(as) familiares agroecológicos os primordiais ambientalistas do mundo. Uma vez sendo eles tanto os provedores de comida para as sociedades, como os responsáveis diretos por reconstruir os solos e garantir sua proteção, propiciando, assim, toda a manutenção e continuidade das demais vidas. Disto já se pode conjecturar a respeito da importância e dinamicidade destes atores quando se fala de mudanças paradigmáticas.

É seguindo este raciocínio que se contextualiza a temática de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN). Ao compreender que esta se configura como capaz de impulsionar o desenvolvimento rural e delimitar aos(às) agricultores(as) familiares um cenário no qual a produção de alimentos orgânicos/agroecológicos assegura tanto a saúde da população quanto sua própria continuidade e reprodução social. Desenvolvendo, sobremaneira, um sistema de mão dupla, no qual ambos são fortalecidos.

Estas concepções trazem também à luz do debate a perspectiva do Direito

¹Física e ativista política, estuda o que considera ser “a ditadura do alimento”, preconizada pelas grandes e poucas corporações que controlam toda a cadeia produtiva da alimentação no mundo.

Humano à Alimentação Adequada (DHAA). Compreendendo-se ser necessário para sua efetivação que os Estados adotem medidas de proteção social que visam combater diretamente a fome por meio de políticas públicas que, por sua vez, garantam, de um lado, tanto o acesso à alimentos em diversidade e adequação nutricional, quanto, de outro, o acesso aos meios de produção por parte dos(as) agricultores(as) – e que estes atores aliem-se a sustentabilidade produtiva.

Neste aspecto, pode-se dizer que uma das principais conquistas referentes a implementação de programas e políticas públicas no Brasil, foi a consolidação de uma política de aquisição de alimentos da agricultura familiar para suprir os mercados institucionais. Dentre elas, destacam-se o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em 2003 e a nova Lei da Alimentação Escolar, a Lei 11.947, de 2009 (que versa sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar)².

Porém, como demonstra Grisa (2011), anteriormente a estes eventos, a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), em 1996, resultou da confluência de debates intensificados a partir do final da década de 1980, que iniciaram o reconhecimento da agricultura familiar como categoria até então negligenciada de políticas públicas específicas por parte do Estado. O Pronaf consolidou-se como importante ação na construção da própria definição oficial do conceito de agricultura familiar, que desde então passou a ser incorporada como referência no planejamento da atuação governamental.

Em 2003, mediante a Estratégia Fome Zero (EFZ), os avanços a partir de então registrados foram intensificados principalmente com a materialização do PAA. Estas ações foram, em grande medida, resultado da capacidade de mobilização, intervenção política e negociação de diversas organizações sociais representativas dos produtores familiares (GRISA, 2011). Compreende-se, então, que aprofundar as análises das políticas públicas de desenvolvimento agrícola e rural, é uma maneira de avaliar se elas

² Cabe aqui mencionar que posterior a estas conquistas, através do Decreto nº 7.272/2010 de 25 de agosto de 2010, consolidou-se também a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, (PNSAN) a qual estipula, num conjunto de diretrizes, no espócio de atuação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), em especificidade à Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN), planejar, implementar, coordenar, supervisionar e acompanhar programas, projetos e ações de SAN. Estas diretrizes foram utilizadas como base para a orientação e elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANSAN). Para cada diretriz, foram definidos, em consonância com o Plano Plurianual 2012-2015, objetivos, metas prioritárias e iniciativas que visam a concretização de ambos. O plano, por sua vez, aprovado pela Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN), visa garantir, entre outras ações, a produção e o abastecimento alimentar de maneira sustentável; o acesso à terra e à água; Segurança Alimentar e Nutricional de indígenas, quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais; transferência de renda; fortalecimento da agricultura familiar de base agroecológica; e alimentação e nutrição para a saúde (BRASIL, 2011).

estariam respondendo às emergentes questões sociais, econômicas e ambientais iniciadas nos anos 80.

Desta forma, no contexto dos processos inovadores da ação do Estado (políticas e programas) e iniciativas da sociedade civil, aqui será tratada especificamente sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). O qual determina, mediante a Lei 11.947/2009, que no mínimo 30% dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento Escolar (FNDE) para a alimentação escolar sejam obrigatoriamente aplicados na compra de produtos da agricultura familiar.

Ainda de operacionalização complexa, esta lei é aqui analisada por seu caráter inovador, que pode moldar e impulsionar dinâmicas de desenvolvimento rural baseadas na construção de um novo sistema de produção de alimentos apoiado na agroecologia. Esta, por sua vez, é fundamentada em uma nova relação entre a sociedade e a natureza, que pode redesenhar o sistema agroalimentar local.

Buscou-se então compreender que influência o PNAE exerce no processo organizativo dos(as) agricultores(as) familiares de modo a garantir que estes cumpram com as normativas estabelecidas para o abastecimento escolar a partir da referida Lei. Observando e analisando principalmente como este Programa influencia dinâmicas que conectam produtores e consumidores a partir de relações ressignificadas. Isto é, como o PNAE, com suas especificidades operacionais revela-se como uma ação do Estado capaz de promover mudanças nos processos de produção e consumo de alimentos. No caso particular, tomando como foco destas mudanças o fato dos alimentos adquiridos serem preferencialmente produzidos nos moldes agroecológicos.

Assim, para compor este cenário, bem como os atores envolvidos, valeu-se da abordagem qualitativa mediante estudo de caso de uma associação de agricultores agroecológicos. Esta última localizada no município da Lapa, pertencente à Região Metropolitana de Curitiba (capital), no estado do Paraná. Para que se resguarde a confidencialidade das informações, a associação foco dessa pesquisa será designada ao longo do texto de “Associação”.

O objetivo precípua foi de **identificar e analisar a influência do PNAE - mediante a Lei 11.947 - na organização da rede relacional dos agricultores agroecológicos do município da Lapa**. Para tanto, os objetivos específicos delineados foram: i) compreender o funcionamento da rede de atores que se formou entre os agricultores familiares e camponeses agroecológicos mediado por gestores, e demais envolvidos (articuladores externos, MST, Rede Ecovida de Agroecologia etc.) na

produção, compra/comercialização, distribuição e abastecimento das escolas municipais;

ii) compreender dentro da dinâmica relacional da associação os mecanismos que definem a produção e venda. Abordando, principalmente, as dificuldades encontradas para a continuidade e manutenção da rede mapeada.

Cabe observar que estes dois objetivos específicos estão em consonância, já que se entendeu que é a rede quem dá sustentabilidade para a continuidade dos Programas acessados, pois fortalece os agricultores-atores³. Dinâmica de fato constatada na coesão social que impulsionou a ampliação inédita na Rede Ecovida de Agroecologia para a região da Lapa. Fato que tornou os registros deste trabalho mais significativos.

A hipótese de partida considerou a preexistência de uma rede organizativa entre os atores envolvidos na execução do PNAE do município em questão. E que o PNAE de alguma maneira gerou e estimulou o caráter estruturante da produção agroecológica entre estes(as) agricultores(as), possibilitando modificações em sua organização inicial, e, conseqüentemente, propiciando um novo arranjo materializado na rede que então se constituiu. Fato que pode possibilitar avanços significativos na construção de um panorama agroecológico, colaborando, portanto, para a construção da SAN no ambiente escolar. Sobretudo, no que diz respeito ao acesso a alimentos em quantidade e em qualidade, assim como rege o princípio do DHAA.

Acredita-se que esta pesquisa traz subsídios analíticos sobre como efetivamente esta política viabiliza e/ou fortalece os mecanismos de articulação entre a produção e consumo de alimentos sob a ótica do DHAA. Este princípio da SAN visa romper com o paradigma da alimentação escolar vista como uma ação assistencialista, e passe a ser compreendida como responsabilidade do Estado em prover uma alimentação adequada e saudável no ambiente escolar.

A pesquisa se justifica, então, principalmente pela necessidade de compreender como uma política pública, como o PNAE, pode influenciar os processos organizativos dos(as) agricultores(as) familiares vinculados a uma associação e redesenhar, desta forma, o sistema agroalimentar local. Para isso, passa a ser fundamental compreender como uma política pública, considerada um conector (artefato instrumental) de uma rede, possibilita que esta rede, através do mercado que dela se consolida, enfrente o modelo de

³ Assim designado ao longo do texto, esse termo se refere a compreensão aqui concedida de que os agricultores são atores ativos no cenário ao qual fazem parte, aqui contextualizados no desenvolvimento rural local. Conceitos estes a serem desenvolvido na sequência.

produção de alimentos convencionais⁴ vigente.

Além disso, acrescenta-se que a valorização da biodiversidade e da produção de alimentos orgânicos/agroecológicos é uma importante frente de atuação dos dois principais mecanismos de aquisição pública de produtos da agricultura familiar (PAA e o PNAE). E que, em ambos, os agricultores que assim produzem são público prioritário, admitindo também a aquisição de seus produtos com acréscimo de até 30% em relação aos preços estabelecidos para produtos convencionais. Assim, para lograr progressos, neste cenário de atual valorização em que essas políticas se encontram, passa a ser importante investigar os entraves identificados pelo público participante destas ações.

A respeito dos recursos metodológicos utilizados, se faz necessário trazer, já nesta introdução, alguns apontamentos analíticos. Parte-se das concepções de Long e Ploeg (2011), que explicam o “cotidiano de resistência”. Considera-se os agricultores do universo de pesquisa escolhido como atores do meio e do desenvolvimento rural, e que estes se apoiam na agroecologia para contrapor o sistema agroalimentar hegemônico.

Para tanto, é preciso perpassar antes pelo poder de agência destes atores, que para os autores, é preciso focar na experiência cotidiana, apreendê-las em sua dimensão social, econômica e política, para então recuperar a capacidade das práticas individuais e coletivas dos homens e mulheres investigados, e assim estendê-las para sua comunidade. Em suas palavras:

A capacidade de agente (e poder) depende crucialmente da emergência de uma rede de atores que se tornam parcialmente, embora quase nunca completamente, envolvidos nos projetos e práticas de outro indivíduo ou indivíduos. Por conseguinte, o agente efetivo requer a geração/manipulação estratégica de uma rede de relações sociais e canalização de itens específicos (como reivindicações, ordens, bens, instrumentos e informação) através de certos pontos fundamentais de interação. (LONG e PLOEG, 2011, p.8).

Nessa perspectiva, a concepção de agente depreendida por Long e Ploeg (2011) envolve a capacidade efetiva de influenciar outros atores em uma rede de relações. E foi por esse entendimento que se justificou ser necessário também mapear a rede de relações dos agricultores em questão.

Sobre essa assertiva, Menezes e colaboradores (2011) complementam que conhecer o conjunto de atores e redes é algo essencial não só para contextualizar

⁴ Em geral esse termo se refere ao cultivo de alimentos valendo-se de insumos externos como fórmulas químicas, agrotóxicos no controle fitossanitário e sementes transgênicas. Por conceito, compreende-se que a agricultura convencional se opõe à orgânica/agroecológica.

específica e amplamente cada ator e grupo de atores envolvidos na trama de ações a serem estudadas, mas também para avançar nas análises de inovação e desenvolvimento rural.

Pautar a capacidade de agência dos atores pressupõe uma multiplicidade de resultados e, por conseguinte de análises, já que se propõe investigar a heterogeneidade das estratégias e lógicas dos diversos grupos sociais. No contexto desta pesquisa, discute-se o desenvolvimento das ações destes agricultores para garantir o abastecimento escolar, bem como a própria manutenção de sua participação no PNAE.

É preciso, então, estar atento à diversidade de condições, heterogeneidade de práticas sociais e visões que viabilizam e efetivam a atuação dos indivíduos como sujeitos sociais no mundo. Já que para Ploeg (2009, p.289) “(...) *a resistência do campesinato reside, acima de tudo, na multiplicidade de respostas continuadas e/ou criadas de uma nova forma para confrontar o Império⁵ como principal modo de ordenamento.*”

Em complementaridade, o autor coloca que o desafio teórico metodológico da pesquisa com camponeses no Brasil, ou em qualquer parte do mundo, passa a ser justamente compreender a multiplicidade e heterogeneidade das práticas do campesinato e de outros grupos sociais situados em relações de dominação nas suas configurações históricas específicas.

Tomando a perspectiva de redes de Mior (2005), se expõe que é possível identificar o desenvolvimento rural como resultante de uma complexidade de redes, nas quais há recursos mobilizados, identidades delimitadas e relações consolidadas. O autor acrescenta que pesquisas que partam deste referencial incluem analisar o enraizamento local das redes, suas relações com o exterior e as condições que permitem aos atores locais manter o controle e agregar valor na cadeia produtiva (MIOR, 2005, p.12). Fato que pôde ser observado na inserção das duas organizações, delimitando assim duas redes principais neste trabalho: a rede de abastecimento escolar, e a rede de certificação participativa.

Para Mior (2005), a adaptação teórico-metodológica da teoria ator-rede permite entender as formas econômicas como processos sociais atravessados de relações de poder, que pode superar teoricamente as limitações de uma perspectiva enraizada em determinantes geográficos. E, por sua vez, capta também as complexas relações externas

⁵ Por “Império” o autor refere-se a “Impérios Alimentares”, conceito que designa o processo de globalização da cadeia produção-consumo de alimentos no mundo, a ser apresentado/discutido na fundamentação teórica da sequência.

e internas entre regiões e processo de reestruturação, já que, nesta perspectiva, a densidade institucional de dada região depende de como as redes de atores locais e instituições conseguem construir um todo que seja maior que as partes.

Este olhar se tornou útil para explicar os achados em campo, já que a segunda rede à qual se inserem os agricultores em foco no processo de certificação (Rede Ecovida de Agroecologia) agrega, em sua multiplicidade, diversos agricultores de toda região sul do país, extrapolando, portanto, as relações sociais na delimitação do município da Lapa.

Callon (2004), ao fundamentar a teoria do ator-rede, chama a atenção para a intermediação de artefatos instrumentais (“conectores”) na constituição de uma rede sociotécnica, fundamental neste trabalho.

Segundo esta teoria, no âmbito da sociologia, a análise do sucesso ou do insucesso da produção sociotécnica depende da configuração da rede e do papel desempenhado pelos diferentes atores, humanos e não humanos, sendo estes equivalentes em importância dentro do contexto da rede, e vistos fundamentalmente como uma trama de interações.

O autor ressalta ainda que a inovação será viabilizada pelo processo coletivo, a partir das contribuições e adaptações que a rede conseguirá promover pela sua articulação. Quanto maior o avanço da inovação, mais vínculos serão criados entre aqueles que se identificam, dando maior sustentação às redes sociotécnicas. O que foi possível detectar também na rede mapeada deste trabalho, uma vez que a coesão criada pelas inovações propiciadas pelas relações institucionais do PNAE, fez com que no município da Lapa, se expandisse a própria rede maior de certificação agroecológica a qual a associação em estudo estava imersa.

Sabourin (2002) complementa também que a rede corresponde às estruturas múltiplas de relações interpessoais, que reúnem atores tanto individualmente como agregados a instituições, em diversos níveis e em torno de objetos técnicos, mas principalmente com objetivos comuns. Expõe que o ambiente institucional é que configura o nível da ação coletiva dos atores - entre a ação individual (aqui relaciona-se ao agricultor ou uma unidade de produção específica) e a ação pública (no caso, o PNAE) organizados para o desenvolvimento local.

Para este autor, sinteticamente, as redes sociotécnicas são uma forma de agregar os atores e a infraestrutura necessária para uma interação que tenha por princípio um objetivo compartilhado: que no caso desta pesquisa, foi o abastecimento escolar.

Sobre a diferenciação destes dois formatos, entende-se, portanto, que o

componente diferencial entre as abordagens de redes sociais e redes sociotécnicas se assentam na equivalência entre objetos e humanos para a composição de uma rede. Podendo ser estes objetos (artefatos instrumentais) ou instrumentos propriamente ditos, ou ainda normas, regras e conceitos norteadores da ação social.

Ambas as redes (sociais e sociotécnicas) consideram as redes sociais de fato antecedentes a introdução de um novo artefato instrumental, e, por consequência, ao processo de inovação. Entretanto, Callon (2004) enfatiza que a introdução de um artefato causará novas regras e valores que culminarão em uma modificação fundamental na rede preexistente. Para ele, há um projeto constituído e a intenção de gerar inovação nas redes começa então a se estruturar. Redes são, assim, instrumentais ou instrumentalizadas.

Callon (2004) exemplifica ainda, que nas redes sociotécnicas os intermediários poderiam ser textos, objetos técnicos, capacidades humanas, leis e moeda. E que algumas propriedades centrais das redes emergem com a sua possibilidade de ação à distância.

Sob esta perspectiva, destaca-se que a escolha por esta abordagem tem justamente o intuito de tratar a Lei 11.947 do PNAE **como artefato que instrumentaliza a rede preexistente de agricultores familiares da associação**. Que, por sua vez, a partir do acesso ao programa, modificou a conformação de suas relações sociais para o atendimentos dos projetos de venda para a alimentação escolar, resultando portanto na ampliação da Rede Ecovida de Agroecologia.

A figura abaixo tem o intuito de esquematizar como o PNAE se comporta como um artefato instrumental em uma rede, no caso, a rede de abastecimento escolar.

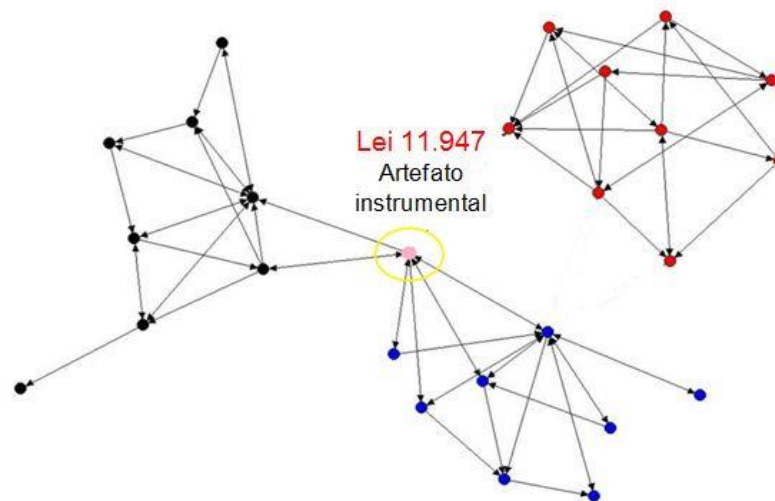


FIGURA 1- ESQUEMATIZAÇÃO DO IMPACTO DE UM ARTEFATO INSTRUMENTAL EM UMA REDE SOCIAL

É importante salientar que considera-se que é a partir da introdução desta lei que decorrem todos os demais artefatos dos quais estão disponíveis aos agricultores para instrumentalizar, gerir e manter a rede identificada nesta pesquisa, e que será exposta na sequência. Desta forma, neste trabalho, a abordagem teórica de redes e redes sociotécnicas é incorporada como forma de dar visibilidade aos processos subjacentes de mudança social, e visualizar sua modificação.

Para compor este cenário, no mapeamento da rede, foi necessário então iniciar seguindo os atores que ligavam-se ao artefato escolhido: no caso, a Lei 11.947.

Cabe detalhar que a lei estipula a necessária formação de grupos formais ou informais para participarem conjuntamente das Chamadas Públicas. Desta forma, os passos iniciais se deram no sentido de seguir os atores que, por já terem vencido a etapa de concorrência das Chamadas Pública, encontravam-se diretamente relacionados com o projeto de compra e venda anual para alimentação do ano pesquisado (2013). Dentre os fornecedores, a associação em foco foi assim selecionada como eixo das análises por ser esta a principal fonte de alimentos orgânicos/agroecológicos local para o abastecimento escolar. Enquanto que por gestores diretamente responsáveis pela compra, detectou-se a nutricionista responsável pela elaboração do cardápio das refeições.

Para o cruzamento entre teorias e dados, valendo-se da pesquisa social de caráter qualitativo, se utilizou de três ferramentas principais: a observação participante, o estudo dialogado de fontes documentais oficiais e não oficiais e entrevistas individuais,

valendo-se de roteiros semi-estruturados e abertos (MINAYO, 1996). Os roteiros encontram-se no Apêndice I ao final do texto.

De acordo com o estabelecido por Minayo (1996), ressalta-se também a importância do registro das impressões vivenciadas em um diário de campo. Nele, consta a compilação das imersões, bem como as inferências que suscitavam futuras investigações. Além também de fontes nas quais se poderiam buscar mais detalhamento das informações coletadas.

Os achados de pesquisa pelos métodos acima descritos trazem, como aspecto complementar, as análises de material documental (como legislações vigentes, atas das reuniões da associação, documentos oficiais da secretária municipal de educação etc.).

Com respeito às entrevistas, estas foram uma das principais fontes de informação do trabalho. Foi através delas que se possibilitou o delineamento do cenário, bem como identificar e definir as relações sociais dadas entre os atores, sua relação com a alimentação escolar e, conseqüentemente, com o circuito local de produção e consumo de alimentos do município da Lapa/PR.

Conforme estabelece e orienta a resolução sobre pesquisas com seres humanos, as entrevistas, autorizadas pelos(as) entrevistados(as), foram gravadas por meio de um gravador digital. E neste sentido, ressalta-se ainda, que esta pesquisa faz parte de um projeto de pesquisa maior cuja autorização no Comitê de Ética em Pesquisa (CEP/UFPR) é localizada pelo registro de numero CAAE – 0058.0.091.000 - 08.

As conversas geralmente aconteciam no ambiente de trabalho, nos intervalos das feiras, na sede da associação, ao final de uma reunião do grupo ou ainda nas propriedades dos mesmos, sempre havendo o cuidado de prévio contato para que se marcasse dia e hora - quando agricultores. E no caso da nutricionista gestora, a entrevista se deu na sede da coordenação da alimentação escolar. Ao final, foram documentadas 13 entrevistas, além das 5 reuniões também registradas.

Participou-se ainda de todas as reuniões oficiais da associação durante os 7 meses⁶ de acompanhamento das atividades. Neste período, tomou-se o cuidado de estar presente pelo menos uma vez ao mês nas atividades dos agricultores, seja nos momentos das reuniões oficiais; tanto da associação quanto dos grupos internos da

⁶ As pesquisas em campo se deram nos meses de fevereiro a setembro de 2013, com exceção do mês de julho.

associação pertencentes à Rede Ecovida⁷; na entrega semanal da merenda; nas feiras (também semanais); ou ainda nas próprias propriedades.

Ademais, na capital Curitiba-PR, foi possível participar de uma reunião oficial do núcleo *Maurício Burmester do Amaral*, da Rede Ecovida, no qual a associação, até então, estava inserida com seus grupos internos. Isto se deu no intuito de identificar e compreender as dinâmicas de certificação coletiva ao qual a associação se submete e sob a qual deve se adequar.

Na sequência, as entrevistas foram transcritas na íntegra para tornar viável o processo de categorização e posterior análise. Nos dados obtidos pelas entrevistas, ao procurar por ferramentas analíticas que revelassem o fenômeno investigado, optou-se pela análise de conteúdo (FIORIN, 2000) e a análise de discurso (ORLANDI, 1996) como propostas teórico-metodológicas.

Desta forma, para o tratamento dos dados das entrevistas com os agricultores foram propostas categorias de análise que abrangessem os principais temas referentes à organização individual de cada agricultor, na dinâmica de sua propriedade, bem como a dinâmica relacional com o grupo e associação para entrega da alimentação escolar. E, dispostas em forma de um quadro, em cada categoria de análise, explicitou-se os discursos dos agricultores entrevistados, podendo-se, assim, fazer interpretações a partir das relações entre eles, para em seguida configurar o cenário que se pretendia tratar.

Os quadros com as categorizações para a realização das análises de discurso e conteúdo encontram-se no Apêndice II.

A escolha do município da Lapa/PR como *locus* investigativo se deu primeiramente por estar dentre os municípios delimitados pela Mesorregião Metropolitana de Curitiba (RMC). Esta, por sua vez, está dentre o universo de pesquisa de vários outros projetos em andamento no contexto do projeto Casadinho/PROCAD. Este último projeto tem por objetivo contribuir para o fortalecimento e a consolidação do PPGSAN/UFPR⁸ por meio das ações articuladas com o PPGN/UFPE⁹ já consolidado, e a pesquisa em questão espera contribuir, também, neste sentido.

Outra motivação para esta escolha é que o município da Lapa/PR vem, ao longo

⁷ Rede Ecovida de Agroecologia torna obrigatória a divisão dos agricultores em grupos com não mais de 9 famílias, as quais se comprometem a reunirem-se ao menos uma vez ao mês para tratar de questões concernentes à rede e as certificações. Maiores detalhes serão tratados no decorrer da discussão dos achados da pesquisa.

⁸ Programa de Pós-Graduação em Segurança Alimentar e Nutricional da Universidade Federal do Paraná.

⁹ Programa de Pós-Graduação em Nutrição da Universidade Federal de Pernambuco.

dos últimos anos, cumprindo de maneira relativamente satisfatória o que determina a Lei 11.947. Esta constatação se materializa como sendo atrativa e passível de análise de modo a compreender a exequibilidade dos processos envolvidos na implementação desta lei.

Um terceiro ponto que deve ser considerado é a constatação de que neste município se encontra o Assentamento do Contestado, fruto de conquistas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e que sedia também a Escola Latino Americana de Agroecologia (ELAA). Por este motivo, dada a influência historicamente consolidada desses elementos (MST e Agroecologia), previu-se a constituição de potenciais articuladores na configuração da rede que atualmente operacionaliza o PNAE, o que pode revelar aspectos positivos nos processos organizativos mais gerais destes atores frente à execução do Programa no município.

Por outro lado, com relação a delimitação deste estudo é prudente desde já assumir algumas limitações.

Como será apresentada, a rede estudada foi ao longo da pesquisa sendo também gradativamente moldada por seus atores. A possibilidade inédita de desvinculação (ainda em curso) do atual núcleo de certificação participativa da Rede Ecovida por parte da associação em questão, perpassou a construção conjunta tanto da pesquisa como da própria rede. Já que nas primeiras imersões a campo esta possibilidade ainda não era cogitada, dificultando compreender ao longo do trabalho quais movimentações eram do novo núcleo que se formava e qual era resíduo do anterior.

Os acontecimentos simultâneos nesta conformação demarcam fortemente a característica de um campo modificável e dinâmico, o que acarretou na dificuldade em problematizar a fundo determinadas questões. Incorporar a totalidade das oscilações deste campo nada estático se tornou um desafio tanto pelas variações em si, pelo tempo exíguo determinado para se concluir um mestrado, mas também pela pouca experiência com o social, o qual as bases faltaram na graduação anterior de engenharia.

Portanto, admite-se a impossibilidade de responder a todas as questões suscitadas em aprofundamento especialmente em razão da rede ainda estar em vias de consolidação. Também vale destacar que alguns dos atores mapeados no momento da pesquisa, não mais se encontram ativos nas dinâmicas mencionadas. Como foi o caso fundamental da nutricionista gestora, que abdicou do cargo (por motivos pessoais). O que leva a inferir que sua substituição por outra pessoa, desconhecedora de todo o processo do abastecimento escolar vigente, desempenhará, possivelmente, outro papel na fluidez

ou estagnação de novos arranjos na rede de relações. Ainda que tenha havido, por parte de ambas as nutricionistas, a preocupação de compartilhar as vivências relativas à operação da execução em curso do PNAE.

Por fim, como estruturação, este texto se apresenta em 3 capítulos, considerando ainda esta introdução e a conclusão.

No Capítulo 1 encontra-se a fundamentação teórica que versa sobre a problemática geral a qual esta pesquisa se insere. Este capítulo está dividido essencialmente em dois momentos, sendo que no primeiro há uma breve construção histórica do sistema agroalimentar vigente. Nele, se destaca principalmente a emergente necessidade da (re)construção de um sistema agroalimentar baseado em novas relações sociedade-natureza, e no qual os(as) agricultores(as) familiares são os principais atores da edificação da agroecologia. Se intenciona desencadear uma reflexão analítica, na qual a agroecologia é tida como basilar para promover um desenvolvimento rural alternativo que tenha como perspectiva a Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN) e o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA).

Por conseguinte, o segundo momento do capítulo aborda os elementos da construção e a compreensão da SSAN aliada ao DHAA, bem como a contextualização do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) neste cenário, com a finalidade de nortear os parâmetros analíticos apresentados nos capítulos seguintes.

Já nos Capítulos 2 e 3, se expõe os achados da pesquisa de campo propriamente ditos, conjuntamente com as discussões propostas.

Finalmente, têm-se as Considerações Finais, na qual, para além da síntese das análises, são tecidas as últimas reflexões desta investigação bem como proposições para trabalhos futuros.

CAPÍTULO 1 – O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR COMO FERRAMENTA PARA A SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL E O REDESENHO DO SISTEMA AGROALIMENTAR LOCAL

“Da mesma forma que as marés são explicadas pela organização e o funcionamento do sistema solar, através dos movimentos da atmosfera e das correntes marinhas, as agitações na superfície dos mercados e das políticas agrícolas se explicam pela organização, o funcionamento e a dinâmica do sistema agrícola e alimentar mundial.”
(MAZOYER E ROUDART, 2010, p. 551)

Com o intuito de problematizar as inúmeras consequências do modelo de produção alimentar vigente (o qual teve na modernização tecnológica da agricultura a base de sua estruturação), o primeiro grande item deste capítulo fará um breve resgate do seu processo histórico de consolidação. Intenciona também resgatar, de forma sucinta, os impactos econômicos, sociais e ambientais dele decorrente, e a função da agroecologia nesse contexto.

Em um segundo momento, o item seguinte, trata de como o Estado, a partir de programas e políticas – e especificamente com a mediação do PNAE - pode (e deve) modificar estas estruturas através do fomento ao desenvolvimento rural local. Importando destacar que na modificação deste sistema agroalimentar localizado se apresenta a intermediação da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), a qual assegura tanto o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) quanto a Soberania Alimentar (SOBAL).

1.1 O ATUAL SISTEMA AGROALIMENTAR E A INSERÇÃO DO PANORAMA AGROECOLÓGICO

Na sequência, o resgate da formação histórica do sistema agroalimentar hegemônico é apresentado com o propósito de compreender como os agricultores familiares, ao colocarem-se como sujeitos ativos do desenvolvimento rural local, podem contrapor os ditames internacionais das tendências globalizantes da agricultura.

Defende-se aqui que a contraproposta não se dá sem a interação local entre

agricultores-atores (como mencionado na introdução deste trabalho) e que estes, por sua vez, acionam vínculos sociais para o desenvolvimento tanto de suas atividades quanto para a promoção de um sistema agroalimentar baseado em relações diferenciadas com o meio ambiente e a própria saúde humana. O segundo subitem trata destas questões com especificidade.

Neste entremeio, como será discutido no último subitem, a agroecologia se apresenta como instrumentalizador, que impulsiona práticas sustentáveis no desenvolvimento econômico. Assegurando, desta forma, a produção de alimentos de qualidade e em quantidade necessária para a garantia da Segurança Alimentar e Nutricional.

1.1.1 A formação dos Impérios Alimentares e suas implicações

Diante de uma perspectiva histórica e estrutural do sistema agroalimentar no mundo, Friedmann (2000), a partir da teoria regulacionista, compreende a consolidação de um modelo alimentar como indissociável da história política do capitalismo. Nela, são incorporados todos os processos sistêmicos dos fenômenos econômicos, sociais e políticos no nível global, que decorreram da estabilização dos Estados Nacionais do século XIX, na expansão mundial das relações capitalistas e a dita materialização de um modelo alimentar mundial subsequente. Assim, o estudo dos sistemas alimentares identifica três regimes de delineamento amplo, correspondentes à diferentes regimes de acumulação e regulação social.

Embora se tenha tênue consenso entre cientistas sociais sobre a caracterização destes períodos e de suas estruturas sociais, econômicas e políticas, cada período passa a suceder-se à medida que a crise do anterior traz à tona a necessidade de velhas regras substituam-se por novas relações em novas categorias sociais.

Desta maneira, a mesma autora, em anos anteriores (FRIEDMANN, 1993), reporta o primeiro regime como sendo resíduo da predominância britânica. Esta produziu uma série de elementos para a formação do mercado alimentar mundial, através da continua expansão colonial imperialista, que, por sua vez, privilegiou a

importação de matérias-primas alimentares e fomentou a produção doméstica de bens manufaturados. As regras dos Estados europeus expandiram-se para as áreas colonizadas, reorganizando o território colonial e o trabalho para uma exportação especializada de produtos tropicais específicos. Assim - e as custas destes - puderam consolidar sua economia. Enquanto isso, a massiva e crescente classe trabalhadora tinha acesso ao alimento mediante compra em mercados.

Com a expansão da atividade industrial e sua transferência para a produção agrícola, a lógica da agricultura subordinada aos ciclos da natureza se rompe. E uma racionalidade baseada na expansão e acumulação de capital requer a superação dos limites naturais (FRIEDMANN, 1993).

Desta forma, a intensificação dos processos de industrialização, perceptivelmente no pós-guerra, forjou o reordenamento das estruturas produtivas, de processamento e abastecimento alimentares, o que delimitou o segundo regime. Este corresponde ao período “fordista”, centrado neste momento na primazia americana (SOLER, 2009). Aqui, o Estado passa a garantir o crescimento exponencial da produção de alimentos baratos no período pós-guerra, com o intuito de alimentar a força de trabalho industrial que se ampliava. Esta mudança da agricultura, pela introdução da lógica industrial à sua realização, sustentada por uma ideologia modernizante e progressista, massificou mercados e padronizou produtos agrícolas, tornando, assim, a alimentação um mercado de consumo em massa (SOLER, 2009).

Foi também neste segundo período que se passou a produzir cada vez mais alimentos com maior durabilidade, cabendo aqui a ressalva de que na etapa do processamento destes alimentos, para aumento de sua estabilidade e esterilidade microbiológica, em favor do discurso da saúde pública, lhes são roubados nutrientes, sobretudo vitaminas. A retirada destes nutrientes dos alimentos lhes confere a possibilidade de ser armazenado por mais tempo, tornando-o mais seguro, estável e menos vulnerável a pragas, atenuando sua perecibilidade e aumentando sua vida de prateleira. Permitindo, por sua vez, seu transporte por longas distâncias. Essa etapa não se daria sem a utilização de tecnologias apropriadas, com a incorporação de aditivos químicos. A facilidade de se “transportar” calorias - na forma de alimentos mais refinados, ao invés de em nutrientes - sugere que a civilização moderna sacrificou e vem sacrificando muito da qualidade de seus alimentos pela quantidade e durabilidade, com o propósito de vender grandes quantidades de calorias o mais

barato possível (POLLAN, 2009).

De acordo com Pollan (2009), merece destaque o fato de que foi a perspectiva da durabilidade, estabilidade e sanidade (que possibilita ao alimento percorrer grandes distâncias) o que determinou a adaptação dos produtos industrializados ao capitalismo, concedendo a estes uma noção de qualidade questionável. Já que os alimentos assim produzidos (e em larga escala) têm como componente atrativo explorar a palatabilidade e a estética pela incorporação de aditivos químicos, que se justificam justamente pela sanidade e assepsia do produto.

Neste contexto, desponta a bioindústria emergente, que, se apropriando da natureza, a subordina e substitui. Goodman, Sorj e Wilkinson (1990) conceituam como sendo *apropriacionismo* e *substitucionismo* o movimento de sistematização da natureza, e tem como consequência os processos das atividades rurais derivadas. Isto é, atrelam-se a este processo os avanços da biotecnologia e demais incorporações industriais na produção rural. “*A natureza, seja enquanto terra, espaço ou reprodução biológica, não representa mais, então, uma limitação definitiva à transformação capitalista do processo de produção e da divisão social do trabalho*” (GOODMAN; SORJ; WILKINSON 1990, p. 17). Estas limitações da natureza detiveram a transformação capitalista unificada da produção rural ao mesmo tempo em que estabeleceu estratégias de apropriação industrial parcial, causando afastamento entre o processo de produção e o processo de trabalho.

Convém reforçar que o rápido progresso técnico foi induzido e intensificado pela intervenção estatal em todos os aspectos do funcionamento dos mercados dos produtos e fatores agrícolas desde a II Guerra Mundial.

Emprestando das palavras dos autores, tem-se:

A aliança do Estado, capitais agroindustriais e "lobbies" agrários representa uma formidável coalizão em defesa da agricultura e assegura a continuidade das oportunidades de acumulação nas cadeias agroalimentícias tradicionais”. (GOODMAN; SORJ; WILKINSON, 1990 p.12).

Se segue que o Estado passa a ser central no que tange seu papel e desempenho frente a esta problemática. O período seguinte, do terceiro regime, é demarcado pelo modelo “liberal produtivista”, que a partir de 1980 até a atualidade, se aponta pela globalização financeira. E, estendendo-se no âmbito da produção,

torna os capitais do sistema agroalimentar mais livres das regulações estatais nacionais, fato que permite incluir ou excluir localidades, mão de obra e matérias-primas de maneira utilitária. Esta etapa do regime agroalimentar é regida pelo que McMichael (2004) chama de “Regime Alimentar Corporativo” e o que Ploeg (2009) conceitua como “Impérios Alimentares”. E, nas palavras de Delgado (2010), esta conjuntura se descreve da seguinte forma:

Nesta etapa, os processos de produção, distribuição e consumo alimentar se integram por cima das fronteiras estatais, de modo que as formas de gestão das organizações empresariais que modulam a dinâmica do setor contempla agora o acesso, tanto dos recursos como dos mercados, a escala mundial (global). Não se trata somente de uma extensão quantitativa das relações mercantis, mas sobre tudo de uma mudança qualitativa dos modos de organização condicionada em grande medida pelo protagonismo que agora adquire o capital financeiro. (DELGADO, 2010, p. 32, tradução livre).

Para Ploeg (2009), a dinâmica acima transcrita é explicada pelo o que o autor conceitua ser um “Império”¹⁰, o qual associa-se às formas de governança, aos aumentos dos fluxos de capital em todo mundo, ao controle e à apropriação de domínios que antes eram autônomos. A globalização dá-se graças aos conjuntos de normas e parâmetros generalizados que governam todas e quaisquer práticas locais específicas.

O Império, em outras palavras, é o resultado de uma variedade de mundos sociotécnicos (agricultura, produção e consumo de alimentos) interligados cada vez mais e com possibilidade de transferência de capital de uma parte do globo para outro em curto espaço de tempo. Indo além, o Império também reside nos aparelhos estatais, acordos supranacionais e na produção de conhecimento. E, já que esquemas regulatórios provêm tanto de corporações quanto de aparelhos estatais, as grandes corporações (como as alimentares) são capazes de responder mais facilmente às regulações do governo. Além de influenciar, através de lobby, a constituição de novos sistemas reguladores.

¹⁰ Para maiores aprofundamentos, cita-se demais autores que concebem a abordagem de Impérios Alimentares em seus trabalhos analíticos: MENEZES, M.; MALAGODI, E.; RADOMSKY, G. F. W.; NIEDERLE, P. A.; SCHNEIDER, S. In: Sérgio Schneider; Márcio Gazolla. (Org.). **Os atores do Desenvolvimento Rural: perspectivas teóricas e práticas sociais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011. PEREZ-CASSARINO, J. et al. Manifestações Conjunturais e Dimensões Estruturais da crise Alimentar: perspectivas e alternativas. In: XXVII Congreso Asociación Latinoamericana de Sociología-ALAS. **Memorias**. Buenos Aires: ALAS, 2009. MIOR, C. L. Desenvolvimento rural: a contribuição da abordagem das redes sociais e sociotécnicas. In: SCHEINDER, S. (org). **A diversidade da Agricultura familiar**. 2ª Ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

Assim, os Impérios em constante expansão se caracterizam principalmente por uma rede na qual vários recursos de outras localidades são gradativamente combinados. O que é possível graças à sua reprodução por meio da abertura e alteração de fronteiras relativas à segurança, à saúde e à qualidade. Que, a exemplo da produção agrícola primária, está relacionada à transposição cada vez mais intensa dos limites determinados pela natureza a fim de permitir manusear condições mais favoráveis, valendo-se de recursos tecnológicos. Desta forma, há aumento do valor agregado nas mercadorias da indústria alimentar devido à dependência cada vez maior que os consumidores desenvolvem, uma vez que a expansão afeta os padrões de consumo e a identidade dos consumidores (PLOEG, 2009).

O Império é, portanto, um modo de ordenamento. A ordem, nesse sentido, transforma o mundo social e o natural em fenômenos controláveis e administráveis. Ademais, juntamente com a acumulação de riqueza que estes fenômenos acarretam, gera também a pobreza generalizada (PLOEG, 2009). Um exemplo notável é a apropriação da agricultura camponesa pela agricultura empresarial, que por sua vez regula quem tem acesso ao crédito e ao capital, resultando conseqüentemente na concentração de terra e renda, que em decorrência da concentração fundiária declina na miséria e exclusão. E que em sua ordem, influi eminentemente no inchamento urbano.

Neste raciocínio, salienta-se aqui ser a mercantilização do alimento - que dificulta o processo de manutenção da vida humana e do planeta – a maior crítica à vigente estruturação do sistema agroalimentar. Isto é, o sistema de mercado ao atuar como centro do desenvolvimento humano, atinge frontalmente a construção social histórica de constituição da alimentação como direito humano (PEREZ-CASSARINO e colaboradores, 2009).

Somado a isto, é oportuno citar a degradação dos ecossistemas nos quais a agricultura está enraizada, que além de contaminar o solo, ar, água, florestas, floras e faunas, prejudica a saúde (por um lado pelos excessos alimentares e por outro pelas carências nutricionais do modelo alimentar estabelecido, mastambém pelo consumo de insumos tóxicos utilizados na produção dos alimentos) e extermina o conhecimento ancestral, memória e identidade cultural do modo de produzir alimentos (e a conseqüente reprodução social de determinado povo). Nas palavras de Leff:

A problemática ambiental não é ideologicamente neutra nem é alheia a interesses econômicos e sociais. Sua gênese dá-se num processo histórico dominado pela expansão do modo de produção capitalista, pelos padrões tecnológicos gerados por uma racionalidade econômica guiada pelo propósito de maximizar os lucros e os excedentes econômicos a curto prazo, numa ordem econômica mundial marcada pela desigualdade entre nações e classes sociais. (LEFF, 2002a, p. 62).

De modo mais objetivo, Petersen (2013) coloca que os últimos dez mil anos de história da agricultura podem ser analiticamente interpretados pela busca de novas práticas para a intensificação do uso dos solos em resposta às crescentes demandas alimentares decorrentes dos aumentos demográficos. Logo, o paradigma da modernização caminhou no sentido de inovações técnicas que permitissem a intensificação produtiva, e assim, os ecossistemas naturais foram se diferenciando estrutural e funcionalmente em relação aos ecossistemas naturais. O processo de modernização agrícola, defende o autor, é gerador de três desconexões diretamente recorrentes e correlacionáveis:

I – A *descontextualização* progressiva dos locais onde os artefatos tecnológicos são aplicados. Isto exige do agricultor o controle do conhecimento associado ao seu próprio trabalho, expropriando o saber-fazer das comunidades rurais, e deixando-as a mercê dos mercados. Fato que demarca uma imobilização cultural no que se refere às capacidades autônomas de inovação. II – A *desterritorialização* da agricultura, que passa a ser gradativamente governada por regras técnicas e economias exógenas. Quer dizer, alimentos produzidos “aqui e agora” podem ser consumidos em qualquer outro lugar do planeta em muitos meses a frente; balizando o emprego intensivo de energia e produtos químicos. III – A *ruptura nos processos* de constituição histórica dos sistemas agrícolas, isto é, o local passa a ser estruturado a partir de projetos formulados sem nenhuma conectividade com o passado, e sem qualquer alusão às perspectivas de futuro de seus atores à médio e longo prazo.

Sobre estas desconexões, em seguimento à esta linha de argumentação, o item que segue tem o intuito de demarcar o papel da agricultura familiar na transformação desta dinâmica, explicitando especificamente a atuação destes atores no desenvolvimento rural local a partir das redes sociais. Tratando, especialmente, do papel da agricultura familiar frente a estas desconexões.

1.1.2 – A agricultura familiar¹¹ e as redes de desenvolvimento rural¹²

Com relação às forças homogeneizadoras da produção agrícola anteriormente descritas, Long e Ploeg (2011) trazem a abordagem de “relocalização” e “diversidade”, cujas quais são contrárias à sobreenfatização dada à este processo hegemônico por diversos estudiosos da área. Para estes autores, uma análise centrada na perspectiva orientada nos atores sociais, levando em consideração os aspectos microeconômicos, questiona a influência única das forças externas nas mudanças sociais.

Nesta abordagem orientada nos atores, Long e Ploeg (2011) pressupõem que diferentes agricultores (ou categorias de agricultores) definem e operacionalizam seus objetivos e práticas de gerenciamento agrícola em diferentes critérios, interesses, experiências e perspectivas¹³.

¹¹ A título de tipologia de referência, aqui, é utilizada a conceituação dada por Chayanov (1981), e, que trabalhada por Wanderley (1998), é considerada unidade de produção familiar na agricultura aquela que “(...) é regida por certos princípios gerais de funcionamento interno que a tornam diferente da unidade de produção capitalista. Estes princípios derivam do fato de que, ao contrário da empresa capitalista, a empresa familiar não se organiza sobre a base da extração e apropriação do trabalho alheio, da mais-valia. A fonte de trabalho que aciona o capital envolvido no seu processo de produção é o próprio proprietário dos meios de produção.” (WANDERLEY, 1998, p.34). Não se pretende aqui trazer um aprofundamento das análises clássicas Chayanovianas, mas entende-se que este autor é uma referência importante quando se trata da racionalidade camponesa, e por isto a necessidade de citá-lo. A respeito da conceituação de campesinato brasileiro desenvolvida por Wanderley (1998) é adequado mencionar que a autora justifica sua existência através das análises das raízes históricas do Brasil, as quais apontam para tal. Porém, neste trabalho, o termo “agricultura familiar” é entendida apenas como a evolução de uma denominação fruto de conquistas recentes no campo das políticas públicas. Compreendendo-se, portanto, que esta agricultura familiar se enquadra no que a autora considera campesinato brasileiro, categoria mais ampla.

¹² Não se pretende aprofundar sociologicamente este conceito, menos ainda apresentar um estado da arte das análises brasileiras sobre a temática. Explicita-se que a relevância aqui dada ao tema relaciona-se com a repercussão das discussões sobre o desenvolvimento rural no Brasil (especialmente nos últimos 15 anos) em que se evidencia a importância das ações do Estado (e suas relações com os estudiosos da área) para este setor, especialmente no que se refere a elaboração de formas de intervenção e planejamento. E que, como apontado por Schneider (2010), é um debate que enfrenta “(...) um dualismo que, na prática, traduz-se numa acirrada disputa política e ideológica permanente entre o assim chamado agronegócio e as demais formas de produção, em geral agrupadas apressadamente em torno da agricultura familiar.” (SCHNEIDER, 2010,p.7) Para um aprofundamento mais contundente consultar SCHNEIDER, S. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. Rev. Econ. Polit. 2010, vol.30, n.3, pp. 511-531, e demais publicações. Entende-se que atualmente este autor é uma referência sociológica sobre as análises que permeiam o tema do desenvolvimento rural no Brasil.

¹³ A respeito destas diferentes motivações, Sabourin (2009) resenha sobre a proposta de Long e Ploeg (2011) buscando discutir as seis características que definem a condição camponesas. São elas: “(...) 1) uma relação de *co-produção com a natureza* (p.24) ; (2) a construção e a autogestão de uma *base autônoma de recursos próprios* (terra, fertilidade, trabalho, capital); 3) uma *relação*

Desta forma, para estes autores, compreender as dinâmicas camponesas exclusivamente pela fragmentação dos fenômenos globais significa negligenciar o cotidiano e seus significados, desconsiderando a diversidade local da agricultura familiar e sua atuação. E neste sentido, focar na localidade evidenciaria e abarcaria, por sua vez, a diversidade.

A exemplo da representabilidade explicitada no último Censo Agropecuário (2006)¹⁴, o número de pessoas ocupadas na agricultura, aponta que 12,3 milhões de trabalhadores no campo estão em estabelecimentos da agricultura familiar (74,4% do total de ocupados no campo). Isto é, de cada dez ocupados no campo, sete estão na agricultura familiar, o que representa empregar 15,3 pessoas por 100 hectares (IBGE, 2006).

O mesmo Censo identifica, ainda, que no país 4.367.902 estabelecimentos são da agricultura familiar, representando 84,4% do total, (5.175.489 estabelecimentos). E mesmo que ocupe apenas um quarto da área agrícola total, a agricultura familiar responde por 38% do valor da produção (ou R\$ 54,4 bilhões) anual total. Sendo que a agricultura familiar foi responsável por 87% da produção nacional de mandioca, 70% da produção de feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz, 58% do leite, 59% do plantel de suínos, 50% das aves, 30% dos bovinos e, ainda, 21% do trigo (IBGE, 2009).

Dados que, ao demarcarem o papel substancial deste setor na Segurança Alimentar e Nutricional do país, atenta para sua especificidade e diversidade produtiva defronte às dificuldades impostas pelo o que foi anteriormente referenciado por Impérios Alimentares. Principalmente no que diz respeito às múltiplas estratégias dos movimentos e organizações rurais para a sua continuidade, revelando o potencial multifuncional que podem desenvolver a fim de contribuir para a superação dos significativos dilemas civilizacionais (alimentar, ambiental, social etc.). O que sinaliza, clara e principalmente, sua função diante do abastecimento alimentar nacional e da Segurança Alimentar e Nutricional do país.

diferenciada com os mercados diversificados, resguardado uma certa autonomia; 4) um *projeto de sobrevivência e resistência* à reprodução da unidade familiar (p.30); 5) a *pluriatividade*; 6) a cooperação das *relações de reciprocidade* (p.48)” (SABOURIN, 2009).

¹⁴ Pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com o intuito de compilar os dados referente às atividades desenvolvidas por todos os estabelecimentos agropecuários nacionais entre as datas de 1 de janeiro até 31 de dezembro de 2006. Em sua décima edição, é o último material à que se tem referência.

Aqui, pretende-se assim, focar na real necessidade destes atores trabalharem em prol da ressignificação da produção e do consumo de alimentos. Para que seja conferido à este movimento a característica de sustentabilidade produtiva, tanto no que concerne a Soberania quanto à Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN), aliando a esta a ótica do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA).

Para isso, ainda que se compreenda que são inúmeras as variáveis analíticas a compor este cenário, aqui se sustenta nas abordagens que consideram o asseguramento do acesso aos mercados a via a possibilitar a SSAN. Isto é, foca-se na necessidade da criação de canais seguros de escoamentos da produção desses agricultores para que SSAN seja garantida.

Neste sentido, entretanto, os referidos canais se configurariam diferencialmente ao assegurar que o escoamento dos produtos fomente também o potencial às práticas de gestão ambiental. Especialmente através da articulação de práticas condizentes com as realidades locais e regionais, e que valorizam, desta maneira, a cultura alimentar. Melhor dizendo, canais que façam emergir sistemas agroalimentares mediadas por estratégias locais, que reconheçam a expressividade da produção alimentar local, e que por sua vez, impulsionam o caráter multidimensional de desenvolvimento rural ao se basearem em processos sustentáveis-agroecológicos.

Convém demarcar, entretanto, que em se tratando de alimentos orgânicos/agroecológicos os canais de escoamento apoiam-se em mercados alternativos. Não que se considere os mercados institucionais, à exemplo do PNAE (e também do PAA), como um mercado alternativo para além do que seu escopo delimita. Mas o que se quer destacar é que, por haver a oportunidade de se ampliar as perspectivas orgânicas/agroecológicas em um sistema agroalimentar local, este sistema pode ser considerado alternativo ao vigente. E este, por sua vez, assim se designa pelos valores que defende, o que, portanto, significa ser alternativo por basear-se em outros princípios e outros atores.

Sobre estes valores, é nesta trajetória que a Nova Sociologia Econômica Institucionalista¹⁵ se apresenta como uma alternativa teórica plausível na solução

¹⁵ Fligstein (2007) coloca que as instituições são regras e significados compartilhados - implicando que as pessoas estão conscientes delas ou que elas podem ser conscientemente conhecidas. E que compartilhamento define as relações sociais, influi na definição de quem ocupa qual posição nessas

das novas questões suscitadas pela sociedade contemporânea. Pois, passa a ser um contraponto à concepção de mercado como apenas uma relação institucional de transações econômicas matematicamente planejadas e previsíveis - ou ainda como se o mercado fosse uma ciência fria - ignorando seu aspecto social e a possibilidade da formação de mercados como organismos vivos, dos quais grupos sociais e a cultura influenciam permanentemente.

Ao entender o mercado enquanto construção social, SCHNEIDER e SCHER (2011) pontuam ser uma das perspectivas presentes nas novas análises sociais e econômicas a abordagem do “*embeddedness*” (ou enraizamento). Estes autores pressupõem que a vida econômica não pode ser entendida senão levando em conta as dimensões culturais e cognitivas das estruturas sociais e as instituições nas quais está inserida. Este conceito foi resgatado e reformado por Granovetter em 1985, e é uma clara demonstração dessa nova realidade.

Wilkinson (2008) traz que em contribuição a novidade da Sociologia Econômica, Granovetter introduziu um conceito ao seu projeto de explicar o funcionamento dos mercados a partir de uma abordagem de redes sociais. Coloca que, deve haver um reconhecimento do enraizamento da atividade econômica na qual resiste a ideologia de mercado homogeneizador, que, por sua vez, domina as propostas de políticas agroalimentares.

Disto posto, levando-se em consideração o debate a respeito de mercados alternativos¹⁶ para agricultura familiar, especificamente com relação à caracterização das tendências destes atores em acessar novos canais de comercialização, Wilkinson (2008) chama atenção para a necessidade de estes desenvolverem iniciativas autônomas e capacidades próprias que abram alternativas às formas tradicionais de intermediação dos mercados. E ainda mais importante, deve levar em

relações e orientam a interação na medida em que proporciona aos atores quadros cognitivos ou conjuntos de significados para interpretar o comportamento dos outros. Seu posicionamento defende ainda que “*os momentos de construção das instituições ocorrem quando grupos de atores sociais se confrontam uns aos outros em algum cenário de interação social de contestação*” (FLIGSTEIN, 2007, p. 64), o que explica em partes estes mercados como um mecanismo de busca por autonomia e resistência por parte dos agricultores camponeses.

¹⁶ Ainda com respeito as dualidades que frequentemente permeiam a discussão entre mercados alternativos, aponta Niederle (2009), ter a ver com a própria dificuldade em se delimitar com precisão os “*atores presentes e as fronteiras entre os mercados ditos “convencionais” e “alternativos”, “os quais se revelam ao mesmo tempo altamente relacionais, híbridos e concorrentes*” (NIEDERLE, 2009, p. 7). E também, que esta dualidade pode ser dissolvida consoante aos mercados serem percebidos como prolongamento das redes sociais que se constituem tanto vertical (ligações dentro do setor agroalimentar) quanto horizontalmente (relações no nível espacial-territorial).

conta as devidas considerações às implicações políticas que apontam para a necessidade de instrumentos apropriados. Considerando os riscos de um ambiente de experimentação com novas formas de inserção econômica.

O autor segue suas reflexões afirmando que se faz necessário a negociação da transição de mercados regionais e nacionais permeados por estes valores por meio do desenvolvimento de redes sociais mais extensas e formas apropriadas de reconhecimento. E o argumento mais relevante: a identificação desses produtos com processos e formas de vida tradicionais, com a finalidade de valorizar seus produtos para sustentarem-se no mercado. Neste sentido, Wilkinson (2008) acredita que as literaturas sobre **redes sociais** da sociologia econômica e a **teoria das convenções**¹⁷ oferecem ferramentas analíticas apropriadas para elaborar estratégias. Em suas palavras:

O homem, em maior ou menor grau, sempre elaborou os seus cálculos econômicos a partir da sua inserção em redes sociais. A natureza dessas redes sociais e a posição do ator nessas redes deveriam ser, portanto os pontos de partida para a análise da vida econômica (Wilkinson, 2008, p. 90).

Portanto, entender a configuração das redes sociais é um caminho plausível para se compreender a dinâmica de atuação dos atores nelas envolvidos. Adiciona-se a isso, que a teoria das convenções, centrada na noção de qualidade de determinado produto, tem por mérito tornar visível o mundo de valores sociais e culturais escondidos por trás das normas e técnicas de produção da mercadoria.

¹⁷ Cabe aqui um destaque importante. Ao longo do texto, a **teoria das convenções** é citada e seu conceito explorado como “convenção dos alimentos”. Atenta-se, entretanto, que este termo não deve ser confundido com “alimentos convencionais”. Em seu devido contexto, a convenção remete, portanto à teoria das convenções, que assente sobre os “valores” invisíveis comunicáveis nos produtos, e que no caso dos alimentos orgânicos significa resguardar os princípios ecológicos e sociais aos quais as práticas agroecológicas se assentam. A “convenção” aqui não faz menção à produção de alimentos convencionais, apesar da similaridade entre estas palavras, destaca-se a diferenciação em seus significados. Para a Teoria das Convenções, termo reconstituído da trajetória teórica da Economia das Convenções, parte-se do pressuposto que os sistemas de certificação e controle são uma forma de definir a conformidade dos bens à determinadas normas e padrões. Isto como um meio de evitar e reduzir as possibilidades de fraude e oportunismo. Desta forma, concebida como uma “convenção social”, a qualidade passa a ser estabelecida como o resultado de um acordo coletivo, por meio do qual os atores constroem dispositivos que lhes permitem se entenderem frente a uma determinada cena de mercado. Isto é, optar ou não por determinado produto. Neste sentido, a teoria das convenções explica que a institucionalização da qualidade se expressa nos selos de certificação e controle na medida em estes identificam/comunicam determinada convenção de qualidade socialmente construída. Para maiores aprofundamentos verificar *NIEDERLE, P.A. Economia das Convenções: subsídios para uma sociologia das instituições econômicas. Ensaios FEE, Porto Alegre, v. 34, n. 2, p. 439-470, dez. 2013.*

Nesse embate, noções variadas de qualidade estão em concorrência e contestação, revelando os distintos valores por trás da aparente neutralidade de normas técnicas. O que para alguns são valores estéticos associados à produção artesanal, para outros são indicadores de ameaça à saúde pública (WILKINSON, 2008, p.98).

Quer dizer, ao refletir a cultura de dada região, relações específicas, e hábitos de consumo, produtos com características de processamento artesanal são associados de algum modo a formas de produção ou comercialização enraizadas em contextos sociais específicos. Esta nova noção de qualidade que passa a ser coletivamente aceita é vital para que se compreenda a distinção entre os mercados e os diferentes tipos de enraizamento que apresentam (NIEDERLE, 2009). Isto é, Niederle e Almeida (2013), estimulam a pensar a constituição de novos mercados a partir dos atributos intrínsecos que os alimentos produzidos carregam, e que atuam por meio de imagens socialmente construídas, que acabam por tornar a identidade do alimento reconhecível¹⁸. Citam que, em seu processo de produção, para além do controle de técnicas, a qualidade final destes alimentos envolve a manipulação de “signos culturais”. Sendo estes signos culturais a manifestação material resultante da incorporação de uma nova gama de valores centrados em atributos de saúde e sanidade, como por exemplo, produção familiar diversificada, coprodução entre homem e natureza, bem estar animal, consumidores politizados e etc. (NIEDERLE, ALMEIDA, 2013).

A respeito destes princípios, defende-se aqui serem basilares para se compreender as concepções agroecológicas de produção. O projeto de produção agroecológica engloba estas novas concepções de qualidade ao propor o resgate de formas de produzir tradicionais baseadas em relações diferenciadas entre homem e natureza. Qualidades estas que somente serão construídas a partir da atuação cotidiana dos agricultores atores envolvidos. Estas por sua vez levam em consideração a diversidade produtiva que esta categoria aporta e, também, a especificidade dos saberes que esta produção demanda.

¹⁸ Para maiores aprofundamentos recorrer à APPADURAY, A. **A vida social das coisas**: as mercadorias sob uma perspectiva cultural. Niterói/RJ: EdUFF, 2008. Especialmente aos argumentos deste autor quanto da “trajetória social das coisas”. Conceito que relaciona qualidade de determinada mercadoria (no caso faz-se uma analogia aos alimentos), com seu valor socialmente compartilhado, que por sua vez, é dependente da trajetória de sua produção. De como foi projetado e efetivado, em processos e intermediações, carregando, desta forma, interpretação da qualidade que estes processos mesmos comunicam, e que devem ser compreendidos a partir de um amplo conjunto de significações culturais por todo o percurso.

Com relação a estes atores, embora a agricultura familiar seja uma categoria social heterogênea e de diversas designações, sustenta-se que é possível delimitar um projeto de vida comum. Este projeto admite o sujeito como integrador de identidade e técnicas que lhe auxiliam na tarefa de modificar o meio ao qual está inserido, transformando suas experiências de vida como meio de sua própria liberdade (WANDERLEY, 1998).

Menezes (2006) coloca que ao reconhecer a própria situação de subordinação a qual se submetem, os agricultores-atores encontram brechas para questionar e propor atitudes de resistência através de estratégias que busquem autonomia nos processos produtivos em formas cotidianas contínuas. Neste sentido, Brandenburg (2010) afirma haver a emergência de novas atuações no meio rural:

(...) o que se tem de novo no âmbito do mundo rural não é o processo de modernização, ou de expansão unilateral da racionalidade instrumental sobre os âmbitos da vida rural. O novo está relacionado aos movimentos de atores, que tensionam e se contrapõem ao processo de dominação exclusiva da lógica do sistema. (BRANDENBURG, 2010. p.181)¹⁹.

O que leva a refletir sobre a relevância da descrição das distintas maneiras de como os atores sociais se vinculam e interagem entre si e com o meio. Que, por sua vez, é determinante na forma assumida para incitar o processo de desenvolvimento rural local.

Ploeg (2008) complementa que, acima de tudo, a resistência do campesinato reside na multiplicidade de respostas continuadas e criadas em uma nova forma para confrontar o “Império” como principal modo de ordenamento econômico político. E, Menezes e Malagodi (2009) acrescentam que neste âmbito, o maior desafio teórico metodológico da pesquisa com camponeses, constitui-se justamente em compreender a multiplicidade e heterogeneidade das práticas deste campesinato situado em relações de dominação nas suas configurações históricas específicas.

Oportuniza-se então problematizar o que seria a abordagem de um novo modelo de desenvolvimento rural, baseado em formas de resistência cotidiana e continuada, que envolve noções de qualidade distintas. Assim, identificado o

¹⁹ Para maiores aprofundamentos sobre a emergência de novos atores no meio rural, bem como a compreensão da racionalidade camponesa ver Brandenburg (2010) e Wanderley (2008).

significado destes novos mercados, bem como a atuação dos agricultores para a formação destes, a próxima seção apresenta como, na ebulição de modelos alternativos à produção convencional, a agroecologia, passa a ser uma importante ferramenta. Permitindo, deste modo, lograr autonomia econômica e resistência política no desenvolvimento rural local, mediando natureza e sociedade.

1.1.3 – Agroecologia como projeto político de ação

“... a partir do que nós sabemos, é possível julgar quão importante é cada uma das disposições da natureza, de forma que se faltasse uma única espécie de minhoca, a água estagnante alteraria o solo e a umidade faria tudo apodrecer. Se uma única função importante faltasse no mundo animal e vegetal, nós poderíamos temer o maior desastre do universo.” Lineu, 1760

Na tentativa de retomar a pertença das sociedades com a natureza, Gliessman (2000) coloca que a Agroecologia, como enfoque crítico, resultou da fusão entre Ecologia e Agronomia, ciências que até então mantinham uma coexistência tensa durante o século XX. E que, enquanto a Ecologia concentrou seus estudos em sistemas naturais, a agronomia cada vez mais se ocupava do desenvolver de práticas agrícolas desconectados dos processos naturais²⁰.

Como uma ciência, a agroecologia é a *“aplicação da ciência ecológica ao estudo, projeto e gestão de agroecossistemas sustentáveis”* (SCHUTTER, 2012, p.17). E como um conjunto de práticas agrícolas, busca maneiras de aperfeiçoar os sistemas produtivos imitando os processos naturais. Criando, portanto, interações biológicas benéficas e combinadas entre os componentes do agroecossistema.

Desta maneira, a agroecologia faz um uso altamente intensivo do conhecimento ancestral, baseado em técnicas que são desenvolvidas com base na

²⁰ Inúmeros cientistas vêm ao longo dos anos ampliando os debates acerca do contínuo distanciamento da humanidade com a natureza. A título de ilustração, cita-se aqui a física indiana Vandana Shiva. Segundo a autora, haveria uma falsa ideia em relação ao conhecimento e a ciência instaurados pelas revoluções industrial e científica. Ao citar Bacon, em “O nascimento masculino do tempo” explicita que este segundo autor, afirmava que até aquele momento, o conhecimento e o tempo eram essencialmente “femininos”, mas que com o avanço do capitalismo foi preciso torná-los “masculinos”. Para a autora, a noção indígena da natureza como uma espécie de “deusa” atrapalhava o progresso industrial, do patriarcado e do capitalismo. Desta forma foi que, sucessivamente, ouve a transposição da natureza orgânica à manipulação de matéria morta e nutricionalmente manipulável, melhor adaptada ao capitalismo ascendente. Maiores detalhes ver (SHIVA, 1999).

prática e experimentação.

Nas palavras de Petersen (2013), isto se traduz da seguinte forma:

O princípio fundador do enfoque agroecológico se baseia na manutenção e no manejo de agroecossistemas biodiversificados, nos quais são promovidos efeitos de sinergia e sincronia entre componentes e subsistemas, gerando crescentes níveis de autonomia técnica [leia-se insumos externos], estabilidade produtiva e resiliência ecológica. (...) Já na Agronomia convencional, o enfoque se dirige exclusivamente à população de espécie vegetal ou animal de maior interesse econômico e não para as comunidades bióticas às quais ela pertence. Nesse caso, os agroecossistemas são desenhados para controlar o ambiente agrícola e simplificar suas redes de interações ecológicas por meio do aporte intensivo de insumos externos e energias não renováveis. (PETERSEN, 2013, p. 84).

Ainda que seja possível encontrar no desenvolvimento das ciências agrárias uma produção de orientação orgânica, o autor segue sistematizando as diferentes características do enfoque agroecológico por ser este fundamentado nos seguintes princípios:

[...] (1) a construção do conhecimento agroecológico é contextualizado nas realidades agrárias onde ele será empregado. O enfoque nessa construção é voltado essencialmente para a (2) promoção de equilíbrios ecológicos na escala da paisagem agrícola, de modo a (3) mobilizar recursos do capital ecológico territorial para o processo produtivo. Dessa forma, (4) estimula trajetórias endógenas de inovação técnica que proporcionam, simultaneamente, (5) o aumento da produtividade física dos cultivos e criações e (6) a diminuição dos consumos intermediários, resultando na (7) produção de maior valor agregado, na (8) sua apropriação pelas famílias agricultoras e na (9) sua retenção e circulação no território. A riqueza social assim gerada (10) realimenta a endogeneidade, (11) abrindo novas margens de autonomia para a contínua produção de novidades. (PETERSEN, 2013, p. 92)²¹.

Complementarmente, a agroecologia é também baseada na complexidade da construção de um diálogo de saberes, sendo neste, o saber tradicional fundante

²¹ Até este ponto é fundamental discernir a diferenciação aqui considerada entre alimento agroecológico e alimento orgânico. Portanto, entende-se num contexto mais amplo, que a agroecologia é a junção harmônica de conceitos das ciências naturais com conceitos das ciências sociais. Junção a qual permite o entendimento da agroecologia como ciência dedicada ao estudo das relações produtivas entre homem-natureza, visando sempre a sustentabilidade ecológica, econômica, social, cultural, política e ética. Conjunto o qual eleva a agroecologia a contraposição direta do atual sistema agroalimentar hegemônico. Isto é, estas práticas são aqui entendidas como de resistência da agricultura familiar, ao processo de exclusão do meio rural e homogeneização das paisagens de cultivo. Por outro lado, o alimento orgânico, pode ou não ser agroecológico, já que por conceituação, são alimentos produzidos sem o uso de produtos químicos sintéticos ou alimentos geneticamente modificados. O que, entretanto, por si só não garante que sua produção seja agroecologia, uma vez que não os livra de serem produzidos nos moldes da agricultura convencional ou de monocultura. Para maiores aprofundamentos recorrer a ASSIS, R.L.; ROMEIRO, A.R. Agroecologia e agricultura orgânica: controvérsias e tendências. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n.6, p.67-80, jul./dez. 2002.

para a implementação das práticas. Nas palavras de Leff:

As práticas agroecológicas são culturalmente compatíveis com a racionalidade produtiva camponesa, pois se constroem sobre o conhecimento agrícola tradicional, combinando este conhecimento com elementos da ciência agrícola moderna. As técnicas resultantes são ecologicamente apropriadas e culturalmente apropriáveis; permitem a otimização da unidade de produção através da incorporação de novos elementos às práticas tradicionais de manejo, elevando a produtividade e preservando a capacidade produtiva sustentável do ecossistema. (LEFF, 2002b, p.41).

Práticas estas que se relacionam com a racionalidade camponesa, já que, como sustenta Chayanov (1981), ao por dispor-se da força de trabalho familiar, esta resulta em princípios que não se organizam para extrair e se apropriar da riqueza gerada pelo trabalho de terceiros, isto é, a mais-valia. O que faz com que esta lógica envolva uma racionalidade específica também na gestão dos recursos locais, uma vez que o agricultor familiar, sendo proprietário e também meio de produção, depende da preservação do patrimônio produtivo. Fato que induz à processos de desenvolvimento triplamente sustentável: social, econômica e ambientalmente, indo de encontro as premissas agroecológicas.

A respeito das relações sociais e econômicas, o autor coloca que nos sistemas ecológicos interagem subsistemas de produção de bens e serviços voltados tanto para o mercado quanto para o autoconsumo da família produtora, o que confere eficiência econômica que deve ser avaliada considerando os diversos aspectos socioecológicos. Aspectos estes que contabilizam os vínculos não só com os mercados, em que a família troca parte de sua produção por dinheiro, mas também a geração de recursos não monetários, consumidos diretamente pela família agricultora – demarcado um *ecossistema cultivado e socialmente gerido*.

Sobre essa assertiva, Sevilla-Guzmán (2010) complementa que para que se fortaleça como uma ferramenta de contestação do atual modelo de produção, a agroecologia deve justamente incorporar o gerenciamento de novas relações sociais. Deve considerar central a matriz comunitária na qual o agricultor está inserido, isto é, a matriz sociocultural. Esta, por sua vez, dotada de uma práxis intelectual e política em sua identidade local e em sua rede de relações sociais propõe ações coletivas que transformam as formas de dependências externas vigentes.

Neste percurso, toma-se a agricultura familiar como referência para a

elaboração de uma nova agricultura que proponha a construção de novos conhecimentos científicos (que envolvam tecnologia, entendimento dos processos econômico-sociais e projeção de metodologias executáveis). E que estes possam acionar alternativas para reorganizar as dinâmicas agroalimentares que correspondam às expectativas e necessidades da sociedade no sentido de unir equidade social, equilíbrio ambiental, qualidade de vida, saúde e produtividade que satisfatoriamente garanta a SAN.

Com isso em vista, compreende-se ser central considerar a agroecologia como um instrumento para a formação e composição de arranjos institucionais que garantam condições para que os agricultores familiares e camponeses assumam o protagonismo das dinâmicas de desenvolvimento rural. Desta forma, será possível aumentar o contingente de atores engajados na defesa da justiça social, da saúde ambiental, da economia solidária e ecológica, e aqui, centralmente, da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional.

Entretanto, há de se destacar, que de acordo com o relatório de “Identificação de gargalos tecnológicos da agricultura familiar, subsídios e diretrizes para uma política pública” realizado pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES, 2005) não se pode negligenciar as dificuldades que a expansão da agricultura agroecológica vem enfrentando ao longo dos anos. Entre as mais expressivas, o relatório cita a baixa inserção nos meios acadêmicos consolidados, a pouca sistematização das experiências, a definição dos gargalos tecnológicos (de ordem metodológica e do conhecimento sobre os sistemas produtivos ou agroecossistemas) e as dificuldades de implantação das tecnologias agroecológicas (plantio e incorporação de leguminosas utilizadas para adubação verde entre as práticas do plantio direto, controle de ervas daninhas em substituição aos agrotóxicos e reestruturação das práticas convencionais, por exemplo) (IPARDES, 2005).

Ao identificar principalmente a existência de cenários de inserção, o relatório segue explanando a importância da introdução da tecnologia para ultrapassar os obstáculos historicamente impostos. Nestas circunstâncias, para que se reconheça o uso de tecnologia como aliada à superação de seus próprios gargalos, o relatório reforça a relevância de quatro propostas básicas: a capacitação de técnicos e de agricultores, a adequação das tecnologias em uso às condições da agricultura familiar, a elaboração de uma nova matriz tecnológica e o fortalecimento da estrutura

de assistência técnica e extensão rural. Desafios estes que apenas encontram saídas uma vez conhecidas as particularidades e especificidade de cada comunidade em seu contexto regional (IPARDES, 2005).

Por outro lado, neste quadro que se configura, as observações tecidas têm por intuito salientar a preocupação de que as políticas públicas para a agricultura familiar justamente sejam consideradas em sua totalidade, articulando suas ações no plano institucional, temático e territorial, e que contribua na geração de sinergia capaz de potencializar os projetos conjuntos. Pensando que para isso, o conhecimento das particularidades local se faz indispensável.

Este grande item teve por finalidade apresentar, ainda que de forma breve, a complexidade do processo histórico no qual se baseia a produção mundial de alimentos vigente. A lógica concentradora de recursos econômicos de uns em detrimentos de outros imposta pelo sistema agroalimentar vigente, demonstrou que o aumento da produção de alimentos não encerra por si só os problemas sociais de acesso à uma alimentação saudável e de qualidade.

Contrária à alegação de abastecimento insuficiente, pôde-se constatar que a proposta produtivista trazida pela mecanização da agricultura no período da década de 70, serviu apenas para centralizar o controle da produção e do comércio agrícola mundial em torno de não mais do que 30 grandes empresas transnacionais (SHIVA, 2003). O que acarretou no aumento da concentração de riquezas e agravamento da problemática ao acesso, e, por consequência, relegando populações a situações de vulnerabilidade extremas e de Insegurança Alimentar e Nutricional (IAN)²².

Esta mesma racionalidade produtivista e mecanizadora (de relações e técnicas) é também a responsável pelo desencadeamento de inúmeras outras crises anteriormente já expostas. Fazendo-se necessário, portanto, um novo modelo de desenvolvimento rural pautado em mudanças tanto no que diz respeito às relações sociais, como nas relações com os recursos naturais e ambientais, já em marcha pela agroecologia.

A análise desta conjuntura sugere que a propagação das práticas agroecológicas pode aumentar simultaneamente a produtividade agrícola e a SAN, melhorar a renda e os meios de vida no rural e reverter e conter a tendência à perda da biodiversidade, tanto ambiental como cultural.

²² Situação alimentar avessa a SAN.

Sustenta-se, nesse sentido, que a atuação do Estado mediante programas e políticas como o Programa Nacional de Alimentação Escolar, poderiam redesenhar estas dinâmicas de maneira favorável. E o quadro geral ao qual o programa se insere será aprofundado na sequência.

Até este momento, sobre o grande item que se encerra, é prudente esclarecer que embora a SAN seja o pano de fundo maior desta dissertação, o resgate feito sobre as questões envolvendo o rural, compreende o investimento nele feito como um dos braços da atuação do Estado para justamente alcançar e garanti-la.

Por outro lado, a ampliação da abordagem que leva em conta o sistema agroalimentar faz revelar as várias nuances às quais as estruturas rurais estão atreladas. As lutas camponesas explicitam diversas pautas de reivindicação para sua resistência e continuidade que extrapolariam as análises deste trabalho. Desta forma, o que aqui quer se evidenciar é que se optou por focar, entre as estratégias de ação do estado, as que tem SAN como emolduramento. E que, na constituição e implementação de políticas e programas alimentares pertencentes ao quadro, não se pretende exaurir todas as ações do Estado, mas sim tratar em específico do PNAE. E deste programa como potencial redeseñador do sistema agroalimentar local pela inserção da agroecologia. O segundo grande item que segue trata justamente destas questões.

1.2 – SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL: O papel do Estado e a mediação da agroecologia

Este segundo momento, tratará de abordar as propostas em vias de consolidação - por meio da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), respaldando-se no Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e na Soberania Alimentar (SOBAL) - das quais, o Estado detém crucial papel de fomento.

Destas, especificamente, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), e o aparato da Lei 11.947, se faz uma ferramenta importante para as políticas públicas que visam desenvolvimento rural, Soberania Alimentar e,

consequentemente, a edificação de um ambiente agroecológico.

Em sequência, apresenta-se o panorama mais geral destas concepções, para em seguida abordar os aspectos mais teóricos da ação do Estado no transcurso da efetivação.

Finalmente, o capítulo encerra-se expondo em maiores detalhes, o que representa o PNAE neste quadro, a evolução das diretrizes e recursos disponibilizados, e o papel desempenhado para o fortalecimento da agricultura familiar no Brasil.

1.2.1. O Direito Humano à Alimentação Adequada no contexto da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), que enfatiza o caráter individual dos direitos e sua concepção a-histórica e essencialista da natureza humana, constitui a primeira referência no que diz respeito aos direitos humanos (BEZERRA, ISAGUIRRE, 2013). Segundo as autoras, no entanto, não se pode negligenciar que tal construção perpassa pelas mudanças sociais, políticas e econômicas de cada espaço temporal e segue refletindo os interesses de cada época. No caso da alimentação, especificamente e em nível internacional, têm-se os parâmetros do Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC).

O prelúdio de sua efervescência se dá em 1993, na realização da Conferência Internacional sobre o Direito Humano, e a respeito deste resgate, Rigon (2012) traz o seguinte:

A realização da Conferência Internacional sobre Direitos Humanos de Viena, no ano de 1993, retomou o debate sobre os direitos humanos, resgatando a sua importância estratégica num cenário mundial em que muitas iniquidades ainda prevalecem. A Conferência reafirmou como princípios básicos considerados pela abordagem dos direitos humanos: universalidade e inalienabilidade; indivisibilidade; inter-relação e interdependência; equidade e não discriminação; participação e inclusão e a obrigação de prestar contas e o Estado de Direito. O resgate do princípio da indivisibilidade dos direitos humanos possibilitou que os direitos econômicos, sociais e culturais fossem considerados da mesma forma que os direitos civis e políticos, o que

contribuiu para avanços importantes na discussão da operacionalização dos direitos de forma inter-relacionada e interdependente. (RIGON, 2012. p.60).

Da sucessiva construção, é em 2000, que o Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais da Organização das Nações Unidas trata em especial do tema do DHAA e esclarece de que forma os países que assinaram os Pactos Internacionais de Direitos Humanos devem colaborar na sua exequibilidade e efetivação (ANJOS, BURLANDY; 2010).

Neste aspecto, o PIDESC passa a reconhecer o direito a um padrão de vida adequado, inclusive à alimentação, bem como o direito fundamental de estar livre da fome. Portanto, conforme os tratados internacionais de direitos humanos, são duas as dimensões indivisíveis do DHAA: a) o direito de estar livre da fome e da má nutrição, e b) o direito à alimentação adequada (ABRANDH e colaboradores, 2010). Isto é:

O direito à alimentação adequada é um direito humano inerente a todas as pessoas de ter acesso regular, permanente e irrestrito, quer diretamente ou por meio de aquisições financeiras, a alimentos seguros e saudáveis, em quantidade e qualidade adequadas e suficientes, correspondentes às tradições culturais do seu povo e que garanta uma vida livre do medo, digna e plena nas dimensões física e mental, individual e coletiva. (ABRANDH et al, 2009).

Sendo que, segundo o Comentário geral 12, do artigo 11 do PIDESC, esta definição implica todos os elementos normativos de DHAA, que assim estabelece:

(...) se realiza quando todo homem, mulher e criança, sozinho ou em comunidade com outros, tem acesso físico e econômico, ininterruptamente, a uma alimentação adequada ou aos meios necessários para sua obtenção. (ABRANDH e colaboradores, 2010).

Embora tenham ocorrido avanços significativos no que diz respeito ao processo construtivo destas concepções, é notável a lacuna que permanece entre o reconhecimento e a existência de mecanismos efetivos para a garantia de seu cumprimento. Eis então o desafio de como fazê-lo, no sentido de associá-lo à promoção de processos que realizem o enfrentamento da determinação social da Insegurança Alimentar e Nutricional, concorrendo principalmente, para a mudança paradigmática transgressora ao DHAA.

Segundo Valente (2002), a SAN, na realidade, exatamente trata de como uma sociedade organizada, dispondo-se de políticas públicas de responsabilidade do Estado, e também da sociedade em general, deve garantir o DHAA a todos os

cidadãos. Deixando claro assim que o DHAA é o direito em si, e a SAN é o ambiente ao qual o Estado tem o dever de proporcionar a todos, valendo-se de diversas outras ferramentas agregadoras e que trabalhem sinergicamente.

É desta maneira que a SAN, e na sequência também a Soberania Alimentar (SOBAL), passam a se integrar ao DHAA, através da principal lei nacional para o setor: a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional²³ (LOSAN/Lei nº 11.346) - aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo Presidente da República em 15 de setembro de 2006, como instrumento jurídico (ABRANDH e colaboradores, 2009).

Esta lei atribui a essa noção o estatuto de um objetivo de política pública, estratégico e permanente, escopo que a coloca entre as categorias nucleares para a formulação das opções de desenvolvimento de um país, tornando assim um instrumento de monitoramento e controle social (ABRANDH; CERESAN; CONSEA; FAO-RLC/ ALCSH, 2009).

A Segurança Alimentar e Nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis. (Art. 3º, LOSAN, 2006).

Este ambiente é invariavelmente correlato ao entendimento da SOBAL, que, por definição – proposta pelo movimento internacional da Via Campesina²⁴, no ano

²³ Sobre a construção desta lei, Anjos e Burlandy historiam: “(...) o conceito de SAN se consagrou na Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) como fruto de uma dinâmica político-institucional que já estava em curso desde meados da década de noventa. Este processo envolveu diversas organizações da sociedade civil, instituições e movimentos sociais, que se articularam e constituíram redes de políticas em torno deste tema, dentre as quais se destaca o Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional, instituído em 1998, e seus correspondentes estaduais e municipais. O diálogo destas organizações com diferentes setores do governo em seus distintos níveis (municipal, estadual e federal) contribuiu de forma importante para a conformação da SAN como um campo de políticas públicas no país” (ANJOS; BURLANDY, 2010, p.2)

²⁴ A Via Campesina é um movimento autônomo e pluralista de repercussão internacional que coordena organizações camponesas de pequenos e médios agricultores, trabalhadores agrícolas, mulheres camponesas e comunidades indígenas nos 5 continentes do mundo. É o principal movimento camponês de repercussão internacional na atualidade de se destaca por suas ações e proposições que confrontam os centros de decisão política na agricultura, como a Organização Mundial de Comércio (OMC), o Banco Mundial, e as empresas transnacionais. Os temas abordados pelo movimento são principalmente referentes a reforma agrária, Soberania Alimentar, biodiversidade e recurso genéticos, direitos humanos, gênero e agricultura camponesa sustentável através da agroecologia. Fundada em abril de 1992, é formada por organizações nacionais e regionais cuja autonomia é cuidadosamente respeitada e estruturada a partir de conferências que acontecem a cada três anos, sendo esta a máxima instância de decisão. Seguida então pelas instâncias de articulações

1996 – defende ser:

O direito dos povos a definir suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito a alimentação a toda a população, com base na pequena e média produção, respeitando suas próprias culturas e a diversidade dos modos camponeses de produção, de comercialização e de gestão, nos quais a mulher desempenha papel fundamental. (VIA CAMPESINA, 2009)

A proposta reivindica, em especial, o direito de se promover uma agricultura local, diversificada, camponesa e sustentável, respeitando o território e compreendendo o comércio internacional como um complemento à produção local. A SOBAL implica também restituir o controle dos bens naturais às comunidades (como a terra, a água e as sementes) e lutar contra a privatização da vida. E a respeito disso, antes de ser visto como um regresso ao passado deve ser entendido como a ação que visa recuperar o conhecimento e as práticas tradicionais, combinando-as com as novas tecnologias e os novos conhecimentos a partir do compartilhamento de saberes (VIVAS, 2011). Quer dizer, é uma posição política de princípio democrático norteador das ações que dela decorrem. Não permitindo ser considerada mera forma de produzir alimentos, mas uma conduta social que perpassa pelas perspectivas de direitos humanos em todas as suas nuances; desde a alimentação, como ao direito à livre decisão dos meios de produção, sustento e as práticas mantenedoras de dada comunidade ou população (ZUGASTI e colaboradores, 2009).

Ressalta-se, entretanto, a necessidade de aprofundar o debate de SOBAL por determinados teóricos, assim como ativistas de movimentos sociais de repercussão internacional como a Via Campesina. Estas análises demandam entender a alimentação de um povo como um tema de Soberania e Segurança Nacional. E, portanto, como defende Rosset (2003), a SOBAL iria mais além do conceito de Segurança Alimentar atualmente concebido pelos órgãos internacionais, a exemplo da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO). A razão deriva do fato do verdadeiro significado ter sido desvirtuado por diversos outros interesses.

Rosset (2003) defende que como é tratada pela FAO, a Segurança Alimentar

regionais, e comissões coordenadoras onde se prima pela integração de 50% de mulheres e 50% de homens. Para maiores aprofundamentos consultar: AURÉLIE, A. **A Via Campesina: A globalização e poder do campesinato**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Expressão Popular, 2013.

não problematiza a procedência dos alimentos, ou a forma como são produzidos, abrindo brechas para que, como elucida o autor, “Washington” possa argumentar ser a importação de alimentos baratos dos Estados Unidos uma maneira eficaz dos países efetuarem seu abastecimento alimentar. O que repercutiria em todas as externalidades já mencionadas da centralização de recursos entre poucos, disparador de êxodo rural e etc. Enfim, para este autor, uma Soberania Alimentar genuína apenas luta contra a fome e a pobreza geral se suas diretrizes estiverem enfatizadas nos mercados e economias locais, nuance a qual a conceituação de Segurança Alimentar da FAO por si só não resguarda.

Por outro lado, é também adequado esclarecer, que embora haja um embate quanto da abrangência destes dois termos (SOBAL e SAN), no Brasil, se depreende que a Soberania, juntamente com o DHAA, são princípios sem os quais não se edifica SAN em sua integridade, diferenciado-se assim em essência do conceito delimitado pela Organização acima citada.

Deste modo, no Brasil, como sintetiza Souza (2009), há um embate político e ideológico muito mais complexo que permeia a Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. O qual inclui não só a produção de alimentos, mas também a matriz energética atual, e com ela a monocultura, os movimentos sociais *versus* o agronegócio e a especulação do mercado de commodities dissonante à demanda produtiva de alimento. Conjuntura a qual remete à reflexão a respeito da crise na produção agrícola, não pela ineficiência produtiva mas sim à sua destinação e finalidade.

É com vistas a isso que alega-se aqui que o fato destas duas máximas – isto é Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN) – estarem conceitualmente distanciadas, tem relação direta com o que se apresentou no capítulo anterior ser a consolidação de um Império Alimentar, o qual, por sua vez, desconectou a produção e o consumo (BEZERRA, 2010; TRICHES 2011).

A retomada entre estas duas pontas do sistema agroalimentar, na prática, trataria de criar e estabelecer vínculos entre produtores e consumidores de alimentos, mediante articulações que privilegiem as cadeias curtas de produção-consumo de alimentos (BEZERRA, 2010; TRICHES, 2011).

Tal proposta possibilita resistir aos modelos dominantes de abastecimento agroalimentar, tomados pelas longas cadeias do agronegócio e do setor varejista na distribuição de alimentos – aqui, mais especificamente, explorados como Impérios

Alimentares, tal qual exposto por Ploeg (2009).

Além disso, pretende-se aqui defender que é a partir da compreensão do DHAA, e principalmente da SSAN, que a agroecologia passa a ser vista e salvaguardada como uma estratégia - que não apenas questiona o atual modelo de produção de alimentos, mas que, principalmente, fundamenta uma nova forma de conceber a produção de alimentos de maneira saudável e sustentável, salvo como prevê estas concepções (BEZERRA, 2009). E, sobre esta afirmação, convém referenciar caber ao Estado o papel de proteger, prover, promover e respeitar o DHAA, assim como preconiza o PIDESC25.

1.2.2. O papel do Estado e o Programa Nacional de Alimentação Escolar no contexto da Segurança Alimentar e Nutricional

De acordo com uma ótica regulacionista²⁶, compreende-se que a opção por determinados modelos de gestão pública estão relacionadas a distintos padrões agroalimentares. Isto quer dizer que uma investigação da situação alimentar e nutricional brasileira ao longo do tempo revela correlação estreita com o abastecimento alimentar e o perfil de saúde e nutrição da população, dada sua maneira de consumir.

Entende-se assim que o Estado deteria relativo controle na configuração de um sistema produtivo, que em como consequência favoreceria a modelagem de outras práticas alimentares (MORGAN e SONINO, 2008).

O resgate histórico relacionado ao processo de colonização brasileiro demarca um passado com fortes raízes agrárias das quais as práticas para autoconsumo e comercialização local eram suas características mais acentuadas, ainda que caracterizado como um país exportador.

Entretanto, a intensa modernização iniciada no século passado trouxe,

²⁵ Para maiores aprofundamento a cerca das funções do Estado assumida frente ao cenário internacional na garantia do DHAA, verificar as proposições do PIDESC (ABRANDH e colaboradores, 2009).

²⁶ Esta abordagem implica compreender o capitalismo como um sistema naturalmente instável, subordinado à crises periódicas e cíclicas, baseado no regime de acumulação. A regulação acontece, ao pressupor à acumulação um padrão de organização no qual a atividade produtiva se conforma aos padrões de consumo. Nestes casos, o nível de atividade econômica é compatível com a demanda efetiva, situação a qual evita um nível de inflação elevado e a crise da superprodução. Maiores detalhes verificar FIANI (2004).

juntamente com o crescimento e desenvolvimento econômico, uma intensa modificação no perfil sociodemográfico da população, acompanhada de uma modificação no perfil alimentar e nutricional (VASCONCELOS, 2005).

Vasconcelos (2005) traz ainda, que foi no regime militar, principalmente, que se observou o início do desenvolvimento agrícola e agrário com o objetivo de modernizar a agricultura brasileira, transformando o latifúndio brasileiro em modernas empresas rurais, que nas importações alavancaram a industrialização do país. Como consequência, derivaram-se todas as externalidades associadas ao êxodo rural promovido pela exclusão social dos agricultores familiares e a predação do meio ambiente. Processo o qual demonstra como as dinâmicas político-econômicas atuam na regulação de modelos agroalimentares, no volume de alimentos produzidos e com qual finalidade.

De acordo com esta lógica, a regulação estatal se estenderia também ao estabelecimento do perfil epidemiológico de uma população. Quer dizer, a atual situação nacional (e também mundial) de produção de alimentos direcionada à mecanização da agricultura, (baseada em sua intensiva especialização) tem vínculos estreitos com o desdobramento da “homogeneização alimentar”. O que Ilbery e colaboradores (2005) reconhecem como sendo a “McDonaldização” da alimentação.

Ambos os termos empregados para designar a tendência generalizada aos hábitos alimentares conferidas pelo modelo agroindustrial vigente. Que por sua vez, desconsidera, principalmente, fatores sociais, culturais, nutricionais e outros que influenciam direta ou indiretamente na alimentação de determinado país ou região, e que conduziriam a modelos de consumo específicos e diferenciados.

Este fenômeno, que concerne tanto ao intercâmbio de informações quanto de práticas e bens de consumo nos processos globais, tem como consequência o imediato distanciamento do consumo da comida como prática social e de sua produção. Seus impactos negativos são rapidamente evidenciados nas práticas alimentares²⁷.

²⁷ Para uma investigação integral a respeito destes impactos negativos conferir o trabalho de Escoda (2002), principalmente ao que se refere à crítica feita ao fenômeno da “Transição Nutricional”. Cenário no qual, alguns estudiosos, entendem haver emergido, ao longo dos últimos anos, a prevalência de Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) como a obesidade (infantil/adulta), diabetes melitus, doenças cardiovasculares, resistência à insulina e alguns tipos de cânceres. Doenças estas decorrentes da alimentação derivada da homogeneização dos modelos alimentares agroindustriais.

Cabe fazer o balanço que, neste percurso, o projeto que priorizou o desenvolvimento econômico em detrimento de pessoas mostrou-se deturpado desde que o Estado desconsiderou prover condições mínimas e direitos básicos à população. Nitidamente demarcada por relações de produção e consumo determinadas exclusivamente por fatores de ordem econômica.

Assim, na emergência das políticas estatais que têm por intuito promover a vinculação entre produção e consumo²⁸, destaca-se aqui as políticas e programas voltadas a alimentação escolar. Já que compreende-se ser esta a chave para a modificação do paradigma alimentar corrente, e a edificação da agroecologia²⁹.

Além disso, dentre os investimentos por parte do Estado, evidencia-se que o PNAE, em suas diretrizes, intenciona articular práticas de consumo mais condizentes com as realidades locais e regionais, ao primar e valorizar fatores culturais, sociais e nutricionais que fortemente correlacionam-se ao perfil nutricional da população. O que torna mais efetiva sua atuação na intervenção no perfil epidemiológico em curso, já que, ao assumir a redefinição do abastecimento alimentar, privilegia modelos diferenciados. Além de tornar possível o já mencionando resgate de relações entre produtores e consumidores ao fomentar, principalmente, o desenvolvimento rural local.

Ainda que não seja o foco incidir sobre as discussões que entendem a ressignificação do papel do Estado neste contexto, entende-se ser necessária sua menção. Principalmente por haver a necessidade de se considerar o papel da participação social (democratização) na criação e implementação de políticas públicas que tenham como cerne (poder deliberativo) o cumprimento dos direitos humanos e sociais. Isto é, autores defendem a necessidade de uma reforma substancial no Estado, já que a experiência revelou ser este ineficiente e ineficaz

²⁸ Como explicitado anteriormente, é prudente resgatar que a proposição de um modelo mais sustentável, se faz possível através da aproximação da produção de agricultores familiares e o consumo de alimentos localmente. Esta aproximação, como mencionado no capítulo anterior, é possível através do que foi traduzido como sendo “*embeddedness*”. Já que, é no encurtamento desta cadeia que se evidencia e possibilita o trânsito de informações “imersas” em sistema de valores e práticas específicas, no caso deste trabalho, defendidos como os saberes e práticas agroecológicas. Neste capítulo estes valores poderiam ser transmitidos através da alimentação ofertada pelo PNAE.

²⁹ Segundo Maluf (2007) essas políticas emergentes constituem-se a partir de dois principais componentes básicos, a saber o componente alimentar, e o componente nutricional. O primeiro está relacionado à produção, à disponibilidade, à comercialização, isto é, ao acesso ao alimento. Enquanto o segundo refere-se às práticas alimentares e à utilização biológica do alimento, relacionando-se ao estado de nutrição da população.

para lidar com a pobreza derivada da consolidação das políticas liberais. Esta reforma deve recair especialmente ao que concerne as atuações que vão na contramão das proposições liberalistas de intervenção mínima do Estado³⁰.

Em complementaridade, é importante citar também as ações empreitadas pela participação social. Dentre elas, foi o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) quem esteve à frente dos processos que desencadearam um debate sobre o desenho institucional e normativo do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) – cuja experiência resultou nas alterações do PNAE através da Lei 11.947/2009. O CONSEA é um instrumento de articulação entre governo e sociedade civil na proposição de diretrizes para as ações na área da alimentação e nutrição. Instalado no dia 30 de janeiro de 2003, este Conselho tem caráter consultivo, e assessora o Presidente da República na formulação de políticas e na definição de orientações para que o país garanta o direito humano à alimentação (MDS, 2014). Desta forma, ainda que não prescindida a organização social, o Conselho atua no reconhecimento do papel do Estado para a materialização destas políticas. Por esse motivo, faz-se necessário mencionar sua atuação.

Assim, é neste cenário de transformações que defende-se que o PNAE, a partir de suas especificidades, pode ser considerado uma ferramenta do Estado para favorecer determinado modelo de consumo alimentar e garantir SAN, principalmente pela possibilidade de se redesenhar o sistema agroalimentar local e impulsionar o desenvolvimento rural dessas regiões.

Um breve resgate da evolução do Programa ao longo do tempo, mostra que em 1954, o PNAE promulgou e mantém dentre seus objetivos primordiais:

Art. 2.º O PNAE tem como objetivo suprir parcialmente as necessidades nutricionais dos alunos, com vistas a garantir a implantação da política de Segurança Alimentar e contribuir para a formação de bons hábitos alimentares.

O PNAE está entre as mais antigas e, pode-se dizer, permanentes ações do Governo Federal no âmbito das políticas sociais e assistenciais do país, e no mundo. É o único com atendimento universalizado e considerado um dos maiores programas na área de alimentação escolar (SPINELLI; CANESQUI, 2002). Em seus

³⁰ Para maiores aprofundamentos verificar DEAN, CIMADORE e SIQUEIRA (2006).

primórdios, tinha como princípio norteador melhorar as condições nutricionais das crianças e diminuir os índices de evasão e repetência e, como consequência, melhorar o rendimento escolar. Mesmo que, ao longo de sua história, diversos fatores despontassem para que tal intuito fosse considerado muito pretensioso - à exemplo de sua descontinuidade no atendimento, inadequação à diversidade alimentar brasileira, baixa qualidade dos alimentos, pouca aceitabilidade, e a restritiva de refeição diária única a ser servida.

Como enunciou Spinelli e Canesqui (2002), os interesses das indústrias alimentícias foram influenciadores cruciais para o desenho inicial do Programa e, por isso, foram grandemente favorecidas. Houve priorização de distribuição de alimentos industrializados e formulados em todo território nacional. E estes alimentos eram comprados de determinadas empresas por meio das licitações públicas sob inúmeras prerrogativas de segurança e qualidade nutricional.

O desencadeamento de eventos decorrentes da centralização que absorveu a maior parte do volume de recursos financeiros do Programa resultou em uma série de distorções no fornecimento, armazenamento dos produtos, cartelização dos fornecedores e elevação dos custos da alimentação, que, por sua vez afetou a operacionalização e eficácia dos resultados (SPINELLI; CANESQUI, 2002).

A descentralização dos recursos somente se iniciou em 1994, com a instituição da Lei 8.913.

Em 1994, a descentralização dos recursos para execução do programa foi instituída por meio da Lei n.º 8.913, de 12/07/1994, mediante celebração de convênios com os municípios e com o envolvimento das Secretarias de Educação dos Estados e do Distrito Federal, às quais se delegou competência para atendimento aos alunos de suas redes e das redes municipais das prefeituras que não haviam aderido à descentralização (FNDE, 2007). Aos municípios cabiam as responsabilidades de elaborar os cardápios, adquirir os alimentos, realizar o seu controle de qualidade, articulados com a Vigilância Sanitária e inspeção agrícola, criar o Conselho de Alimentação Escolar (CAE) - com o principal objetivo de fiscalizar a utilização correta dos recursos - e, prestar contas ao órgão de financiamento vinculado ao Ministério da Educação (FAE, atual FNDE). (TRICHES, 2010, p.81).

Como consequência, os municípios passaram a gestionar a alimentação escolar, possibilitando a racionalização da logística e dos custos de distribuição dos produtos, promoção do desenvolvimento local (a exemplo de pequenos produtos agrícolas e da pecuária local, mas também de pequenas empresas regionais), maior

participação da sociedade civil (através do Conselho de Alimentação Escolar - CAE³¹), o que possibilitou a elaboração de cardápios compatíveis com os hábitos alimentares das comunidades locais e também diversificação de suas preparações (TRICHES, 2010).

Sobre seu funcionamento, é apropriado explanar que, atualmente, o Programa é coordenado pelo Governo Federal, mas quem coloca as ações em prática são as Entidades Executoras (EEs): estados e municípios. O governo federal transfere recurso do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)³² – órgão responsável pela coordenação do PNAE – às EEs para que estas adquiram os produtos para a composição do cardápio servido na alimentação escolar.

Com sucessivos reajustes, a partir de 2010, juntamente com a reformulação da Resolução que dita as diretrizes do programa, houve aumento do valor *per capita*, os quais vigoram atualmente. A saber, R\$ 0,30 para os alunos matriculados no ensino fundamental, no ensino médio e na Educação de Jovens e Adultos (EJA); R\$ 0,50 para alunos matriculados na pré-escola, exceto para aqueles matriculados em escolas localizadas em áreas indígenas e remanescentes de quilombos; R\$ 0,60 para os alunos matriculados em escolas de educação básica localizadas em áreas indígenas e remanescentes de quilombos; R\$ 1,00 para os alunos matriculados em creches, inclusive as localizadas em áreas indígenas e remanescentes de quilombos; e R\$ 1,00 para os alunos matriculados em escolas de tempo integral com permanência mínima de 7h (sete horas) na escola ou em atividades escolares, de

³¹ O CAE é uma materialização do Controle Social (CS) no PNAE. Este, por sua vez, é uma ferramenta reconhecida pela Constituição de 1988, para o exercício e fortalecimento da democracia representativa e participativa na formulação, gestão e controle de políticas públicas. O CS pode ser exercido de diversas formas, por meio de conselhos de políticas públicas, de plebiscitos, do orçamento participativo ou diretamente pelos cidadãos, que podem atuar individualmente ou de forma organizada. No caso do CAE entre suas responsabilidades cabe: acompanhar e fiscaliza o cumprimento dos princípios e diretrizes do PNAE e a aplicação dos recursos destinados à alimentação escolar; zelar pela qualidade dos alimentos e pela aceitabilidade dos cardápios oferecidos; receber o Relatório Anual de Gestão do PNAE e emite parecer acerca da aprovação do programa; atuar em regime de cooperação com os Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) e observa as diretrizes estabelecidas por eles; comunicar ao FNDE, aos Tribunais de Contas, à Controladoria-Geral da União, ao Ministério Público e aos demais órgãos de controle qualquer irregularidade identificada na execução do PNAE; fornecer informações e apresenta relatórios acerca do acompanhamento da execução do PNAE, sempre que solicitado; e elaborar o Regimento Interno. (BADUE e colaboradores, 2011) Para mais informações, consultar o Capítulo VIII da Resolução n. 43/2013.

³² O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), autarquia federal criada pela Lei nº 5.537, de 21 de novembro de 1968, e alterada pelo Decreto-Lei nº 872, de 15 de setembro de 1969, é responsável pela execução de políticas educacionais do Ministério da Educação (MEC). Entre suas funções cabe prestar assistência técnica e financeira e executar ações que contribuam para uma educação de qualidade aos alunos matriculados em escolas públicas de ensino.

acordo com o Censo Escolar do INEP/MEC (FNDE, 2013).

Anterior a isso, ao prever atender as necessidades nutricionais dos alunos durante sua permanência na escola, contribuindo assim na formação de hábitos saudáveis, é em 2006 que se acrescenta à estes progressos o princípio da universalidade, equidade, participação social e respeito à cultura alimentar. Isto se deu pela necessária revisão das diretrizes do Programa ao se defrontar com o perfil nutricional alarmante da população como um todo. É nesta época que os cardápios formulados em cada Entidade Executora também passam a ser responsabilidade do(a) nutricionista do município.

É desta premissa, também, que, em 16 de junho de 2009, na tentativa de efetivar as diretrizes de uma alimentação saudável e adequada com apoio ao desenvolvimento local sustentável, na Resolução passa-se a ter na forma da Lei 11.947 a inauguração dos processos de aquisição pública, possibilitando a compra da agricultura familiar local. Para as argumentações que seguem, os Artigos 14 e 15 da referida Lei tem relativa relevância:

Art. 14. Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas.

§ 1º A aquisição de que trata este artigo poderá ser realizada dispensando-se o procedimento licitatório, desde que os preços sejam compatíveis com os vigentes no mercado local, observando-se os princípios inscritos no art. 37 da Constituição Federal, e os alimentos atendam às exigências do controle de qualidade estabelecidas pelas normas que regulamentam a matéria.

§ 2º A observância do percentual previsto no caput será disciplinada pelo FNDE e poderá ser dispensada quando presente uma das seguintes circunstâncias:

I - impossibilidade de emissão do documento fiscal correspondente;

II - inviabilidade de fornecimento regular e constante dos gêneros alimentícios;

III - condições higiênico-sanitárias inadequadas.

Art. 15. Compete ao Ministério da Educação propor ações educativas que perpassem pelo currículo escolar, abordando o tema alimentação e nutrição e o desenvolvimento de práticas saudáveis de vida, na perspectiva da segurança alimentar e nutricional.

Em suma, estas ações possibilitaram romper com o empecilho ao qual o processo de aquisição de alimentos estava submetido, isto é, a Lei 8.666 de licitações e contratos da administração pública. Desde que foi criada, severas

críticas eram aviltadas em decorrência de seu caráter de rigor burocrático e dificultador ao limitar o grau de decisão do agente público pormenorizando os regulamentos que deveriam obedecer e salvaguardar comportamentos oportunistas (TRICHES, 2010).

É oportuno resgatar o caminho trilhado pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)³³ e sua fundamental contribuição para neste intermédio.

Segundo o PLANSAN (2014), a constituição e relativo sucesso do PAA, teve com um dos legados exatamente a redefinição da resolução do FNDE, mediante a Lei 11.947, num caminho pedagógico para dar visibilidade ao segmento da agricultura familiar. Foi através das sucessivas reivindicações dos movimentos sociais que esta movimentação alcançou o PNAE³⁴.

Mattei (2007) defende que a utilização do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) para o abastecimento da alimentação escolar foi uma tentativa de vencer a burocracia dos processos licitatórios, com a alegação de funcionar como medida para desburocratizar a compra de produtos da agricultura familiar, conferindo ao PAA o feito de promotor de desenvolvimento local a partir de compras governamentais. Fato que fez ressaltar mais ainda aos olhos o potencial do PNAE em contribuir para o avanço das políticas de SSAN que possuíam o caráter unificador entre produção e consumo local.

Não se pode negligenciar que com o PAA – por falta de uma rede sócio-assistencial que contemplasse abrigos, orfanatos, hospitais, etc. – houve um incremento da alimentação escolar mediante a chegada de seus produtos. Fato que trouxe visibilidade ao segmento da agricultura familiar, e, por conseguinte, causou alterações na lei que então passou a normatizar o PNAE. Cabe destacar, no entanto, que o objetivo inicial do PAA não era de abastecer a alimentação escolar, mas sim,

³³ Criado em 2003, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) está entre as estratégias do Programa Fome Zero. O programa utiliza mecanismos de comercialização que favorecem a aquisição direta de produtos de agricultores familiares ou de suas organizações, estimulando os processos de agregação de valor à produção. Seu funcionamento se baseia em: parte dos alimentos é adquirida pelo governo diretamente dos agricultores familiares, assentados da reforma agrária, comunidades indígenas e demais povos e comunidades tradicionais, para a formação de estoques estratégicos e distribuição à população em maior vulnerabilidade social. Os produtos destinados à doação são oferecidos para entidades da rede socioassistencial, nos restaurantes populares, bancos de alimentos e cozinhas comunitárias e ainda para cestas de alimentos distribuídas pelo Governo Federal. Outra parte dos alimentos é adquirida pelas próprias organizações da agricultura familiar, para formação de estoques próprios. A compra pode ser feita sem licitação. Cada agricultor pode acessar até um limite anual e os preços não devem ultrapassar o valor dos preços praticados nos mercados locais. (BRASIL, 2013)

³⁴ Para uma avaliação mais contundente deste caminho ver BEZERRA e SCHNEIDER (2012).

ser um canal de escoamento dos alimentos adquiridos via o programa. Isto é, o PAA não foi criado exclusivamente com o intuito de alimentar o PNAE, nem outro tipo de instituição pública especificamente. Fato é que seu modelo de funcionamento estruturante (a aquisição de produção local e direcionamento para consumo institucional também local), tratou de impulsionar a incorporação de mecanismo similar para o abastecimento da alimentação escolar (BEZERRA, 2009).

Das sucessivas conquistas, foi assim que a Lei 11.947 de 2009 passou a ser um marco nas políticas públicas relativas à SSAN, pelos seus avanços duplamente vantajosos. Primeiro, por amparar o desenvolvimento rural local por meio da agricultura familiar (ao tornar obrigatória a utilização de 30% dos recursos do FNDE remetidos a Entidades Executoras para aquisição de alimentos desse tipo de produção) e segundo, por inovar ao que concerne as legislações para as aquisições públicas.

Nestas situações, ficam os agricultores familiares dispensados de submeterem-se à lei de licitação pública ainda que se estipule um limite de valor para os participantes individualmente. Para compor os projetos anuais de compra institucional para a composição do cardápio da alimentação escolar, os agricultores devem estar deliberadamente vinculados a grupos formais ou informais, e também necessariamente atender às normas sanitárias vigentes. O decurso destas exigências e regras será trabalhado na discussão da exposição da pesquisa realizada.

Dessas experiências, pode-se dizer que nesta última década, a agricultura familiar ampliou sua participação no abastecimento alimentar interno e na manutenção do preço dos alimentos, mesmo em períodos de crises globais. Estas políticas, de certa maneira, promoveram a inclusão gradativa e a geração de renda para as famílias que vivem no campo (PLANSAN, 2014). A criação e consolidação destas políticas tem se demonstrado relativamente acertada quanto da constituição de políticas de comercialização para este segmento da agricultura no país (PLANSAN, 2014)³⁵. Principalmente ao que concerne o potencial de resenhar o

³⁵ Mesmo reconhecendo o papel fundamental que estas políticas vêm desempenhando não se pode negligenciar que, dada sua abrangente articulação, problemas ao longo da sua cadeia gerencial dificultam sua continuidade. À exemplo do ocorrido em setembro de 2013. A deflagrada Operação Agro-Fantasma reforçou a complexidade de operacionalização destes programas, ao levantar suspeitas a cerca de irregularidades fiscais no PAA na modalidade de Compra Direta com Doação Simultânea. Revelando a necessidade de aprimoramento dos procedimentos operacionais e de controle gerencial do programa.

agrossistema alimentar local pela priorização de produtores de conduta orgânica-agroecológica³⁶.

Para se fazer uma projeção do alcance do Programa nos últimos anos, bem como o impacto da incorporação destas últimas nuances ao longo de sua história, destaca-se que, em 2000, o PNAE atendia cerca de 37,1 milhões de alunos com um investimento de R\$ 901,7 milhões. Com a ampliação para os alunos do ensino médio, em 2009, e para outros escolares, em 2012, o programa alcançou aproximadamente 43,1 milhões de estudantes em 2013, com um investimento estimado de R\$ 3,5 bilhões (FNDE, 2014).

O gráfico abaixo demarca a ampliação do repasse financeiro desde o ano 2000.

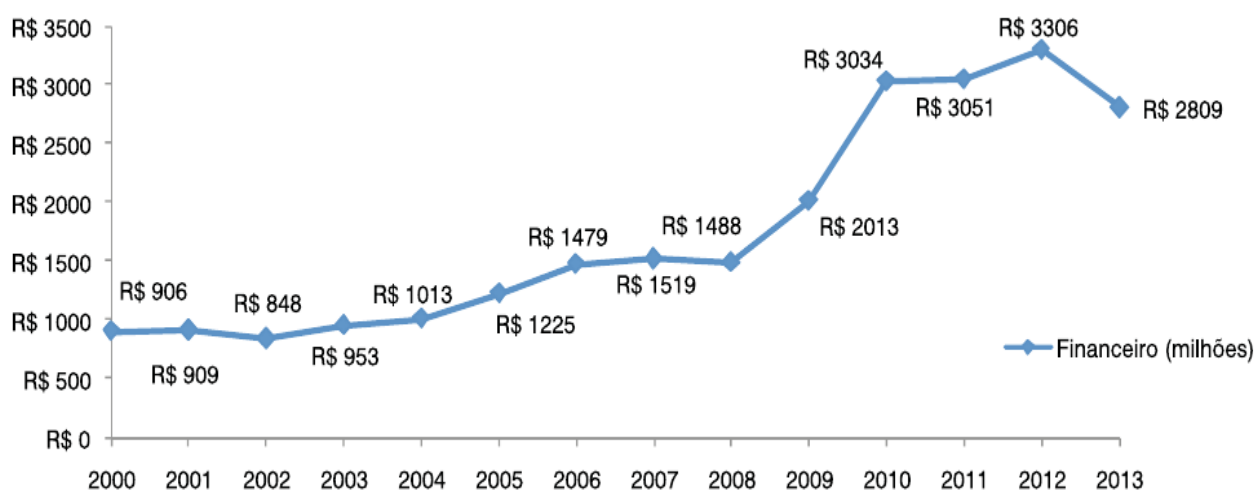


GRÁFICO 1 - EVOLUÇÃO DO REPASSE FINANCEIRO DO PNAE DESDE 2000
 FONTE: MEC-FNDE/PLANSAN, 2014.

Dados preliminares do MEC-FNDE (PLANSAN, 2014) estimam que em 2012, 81% (contabilizando 4160) das Entidades Executoras (EE) compraram da agricultura familiar e 50% (total de 2568) atenderam o percentual de compra mínima

³⁶ Destaca-se que ao que concerne o progresso dessas transformações em curso, o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANSAN) acrescenta que com relação a forma de produção dos alimentos no Brasil, a partir de um novo paradigma centrado no uso racional dos recursos naturais e na preservação da biodiversidade, "(...) destaca-se o processo de elaboração, com a participação da sociedade civil, do Decreto no 7.794, de 20 de agosto de 2012, que instituiu a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), com o objetivo de integrar e articular políticas indutoras da transição agroecológica e da produção orgânica, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e para a oferta de alimentos saudáveis" (PLANSAN, p.27, 2014). Por sua vez, a instituição da PNAPO marca o compromisso do Governo Federal com a ampliação e a efetivação de destas atividades. Nesse sentido, o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO) constitui-se como um instrumento de operacionalização da PNAPO de monitoramento, avaliação e controle social das atuações conjuntas e organizadas.

de 30% como previsto. O que, no total, contabiliza um valor de R\$ 362.978.321,10 em recursos investidos neste setor da agricultura para o ano em questão.

Estes dados pretendem, principalmente, expor como a correlação dos vários aspectos que caracterizam o PNAE podem atuar como uma ferramenta catalisadora dos processos que dizem respeito à SSAN sob a ótica do DHAA. E mais adiante, na possibilidade de aproximação localizada da produção com o consumo pautado em alimentos saudáveis, estando, desta forma, em conformidade com as premissas de um desenvolvimento rural pautado na produção agroecológica.

No marco legal ao qual o PNAE está atualmente assentado (Lei 11.947/2009 e Resolução/CD/FNDE no 26/2013), oportunamente, destaca-se em seu escopo três principais diretrizes. Primeiro, a que estabelece o emprego de *“alimentação saudável e adequada, compreendendo o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis”* (Art. 2o, inciso I). Segundo, a relevância da diretriz que inova ao ampliar a abrangência da educação alimentar e nutricional, apresentando uma concepção que articula teoria e prática quando indica sua inclusão *“no processo de ensino e aprendizagem, que perpassa pelo currículo escolar, abordando o tema alimentação e nutrição e o desenvolvimento de práticas saudáveis de vida”* (Art. 2o, inciso II). E terceiro, a diretriz que explicita o apoio ao desenvolvimento sustentável, e que exige que sejam aplicados *“incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local e preferencialmente pela agricultura familiar”* (Art. 2o, inciso V).

A articulação conjunta destes três elementos juntamente com a magnitude da sua abrangência, faz entender, portanto, que este Programa se caracteriza como importante ação Estatal que desempenha múltiplas funções “re-estruturantes”.

Convém, no entanto, esclarecer que dentre as medidas que se esperam, aqui defende-se que aquela que mais merece ser fomentada diz respeito ao estímulo à produção e ao consumo de alimentos agroecológicos no ambiente escolar. Isto, pois, levam-se em conta todas as nuances ao qual esta particular maneira de produzir exige.

Compreende-se também, através da incorporação destas novas diretrizes, poder fazer compensar os quase 50 anos dos quais este Programa esteve marginalizado por minguar seu potencial como instrumento Estatal na edificação de mercados que transgridam a estrutura hegemônica vigente.

Medidas as quais Morgan e Sonnino (2008) se referem por “*Green State*”³⁷, ou seja, um Estado democrático no qual as ideias regulatórias e os procedimentos favorecem uma democracia *ecológica* muito mais que uma democracia *liberal*. Quer dizer, com este enunciado, os autores pretendem defender a ideia que o “Estado Verde” (*Green State*) atuaria de forma a utilizar recursos, regulações - enfim, seu poder - para favorecer hábitos e práticas sustentáveis. Tanto no âmbito do consumo como da produção. Isto, pois, deliberando em favor de determinadas atividades em relação à outras, seria possível promover mudanças nos setores público, privado e do terceiro setor, alcançando comunidades, famílias e indivíduos.

O capítulo que se encerra teve por principal objetivo tratar de explicitar as diversas nuances às quais a SAN se assenta para a garantia do DHAA e da SA no redesenho dos sistemas agroalimentares locais. Tratando de explicar, neste percurso, o papel de fomento de estado mediante programas e políticas.

Neste ambiente, compreende-se que, dentre as responsabilidades do Estado, a consolidação do PNAE e a instrumentalização da Lei 11.947/2009 apresentam-se como uma ferramenta regulatória importante na estruturação de um ambiente favorável à práticas de produção sustentável. E que, principalmente, a aproximação entre a produção e consumo local, propulsores de desenvolvimento rural, surge como um mecanismo intersetorial com potencial para alavancar mudanças expressivas no âmbito do fortalecimento da agricultura familiar. Especialmente no que diz respeito a reconfiguração de um sistema alimentar que visiona a construção da sua própria sustentabilidade e a consolidação da Soberania Alimentar.

O próximo capítulo tratará de apresentar e analisar os resultados

³⁷ Para estes autores, o conceito de Estado Verde baseia-se no princípio de que, nas sociedades democráticas, o Estado é a instituição mais legítima para assumir o papel de facilitador da democracia e administrador da ecologia pública, dado seu poder regulatório e a dimensão de seu orçamento. Esta concepção apoia-se em quatro ideias fundamentais: 1. O estado tem a maior capacidade de disciplinar investidores, produtores e consumidores pois interfere nos padrões de performance ou rotulagem de produtos, processos de produção e preço, através de impostos e incentivos, o que afeta o comportamento individual através de educação e informações; 2. É o mais poderoso ator facilitador da mudança cultural necessária para promover o consumo sustentável e a sensibilidade ecológica; 3. Possui fontes e capacidade de direcionamento, sobre o monitoramento de ecossistemas, geração de conhecimento e resolução de conflitos ecológicos. 4. É a única instituição legal e política capaz de oferecer resistência à globalização e custos sociais e ecológicos do capitalismo pela influência nos investimentos, produção, distribuição e consumo, geralmente negligenciadas. Isto é, o Estado Verde consiste num processo; é um ideal de comprometimento com as obrigações ambientais e com o desenvolvimento sustentável, sendo este o principal objetivo da mudança: considerar as dimensões de desenvolvimento social, econômica e ambiental (MORGAN; SONINO, 2008).

encontrados desta pesquisa propriamente dito. Explicitando como efetivamente, na prática, a rede agroecológica da região da Lapa-PR pôde modificar-se e expandir-se após a inserção da Lei 11.947/2009. Particularmente, ao tratar esta Lei como um artefato sociotécnico impulsionador de modificações na rede preexistente de abastecimento da alimentação escolar lapena. Evidenciando também as confluências das normas e regras institucionais que submetem os agricultores a dispor-se de vínculos sociais e compartilhamento de saberes para possibilitar a manutenção desta rede.

CAPÍTULO 2 - A REDE DE AGROECOLOGIA DA LAPA

*"Isto sabemos.
Todas as coisas estão ligadas
Tudo o que acontece com a Terra,
acontece com os filhos e filhas da Terra.
O homem não tece a teia da vida;
ele é apenas um fio.
Tudo o que faz à teia,
ele faz a si mesmo"
(Tedd Perry)*

Este capítulo resulta de algumas reflexões sobre a eminência da organização dos agricultores lapeanos desta organização, enquanto Associação, localizada na rede agroecológica maior: A Rede Ecovida de Agroecologia.

É importante explicar que, a opção por iniciar as discussões pelo enquadramento da rede de abastecimento da alimentação escolar da Lapa na Rede³⁸ veio da necessidade de se compreender como estas duas redes interagem. Já que, ao longo da pesquisa de campo, tanto no discurso dos entrevistados como nos documentos oficiais da associação, frequentemente se mencionava a dinamização entre estas duas instâncias organizativas. Notou-se então, que o processo de certificação poderia ser mais importante do que previsto, e, por isso, um olhar mais atento.

Neste caminhar, foi identificada uma movimentação coletiva inédita envolvendo os agricultores em questão e seus respectivos vínculos sociais para a modificação da Rede como um todo. Durante o tempo em que foi possível acompanhar as atividades, observou-se um planejamento para a ampliação da Rede mediante a formação de um novo núcleo, encabeçado, principalmente, pelos envolvidos nesta pesquisa.

Analisar este processo oportunizou constatar que muito da coesão social que impulsionou esta atuação perpassou pelo fortalecimento dos agricultores (tanto os associados, como os que passaram a ser sócios) que estão inseridos na rede de abastecimento para o PNAE da Lapa, sendo esta uma forma de resistência ante as

³⁸ Quando grafada com "R" maiúsculo, rede refere-se à Rede Ecovida de Agroecologia, enquanto que grafada com minúscula, refere-se à rede de abastecimento escolar mapeada neste trabalho.

modificações do mercado - fato que tornou os achados mais significativos.

Assim, aqui optou-se por primeiro localizar estas duas redes, tanto “espacialmente” como em suas convergências, para então, no próximo capítulo, discutir em maior profundidade as minúcias que mantêm e sustentam as dinâmicas do PNAE que culminaram na disposição geral da Rede (ainda em vias de consolidação).

Desta forma, os itens e subitens que seguem apresentam em sequência um breve histórico da formação da associação, sua evolução em direção aos rumos agroecológicos, a entrada nos projetos do PNAE, e a sua essencial participação na Rede Ecovida, que contribuiu e, posteriormente, culminou na ampliação dela própria.

2.1. A AGROECOLOGIA COMO OPÇÃO PRODUTIVA

2.1.1 Histórico da formação da Associação: da compra e venda coletiva à agroecologia

Em primeiro lugar, convém situar geograficamente o universo amostral em foco, bem como uma concisa caracterização do município. Localizada ao Sudeste do Paraná, o município pertence à Região Metropolitana de Curitiba. Seus limites territoriais encontram ao leste Contenda e Quintadinha; à oeste Antônio Olinto e São João do Triunfo; ao sul Quitadinha, Campo do Tenente, Rio Negro e Mafra (SC); e ao norte São João do Triunfo, Palmeira, Porto Amazonas e Balsa Nova. A Lapa se encontra há 72,10 km da capital do estado e possui uma extensão de 2.097,751 km². Possui a agropecuária como sendo a principal atividade econômica, dados segundo o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social/IPARDES (2013). Já com relação à sua população, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE (2013), é estimada em 47.023 habitantes. Com um grau de urbanização de 60,58% (IPARDES, 2013). Na Lapa, ainda segundo o IPARDES (2013) a vegetação é remanescente de Mata Atlântica e Araucárias, e a cobertura vegetal foi alterada quase em sua totalidade, restando apenas manchas de floresta de araucárias, espécie predominante na região dos Campos Gerais.

A FIGURA 2 tem dupla função: i) localizar e destacar o município da Lapa e

ii) evidenciar sua relevância na composição do quadro da agricultura familiar paranaense.

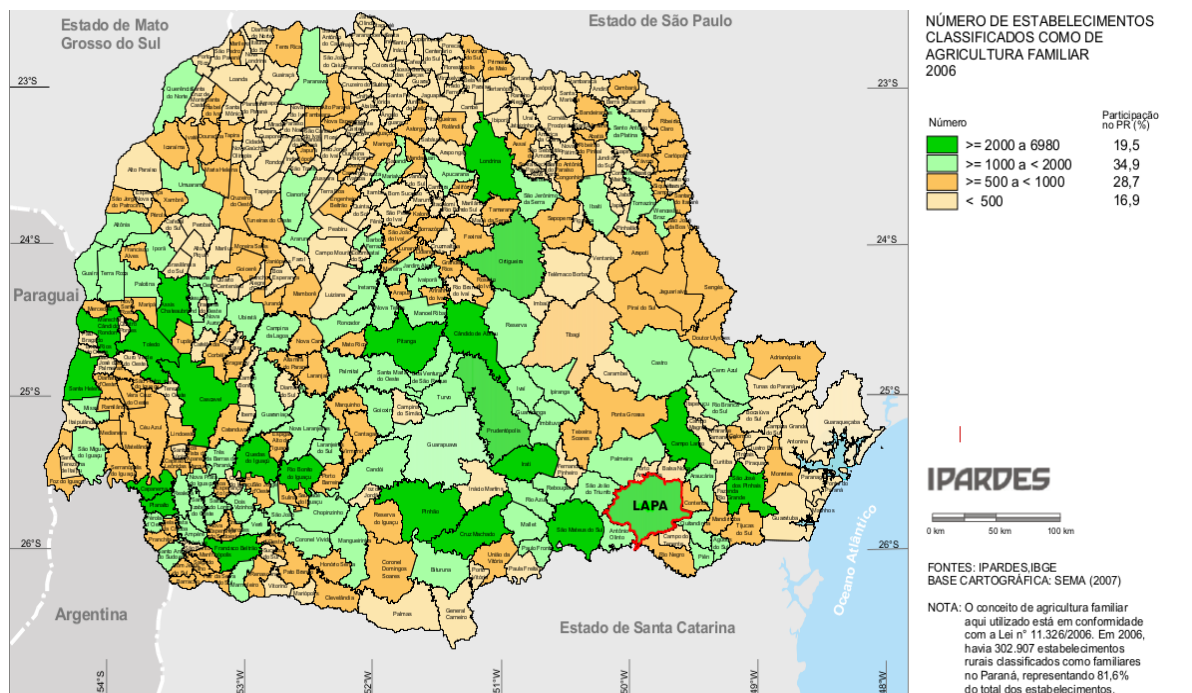


FIGURA 2 - NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS CLASSIFICADOS COMO DE AGRICULTURA FAMILIAR EM 2006
FONTE: IPARDES, 2006

É neste contexto, que no dia 13 de julho de 1988, nasce a Associação. Atualmente, esta conta com 32 pessoas associadas, dentre as quais participam dos projetos da alimentação escolar efetivamente 9. E, apesar da data à primeira vista remeter a uma associação há algum tempo ativa, cabe aqui um relato do seu processo histórico de construção. Dado principalmente que, a opção por se pautar em modos agroecológicos de produção não foi sempre premissa, mas sim a evolução de uma compreensão coletiva de sua necessidade.

Uma breve análise dos documentos oficiais (atas e outros registros) revela na primeira página do Livro Ata de fundação a discriminação³⁹ e delimitação dos objetivos da associação. No Artigo 1º encontra-se:

a) Estimular o espírito de comunidade e organização entre os integrantes da

³⁹ Inicialmente, constava ser “uma entidade de direito privado, sem fins lucrativos”, mas foi retirada em uma das modificações, não constando no Estatuto vigente.

Associação, no sentido de desenvolver e melhorar as condições de vida dos mesmos, no tocante à alimentação, saúde, produção e outros interesse comum; b) Promover desenvolvimento comunitário através da realização de obras e melhoramentos com recursos obtidos por doação e empréstimos; c) Para sua viabilização, a associação poderá realizar convênios com quaisquer Entidades Públicas ou Privadas, visando a obtenção de recursos para seu funcionamento; d) Aquisição em comum de gêneros alimentícios e outros bens de consumo de primeira necessidade; e) Comercialização em comum da produção oriunda das famílias envolvidas; f) Promover o intercambio comercial entre as organizações do meio rural e as organizações do meio urbano; g) Melhorar as condições econômicas das famílias, estimulando a produção e diversificação das atividades agrícolas.” (Anfiteatro da Escola Barão do Rio Branco, Lapa. Ata da reunião de Fundação realizada no dia 13 de julho de 1988, Livro 1, p. 1-2).

Com destaque ao trecho “estimular o espírito de comunidade e organização entre os integrantes”, e também na fala seguinte, pode-se inferir que a sua formação teve o intuito de socializar o acesso à alimentação através do abastecimento, baseando-se principalmente nas relações de cooperação e reciprocidade. Neste tempo, a associação alcançou significativa expressividade no meio rural da Lapa logrando importante função social para as famílias.

Quando a Associação nasceu, ela tinha esse objetivo de ser de compra e venda. Na época tinha muitos armazéns de interior, o que nós chamamos de bodega. E essas bodegas executavam um preço muito alto por causa do transporte para cidade, e etc. Levar as compras de ônibus era muito difícil e então acabava ficando na mão dos armazéns do interior. Então o pessoal se associou para isso, para achar uma forma de compra coletiva de alimentos, para conseguir um preço no atacado, da forma mais barata (...). Através de um caminhão volante que se fazia a distribuição nas comunidades onde estavam os associados. E com isso ajudava a regular os preços dos armazéns. Porque daí se você consegue comprar mais barato da Associação, automaticamente a pessoa do armazém, se ele não baixar o preço, ele nunca vai vender [se referindo aos produtos dos quais os produtores associados não produziam. Exemplo: quirela, arroz, feijão]. Então ela teve essa função muito importante aqui na Lapa nesse sentido. Chegamos a ter 4 mil sócios na época.”⁴⁰ (Agricultor 1⁴¹ – Pesquisa de Campo, 2013).

Houve, desde cedo, o entendimento que para serem fortes frente aos

⁴⁰ Mesmo que se trate de um público majoritariamente com menor grau de instrução, não se teve a intenção de dar tom pejorativo às suas falas, ou ainda se quis reforçar esta característica. Portanto, mantendo-se as expressões linguísticas, as redações das falas aqui apresentadas foram transcritas de acordo com a norma culta, prioritariamente em relação à concordância e conjugação.

⁴¹ Conforme estabelece a normativa sobre Pesquisa com seres humanos, as informações como os nomes dos agricultores foram substituídos por números em sequência de aparecimento neste texto. Entretanto, vale ressaltar que números iguais sinalizam o mesmo entrevistado.

mercados, os agricultores deveriam se unir e planejarem suas respectivas produções. Desta forma, seria necessário *“um estudo e um plano de ação”*, como registrado.

Entretanto, outro relato traz que em participação em uma das assembleias, o representante da Emater-PR⁴², presente e referindo-se à agricultura familiar, explanou que *“como a agricultura está sendo praticada, ela não é autossuficiente, ou melhor, sustentável, devido ao plantio ou muito pouca área de terreno”* (Ata 03/99, página 31, 1999). Se identificou, desta maneira, uma forma de produzir um tanto predatória, ainda que não houvessem registros de um aprofundamento desta discussão e nem propostas significativas para que se alterasse a situação.

As sequências das reuniões registram frequentes mudanças dos indivíduos que compõem os cargos da Diretoria geral. Nota-se dificuldades estruturais, principalmente na oscilação dos locais das reuniões, devido à inexistência de uma sede própria, o que se materializa em longos períodos sem assembleias registradas e na inconsistência das decisões levadas a cabo. Há intervalos de até 2 anos sem que houvesse encaminhamentos e ações, deixando a impressão de pouca atividade conjunta. Aos poucos, ainda que dessem continuidade aos trabalhos da associação como um todo, dada sua específica dinâmica interna, progressivamente, nota-se um fluxo desagregador.

Até o ano de 1999 não se falava de produção nos moldes agroecológicos, e como quesito de qualidade, questionava-se o que se referia apenas à *“aparência”* dos produtos ofertados. Em 2001, segundo os registros, constata-se significativa diminuição na quantidade de vendas, e até mesmo na impossibilidade de continuidade da rede de abastecimento dos alimentos. Especialmente por conta da crise gerada pela concorrência disparada pela rede local de supermercados. Abaixo, segue um relato que registra este processo histórico.

Ai chegou um tempo que começou a abrir mercadinho no interior também. Uma rede de mercado local MIG descobriu o sucesso da associação nas vendas comunitárias e se apropriou dessa rede, e destruiu o esquema da Associação. Então eles pegavam um caminhão, carregavam esse caminhão com produtos, iam até o interior e vendiam com uma margem de 15 dias para o pagamento. Investiram 2 anos, com o objetivo de destruir a associação. O dono deste mercado tem uma rede de mercado, com 4, 5

⁴² Sigla para Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural, que como o próprio nome sugere, é uma instituição pública que presta ações de apoio e assistência técnica aos produtores e trabalhadores rurais.

mercados (...). Então, o objetivo do dono da rede de mercados era pegar essa fatia de mercado, que seria a venda ambulante no interior. E aí ele investiu vendendo abaixo custo para poder destruir a associação. E aí ele vendia barato em tudo quanto era lugar, e começou a desarticular as pessoas (...). Muitas famílias deixaram de trabalhar no coletivo e não faziam muito esforço de comprar mais da associação, e aí a rede de supermercados MIG foi tomando conta. (...) Aí enquanto acontecia isso, o caminhão ambulante do MIG aumentava os preços. Então, na comunidade organizada era 1 real, já na desorganizada já era 1,50. E assim ele foi fazendo a graduação, onde destruía a associação, eles entravam com um preço mais alto (...). E aí Associação deixou de ser importante pra essas famílias, e perdeu a função. (Agricultor 1 – Pesquisa de Campo, 2013).

Aqui reside uma observação importante. É possível correlacionar estes eventos com a influência de um Império Alimentar por parte rede de supermercados local MIG, assim como sinalizado por Ploeg (2009).

Para este autor, as redes que dão sustentação ao Império são em grande medida virtuais, o que, por outro lado, não exclui sua materialidade. Por se instituírem com o fim explícito de controle sobre a riqueza produzida nas redes produtivas, o Império impõe o controle dos pontos de distribuição, de modo que para quem está fora do Império, fica cada vez mais difícil vender, assim como pôde ser observado na dinâmica acima descrita.

É evidente que não se pode caracterizar o MIG e sua rede como um Império propriamente dito, já que sua atuação dependeria de uma estrutura de controle muito mais elaborada e complexa. Entretanto, é possível dizer que uma vez que depreende determinado como no gerenciamento do abastecimento alimentar local, é possível afirmar que este reproduz a lógica do Império em uma escala menor.

Neste sentido, Ploeg (2009) coloca também que o parâmetro que torna o modo camponês de fazer agricultura promissor é seu potencial de autonomia produtiva através da capacidade singular de mobilizar recursos em seu favor. Ou seja, é na coprodução com a natureza que os agricultores promovem a manutenção e desenvolvimento continuado do chamado capital ecológico, que mobiliza condições ambientais indispensáveis à atividade agrícola.

É desta forma, que foi também no ano de 2001 que se convergiu na ideia de comercializar produtos orgânicos pela associação como princípio. O relato seguinte evidência esta movimentação:

(...) foi levantada a possibilidade pelo senhor "A"⁴³, de que existe escassez

⁴³ Conforme a justificativa da nota n.42, os nomes citados ao longo das falas foram substituídos

de produtos orgânicos para serem vendidos pela Associação. Então, que haja incentivo nas comunidades para que os nossos associados plantem produtos orgânicos. (Sede Paroquial Santo Antonio, Lapa. Ata da reunião realizada no dia 17 de setembro de 2001. Livro 1, p.33).

O que leva a inferir, que foi no declínio da circulação dos produtos de compra e venda coletiva, ainda que produzidos nos moldes convencionais, que potencializou uma "nova estratégia" de resistência da associação mediante a alteração do modelo de produção de alimentos. Movimentação esta que, gradativamente, proporcionou nos registros das atas a incorporação das novas diretrizes produtivas, progredindo em ações efetivas para a implementação. À exemplo do incremento de profissionais que detivessem o conhecimento das técnicas e acordos com cooperativas viabilizadoras de Crédito como a CRESOL⁴⁴. Dentre outras medidas que estivessem sintonizadas com o objetivo da conversão produtiva.

Observa-se, portanto, que é do acúmulo destas experiências que, no início de 2007, se intensificam os debates sobre avançar nas formas de comercialização destes alimentos "alternativos", estudando as possibilidades de se montar *boxes* específicos nas feiras para a venda dos seus produtos. Sucodem-se desta maneira, ações que culminaram para que em novembro de 2007 houvesse efetiva modificação no Estatuto Geral, o qual formaliza o direcionamento agroecológico da associação.

(...) e dentre todos os artigos, os participantes acharam necessário incluir ou alterar os seguintes artigos concernente aos objetivos da associação. (...) b) Promover o desenvolvimento da **agroecologia** de organização de grupos de famílias de agricultores; **apoiar e assegurar na reconversão da propriedade convencional para o sistema agroecológico**; organizar grupos para compra e venda de produtos e insumos; promover a formação e a informação agroecológica. (Sede Paroquial Santo Antônio, Lapa. Ata da reunião realizada no dia 21 de novembro de 2007. Livro 1, p.43 – grifo da autora).

No início, localizadas principalmente onde o dito "Império" (Ploeg, 2009) não alcançava, a partir das vendas diretas para as famílias - que viviam nas zonas rurais mais afastadas dos centros urbanos – foi que os agricultores da Associação encontraram vias para estruturar seus mercados. No entanto, estes canais passam

conforme aparecimento por letras do alfabeto romano.

⁴⁴ Sistema das Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária.

nitidamente a se dissolver à medida que a rede de mercados conseguiu avançar para estas áreas, tornando estes agricultores pouco competitivos, e gradativamente desarticulando as relações sociais previamente estabelecidos entre eles e as famílias.

É pertinente resgatar, que o “Império” integra toda a cadeia produtiva desde do plantio à comercialização e, como discute Delgado (2010), estas desarticulações ao longo do tempo demarcam a nítida tensão estabelecida pelas forças homogeneizadoras da agricultura, cujos processos de tecnificação e priorização de produção de *commodities* tendem a exterminar a pequena produção e colocar agricultores familiares fora do mercado.

Por outro lado, foi nesta primeira decomposição da associação que a agroecologia surge entre as possibilidades dos agricultores lapeanos de reinserção no abastecimento alimentar da Lapa ou mesmo a reconstituição da rede. Nota-se que a tentativa de incorporar aspectos inovadores na forma de produzir foi o que possibilitou a estes agricultores vislumbrar novamente a reestruturação de seus mercados, que futuramente encontrou nas feiras locais a maneira de redesenhar sua luta por autonomia.

E neste sentido, Ploeg (2009) mostra ser característico dos camponeses disputar o controle por uma base de recursos da natureza associando-a a “artesanidade”, o que oportunizaria intercâmbios favoráveis e duradouros, que incluem padrões de cooperação mútua, típicos destes atores.

Paralelamente ao que aponta Schmitt (2011), a inauguração de processos inovadores na produção e desta à perspectiva de construir um sistema agroalimentar alternativo, é o aspecto da agroecologia que possibilita o mecanismo fundante para gerir condições para o enfrentamento dos padrões hegemônicos do sistema agroalimentar global. Estas alternativas, como descrito por Sevilla-Guzmán (2010), conjuntamente com os princípios da Soberania Alimentar, configuram processos articuladores e integradores da agricultura, sociedade e natureza e fortalece seus produtores na disputa por mercados.

Infere-se, portanto, que a busca pela estruturação de novos mercados baseados nos princípios agroecológicos foi o que possibilitou à Associação alcançar mecanismos para sua autonomia. Neste ambiente, a agregação de valores (*embeddedness*) baseando-se especificamente em princípios alternativos de qualidade é aqui interpretado como uma disputa por qualificação. Esta por sua vez,

encontra nas certificações a maneira de validar a institucionalização dos valores que estes alimentos comunicam. Sobre esta assertiva Niederle (2009) expõe:

São mercados particularistas baseados em nichos ou especificidades. Ademais, são vistos como construções enraizadas (*embedded*) em relações socioculturais particulares e que fazem da ligação com localidade, tradição, origem, natureza ou modo de produção seus maiores apelos comerciais. (NIEDERLE, 2009, p.7).

Niederle (2009) aponta ainda, que é esta convenção⁴⁵ dos produtos que capacita o mercado de orgânicos/agroecológicos a ressocializar e re-espacializar os alimentos, uma vez que baseiam-se na lógica de cadeias curtas e de venda direta produtor-consumidor, à exemplo de como empreende as feiras.

Graças a esta capacidade de ressocialização e re-espacialização proporcionada por estes mercados que aqui se destaca ser efetiva a atuação do Estado com a implementação de uma política pública como PNAE. Já que este justamente possibilita encurtar a cadeia de produção-consumo ao proporcionar um abastecimento alimentar localizado para as refeições escolares.

Por outro lado, destaca-se que os valores “embutidos” pela convenção, passam a ter a necessidade de serem comunicados, já que estes, muitas vezes, não são passíveis de imediata identificação nos produtos para comercialização.

Os selos neste aspecto detêm três importantes funções. Em primeiro lugar, os selos informam aos consumidores a respeito das características do produto que não são visíveis (convenção da teoria das convenções explicitada no capítulo teórico), aparentes ou capazes de serem verificadas no ato da compra. Em segundo lugar, os selos podem servir como mecanismos para implementação de políticas públicas para determinadas ações, como por exemplo, de redução de pesticidas, etc. E em terceiro lugar, os selos podem favorecer nichos de mercado, a exemplo do crescimento das vendas para os produtores que seguem os preceitos ecológicos (NIEDERELE, 2009).

Assim, a conveniência possibilitada pelos processos de certificação⁴⁶ passa

⁴⁵ Sobre o termo “convenção” rever nota de rodapé n.17.

⁴⁶ No caso, aqui remete-se à certificação de produtos produzidos nos moldes orgânicos/agroecológicos. Há de se destacar, entretanto que existem outras modalidades de produção também asseguradas por selos, à exemplo das indicações geográficas. Para maiores aprofundamentos verificar NIEDERLE, P. A. (Org.). Indicações Geográficas: qualidade e origem nos mercados alimentares. 1. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2013. v. 1.

a ser um artifício de tanto de controle para consumidores e produtores, como de comunicação de valores. O detalhamento das dinâmicas do processo de certificação e a problematização destas questões encontram-se no subitem seguinte.

2.1.2 A dinâmica da certificação participativa⁴⁷ da Rede Ecovida de Agroecologia

Contextualiza-se que, a partir da Lei n. 10.831/03 (BRASIL, 2003)⁴⁸, os alimentos produzidos de maneira orgânica passam a necessariamente serem reconhecidos, demandando conseqüentemente um sistema de certificação que assegure as conformidades ao conjunto de normas e regras de produção e comercialização na qual se fundamentam. Esta Lei tem por princípio assentir a produção de alimentos baseados nos princípios ecológicos perante o Estado.

Para elucidar melhor este quadro, antes de prosseguir com o resgate de como a associação caminhou em sua reestruturação e encontrou no PNAE uma via de escoamento para seus produtos, se faz necessário apresentar o mecanismo de certificação da qual a Associação se dispõe para qualificar seus produtos: a Rede Ecovida de Agroecologia.

(...) A Rede Ecovida de Agroecologia é um espaço de articulação entre agricultores familiares e suas organizações, de assessoria e pessoas envolvidas, e simpatizantes com a produção, processamento, comercialização e consumo de alimentos ecológicos. A Rede trabalha com princípios e objetivos bem definidos e tem como metas fortalecer a agroecologia nos seus mais amplos aspectos, disponibilizar informações

⁴⁷ No Brasil, os processos de certificação para a agricultura ecológica obedeceram a duas principais lógicas. Uma, de formato burocrático, identificada ou como organizações e institutos que emitem certificados, ou, no formato mais horizontal, que identifica as associações de agricultores ou ONGs ligadas ao meio rural por intermédio do que alguns autores nomeiam de “redes de credibilidade” (auditação). Uma segunda forma (ou Sistema Participativo de Garantia) é a que a Rede Ecovida toma como princípio, por seus membros entenderem que nela se conforma um tipo de avaliação menos impessoal e sensivelmente preocupado com a formação e a educação do agricultor e do consumidor (RADOMSKY, 2011).

⁴⁸ Complementa-se também que a Legislação brasileira atual e mais relevante sobre o tema encontra-se no Decreto-Lei N. 6.323, de dezembro de 2007, e na normativa N. 64, de 18 de dezembro de 2008 (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento). Estes documentos possuem interação com a legislação e disposições de conformidade orgânica (e formas de acreditação) da União Europeia, dos Estados Unidos e da International Federation of Organic Agriculture Movements (IFOAM).

entre os envolvidos e criar mecanismos legítimos de geração de credibilidade e de garantia dos processos desenvolvidos pelos seus membros. (REDE ECOVIDA, 2000, p. 4).

Um resgate histórico da constituição da Rede mostra que foi ela criada inicialmente com a finalidade de minimizar a pressão institucional sofrida através do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) sobre a normatização do processo de produção e certificação de produtos orgânicos no Brasil. É possível dizer que a Rede demarcou uma maneira de contestar a obrigatoriedade de certificação feita da forma convencional por auditoria e, por este motivo, inovou e motivou inúmeras pequenas organizações (grupos formais ou associações de agricultores/as) a aderirem ao seu modelo de certificação.

No princípio, levava o nome de Rede Ecovida de Certificação Participativa, que inaugurou então seus trabalhos baseando-se na Normativa 07, de maio de 1999, a qual define os critérios para produção orgânica e títulos de certificação (BRASIL, 1999). No entanto, num fluxo progressivo de ampliação de suas perspectivas, passa a ser caracterizada como um espaço de articulação da agroecologia no Sul do Brasil, modificando sua denominação para Rede Ecovida de Agroecologia, em 2000 (REDE ECOVIDA, 2004).

Hoje, por meio de um selo de qualidade orgânica e ecológica, sua proposta para organização social de centenas de grupos de agricultores está assegurada e avança em outros campos para além da certificação. Já que compartilha também práticas de produção que geram conhecimento mediante intercâmbios, reuniões, cursos, oficinas e publicação de materiais orientativos - pautando, desta forma, uma identidade sociopolítica (PEREZ-CASSARINO, 2012).

Ao analisar a movimentação do chamado “Capitalismo Verde”, Brandenburg (2010) ressalta que na mesma medida que cresce a demanda da população por produtos verdes e de qualidade, cresce também o número de agricultores interessados no novo nicho de mercado, fazendo com que estes passem a produzir aos moldes agroecológicos não pelos diversos valores longamente citados, mas por interesses predominantemente econômicos.

O autor atenta para os distintos posicionamentos políticos e sociais que despontam entre os diversos atores que se utilizam das práticas de produção e manejo agroecológicos. Quer dizer, “(...) *O interesse econômico fez com que atores organizassem unidades de produção orgânica na agricultura, cuja lógica em pouco*

se diferencia da moderna empresa capitalista do chamado agronegócio” (BRANDENBURG, 2010. p. 188). Ressaltando uma vez mais as diversas nuances diferenciadoras implícitas do movimento agroecológico, mas que nem sempre estão explícitas. E que, segundo Niederle e Almeida (2013), estaria na convenção da qualidade justamente a nuance à dar respostas ao processo de apropriação dos valores e práticas agroecológicos, já que podem explicar os diferentes valores que estas práticas indexam.

É diretamente a isto atrelado que um duplo deslocamento em direção a Rede Ecovida por parte dos agricultores familiares se faz vantajosa. Primeiramente, não só pela certificação em si, mas também pela diferenciação de grupos de agricultores de corrente orgânica que reproduzem as formas de produção especializada segundo a lógica de empresas convencionais, explicitando, desta forma, o movimento agroecológico como sendo um movimento que possui um forte caráter social e político antes mesmo de meramente produtivista, no sentido de produção agroecológica.

Comentando brevemente sua estrutura organizacional, a Rede é alicerçada a partir da formação de Núcleos Regionais, Plenárias de Núcleos, Coordenação Geral e Encontro Ampliado; havendo a complementação desta estrutura pela formação temporária ou permanente de “Grupos de Trabalho” dada por demanda. Inclui-se também comissões de ética presentes nas três instâncias (grupos, núcleos e Rede). Desta forma, agricultores familiares que tenham o interesse de certificar (seus produtos como sendo agroecológicos) filiam-se à Rede através de grupos formais; no formato de associações e/ou cooperativas; ou informais. Isto é, somente é possível agregar-se a rede juntamente à grupos, e não a pessoas isoladas (REDE ECOVIDA, 2004).

Quanto à participação dos agricultores/as do município da Lapa-PR nesta construção, é pertinente mencionar que na rede, as reuniões de articulação bienal são chamadas de Encontros Ampliados, considerados marcos expressivos do momento político da Rede Ecovida. São reuniões estruturantes nos quais participam todos que de alguma maneira interagem na Rede. A Lapa sediou em 2007 o VI Encontro Ampliado da Rede Ecovida de Agroecologia, contando com a participação de quase 1.500 agricultores (CEPAGRO, 2007).

Sobre a concepção dos núcleos, segundo Perez-Cassarino (2012), estes se constituem nas microrregiões da estrutura da Rede, permitindo, desta maneira,

maior agilidade nas discussões e posteriores tomadas de decisão. Os membros de cada núcleo devem ser locados pela proximidade de suas propriedades. Este modelo de gestão compartilhada permite a troca de conhecimento e se faz basilar para o processo de geração de credibilidade, o que por sua vez, resulta no processo de certificação.

Nesta lógica, como afirma Souza (2003), a certificação participativa passa a ser explicada contrariamente ao enfoque de certificação convencional, por desconsiderar os princípios da desconfiança geradora de fiscalização pelas certificadoras, passando a atuar na lógica inversa: da confiança. Assim, o processo de credibilidade começa pelo pertencimento do agricultor a um grupo, e do grupo a um Núcleo da Rede.

A exemplo de como esquematizou Perez-Cassarino (2012), a figura abaixo apresenta a estrutura organizacional, desde os grupos à rede como um todo, em sua localização Sul do país. O exemplo específico parte de um grupo qualquer (APEMSUL) pertencente a um núcleo correspondente (neste caso intitulado Litoral Solidário) localizado no estado do Rio Grande do Sul. Assim, pode-se visualizar desde sua localização como grupo à sua contextualização em toda rede.

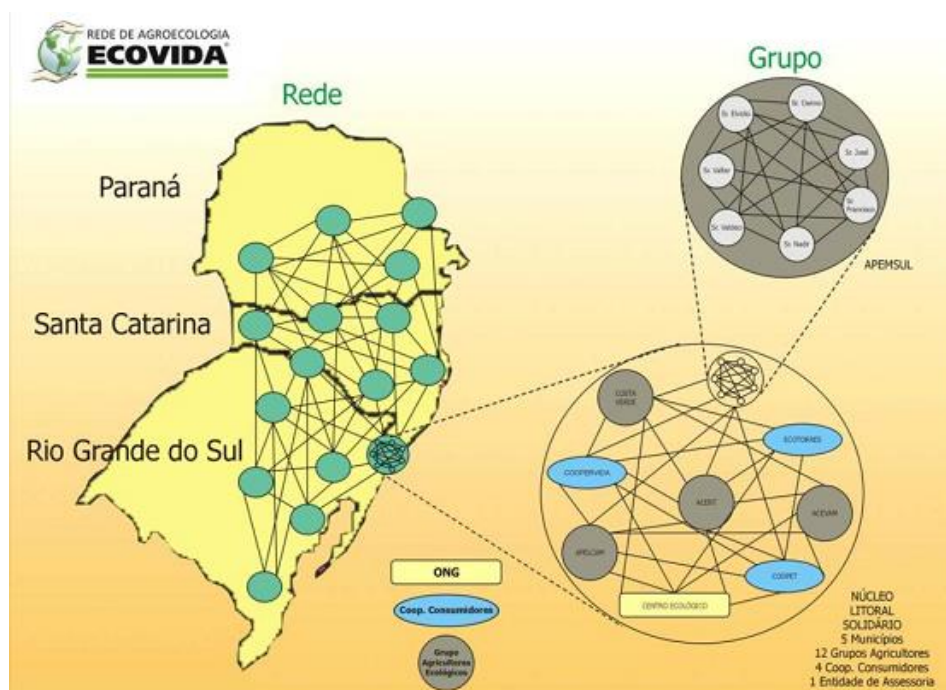


FIGURA 3- EXEMPLO DE ESTRUTURAÇÃO DE UM GRUPO PERTENCENTE À UM NÚCLEO, E DE UM NÚCLEO À REDE
 FONTE: PEREZ-CASSARINO, 2012.

As mesmas estratégias de vinculação se fazem para os grupos dos quais os agricultores da Associação são pertencentes. Sendo que neste caso, a associação é representada por 2 grupos específicos: o grupo Beija-Flor e o grupo Galha Azul. Sendo que o grupo Beija-Flor além da Associação, também constitui uma empresa familiar cujo nome fantasia é Lapinha⁴⁹.

Dentre os 26 núcleos pertencentes à Rede, estima-se que há aproximadamente 3.000 agricultores ligados aos quase 300 grupos de produção, havendo participantes ligados também ao MST (como é o caso do assentamento do Contestado da Lapa) e outras associações e/ou cooperativas de povos e comunidades tradicionais (REDE ECOVIDA, 2013).

É neste universo que se encontra o núcleo *Maurício Burmester do Amaral*. Localizado na Região Metropolitana de Curitiba (RMC), é constituído por vários grupos da própria RMC. Congregando também grupos da região Litorânea, Vale do Ribeira e de Palmeira. Conta com 27 grupos, os quais alocam 230 famílias que têm por atividade produção de hortaliças, sistemas agroflorestais, frutas diversas, geleias, molhos, sucos, pães, produção animal, laticínios, mel e derivados e também turismo rural (REDE ECOVIDA, 2013). E dentre estas famílias, se encontram as dos grupos Beija-Flor e Galha Azul, e que inclusive se beneficiam tanto da certificação quanto da circulação de produtos pelo “Circuito Sul” da rede, dinâmica melhor detalhada no item 3.2.2 deste texto.

Uma vez apresentado o mecanismo de certificação do qual a Associação se faz partícipe, o próximo item trata das questões relacionadas à rede de atores conformada para abastecer os projetos de alimentação escolar agroecológicos da Lapa.

⁴⁹ Não é o intuito aprofundar aqui as inconsistências da participação da “Lapinha” na Rede, é prudente mencionar, entretanto, que a partilha do grupo Beija-Flor com esta empresa é a causa de inúmeras divergências de opinião quanto à legitimidade deste processo, principalmente pelos associados da referida associação. Entretanto, os agricultores desta última submetem-se as regras do núcleo, que assim decidiu por incluí-la.

2.2 A PRODUÇÃO-CONSUMO DE ALIMENTOS AGROECOLÓGICOS: O PNAE FORTALECENDO AS RELAÇÕES SOCIAIS

2.2.1. O início da rede (de relações sociais e de produção agroecológicas) para o funcionamento do PNAE

Partindo da necessidade de se compreender os mecanismos que viabilizavam os processos de compra e venda e a interação entre agricultores(as) e gestores(as) institucionais no PNAE, esta sessão é voltada para a organização destes trâmites, focando principalmente em como estes impulsionaram a ampliação da rede relacional agroecológica.

Na Lapa, a Lei 11.947, de 2009, se efetivou partir de 2010, e embora se considere a natural incorporação ou saída de atores ao longo do tempo, para este estudo, foi levado em conta os(as) que estavam ativos no ano vigente à coleta de dados desta pesquisa, para em seguida compreender as modificações ao longo do tempo.

Constatou-se que, atualmente, participam do abastecimento estipulado pela referida Lei, quatro entidades fornecedoras formais, sendo duas associações (uma agroecológica e outra convencional) e duas cooperativas. O programa é gerenciado por duas nutricionistas, as quais administram os gêneros adquiridos para 27 instituições entre escolas e creches, totalizando 3.883 estudantes consumidores. Das entidades fornecedoras, as associações entregam efetivamente alimentos como frutas, verduras e legumes, ficando a cargo das cooperativas, a entrega eventual de ervas para a preparação de chás, leite e feijão. Assim, para a composição dos cardápios, a quantidade de alimentos oriundos da agricultura familiar - ou seja, o correspondente à obrigatoriedade dos 30% dos recursos - é dividida majoritariamente entre as duas associações, ficando às cooperativas, parcela menor dos recursos.

Cabe resgatar que as transações econômicas de comercialização dos produtos da agricultura familiar no PNAE, funcionam através de um projeto renovado anualmente e que são selecionados por meio das Chamadas Públicas⁵⁰. Nelas, a

⁵⁰ A Chamada Pública é um processo para formalização de dispensa de licitação. No caso da Alimentação Escolar, é utilizada para compra dos alimentos a compor o cardápio das escolas que atendem os(as) alunos(as) da educação básica (BRASIL, 2013).

gestão da alimentação escolar requer uma determinada quantidade de produtos a serem entregues ao longo do ano, e por este motivo, abre-se um processo de concorrência entre associações e cooperativas de agricultores, que por sua vez, são selecionadas em uma ordem de critérios⁵¹. Disto decorre que, como já mencionado na introdução deste trabalho, o mapeamento da rede inicia-se pelo ponto de partida de análise do artefato instrumental da Lei 11.947. Esta, por sua vez, se materializa justamente nos projetos anuais de compra-venda, e concomitantemente influi na organização individual que rearranja a coletiva. Parte-se então dos projetos anuais de comercialização de alimentação escolar.

E, neste sentido, entre os principais achados, pôde-se constatar que o PNAE fomentou a retomada das atividades da associação que se encontrava estagnada desde sua desestruturação com a entrada do mercado local (MIG). Considera-se que a nova Lei foi um catalisador de reordenamento social e produtivo no município da Lapa.

Esta constatação deriva de algumas observações pontuais, como o registro das atas de reunião da associação. A partir da leitura destes registros e também pela averiguação do fluxo de caixa nos fundos da associação, observou-se significativas alterações nas quais o PNAE aparece como “um divisor de águas” (se observa intensificação da movimentação), seguida por uma movimentação coletiva para aquisição de bens coletivos, entre eles, o mais significativo foi a própria sede. Ainda sobre o fluxo do caixa, é importante ressaltar que não se está defendendo que a diferença dos valores é proveniente - unicamente - do PNAE. O que se pretende assinalar, no entanto, é o fato desta diferença orçamentária sinalizar uma maior dinamicidade causada na associação como um todo devido à entrada de alguns agricultores no Programa. Este fato nos leva a inferir que o arranjo de medidas a partir deste artefato - a adesão ao PNAE - se mostraram relativamente efetivas, resultando no deslocamento positivo do orçamento da associação.

Ainda no que tange o estudo dos documentos oficiais, se percebe uma maior movimentação após a data que demarca a entrada do PNAE na dinâmica da associação. Os registros acessados sinalizavam que as reuniões passaram a ser

⁵¹ Os critérios de preferência e de desempate são: agricultores pertencentes ao município local, assentamentos de reforma agrária, comunidades indígenas e quilombolas, e produção de alimentos orgânicos e agroecológicos (BRASIL, 2013).

mais frequentes e em intervalos menores a partir deste momento. Os “*assuntos do dia*” demonstraram a efervescência do debate frente à construção coletiva de alternativas que mantivessem a rede de abastecimento fortalecida.

Pode-se dizer também que os vínculos instaurados pelo compromisso dos agricultores com os projetos anuais da alimentação escolar, de alguma forma, incentivaram suas ações progressivas, impulsionando-os à busca de fontes alternativas de renda, ainda que esta informação seja difícil de mensurar.

Outro exemplo que pode ilustrar esta dinamicidade reside na proposta de alugar parte do terreno da sede para terceiros, podendo assim arrecadar verba extra para a administração das atividades como um todo. Sobre esta constatação o depoimento do agricultor 2 expressa “(...) *o aluguel da casa de trás, a gente usa pra pagar as despesas de contador, e etc. É um contrato de comodato aqui (...). Nós não tínhamos nem internet aqui, agora já está acontecendo*” (Agricultor 2. Pesquisa de Campo, 2013). Nota-se neste relato a real necessidade de manter ativas as estratégias e ferramentas que viabilizam a continuidade das atividades da associação, e neste caso, infere-se que tais demandas foram intensificadas após a inserção no PNAE. A fala de uns dos agricultores reforça e sintetiza as percepções aqui tratadas:

O PNAE juntou mais as pessoas. Porque a associação na prática, antes de se envolver e entrar no PNAE, estava meio que parada. (...) Mas como o mercado MIG começou a dominar o [nosso] mercado, nós fomos perdendo a clientela e não conseguimos sobreviver. Até que parou a associação. Ela não fechou porque esse grupo nosso achava que a associação ia ter algum valor no futuro (...). Teve um bom período de tempo da associação que nós tirávamos o dinheiro do bolso pra manter ela viva. Foi interessante que quando surgiu esse projeto do PNAE aí, nós “botamos lenha na fogueira”, e ela ativou de novo. (Agricultor 2 – Pesquisa de Campo, 2013).

Em outra situação, cita-se também um caminhão conquistado através de insistentes requisições coletivas aos órgãos públicos, demarcando uma força de reivindicação conjunta e em espaços antes não ocupados como a câmara de vereadores do município.

A título de ilustração da dinamicidade mediada pela inserção de uma política pública, Turpin (2009) relatou fluxo semelhante na implantação do PNAE em diversos municípios ao constatar que este estimulou a organização dos agricultores familiares e fortaleceu as cooperativas destes lugares. Deves e colaboradores (2010), ao estudarem o PAA e também o PNAE no município de São Pedro do Butiá

– RS, também puderam registrar que a implantação do mercado institucional naquela região promoveu um aumento do número de agricultores sócios da cooperativa local. O que também ocasionou, de acordo com estes autores, um estímulo não só à diversificação produtiva, mas também à pluriatividade e processamento de alimentos.

Em agosto de 2009, iniciaram os debates sobre a associação aderir simultaneamente ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), discutindo-se até mesmo uma nova alteração no estatuto para que se viabilizasse o enquadramento. A fala do presidente vigente na época ilustra a assertiva da dinamicidade que o mercado institucional pode mediar na reconfiguração local:

Quando eu fiz esse trabalho na AOPA⁵², me caiu a ficha que a Associação poderia ser uma ferramenta importante pra Lapa, pra desenvolver esses trabalhos sociais para agroecologia. (...) começamos a nos reunir, montamos a diretoria de novo, com essa lógica da agroecologia, e aí construímos este estatuto que você tá com ele na mão aí [se referindo ao estatuto vigente] (...) E aí, foi quando a gente começou a trabalhar com a prefeitura a questão de vender para alimentação escolar orgânica. E aí a gente foi meio que pioneiro aqui na região em fazer alimentação escolar, estamos no 4º [ano consecutivo de projeto] já. (Agricultor 1 – Pesquisa de Campo, 2013).

Esta fala demarca não só a importância do acesso à política pública em si, mas também como este artefato pode ser capaz de impulsionar o desenvolvimento local a partir da estruturação de agricultores familiares. Além disso, também se considera a importância desta articulação frente a construção de um sistema agroalimentar localizado diferenciado, já que, por esta associação, é baseado nos valores preconizados pela agroecologia.

Morgan e Sonnino (2010) corroboram esta assertiva atentando para a necessidade de se pensar as escolas como um mercado seguro para produtores de alimentos de qualidade. Para estes autores, no Reino Unido, a reforma na alimentação escolar tem sido utilizada como ferramenta para desenvolver novas cadeias de suprimentos que valorizam o uso de alimentos "de qualidade", isto é, alimentos frescos e produzidos localmente. Estas iniciativas incitam o

⁵² AOPA - Associação para o Desenvolvimento da Agroecologia. Este é um dos grupos de agricultores da região metropolitana de Curitiba pertencente à Rede Ecovida que fazem parte do núcleo Maurício Burmester do Amaral. Este grupo é considerado chave para o movimento agroecológico na Capital do Estado, e muitas vezes é remetido equivocadamente pelos agricultores desta região como sendo o Núcleo propriamente dito.

estabelecimento de ligações com produtores locais de alimentos, e afirmam que, embora sistemas de alimentos sustentáveis não sejam inteiramente sinônimos de sistemas de alimentos locais, não há dúvida de que a demanda por uma alimentação escolar mais saudável cria oportunidades importantes de desenvolvimento econômico se os fornecedores locais tiverem a produção adequada e a infraestrutura necessária para distribuí-la. Sendo assim, a reforma da alimentação escolar desempenha um papel relevante na criação de novas oportunidades para pequenos produtores, marginalizados ou até excluídos pela globalização do sistema de alimentos.

De outra forma, Radomsky (2009) afirma que complexificar o quadro de desenvolvimento rural local, aliado à construção de sistema agroecológico, leva a refletir sobre o papel das redes na criação de inovação. O autor expõe que as relações sociais na rede têm o papel basilar para o êxito de recriar estratégias e ampliar o leque de possibilidades laborais, aqui correlacionada por meio do tecido social incitado pelas novas ligações proporcionadas pelo PNAE. Esta assertiva pode servir para correlacionar à rede mapeada nesta pesquisa, tendo em vista que sua ampliação se inicia e se constitui mediante a inclusão paulatina de indivíduos-atores com propósitos bem delimitados, tal como foi encontrado na incorporação de novos sócios na associação e conseqüentemente na Rede Ecovida.

A participação da associação nos projetos referentes a estas políticas teve, então, seu início em 2010. À exemplo, quando perguntado a respeito das razões de terem se associado, dois dos entrevistados referenciaram sua expectativa de vender para o PNAE, ou seja, este foi o principal atrativo. Um deles disse:

(...) o propósito de se associar foi já com essa intenção, né?! Que eu ia entrar no grupo que entrega para o PNAE. Já tinha tido uma conversa, e daí pra gente começar a entregar os alimentos para o projeto do PNAE.. Antes de a gente ficar conhecendo bem como funcionava a associação, a gente achava, e acha ainda hoje, importante se associar. (Agricultor 5 – Pesquisa de Campo, 2013).

Outra articulação relevante diz respeito às parcerias formadas entre as diferentes entidades para que todos cumpram com suas responsabilidades institucionais. A existência de outras políticas de fomento à agricultura familiar, como é o caso do PAA, possibilita aos agrupamentos de agricultores atuarem em diferentes Programas e, desta forma, poderem circular seus produtos e

complementar os distintos projetos (PNAE e PAA). Em outras palavras, há situações em que os imprevistos das intempéries climáticas, ou até mesmo a falta de estrutura para gerenciar as intercorrências do cultivo (limitações com maquinários adequados, estufas e outras ferramentas) acarretam na insuficiência de produção. Bezerra (2010) já demonstrava estas estratégias em sua pesquisa na região Centro-Sul do Paraná com agricultores inseridos no PAA.

Nestas situações, os agricultores precisam dispor de mecanismos para completar a cota de produtos que se comprometeram entregar. É neste momento que as relações sociais preestabelecidas são fundamentais para superar os problemas com o compromisso da entrega. Os agricultores da associação dispõem de mecanismos preexistentes de cooperação com outras entidades com maior produtividade, como é o caso da Cooperativa Terra Livre do Assentamento do Contestado⁵³ do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) da Lapa.

Por serem em maior número, e também mais coesos – dado o próprio processo histórico de formação deste movimento social – a maior produtividade dos assentados possibilita que auxiliem outras entidades (a exemplo da associação em questão). Sendo que quando possível, o contrário também ocorre. Abaixo, segue a fala de um dos entrevistados expondo este fato.

[...] quando nós temos um produto em sobra, nós entregamos pra eles pra entregar nos projetos e completar a cota deles lá. (...) às vezes, eles se apuram também. Daí, ano passado a gente teve que ajudar a entregar lá nos projetos deles também. (Agricultor 2– Pesquisa de Campo, 2013).

Além disso, atentando à outro artefato sociotécnico, derivado do funcionamento institucional do PNAE que acarretou na aproximação entre estas entidades, foi a solução encontrada pela nutricionista gestora do Programa, em separar por lotes, os alimentos convencionais e orgânicos-agroecológicos para a composição das Chamadas Públicas. Esta ação intencionou abranger um número maior de agricultores em suas distintas maneiras de produzir.

⁵³ A área conhecida como Assentamento do Contestado, nome em homenagem aos trabalhadores rurais que lutaram na Guerra do Contestado (1912 à 1916), é o resultado de meses de ocupação iniciada em 7 de fevereiro de 1999 por aproximadamente 40 famílias da região de Curitiba, Balsa Nova, Lapa e outras regiões do Paraná. A antiga Fazenda Santa Amélia, localizada a 70 quilômetros de Curitiba, capital paranaense, pertencia ao grupo Incepa, empresa produtora de cerâmica, que contraiu dívidas com bancos, passando então, em dezembro de 1991, a ser destinada para fins da Reforma Agrária, e assenta hoje torno 108 famílias (CAPITANI, 2013).

Na Lapa, produzem alimentos agroecológicos somente a associação que fez parte deste estudo e parte dos cooperados da Cooperativa Terra Livre (MST). Deste modo, levando em consideração que uma parte considerável dos agricultores agroecológicos já está organizada e vinculada à cooperativa, suas particularidades naturalmente lhes conferiria maior competitividade, caso viessem a concorrer na Chamada Pública para o lote de orgânicos/agroecológicos da alimentação escolar lapaana. Assim, um tipo de acordo informal se estabeleceu entre estas entidades - a associação e a cooperativa - para que todos acessassem uma fatia de mercado de acordo com suas possibilidades. Na fala de um dos entrevistados, isto se constata da seguinte forma:

É que a cooperativa do assentamento terra livre acessam o PAA em Curitiba e em Araucária. Ou seja, acessam coisa maior lá. (...) se eles acessarem o PAA lá, e acessar o PNAE aqui, eles também não tem condições de entregar tudo (...) e nosso projeto é menor, então nós nem nos misturamos. Ficou acertado que eles não entravam na merenda⁵⁴ escolar. E quando nós temos um produto em sobra, nós entregamos pra eles pra entregar nos projetos deles e completar a cota necessária. (Agricultor 2 – Pesquisa de Campo, 2013).

Este acordo se estende também para os projetos do PAA da Lapa. O MST – com sua cooperativa – preferiu concentrar sua produção para atender o projeto em outros municípios, ficando a cargo da associação o projeto local, isto é, com o abastecimento da alimentação escolar do município da Lapa.

Quando questionados sobre os motivos que possivelmente os agricultores do MST teriam para zelar por estes acordos, o Agricultor 2 explica que: “(...) *A gente não tem muito claro se eles tem algum tipo de interesse que seja mais do que simpatizar com a organização da associação*” (Pesquisa de Campo, 2013), evidenciando relações sociais de proximidade particulares.

Aqui, reside um argumento chave para que se compreenda a dinâmica de formação da rede do PNAE a partir de um artefato sociotécnico, cuja origem se deu mediante a implementação da Lei. As chamadas públicas, como encontram-se gerenciada pela nutricionista em questão, estão dotadas de regras específicas que culminou no estreitamento das relações entre os agricultores de diversas entidades.

Uma vez tendo estabelecido relações sociais de reciprocidade, passam a ter

⁵⁴ Expressão popular utilizada para se referir ao alimento servido nas refeições escolares, comumente utilizada pelos agricultores em toda pesquisa a campo.

liberdade de circular entre os projetos, auxiliando uns aos outros e desempenhando, assim, com destreza os compromissos da entrega dos alimentos nas escolas do município (BEZERRA, 2010).

No entanto, nota-se que a incerteza das intempéries da produção, geradora de inconstância e imprevisibilidade da quantidade, fragiliza e tensiona o processo de fortalecimento do associativismo. Este fato é levado em consideração, já que o agricultor refere-se – tanto ao PNAE, como ao PAA – como “ajuda”. Porém, ressalta-se aqui a necessidade de visualizar esta “ajuda” para além do fator econômico, mas, sobretudo, considerando nestes processos o caráter pedagógico que os próprios Programas (PNAE e PAA) viabilizam durante a sua implementação.

Trazendo também para esta discussão a necessidade de certificação orgânica dos produtos que circulam nestes projetos, Radomsky (2011) alerta que o processo de certificação participativa também detém um caráter pedagógico ao alimentar o sentimento de que os conhecimentos produzidos ao longo do processo produtivo são geradores de boas práticas. Neste aspecto, é importante entender de que maneira inovações podem entrar em jogo quando práticas de certificação são conduzidas por distintos atores sociais, e em que medida se põe em movimento a inovação social. Nas palavras do autor, têm-se:

Novidade e inovações surgem na prática cotidiana dos agricultores e são reforçadas pelos diálogos que se estabelecem entre atores sociais que ocupam diferentes posições no espaço social – redes de “cooperação”, tal como elabora Stuver et al (2004). Essa ordenação assume papel de configuração tanto no desenvolvimento da agroecologia como nos formatos de certificação, que no caso da Rede, representa mais que um ato de atribuição de credenciais: ela desenha práticas que se tornam efetivas para acesso a mercados e sensibilização de consumidores; orienta inovações que disseminam técnicas e cultivos a fim de “quebrar as rotinas”, e nutre uma capacidade de agência entre as pessoas. (RADOMSKY, 2011, p. 244).

Sobre esta assertiva, ressalta-se que o caráter pedagógico aqui explícito se concretiza ao demandar o desenvolvimento (e envolvimento) de novos arranjos sociais entre os atores e que estes se retroalimentem, seja para assegurar a continuidade dos projetos, seja para manter a certificação. Logo, em um nítido movimento de acionar o capital social⁵⁵ local, a parceria entre essas entidades

⁵⁵ Capital social é aqui superficialmente entendido como um termo que se refere às redes de relacionamento baseadas na confiança, cooperação e inovação que são desenvolvidas pelos indivíduos dentro e fora da organização, facilitando o acesso à informação e ao conhecimento. Este conceito foi aprofundando em economia social por Fukuyama, em 1999 e Putnam em 1999,

possibilita que ambos se beneficiem da produção de todos, favorecendo tanto a manutenção de relações de reciprocidade como a própria continuidade dos agricultores nos respectivos Programas. Ploeg (2009) dialoga com o conceito de capital social para demonstrar que as normas e as redes que possibilitam a ação coletiva, repercute na qualidade de vida no campo, e que esta está estreitamente relacionada com a diversificação camponesa. Sendo esta última fundamental para o fortalecimento mútuo dentro desta lógica.

Outro aspecto que diz respeito ao desenvolvimento rural local a ser explorado por esta política se verifica na dinâmica dos demais agricultores participantes dos projetos anuais que produzem de maneira convencional (ou seja, com a utilização de agrotóxicos entre outras práticas). A separação por lote como estratégia encontrada pela nutricionista possibilita maior inclusão social de diversos atores no Programa, dado que, via de regra, agricultores agroecológicos possuem preferência na venda de seus produtos.

Nós podíamos ter pegado tudo [refere-se à Associação ganhar todo o processo da Chamada Pública]. Porque só tínhamos nós da associação e os que produz convencional. E o que o pessoal do convencional tinha, nós tínhamos também. E nós, pra não “sacanear” eles, nós cedemos [resolveram não concorrer para a Chamada Pública] quase 30 mil do nosso projeto pra eles. (Agricultor 3 – Pesquisa de Campo, 2013).

Porque por licitação por ser agroecológico a gente tinha preferência, mas daí a gente decidiu fazer um acordo de ceder uma parcela de produtos para eles entregarem como convencional só pra fortalecer também. Porquê? Pra associação deles sobreviver, começar a caminhar, são uma comunidade pequena. (...) E porque a gente é amigo do pessoal lá também. Tem um grupo bom lá, pessoal gente boa. E como nós somos conhecidos, não quisemos bater de frente com eles. (Agricultor 2 – Pesquisa de Campo, 2013).

Os relatos acima atentam para elementos importantes: em primeiro lugar, a necessidade de se estabelecer relações solidárias e de cooperação, mas, para além disso, há também a compreensão de que o fomento ao desenvolvimento rural prevê, em um primeiro momento, a inclusão de diversos agricultores independente de sua orientação para a produção. Não se pode rejeitar que a construção para um ambiente agroecológico, bem como a conversão de agricultores familiares

compreendendo ser este constituído por redes, organizações civis e pela confiança compartilhada entre pessoas, fruto de sua própria interação social. Interessando principalmente o entendimento da natureza e funcionamento de uma comunidade prática.

convencionais, não se faz de forma imediata e simplista, mas gradativa e considerando elementos complexos. Sobre esta constatação, Bezerra (2010) afirma que para se conduzir o processo de transição – do convencional à agroecológica – são requeridas outras condições que vão além da “simples” decisão do(a) agricultor(a) em aderir ou não à prática desta produção. E desta maneira, para que se possa lograr avanços no movimento de conversão, há que primeiro fortalecer estes agricultores. Portanto, os acordos estabelecidos entre agricultores e gestores sugerem a existência de ações estratégicas rumo à este sentido.

Desde sua introdução até este momento, foi verificado que para o processo de funcionamento do PNAE na Lapa, uma nova conformação foi necessária para a própria manutenção da rede relacional inicial. As ações mais significativas envolveram, trocas de saberes e conhecimentos compartilhados, acordos, cooperação e solidariedade entre grupos anteriormente conhecidos, mas que não necessariamente interagiam entre si. Este exemplo esclarece que a partir do momento que é necessário dispor da produção de terceiros para complementar os projetos da associação no PNAE, este processo avança sem maiores prejuízos para as partes envolvidas.

Em um nítido movimento de estratégia social, a continuidade dos agricultores no Programa perpassa pelas relações sociais (de respeito e solidariedade) por eles desenvolvidas, acarretando na própria ampliação da rede de relações inicial. O item que segue desenvolve melhor esta ideia.

2.2.2 A ampliação da Rede Ecovida de Agroecologia: a mediação do PNAE

Ao considerar a interação com a Rede, maior e melhor estruturada na região sul do país, pode-se dizer que as relações institucionais para o abastecimento da alimentação escolar, tais como foram propostas e construídas, extrapolam os limites do município.

Leva-se em consideração também que, relacionada à discussão da homogeneização dos modelos do sistemas de abastecimento alimentar, a Rede Ecovida dispõe de um mecanismo de circulação de produtos por meio do chamado **Circuito Sul**. Este, por sua vez, é uma das iniciativas para além das ações

localizadas que busca promover a circulação de produtos entre os núcleos da Rede, com o objetivo de atender às famílias agricultoras integrantes, bem como garantir a diversificação dos canais de comercialização estruturados (PEREZ-CASSARINO, 2012). As rotas principais funcionam semanalmente e cumprem com o papel do aumento da diversidade e oferta nas feiras e no mercado institucional, mas principalmente no atendimento aos editais do PNAE. Durante esta pesquisa, constatou-se que alguns dos produtos que circulavam nos projetos da Lapa eram oriundos deste Circuito.

É importante ressaltar que, como preconiza Darolt (2012), esta medida não descaracteriza nem prolonga o que seria um circuito curto de comercialização, dado que este tipo de mercado tem por premissa relações diretas entre produção e consumo, e não sua territorialidade. É evidente que quanto mais local, supõe-se uma maior valorização social, mas não diretamente a desconstrói.

Paralelamente, o Circuito Sul se configura como uma alternativa à variedade produtiva e diversificação alimentar com intuito de fortalecer a Rede e, conseqüentemente, o movimento agroecológico, ajustando-se às demandas do mercado. Foi da facilidade de se favorecer das trocas promovidas por este circuito, que a associação em questão passou a receber novos sócios. Isto se deu, pois, em sua dinâmica interna, para complementar os projetos de venda da alimentação escolar seria necessário dispor desta estratégia. A fala seguinte revela este fato: “(...) *Nós temos 2 produtores associados que são de fora que entregam fruta aqui. Temos um pessoal de Santa Catarina que está entregando banana agora, e lá do Rio Grande do Sul que entrega maçã quando é época da safra.*” (Agricultor 3 – Pesquisa de Campo 2013).

Convém ressaltar que esta "necessidade" de incluir novos sócios na associação de outras localidades e que tenham/produzam outros alimentos distintos dos alimentos locais, é reforçada também pela necessidade de diversificação da própria alimentação escolar – assunto a ser discutido em maior profundidade no capítulo seguinte. Deste modo, é pertinente destacar, que em uma das mudanças significativas do estatuto foi a alteração da abrangência municipal da associação para nacional, para que assim pudesse circular uma variedade maior de produtos (justamente pelo Circuito Sul da Rede) para compor os projetos da alimentação escolar:

(...) o estatuto antigo abrangia o município, agora nós passamos para território nacional. Agora nós podemos pegar alimentos e produtos do Brasil inteiro e levar para a sociedade. A associação pode vender para fora, para outras cooperativas, e eles também podem entrar. Tanto que nós temos alguns sócios do Rio Grande do Sul que vão entrar agora essa semana. Porque agora nós podemos comprar produto de fora. (...) antes não podia comprar. Agora eu posso comprar uma fruta pra entregar na merenda escolar da Lapa, vinda do Rio Grande. Vamos dizer... uma maçã... Que nem a banana de Joinville! A banana da Barra do Turvo. Suco de uva até para fornecer para os próprios produtores, pros associados. (Agricultor 2 – Pesquisa de Campo, 2013)

Ao permitir incluir associados do Rio Grande do Sul e, assim tornar possível a compra e a venda de produtos de outras localidades se eleva a dinâmica da associação a um nível mais complexo, sobretudo, considerando a logística que se despende para o transporte destes alimentos.

Passa a ser necessário assegurar o comprometimento de todos os envolvidos para que os alimentos cumpram a trajetória prevista de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul até a Lapa, para que então possam estar disponíveis todas as segundas-feiras - momento que serão distribuídos nas escolas. É de se esperar que a falta de estruturação, já na produção, hora ou outra acarrete problemas neste fluxo. É justamente neste momento que os apoios sociais oriundos do tecido relacional previamente estabelecido demarcam uma margem de segurança na qual se possa trabalhar, assegurando o abastecimento necessário. Nestas situações, foi possível detectar novas relações entre grupos dentro da dinâmica da Rede.

Salienta-se haver diversos debates quanto da legitimidade dos circuitos curtos nestas situações, já que há autores que alegam estar reproduzido nestas dinâmicas o modelo preconizado pelos Impérios Alimentares, só que em escala reduzida. Principalmente pelos altos custos despendidos na logística para transportar estes alimentos e sua perecibilidade ao longo do percurso. Mas, o que se quer destacar aqui, e como defende Darolt (2013), são, principalmente, as conveniências em promover autonomia de mercados com o menor número de atravessadores/intermediários entre produtores e consumidores que sustenta e valida estas práticas. Pois é desta forma que se minimizam o controle de grandes empresas a respeito do quê e quanto produzirem, e também, a maneira encontrada pelos agricultores para atender as demandas dos consumidores em diversidade, quantidade, regularidade e qualidade. Isto é, assegura comercialização enquanto os hábitos alimentares não são consonantes com a sazonalidade da produtividade

local.

A este respeito, entendendo a agroecologia não como uma técnica, mas como uma mudança de pensamento sobre a forma de se produzir e se alimentar, Radomsky (2011) aponta ser necessário para repercussão destes circuitos se adaptar, inovar, e construir sistemas que não se ajustam a saberes excessivamente padronizados. Esta perspectiva inclui também a corresponsabilidade dos consumidores, que devem adaptar seus hábitos alimentares às condições sazonais da produção. Entretanto, entendendo que a mudança nestes hábitos é um trabalho paciente, a dinâmica do prolongamento das distâncias percorridas pelos alimentos acima descrita, não descaracteriza um circuito curto. Mas apresenta-se como uma solução momentânea para garantir o abastecimento alimentar enquanto o movimento agroecológico se consolida. Assim, ainda sobre as habilidades e os saberes gradativamente construídos, pode-se dizer que ocorre aos processos agroecológicos e de certificação a demanda de novos aprendizados e novas atenções coletivas, não só de produtores, mas também de consumidores.

Seguindo o raciocínio de Perez-Cassarino (2012), se utiliza do recurso ilustrativo do autor para apresentar como se configuram os núcleos, grupos e sua conexão com a Rede no referido estudo de caso. Na sequência, seguem as figuras que esquematizam a ampliação das possibilidades e as novas relações estabelecidas após o processo catalisador da inserção de um novo canal de escoamento de produtos, no caso, o PNAE.

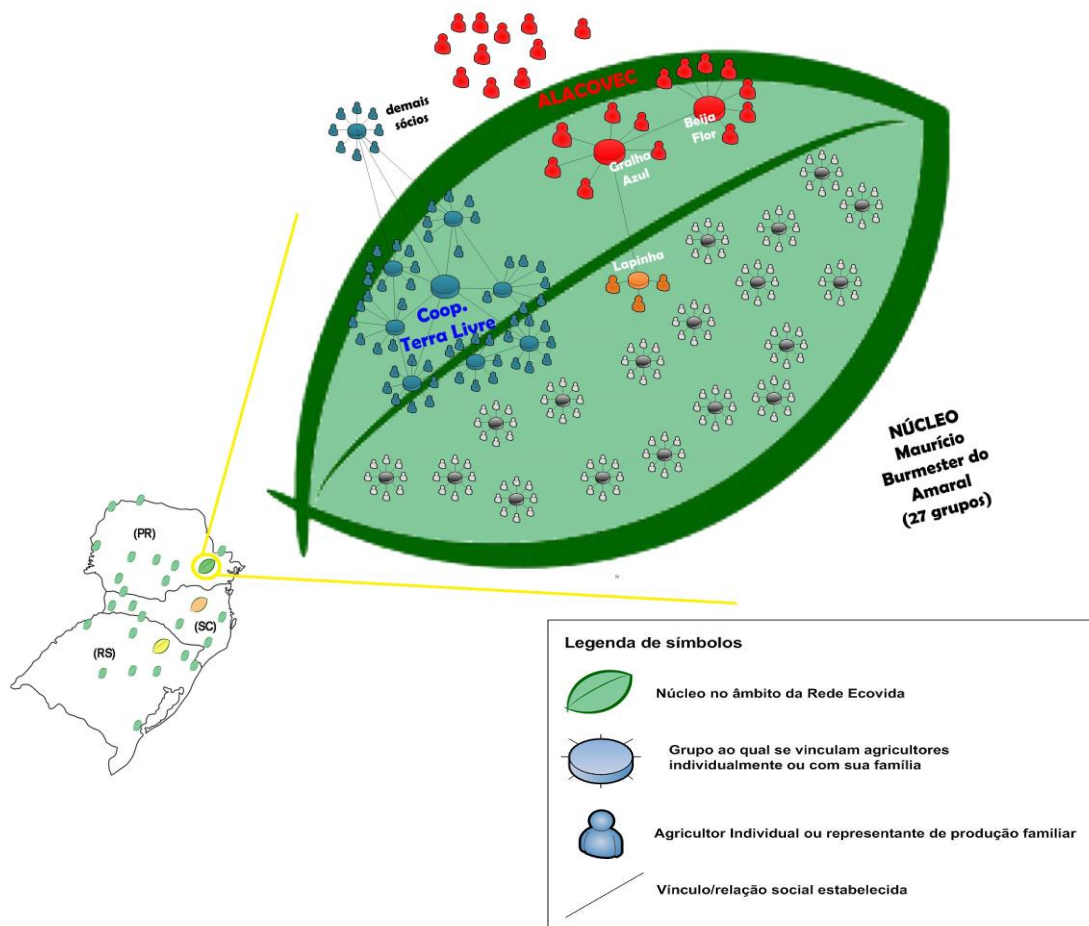


FIGURA 4 - DINÂMICA DA ASSOCIAÇÃO NA REDE ECOVIDA ANTES DE ACESSAR O PNAE
 FONTE: DINIZ, P. Pesquisa de campo, 2013

Inseridos na dinâmica da Rede Ecovida de Agroecologia, a FIGURA 4 evidencia a disposição dos agricultores dentro dos grupos, dos grupos nos núcleos, e a localização dos núcleos no Sul do país.

É evidente que os demais grupos (na figura identificados pelas cores cinzas) pertencentes à outras regiões mais longínquas à Lapa eventualmente relacionavam-se entre si, mas por não ser o foco destas análises não foram assinalados.

O que se pretende ilustrar, é que, ao ser complementado pela FIGURA 5 seguinte, é possível identificar que os vínculos sociais estabelecidos foram fortalecidos após a inserção no PNAE. Sendo estes vínculos concernentes tanto ao interesse de novos indivíduos de se associarem para participarem dos projetos anuais da alimentação escolar, quanto da própria Rede Ecovida, consequentemente.

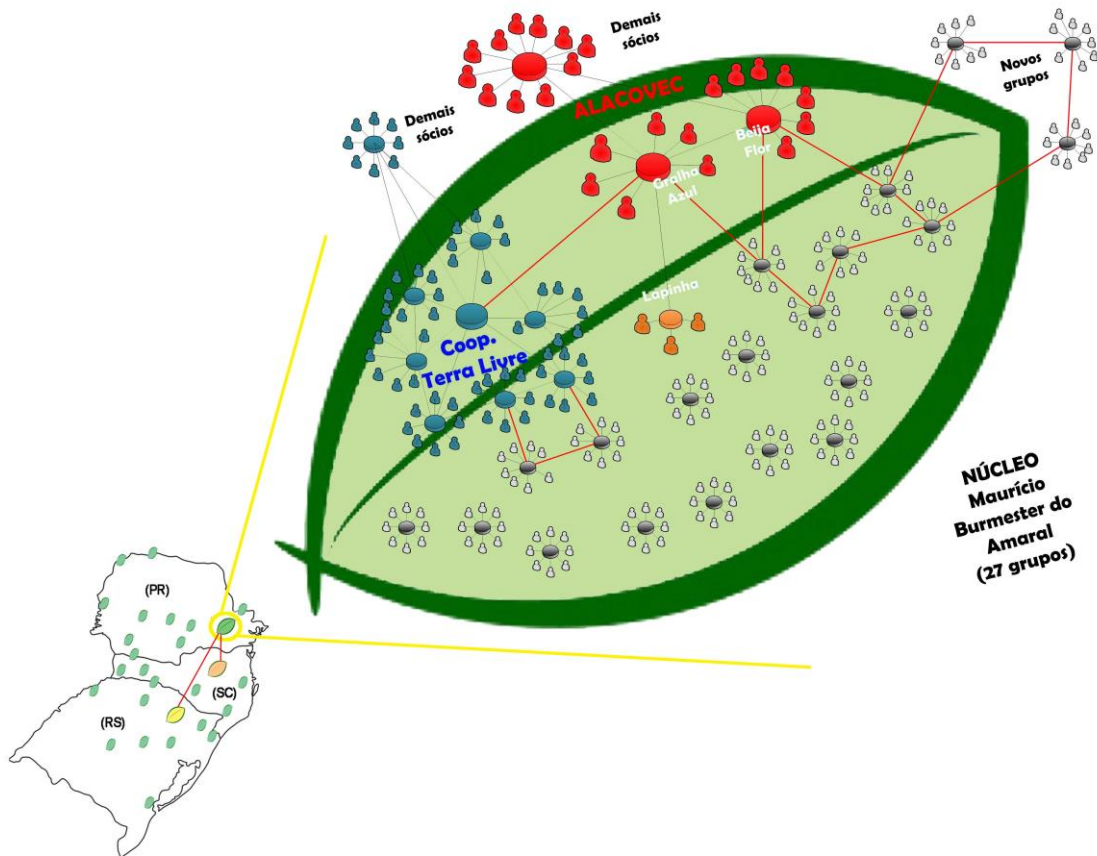


FIGURA 5 - DINÂMICA DA ASSOCIAÇÃO NA REDE ECOVIDA APÓS ACESSAR O PNAE
 FONTE: DINIZ, P. Pesquisa de Campo, 2013.

Alguns elementos destacados esquematizam tanto na FIGURA 5 quanto na FIGURA 5 que a Rede ao todo possui 26 núcleos espalhados principalmente pela Região Sul do Brasil, contemplando os três Estados: Paraná (PR), Santa Catarina (SC) e Rio Grande do Sul (RS). Dentre o Núcleo Maurício Burmester do Amaral, encontra-se a associação com os grupos Beija-Flor (divida com a empresa Lapinha) e Gralha-Azul, e também a Cooperativa Terra Livre, do MST. Os discos são exemplos de grupos aos quais filiam-se as famílias por toda a rede, e outros grupos, para além dos agricultores da associação, encontram-se assim destacados pelo motivo de que, em dado momento, interagem com ela (a associação) para o funcionamento do PNAE na Lapa. Esta interação ocorre seja pela circulação de mercadorias no Circuito Sul, seja porque agricultores localizados nessas regiões e grupos fazem parte da associação. Os novos vínculos estabelecidos e destacados em cor vermelha na FIGURA 5 demarcam esta assertiva.

A modificação na dinâmica desta rede sugere este Programa como um

catalisador dessas mudanças, primeiramente porque a Rede Ecovida por si só conecta grupos e núcleos, independente dos mercados que estes acessam. Entretanto, o que se ilustra é que a partir dos projetos de venda para o PNAE da Lapa, alguns grupos, especialmente os apontados como grupos pertencentes ao Núcleo de SC e RS, passaram regionalmente a se relacionar de maneira mais estreita. Além disso, com a chegada de novos sócios para participarem do PNAE, estes se viram obrigados a certificar seus produtos, o que fez com passassem a atuar e interagir na Rede, agregando outras pessoas ao movimento e, por conseguinte, expandindo-o.

Outro fato importante se refere às relações com o MST, mais especificamente, com o Assentamento do Contestado na Lapa, na figura representada pelos grupos pertencentes à Rede através dos Grupos Terra Livre⁵⁶. Como dito antes, foram firmados vários acordos entre a cooperativa e a associação na divisão dos projetos lapeanos para as compras institucionais, o que por si só, dinamizaria as relações dentro das redes, tanto da rede de alimentação escolar, como a Rede Ecovida, por participarem do mesmo núcleo e assim, nele atuar.

Por outro lado, com a reativação da associação e intensificação das atividades dos agricultores no município, através do frequente diálogo e articulação, ou ainda à outras pessoas vinculadas à Rede propriamente dita, se observou um aumento de agricultores no Núcleo Maurício Burmester do Amaral. Fato que ocasionou um inesperado acúmulo de pessoas.

Então, por motivos não somente relacionados à Lapa especificamente, mas à sobrecarga das inúmeras atividades a serem tratadas no núcleo como um todo, para alguns dos agricultores, os encaminhamentos não estavam sendo devidamente discutidos e tratados, fato que implicava na insatisfação constante do grupo. No caso da associação em foco, e dos demais grupos do município da Lapa, decorreram inúmeros questionamentos quanto a legitimidade e expressividade de sua filiação ao núcleo Maurício Burmester do Amaral. Pelo fato deste aglutinar grupos tão heterogêneos, como das regiões litorâneas e mais interioranas, em contraste com os localizados na metrópole propriamente dita. Diferenças estas objetivadas principalmente na forma de produzir e na dinâmica da logística e da comercialização,

⁵⁶ Terra Livre é tanto o nome da Cooperativa formada pelos agricultores do assentamento do Contestado como o nome dos grupos da Rede Ecovida que os engloba. Como são vários os grupos da cooperativa certificados pela Rede, estes levam o nome de Terra Livre 1, Terra Livre 2, Terra Livre 3 e assim sucessivamente.

ao que se refere tanto às distâncias dos centros de consumo, bem como ao perfil destes consumidores.

Referindo-se em como foi pensada, sobre a estruturação da Rede, Perez-Cassarino (2012) afirma que esta estrutura permitiria a continuidade dos processos organizacionais históricos, resultantes da realidade social, cultural e ambiental de cada região, o que, por sua vez, representaria um formato mais adequado à realidade local ou regional.

Foi com vistas nisso, que as relações pontualmente estabelecidas entre os agricultores lapeanos pertencentes à associação e à Cooperativa Terra Livre cientes de suas necessidades particulares – vinculadas à proximidade geográfica, mas também culturais desta região – iniciaram um movimento de expansão da rede no sentido de se desmembrarem-se do Núcleo Maurício Burmester do Amaral e formarem um novo núcleo, agora abrangendo agricultores da Lapa e municípios mais adjacentes.

Nas palavras de um dos agricultores, esta ampliação do núcleo localizado majoritariamente nos entremeios da capital se nota da seguinte forma:

Você mesma viu que eles não falaram coisa nenhuma lá na reunião do núcleo Maurício Burmester do Amaral (risos). Lá na reunião do núcleo é pra ser resolvido coisas do núcleo. Aquele dia da reunião, eles falaram em merenda escolar que é só deles [referindo-se aos projetos do PNAE do município de Curitiba desenvolvidos pelos grupos somente da capital]. Eles também tão fora da casinha lá (risos). (Agricultor 3 – Pesquisa de Campo, 2013).

Ao se utilizar da expressão popular “fora da casinha”, o entrevistado expressa sua compreensão de que os assuntos tratados na reunião geral do núcleo fogem da alçada e do interesse do coletivo. Isto é, os assuntos tratados nas reuniões não mais contemplavam à todos os grupos participantes do núcleo, se não os grupos focais da capital, que como os demais, enfrentam dificuldades na entrega dos produtos para o abastecimento escolar.

Esta fala ilustra bem o esvaziamento de sentido que os agricultores da Lapa sentiam ao participar das reuniões que não mais contemplavam suas necessidades como pertencentes à organização da Rede. Disto decorre a justificativa da necessidade de se criar um novo núcleo que pudessem aglutinar agricultores, e conseqüentemente grupos, com necessidades e objetivos mais afins.

Constatou-se, desta forma, o prelúdio de uma rede agroecológica que iniciou

sua formação a partir do momento que agricultores da associação incorporaram-se à Rede Ecovida.

Neste ambiente, as relações sociais mais relevantes (que prezam por valores como cooperação e solidariedade) foram encontradas entre a associação em questão e a cooperativa Terra Livre. Entidades as quais, pela coesão e relativo sucesso nas ações conjuntas, nitidamente encabeçaram a continuidade do funcionamento de políticas públicas no município, à exemplo não só do PNAE mas também do PAA.

Assim, a iniciativa de conversão da produção convencional de alimentos para o modelo agroecológico pela associação instruiu também o estreitamento de relações entre agricultores e concebeu uma rede vantajosa para sua inserção no PNAE.

Quando questionado a respeito dos motivos da formação de um novo núcleo encabeçado pela associação e pela cooperativa, um dos agricultores da Cooperativa Terra Livre (MST) respondeu que:

(...) Nós precisamos juntar forças a nível local pra poder avançar. (...) Na prática isso já acontece, por exemplo, as junções de função entre a nossa associação e a Terra Livre. É uma questão de uma organização local, e com isso, por exemplo, outros municípios como Contenda poderá vir junto com nós. Palmeiras também não é muito diferente. Viriam somando para uma nova região aqui. Em discussão com a AOPA, a ideia deles é que existisse mesmo um novo núcleo aqui na região, então já existia a simpatia pela ideia. E que tivesse no Vale do Ribeira e Litoral. Ou seja, no mínimo mais 3 núcleos além do Maurício Burmester do Amaral, mais centro-sul. (...) Dentro disso, nós fomos para o encontro ampliado e lançamos a ideia. Fizemos uma prosa com os outros grupos, e então a ideia de ter o pré-núcleo. (Agricultor 8 – Pesquisa de Campo, 2013).

Outro agricultor também da mesma entidade oportunizou registrar:

(...) O núcleo Maurício Burmester do Amaral está ficando muito grande. A distância também é um empecilho. E tem uma outra questão que a gente colocava, ainda mais agora que nós afinamos o trabalho com o MPA⁵⁷, nós do MST que temos uma forma de organizar, e mesmo no sindicato, no histórico da associação, nós temos também um caráter de movimento social que se perdeu com esse trabalho que o núcleo Maurício faz. Se perdeu um pouco. Não de repente porque queira, mas porque foi empurrado pra isso. (Agricultor 9 – Pesquisa de Campo, 2013).

A respeito do entendimento do papel na Associação neste processo, um dos

⁵⁷ Movimento dos Pequenos Agricultores

associados pondera:

Na região da Lapa, o novo núcleo teria facilidade de formação por estarem mais próxima dos demais grupos dos outros municípios, e teria um custo reduzido no sentido do olhar externo. O município de Palmeira, o pessoal do assentamento, do grupo beija-flor ou vice-versa. Então a questão econômica já seria vantajosa e também porque já existe na região organizações que precisam ser fortalecidas. 10 reais por mês é repassado para a AOPA por família, e com esse dinheiro, estimando 200 famílias, seria mais vantajoso que fosse utilizado em favor do fortalecimento local, que poderia pagar um técnico, um pessoal para o administrativo que vai se inserir na sede. As discussões tem tendido para que a Associação seja a sede, pela necessidade de fortalecimento como associação e também por estar dentro da cidade com uma estrutura. (...) Então a Associação pode ser um guarda chuva desse novo núcleo no sentido de estar apoiando novos grupos para poder estar contribuindo para a agroecologia na região. (Agricultor 1 – Pesquisa de Campo, 2013).

Estes relatos revelam a maturidade política que a agroecologia propõe como movimento e a consciência que a expansão da Rede pela incorporação de novos agricultores e agricultoras não devem perder de vista esta dimensão para além da certificação dos produtos. A última fala desta sequência sinaliza muito bem a compreensão da necessidade do direcionamento em um fortalecimento local para “contribuir” para o movimento agroecológico como um todo.

É evidente que a proximidade causará impactos de viabilidade econômica para a participação dos grupos da região. Mas, o singular deste processo será sua capacidade de extrapolar as vantagens das facilidades na mobilidade possibilitando agregar, desta forma, as particularidades sociais de cada região, favorecendo assim a expansão dos movimentos sociais dotados de características específicas e a construção de um movimento agroecológico local mais coeso.

Remetendo à segunda fala da sequência supracitada, o crescimento do núcleo Maurício Burmester do Amaral, o excesso de carga de atividades, e também o contraste regional de uma capital, não favorece pensar estas nuances, e o que por consequência minimiza suas potencialidades de lograr avanços em outras reivindicações políticas. Há o receio que a continuidade no núcleo tal como está acabe por atenuar (ou mesmo extinguir) o papel chave que este detêm no fluxo mobilizador das macroestruturas alimentares, e se relegue à atribuição da mera certificação participativa.

É possível concluir que a compreensão desta realidade tenha sido dinamizada pela intensificação das atividades tanto da associação como da

cooperativa, vez que encontraram mediante o acesso aos novos mercados (como PNAE e PAA) - o mecanismo-chave para sua consolidação. Assim, infere-se que este processo foi catalisado pelos avanços das compras institucionais tanto do PAA quanto do PNAE na Lapa.

Destaca-se assim, que estas relações fortalecidas desde a reativação da associação, como também com a intensificação das relações com a cooperativa Terra Livre e destas duas no contexto da Rede Ecovida, em algum momento perpassaram pelo artefato institucional dos projetos de vendas do PNAE. Estes fatos, de alguma forma, culminaram na constituição social de uma rede de interesses que teve por consequência a formação de um novo núcleo.

Neste segmento, cabe adiantar uma análise a respeito do efeito que um artefato sociotécnico, como a posse da sede pela Associação, pode causar na estruturação de uma rede de relações sociais e na manutenção das próprias relações. Foi possível constatar - mediante observações a campo - o senso de segurança do grupo pelo fato de a associação possuir uma estrutura física capaz de acolher o novo núcleo em formação. É evidente que a possibilidade do novo núcleo não tenha nascido apenas pela estabilidade que a sede oportuniza. Mas, ao se agregar à um conjunto de elementos favoráveis, a presença da sede incide na mediação da conformação destes novos grupos de agricultores. Neste sentido, atribui-se à existência da Associação mais um fator de relevância em todo o processo de conformação da Rede Ecovida e, conseqüentemente, da rede agroecológica nacional.

A FIGURA 6 abaixo esquematiza como ficará a rede após a oficialização do novo núcleo.

Foram estimados para a composição do novo núcleo aproximadamente 18 grupos, contabilizando os das duas entidades mencionadas, mais os das cidades próximas à Lapa. Este será apresentado no próximo encontro ampliado prevista para acontecer no segundo semestre de 2014. E então, somente depois deste momento, será efetivamente oficializado.

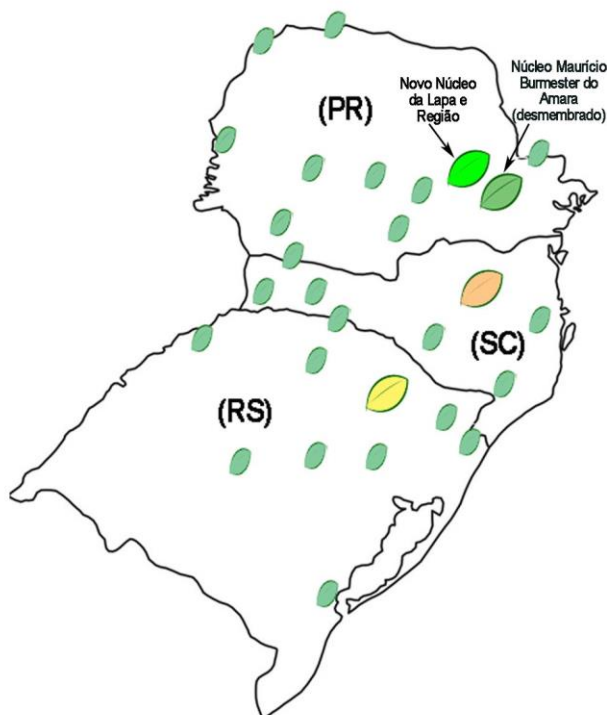


FIGURA 6 - PERSPECTIVA PARA REDE ECOVIDA COM A INSERÇÃO DO NOVO NÚCLEO
 FONTE: DINIZ, P. Pesquisa de campo, 2013.

Os núcleos em destaque na FIGURA 6 intencionam realçar os demais núcleos aos quais o novo núcleo se apoia em sua estruturação. Isto é, os núcleos com os quais, de alguma maneira, se mantêm relações de proximidade ao longo do processo de consolidação. À exemplo dos produtos que circulam entre as entidades em complementação aos projetos do PNAE, que possibilitam diversidade e quantidades adequadas para a continuidade da associação no programa.

Em contato realizado posteriormente à pesquisa de campo foi possível saber que, com o intuito de homenagear uma jovem agricultora que desempenhou importante papel na Guerra do Contestado⁵⁸, o novo núcleo possivelmente levará o nome de **Maria Rosa da Anunciação**.

⁵⁸ Conflito armado entre a população cabocla e os representantes do poder estadual e federal brasileiro travado entre outubro de 1912 a agosto de 1916, disputada pelos estados brasileiros do Paraná e Santa Catarina. A região fronteiriça entre estes estados, levou este nome por ser uma região de conflitos intensos por disputas de limites de território. Para maiores aprofundamento verificar FRAGA (2005). Nome também dado ao assentamento do MST estudado neste trabalho, em homenagem ao período histórico que se remete.

O capítulo que se encerra tratou de mapear a rede de relações estabelecidas para o abastecimento da alimentação escolar.

Como foi visto, o que tornou este mapeamento mais relevante, foi o reconhecimento que as relações uma vez catalisadas puderam impulsionar o planejamento de ações “emancipatórias” que favoreceram o movimento agroecológico ao proporcionar sua própria ampliação. Fica evidente aqui a efetividade pedagógica de uma política pública que prime pelo encurtamento das relações de produção-consumo, minimizando os processos de intermediação.

Ainda neste cenário de emergentes práticas agroecológicas, cabe uma consideração relevante a respeito do próprio programa e a sua imersão nos processos de certificação.

A constituição em rede e a articulação dos conhecimentos criados complexificam ainda mais este quadro, pois o coloca numa gama de relações sociais, imateriais e simbólicas. A certificação desempenhada estimula e agencia a valorização dos conhecimentos locais e tradicionais, das práticas políticas e dos saberes que geralmente encontram-se à margem dos modos de vida que representam outros formatos de organizar o cotidiano.

Sobre as habilidades e os saberes emergentes, é fácil notar a proximidade deste entendimento com o conjunto de disposições construídas na história coletiva e individual. Ocorre que a agroecologia e a certificação demandam alguns novos aprendizados e novas atenções que necessariamente influenciam na maneira de se organizar destes atores. E no intuito de aprofundar estas análises, o capítulo seguinte abordará a capacidade de influência do PNAE na organização produtiva, tratando de explicitar os entraves e limites encontrados, e os mecanismos acionados para que se faça possível o gerenciamento e a manutenção da rede formada.

CAPÍTULO 3 – DO CAMPO À MESA: a manutenção da rede de abastecimento da alimentação escolar da Lapa

*Madrugada camponesa
faz escuro ainda no chão
mas é preciso plantar.
A noite já foi mais noite,
a manhã já vai chegar.*

*Breve há de ser (sinto no ar)
tempo de trigo maduro.
Vai ser tempo de ceifar.
Já se levantam prodígios,
chuva azul no milharal,
estala em flor o feijão,
um leite novo minando
no meu longe seringal.*

*Já é quase tempo de amor.
Colho um sol que arde no chão,
lavro a luz dentro da cana,
minha alma no seu pendão.
Madrugada camponesa.
Faz escuro (já nem tanto),
vale a pena trabalhar.
Faz escuro mas eu canto
porque amanhã vai chegar.*

*Thiago de Melo
(Madrugada Camponesa, 1965)*

Uma vez localizada as convergências que delimitaram o desenho da nova configuração relacional da Rede Ecovida, sustentando que o PNAE foi um significativo catalisador das ações na região da Lapa, este capítulo aborda, em maior detalhamento, a influência deste Programa em instâncias menores de organização.

Compreendendo o sentido semântico de “organizar” como *dispor para funcionar; tomar forma regular; constituir-se*, apreende-se que a entrada de um novo dispositivo (o artefato da Lei) em um organismo (a associação; e conseqüentemente a Rede) passa a modelar as atividades em favor de uma “forma”. Esta forma tem por produto final os alimentos prontos para o abastecimento da alimentação escolar. E, para que isso ocorra, tanto o organismo Associação quanto o organismo unidade produtiva dos agricultores individualmente, devem estar sincronizados com o funcionamento orquestrado pelo dispositivo do artefato, isto é, os projetos anuais de

compra e venda da alimentação escolar⁵⁹.

Portanto, as análises que seguem tomam por referencial dois principais momentos: o nível coletivo, como estes agricultores se relacionam na associação, e na associação com as instituições relacionadas para dar cabo aos projetos anuais; e também no nível individual, de unidade produtiva de cada agricultor participante, que faz entender suas motivações tanto para a continuidade no Programa como na agroecologia.

Neste percurso, considerando a macro estrutura às quais todos estão submetidos, assim como resgatado no capítulo de apoio teórico deste trabalho, invariavelmente se determinam limites e obstáculos na atuação de todas as pessoas envolvidas nesta logística para o abastecimento escolar. Dificuldades estas que se explicitam, principalmente quando se investiga a interação e organização em nível coletivo, seja pelos agricultores, seja pelos próprios gestores institucionais responsáveis pelo PNAE. Coube então compreender os demais instrumentos e os mecanismos mobilizados para o gerenciamento e a **manutenção** da rede delimitada anteriormente.

Desta forma, este capítulo abordará, ainda que superficialmente, elementos que permeiam o funcionamento dos projetos anuais de compra e venda da alimentação escolar. Buscando averiguar suas interações com os demais envolvidos e o orquestramento das ações instrumentalizadoras para transpor os limites impostos e dar continuidade ao seu abastecimento.

Na sequência, apresentam-se quatro itens. O primeiro tem o intuito de contextualizar as disposições e mecanismos gerais que mantêm o funcionamento dos projetos anuais. Os dois itens seguintes discutem as dificuldades mais evidentes, sendo estas, respectivamente, a própria produção e a logística de distribuição. Ao longo dos itens a preocupação central se dá no sentido de discutir as interações entre os participantes através da coesão social da rede em questão e a repercussão das ações em seu formato particular. Cabe destacar que ainda que as categorias analisadas apareçam diluídas ao longo do texto em um primeiro momento, por haver o entendimento de que as dinâmicas encontram-se muito entrelaçadas e de difícil dissociação, optou-se por separá-las nestes dois grandes

⁵⁹ Como esclarecido na Introdução deste trabalho, os projetos de compra e venda foram a materialização concreta do funcionamento do artefato instrumental da Lei 11.947, e portanto, aqui foi o ponto de partida para que se seguisse os atores e se mapeasse a rede em foco.

eixos (produção e distribuição) e incorporar ao longo da sequência argumentativa as demais variáveis à elas relacionadas. Para que então, no último item, pudesse abordar o caráter pedagógico do Programa na transposições destes obstáculos mapeados.

3.1. O FUNCIONAMENTO DOS PROJETOS ANUAIS DE COMPRA E VENDA DA LAPA

Convém iniciar este subitem destacando o artigo da Lei 11.947 que baliza as análises.

Art. 24 Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverá ser utilizado na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural ou suas organizações, priorizando os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas, conforme o art. 14, da Lei nº 11.947/2009. (Seção II – Resolução/CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013).

Como dito na fundamentação teórica, a Lei 11.947 trouxe avanços significativos na dinâmica do PNAE, sobretudo, no que diz respeito à aquisição pública de alimentos. Entretanto, há que se colocar que, embora as Chamadas Públicas tenham flexibilizado as regras das licitações, não são em absoluto desprovidas de burocratizações. Os agricultores seguem sendo impostos às regras e normas das quais certa coesão social se faz crucial para a transpor algumas barreiras.

A começar, pela norma (Seção II, Art. 27) que estabelece que para poderem vender seus produtos, estes atores devem estar organizados em grupos formais ou informais, e que, como foi visto no capítulo anterior, foi o determinante para retomada das atividades da Associação.

Em seguida, uma vez formado o grupo interessado em acessar o Programa, baseando-se nos alimentos listados e requeridos pelas Chamadas Públicas, elaboram um projeto de venda formal no qual discriminam as variedades e quantidades de alimentos que se comprometem a abastecer durante o ano escolar, e então o submetem à concorrência. No caso da Lapa, este abastecimento acontece em parcelas semanais.

No corpo do projeto devem estar discriminados todos os agricultores participantes com a relativa quantidade de produto que individualmente se comprometem em fornecer, juntamente com as documentações devidamente regularizadas, dentre elas a Declaração de Aptidão ao PRONAF/DAP⁶⁰ de pessoa física. Com a ressalva, que este documento, frequentemente é citado nos estudos acadêmicos com um dos maiores entraves burocráticos para os indivíduos que querem participar das políticas e programas de fomento à agricultura familiar, principalmente pelos inúmeros demais documentos que são requeridos.

De acordo com a Resolução/CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013, uma vez submetido à análise, os itens avaliados no projeto são: produtos (qualidade e variedade), preços (em geral, se utiliza a tabela de preços de referência do PAA), bem como outros critérios de desempate que privilegiam produtores locais como os assentados de reforma agrária ou de comunidades tradicionais; serem alimentos orgânicos-agroecológicos em detrimento de convencionais - com a ressalva de que os produtos orgânicos podem ter um acréscimo de até 30% em seu valor de compra em relação aos convencionais.

No intuito de delimitar o funcionamento da rede de atores, os passos iniciais se deram no sentido de seguir os sujeitos que, por já terem vencido esta etapa, encontram-se diretamente relacionados com o projeto de venda anual. Que, no caso desta pesquisa, o projeto vigente no ano da coleta de dados foi de 2013.

Na Lapa, a Lei 11.947 de 2009 se efetivou partir do ano de 2010, e ainda que se considere a natural incorporação ou saída de atores ao longo do tempo, considerou-se em primeira ordem os que para este ano estavam ativos.

Quando se trata de redesenhar o sistema agroalimentar local através do encurtamento das relações de produção e consumo, pela intercessão do PNAE, é aos estudantes nas escolas públicas que se refere.

Deste modo, passa a ser central o papel do mediador institucional que concretiza as compras dos alimentos para a composição das refeições servidas.

⁶⁰ DAP – Declaração de Aptidão ao PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) é utilizada como instrumento de identificação do agricultor familiar para acessar políticas públicas, especialmente o PRONAF. Sendo este último um programa Nacional com o intuito de financiar projetos da agricultura familiar, à baixas taxas de juros nos financiamentos rurais.

Que neste caso, conforme regulamenta o Conselho Federal de Nutricionistas (CFN) e normatiza o FNDE, é a(o) nutricionista⁶¹ a(o) responsável técnica(o) pela alimentação escolar⁶².

Dentre as atribuições concernentes à responsável técnica, cabe as tarefas do planejamento, gestão e execução do Programa. E aqui se trata especificamente das atividades relacionadas à seleção e compra de gêneros alimentícios para a elaboração das Chamadas Públicas, cardápios, logística e controles burocráticos e higiênico sanitário.

É pertinente registrar que a atuação da técnica nesta dinâmica envolve suas compreensões objetivas e subjetivas de todo o processo. Melhor dizendo, sua atuação depende do entendimento da repercussão de suas ações ante todas as estruturas hegemônicas do sistema agroalimentar já apontadas. Diz-se isso com o intuito de salientar que sendo a nutricionista representante direta da instituição à qual pertence, é tal qual incumbida pontualmente de difundir e assegurar o cumprimento de todas as normativas, sejam elas burocráticas, sanitárias e demais qualidades, nos produtos e nos trâmites. E são estes trâmites justamente os facilitadores ou complicadores da consolidação deste mercado institucional para a agricultura familiar.

Desta forma, referindo-se aos 70% dos quais a técnica dispõe de relativa autonomia de escolha na elaboração do cardápio, a apreensão que esta possui de “qualidade” se materializará na priorização dos alimentos do segmento da agricultura familiar, ou dos alimentos processados das indústrias e empresas de alimentos. Portanto, sua atuação detém influência significativa no reforço ou exclusão de determinada estrutura local de abastecimento alimentar, e a consciência disso influi em *o que e como* fazê-lo.

Sob o prisma da Resolução vigente, se explicita entre as diretrizes considerar: “*o fortalecimento da Agricultura Familiar e sua contribuição para o desenvolvimento social e econômico local*” (Resolução/CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013). E, nesse sentido, uma variável que expressa concretamente este

⁶¹ O procedimento metodológico de centrar as investigações na figura desta responsável técnica já foi aplicado por Bezerra (2010). Que por sua vez, justifica-se uma vez que são tais profissionais os fortemente atuantes na aceitação ou não de determinados produtos/alimentos (compreendendo, assim, a prática do mercado institucional), para a alimentação escolar.

⁶² Aqui se exclui os projetos **estaduais** de alimentação do Programa.

valor empreendido é a participação efetiva que este segmento possui no abastecimento total da alimentação escolar.

A fala abaixo sintetiza qual a ordem de importância dada pela nutricionista no que se refere à fonte de abastecimento de alimentos para a composição da alimentação.

(...) Nós temos 3 fontes de hortifrutigranjeiros na nossa compra. Uma fonte que é uma licitação normal geral, que qualquer fornecedor da cidade pode entrar, ou fornecedor de outro município. Que são os produtos que vem do CEASA. E o outro são os produtos da agricultura familiar que tem 2 fontes. Um lote que é de orgânico, porque nem sempre eles vão ter todos os produtos para oferecer, e o outro lote com os mesmo produtos ou uma parte daqueles orgânicos que é da agricultura convencional. (Nutricionista 1 – Pesquisa de Campo, 2013).

Complementar ao discurso, a tabela abaixo trata de apresentar como se deu a evolução dos recursos do FNDE e a respectiva parcela destinada ao cumprimento do Artigo 24 desde 2010, quando teve sua efetivação no município da Lapa/PR. Cabe ressaltar, que o valor apresentado não contabiliza o valor investido através da contrapartida obrigatória da Entidade Executora (EE). O que quer dizer que o valor total gasto com a alimentação escolar do município, somado aos demais fundos, é ainda maior.

TABELA 1- EVOLUÇÃO DOS RECURSOS DO FNDE DESTINADOS À AGRICULTURA FAMILIAR (AF) NA LAPA-PR

Ano	Total Anual de Recursos do FNDE	Recursos Destinados à AF	% Correspondente aos Recursos destinados à AF
2010	R\$ 295.169,47	R\$ 91.373,49	30,96%
2011	R\$ 293.511,29	R\$ 40.071,40	13,66%
2012	R\$ 342.980,28	R\$ 103.189,85	30,02%

FONTE: Documentos oficiais da Secretaria da Educação. Pesquisa de Campo, 2013. Elaboração Própria

Infere-se que o contraste do valor de 13,66% registrado no ano de 2011, diz

respeito ao que vem ocorrendo com frequência não apenas no âmbito dos municípios, mas também no estado. Muitas vezes o que ocorre é o pagamento dos projetos referentes ao ano anterior, mas que por intercorrências na entrega, sobretudo, intempéries climáticas, implicam na entrega (mas não no pagamento) dos alimentos no ano seguinte⁶³.

Devido à sua recente operacionalização, seria prematuro afirmar quanto do progresso ou declínio da incorporação dos alimentos oriundos da agricultura familiar no cardápio das escolas. Entretanto, pela tabela, já se pode observar significativo êxito nos esforços de fazê-lo, ainda que se assinale a defasagem ocorrida no ano de 2011, que pode ser explicada pela incipiente adaptação dos envolvidos à nova normativa.

Dentre os recursos destinados à compra de produtos da agricultura familiar, segue a discriminação dos alimentos em montantes convencionais e agroecológicos/orgânicos durante os anos:

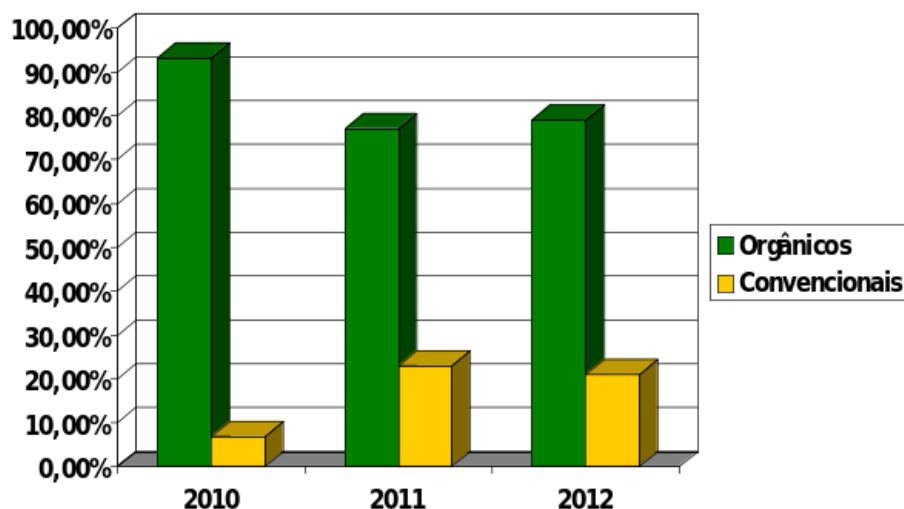


GRÁFICO 2 - DISCRIMINAÇÃO DOS ALIMENTOS ADQUIRIDOS PARA A COMPOSIÇÃO DO CARDÁPIO ESCOLAR ORIUNDOS DA AGRICULTURA FAMILIAR NA LAPA-PR POR TIPO E ANO
 FONTE: Documentos oficiais da Secretaria da Educação da Lapa-PR. Pesquisa de Campo, 2013.

⁶³ Agrega-se a esta constatação empírica a consulta nos registros oficiais da prestação de contas anual dos documentos oficiais da Secretaria de Educação: "OBS: O município da Lapa não utilizou 30% dos valores repassados pela União na Agricultura Familiar porque no primeiro semestre de 2011 foram recebidos dos agricultores os produtos que ficaram de saldos do ano de 2010. JUSTIFICATIVA: em 2010 foram realizadas duas Chamadas Públicas de compra da Agricultura Familiar. Ambas foram efetivadas tardiamente, o que comprometeu as futuras Chamadas Públicas de 2011 e o saldo de 2010 foi utilizado no primeiro semestre de 2011." (Documentos oficiais da Secretaria da Educação. Pesquisa de Campo, 2013).

Pelo contraste assinalado no gráfico, nota-se que dentre os alimentos já incorporados, existe certa tendência em se priorizar alimentos da agricultura orgânica-agroecológica em relação à convencional.

Como preconizado por Triches (2010), a presença do alimento agroecológico na alimentação escolar representa uma conquista não apenas para os agricultores(as) agroecologistas, mas principalmente para o público consumidor final – escolares – que passam a dispor na sua rotina alimentar de alimentos de qualidade. No que diz respeito ao campo intermediário – a decisão da responsável técnica em aderir ao componente do alimento agroecológico – infere-se que há uma satisfação ainda maior, mas quase impossível de ser mensurada, sobretudo, por considerar o aspecto da promoção da saúde no ambiente escolar.

A exemplo, Navolar, Rigon e Philippi (2010) propuseram levantar em seu trabalho os aspectos que relacionavam a agricultura familiar ecológica à promoção da saúde de agricultores no meio rural, e, em destaque, ressaltaram ser as queixas e adoecimentos causados por agrotóxicos durante a produção e o autoconsumo a maior motivação para inserção na agroecologia. No contexto da pesquisa dos autores, a alimentação agroecológica, foi entendida como uma prática de auto-atenção. Isto pela preocupação demonstrada pelas próprias famílias agricultoras em produzir, consumir e comercializar um alimento saudável justamente por ser livre de agrotóxicos e incorporar outros aspectos simbólicos (como valorização dos conhecimentos ancestrais ligados ao manejo, e também o respeito a biodiversidade). Na ocasião, os autores puderam então concluir que a construção de um sistema produtivo que contribua para a promoção de SAN, agregando qualidade de vida às pessoas e preservação do meio ambiente, certamente converte-se em verdadeiras políticas promotoras de saúde. O que faz compreender o PNAE, portanto, como incluso nestas ações que venham a somar nesta perspectiva.

Por outro lado, cabe destacar que a grande limitação para o avanço na compra de alimentos orgânicos-agroecológicos está diretamente relacionado ao baixo valor per capita de R\$ 0,30/por aluno/dia. Ou seja, como adquirir alimentos agroecológicos que já dispõem de um acréscimo de 30% no seu valor, contando apenas com R\$ 0,30?

Ainda que no caso da Lapa esta lógica corresponda a um falso dilema já que o município dispõe da oferta de alimentos orgânicos com preços mais baixos que os

das demais licitações, suscita-se a questão se esta realidade se estenderia para outras regiões. Além disso, ainda que assim fosse, este caso evidencia a depreciação e despreço aos alimentos orgânicos nas situações em que estes encontram-se com valor menor em relação aos convencionais das demais licitações, situação não conforme com a premissa de incremento de 30% a mais no valor do convencional.

Cabe resgatar, que neste movimento de incorporação da Lei – e cumprimento do Artigo 24 – fica a cargo do técnico responsável as prioridades a serem consideradas, não perdendo de vista que estas aquisições tem o intuito maior de promover desenvolvimento rural.

De outro modo, para que a lei se consolide e avance progressivamente nas aquisições deste setor da agricultura, é natural o ajuste à realidade local de modo que garanta a participação de cada município. Sobre esta trajetória a nutricionista em questão apresenta o seguinte:

(...) No início tudo foi difícil. Ninguém me ajudou! Ou muito pouco (...). Comecei a chamar os agricultores, conversar com um, conversar com o outro, pedia pra eles virem. Fui juntando informações, como que eu poderia fazer. (...) Estudei a lei e achei uma solução que fosse melhor para o município, que ia dar certo pra nossa realidade (...). E daí, ou eu fazia um lote para o orgânico ou eu fazia um lote para o convencional, porque não tinha orgânico daquele produto para aquela população, orgânico-convencional. Ou era orgânico ou era convencional, porque agora não. Agora tem o mesmo produto em duas planilhas. (Nutricionista 1 – Pesquisa de Campo, 2013).

Nessa fala notam-se alguns elementos centrais. Primeiramente, a consciência da necessidade de se ajustar à realidade do município, fez com que houvesse adaptação nas Chamadas Públicas (pela nutricionista referenciada por “licitação”). O que neste ano (2013) implicou na divisão dos projetos para aquisição de alimentos em lotes destinados diferencialmente para agricultores orgânicos e convencionais, já que por via de regra, agroecológicos tem preferência e poderiam encabeçar sozinhos as requisições da Chamada Pública.

Estas adaptações demonstram maturidade política e social por parte da gestora ao se dispor a ajustar as normativas à realidade local. Esta disposição demonstra como efetivamente ainda se faz necessário modificar o formato do Programa no intuito de adequá-lo à determinadas particularidades locais e regionais. Todos ganham à medida que é possível evoluir nas adequações e desenvolvimento

das ações, e a separação por lotes é uma clara demonstração deste fato.

A respeito do fortalecimento das organizações sociais e ao fomento de arranjos institucionais, Grisa e colaboradores (2011) citam o caso do PAA para apresentar os arranjos institucionais que confluem na promoção de um capital social que permite a interação entre atores de diversas esferas (Estado, sociedade civil e mercado), e atuantes em distintas escalas (local, municipal, regional, nacional). Para estes autores, isso acontece devido as muitas modalidades do programa exigem a organização social dos agricultores para sua execução, mobilizando um vasto conjunto de atores, entre eles os próprios gestores dos programas, fato que pode ser observado também no gerenciamento do PNAE.

Grisa e colaboradores (2011) prosseguem em suas análises reforçando que cada uma das esferas e escalas tem sua própria lógica e influencia de modo particular no gerenciamento da distribuição, controle e transformação dos recursos necessários à reprodução das famílias rurais, objeto e objetivo central das ações desenvolvidas. Para estes autores, o PAA também tem incitado o surgimento de novas organizações, seja para viabilizar o acesso ao programa, seja para, a partir desse engajamento, alcançar novos mercados e/ou mobilizar recursos políticos e econômicos.

Muller (2007) sinalizou também a necessidade de uma participação mais ativa do poder público municipal, principalmente em relações sinérgicas entre organizações e administrações locais para a contribuição e ampliação dos resultados do PAA, estendendo-se aqui esta análise também para o PNAE.

Estas observações fazem atentar para um segundo elemento igualmente importante, a apreensão ao fomento ao desenvolvimento rural pela inclusão de diversos agricultores, independente de sua orientação para a produção, tanto por parte dos gestores quanto pelos agricultores familiares. As relações de concorrência se estabelecem em um cenário muito diferente do sistema agroalimentar hegemônico conhecido como o agronegócio, cuja busca pela acumulação de capital de forma individualizada é o fator que determina e orienta as estratégias de atuação.

Desta forma, Brandenburg (2002) reforça a exigência fundamental da organização dos envolvidos. Porém, não a organização que prioriza práticas semelhantes àquelas estabelecidas pelo modelo convencional de produção – como a que vem acontecendo com a “agricultura orgânica”. Mas as organizações que trazem características diferenciadas de valores e responsabilidades frente ao

ambiente e ao público consumidor, e neste sentido, as práticas agroecológicas são diretrizes fundantes e norteadoras.

Assim, no caso estudado, o constante diálogo entre os participantes para que o processo fosse concretizado, acarretou em maior frequência nas alterações da forma da operacionalização, como o exemplo do artifício da separação por lotes. Não basta destacar uma vez mais como esta ação se demonstra uma importante proposição na revisão das execuções do Programa como um todo, evidenciando a necessária reformulação dos procedimentos afim de responder às necessidades dos processos sociais.

Convém destacar que esta disposição demanda reais esforços pessoais da própria nutricionista quanto a assimilação da importância destas ações, justamente para que, ao procurar por vias mais fáceis, não acabe desistindo.

Porque é difícil de administrar o projeto. É muito mais tranquilo eles comprarem de um cara só que trás produtos do CEASA, que aí o pessoal da administração não tem problema de falta produto. De eles terem que fazer conversão dos produtos, trocar de produto, né? O trabalho para o pessoal que administra é muito mais tranquilo quando assim acontece. E daí eles não fazem assim muito esforço para a coisa acontecer. (Agricultor 3 – Pesquisa de Campo, 2013).

Tal como Baccarin e colaboradores (2012) indicam ter encontrado em seus estudos, a Lei 11.947 estabelece para os gestores públicos novos desafios para a aquisição de produtos da alimentação escolar, pois exige modificações diretas no setor de compras e licitações municipais ou estaduais para que as compras sejam adequadas às exigências legais do artigo 14 da Lei, e portanto, devendo-se estabelecer um maior envolvimento entre agricultores e os agentes públicos.

E assim, dada a saída encontrada pela nutricionista em separar os projetos por modalidade de produção (uma modalidade para a agricultura orgânica e outra para agricultura convencional) que se identifica as primeiras relações entre a Associação e o Movimento Sem Terra (MST) do assentamento do Contestado da Lapa, que, como foi visto, foi fundamental para os avanços do movimento agroecológico na região.

3.2 OS LIMITES DA PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA PARA O ABASTECIMENTO ESCOLAR

Para abordar a influência que o Programa teve em nível de associação e explorar como os acordos - que delimitaram a rede em questão - tornaram praticável a regulação dos encargos produtivos, se faz necessário expor as dinâmicas operativas já em curso. Estas, por sua vez, são as que tratam de explicitar as dificuldades do funcionamento do Programa em si, o que por consequência, figura no acionamento de artifícios sociais para driblá-las, fazendo revelar a influência da inserção de uma política na organização social do coletivo em totalidade.

Assim, ao referenciar tais dinâmicas, tanto agricultores como a nutricionista descrevem que as entregas nas escolas se dão invariavelmente nas segundas-feiras. Para que isso aconteça, a rotina dos trabalhos envolve articulações semanais entre a entidade e a instituição. Na semana anterior a entrega, a nutricionista contata as associações (a agroecológica e a convencional) para saber o que, efetivamente, terá disponível para a alimentação. Esta previsão sobre quais os alimentos/produtos, bem como a sua quantidade, é fundamental para o planejamento do que e quanto irá para cada escola.

A significativa diferença entre as apreensões desse processo faz perceber que, apesar de parecer funcional, nem sempre existe compatibilidade nas intenções. Os maiores contrastes dizem respeito às opiniões que cada um destes atores tem da operacionalização que faz o PNAE efetivamente funcionar. O exemplo mais simbólico reside na variedade *versus* quantidade, defronte a capacidade produtiva e o que seria uma “alimentação adequada” para nutricionista.

Centrando-se na produção, a fala abaixo pretende abordar os aspectos referentes à demanda produtiva, determinada exclusivamente pelo que requer a elaboração dos cardápios.

(...) Nós procuramos fazer cardápios de um mês porque a produção deles às vezes é muito rápida. Às vezes eles desistem e já não tem mais aquele produto. E pra fazer o escoamento da produção deles também. Só que muitas vezes não dá certo. Os agricultores dizem que vão ter aipim, por exemplo, aí chega lá, você colocou 2 ou 3 vezes no cardápio e eles vão ter pra 2 vezes. Nem sempre a quantidade é suficiente para a nossa demanda, a quantidade que eles têm. Mas eu faço semana a semana, é o jeito que dá mais certo. (...) Às vezes tem preparações que naquela semana não cabe alface ali, e eles querem que coloque alface. Eu não coloco. Porque eles também, as vezes, plantam porque eles acham mais fácil. Só que eu não pego, sabe? Eu não mudo muito o cardápio. Não tem como mudar muito.

(...) Às vezes o Agricultor C. plantava bastante morango porque ele queria vender, e o outro também. E aí eles fazem pressão porque eles querem entregar aquele morango! Mas não é quando eles querem, é a nossa necessidade. (...) Porque assim, tudo é combinado. (...) Não é nada "Você tem que entregar, porque tá lá no contrato que você tem que entregar". "Ah! Não tem?". Então o que eu faço? Eu trabalho muito com cronogramas. (Nutricionista 1 – Pesquisa de Campo, 2013).

Enquanto isso, do outro lado, os agricultores relatam perceber a situação de outra perspectiva, e sentem suas necessidades negligenciadas ao constatar que a quantidade de produtos requerida na semana é considerada insatisfatória para cobrir os gastos da sua produção, ou ainda, que não estejam em conformidade com a manutenção dos gastos:

(...) 20 pés de acelga, para o agricultor vir entregar, não paga a vinda dele de lá da chácara. A nutricionista teria que pegar pelo menos a quantia que a gente passa, né? (...) agora ela [a nutricionista] vem com uma "miserinha" de 10 acelgas para serem entregues! Perde de gastar combustível e meio dia de serviço seu! Vamos contar 40 reais que a gente paga de funcionário pra uma pessoa trabalhar pra gente, porque pagar menos que isso não consegue. Então o que é que ele recebeu? Ele mal pagou o dia do camarada trabalhar com ele, não contando combustível e, o almoço, o dia perdido de trabalho. (...) o problema que do cardápio que ela faz para o programa, eu acho que é para 2 meses, não tenho certeza. E nós não temos como trabalhar assim. Porque nós, é o que tem. Diferente do CEASA. Que no CEASA "Ah! Eu quero 500kg de banana e, mais 500 kg de repolho" e o cara da banca do CEASA que ganhou a licitação vai lá e pega. Não tem o problema de produzir que nem nós da agricultura familiar orgânica. Mas, a nutricionista tinha que fazer diferenciado. Tinha que programar pra fazer o que nos temos pra entregar essa semana.(...) Nós estamos nesse dilema esse ano. Estamos quase que abandonando o projeto porque, é melhor a gente ir trabalhar pra fornecer pra cooperativa do assentamento que daí tem para onde ir os produtos. Melhor do que nós estar perdendo um tempão com miséria de coisa. (Agricultor 2 – Pesquisa de Campo, 2013)

Os relatos evidenciam a complexidade que é operacionalizar uma política como o PNAE. Pode-se dizer que o componente complicador desta dinâmica é, principalmente, a variação alimentar que o cardápio deve resguardar e que acarreta na insuficiência da produção local para supri-lo. A fala abaixo ilustra bem esta assertiva:

(...) Muitas questões entram. (...) as folhas, o cheiro verde, o repolho, alface são fáceis de dar. Às vezes eles ficam só nesses produtos. Então a gente tem que forçar eles a plantar beterraba, cenoura que o ciclo é mais demorado. E eu não posso ficar só nesses produtos que eles tem oferecido. A agrônoma, secretária de agricultura do município, sabe dessas dificuldades. Ela queria aumentar a compra da agricultura familiar mas não podia nem falar isso pra mim! Porque a dificuldade que é isso no município!

Se aumentar fruta e verdura. Como é que eu vou comprar carne? Como é que eu vou comprar ovos? Como é que eu vou comprar leite? Os outros produtos? Porque eles se concentram em verdura só. E aí? Como é que eu vou fazer um cardápio só com verduras? Não tem como. (Nutricionista 1 – Pesquisa de Campo, 2013).

Os relatos anteriores demonstram que muitas vezes, na prática, durante a implementação da lei, emergem situações de tensão em uma arena de disputas que vai entre o normativo – resoluções do FNDE que determinam, por exemplo, a constituição do cardápio – e a efetiva viabilização de uma maior dinamicidade na economia local – pela compra dos alimentos da agricultura familiar.

A saída para esta situação passa a ser a aquisição de alimentos de outras localidades para complementar e/ou completar o almejado. O que faz pensar que esta decisão por parte da nutricionista é incongruente com seus próprios esforços em incentivar os agricultores locais a diversificarem sua produção. Mas que, em sua visão, justifica-se no atendimento da normativa que estabelece a compra mínima de 30% da agricultura familiar, compelindo-a assim, a adquiri-los em outras fontes.

Para a técnica, há o entendimento que se deve priorizar o município da Lapa. Porém, ela explica que Querência do Norte pode prover parte dos alimentos necessários para a alimentação escolar da Lapa. À exemplo do arroz, que é imprescindível e convenientemente oriundo da agricultura familiar, o que por sua vez, vai de encontro às conformidades das diretrizes do Programa, de acordo como registrado no relato abaixo:

Nós estávamos querendo pegar só arroz da agricultura familiar. A alimentação escolar precisava do produto e, além disso, nós iríamos aumentar nossa cota. A prioridade é para o município, mas como nosso município não tem, e é um produto que nós precisamos, e o arroz de Querência do Norte é da agricultura familiar, então compramos. (Nutricionista 1 – Pesquisa de Campo, 2013).

É evidente que a obrigatoriedade imposta por lei se mostra expressiva para diversos avanços no que se refere ao fomento deste gênero alimentício. Entretanto, há de se observar que quando não assentado às premissas as quais esta determinação se atrela, sua leitura passa a ser reduzida ao mero cumprimento de “cota”.

Convém ressaltar que existe, por parte da agente que gerencia a execução do PNAE, o real interesse de cumprir com a obrigatoriedade de compra 30% (ou

mais) do segmento da agricultura familiar. Segundo informações apresentadas em um seminário em 2012 sobre os avanços e desafios do PNAE no estado do Paraná, o município da Lapa teve um espaço de destaque em função do êxito no cumprimento da lei 11.947. No entanto, a ocorrência do arroz despertou a atenção por ilustrar uma possível inversão do foco no que diz respeito à “cota” (dos 30%). Ainda que este mesmo “caso do arroz” mereça um maior aprofundamento das questões que suscita (e que será resgatado adiante).

Sem necessariamente atribuir uma análise simplista aos fatos, é necessário destacar que procedimentos semelhantes vêm se repetindo em outros municípios, contrariando assim outras dimensões, igualmente importantes, quando da criação e implementação da lei como: garantir e viabilizar uma alimentação saudável e adequada; valorização e respeito à cultura, às tradições e aos hábitos alimentares saudáveis; desenvolvimento sustentável, que significa adquirir gêneros alimentícios diversificados, produzidos localmente e, assim, melhorar as condições de vida de quem produz (com vistas a uma possível redução da pobreza rural) entre outros.

Nestes termos, foi perceptível que o apego à obrigatoriedade da porcentagem de aquisição, negligencia estas outras dimensões e este procedimento passa a ser visto com um mero número a ser atingido.

A disputa de forças inerente à este processo acarreta no desestímulo de ambos os lados. Por um lado, percebe-se os esforços da responsável técnica em cumprir satisfatoriamente seu papel de gestora, e do outro, a prática dos agricultores dissonante com o entendimento desta última do que seria uma variedade adequada de produtos.

Os embates se tornam frequentes e a percepção deste projeto político – unificar agricultura familiar e alimentação escolar – como capaz de estruturar e reconduzir um novo modelo de desenvolvimento se perde de vista. Os agricultores começam a pensar em alternativas para se esquivar das exigências e conquistarem outras fontes compradoras de seus produtos. Assim, passam a concentrar-se na especialização de suas produções.

(...) Algumas variedades não são muito viáveis, pois envolvem muita mão de obra. Então a gente vai selecionando e tirando fora. Cebola, dá bastante mão de obra, aipim também. Essas duas coisas a ideia é tirar totalmente de linha. Pois Inviabiliza, né? (...) Por enquanto vamos manter o PNAE sim. Mas futuramente não sei o que a gente vai fazer, vamos ver. Nós temos uma proposta de atender uma linha de clientes aí que, tipo, eu já tinha antes - de entregar direto na casa. Talvez eu vá retomar porque daí eu vou me

tornar mais independente. (...) Agora nós compramos o trator, então vamos desenvolver coisas que desenvolvam menos mão de obra. A gente tá mais tranquilo. (Agricultor 3 – Pesquisa de Campo, 2013).

Nesta fala, percebe-se que o estímulo à produção de variedades acaba por impulsionar um caminho inverso. No desentendimento das motivações para a escolha dos produtos, o agricultor abandona as cultivares consideradas mais trabalhosas. Para este agricultor é prudente “não despender seu tempo hábil” em atividades com um retorno financeiro “incerto” (fazendo referência à sua insegurança quanto ao que gostaria de vender e o que efetivamente vende para a alimentação escolar).

Nestes casos, é necessário mencionar as dificuldades enfrentadas pelas famílias agricultoras cada vez mais reduzidas no campo, fruto do êxodo rural, que por sua vez, tem inviabilizado o plantio e manejo das cultivares mais “trabalhosas”. Estes agricultores, na falta de mão de obra disponível para o trabalho, passam então a desejar desenvolver apenas as cultivares as quais possa dar cabo sozinho.

Ademais, ao mencionar a compra de um trator, o agricultor remete a uma clara movimentação de especialização de sua produção, fruto de seu anseio por lograr novos mercados que independa de compromissos contratuais, ou que considere como mais flexível, sendo necessário, para isto, inverter sua lógica policultora para o cultivo intensivo de uma variedade.

Problematizando esta especialização, Darolt e Constanty (2008) argumentam que um dos pilares da sustentação dos circuitos curtos é a intensa mão de obra familiar que demanda aliar diversas competências na produção, transformação e comercialização, no intuito de diminuir custos e agregar valor ao produto oferecido. Ao mencionarem os casos de agricultores na França, os autores sustentam ter encontrado na maioria das propriedades uma tendência a se especializar em determinado sistema de produção (fruticultura, olericultura, leite, ovos, queijos). Já no Brasil, os mesmos autores, afirmam que as propriedades agroecológicas são mais diversificadas e trabalham simultaneamente com sistemas vegetais e animais integrados. Isso leva a pensar que, por um lado, isso seja desejado, já que atende aos princípios agroecológicos, mas por outro torna o planejamento produtivo muito mais complexo e muitas vezes impraticável.

Mesmo assim, nos dois casos citados, a gama de produtos é, em geral, diversificada, ainda que algumas propriedades se especializem em determinados

sistemas (determinado produto é o “carro-chefe” de um agricultor específico). Aliado a isso, existe também uma tendência à diversificação em serviços envolvendo a pluriatividade da propriedade, à exemplo da gastronomia, lazer, agroturismo, alojamentos e etc (DAROLT; CONSTANTY, 2008). Em suma, para estes autores, quem escolhe vender em circuitos curtos, o planejamento agroecológico se torna mais ou menos complexo em função dos recursos humanos e econômicos disponíveis em cada propriedade. Dessa forma, pensando em propriedades de pequeno porte, é preciso encontrar maneiras de se balancear custos, agregar valor (como a transformação) e potencializar serviços (pluriatividade) de forma a adequar cada tipo de produtor em função da mão-de-obra e infraestrutura do sistema de produção disponível. É dessa maneira, que o relato do agricultor acima evidencia que participar de circuitos curtos de comercialização em agroecologia repercute, sobremaneira, sobre a organização da propriedade e sua tendência à especialização. Neste caso, a compra do trator é uma consequência disso.

Em adição a isso tem-se:

(...) A verdade é que nós não temos tudo que a nutricionista quer. Por exemplo, batata, nós não conseguimos produzir no tempo que ela precisa. Nós temos batata e tomate na época que não tem aula. Entende? Pra nós é difícil produzir. O tomate tá em época de aula, mas a batata não. É complicado. Não sei como é que nós vamos poder acertar isso. Que nem essa época todo mundo consegue produzir brócolis, repolho, couve-flor, vagem, e aí nós entregamos. Ano passado ela “infernizou” nós com o milho verde. Queria milho-verde de tudo quanto é jeito! Agora esse ano nós temos e ela não pega. (Agricultor 2 – Pesquisa de Campo, 2013).

Há de se acrescentar que o desacordo entre o que é praticável em dada regionalidade e a proposta de diversidade alimentar leva a refletir sobre que bases se sustentam uma alimentação saudável que não se conforma à realidade local.

Quer dizer, a priorização de produtos que necessitam serem transportados de longas distâncias fomenta a homogeneização do consumo alimentar, avesso às diversidades e culturas regionais. O que, por outro lado, remete a um contrassenso agroecológico, já que a identificação de certos favorecimentos regionais para o cultivo de determinadas espécies e cultivares, culmina na intensificação e especialização para a comercialização em outras localidades.

Acho que tem que ter uns ajustes, entre a associação e o poder público nessa questão, pra poder organizar esse processo de produção e consumo. Eu acho que é uma dificuldade grande que tem. Tá meio naquela lógica do CEASA que 365 dias por ano você vai lá e compra tomate, batata e etc e aí

tem esse outro lado do produto de época do agricultor, que naquela época ele quer concentrar a venda. (Agricultor 1 – Pesquisa de Campo, 2013)

Como bem colocou o entrevistado, há de se pensar mecanismos que possibilitem transgredir a concepção alimentar que não leva em consideração a disponibilidade produtiva de acordo com a sazonalidade. Dessa forma, deve-se ver o PNAE como uma ação pública que pode subsidiar a recondução das práticas alimentares pela incorporação de hábitos que priorizam alimentos de acordo com seu período natural de maturação – princípio pelo qual prima a agroecologia, pois permite respeitar os ciclos das dinâmicas da natureza.

Triches (2010), ao discutir o tema da qualidade dos alimentos nas refeições da alimentação escolar, expõe que para a garantia de oferecimento de produtos frescos é preciso pensar cardápios que possibilitem obedecer a processos naturais, sem maturações ou crescimentos forçados quimicamente ou por acondicionamentos que mantenham o produto por mais tempo em perfeito estado de conservação e consumo. Para a autora, neste processo de qualificação, o desejo de reduzir os riscos relativos à saúde, ao meio ambiente e, ao mesmo tempo, favorecer o benefício social, liga-se ao atendimento do paladar, uma das características finais desse processo.

A autora argumenta que o paladar é moldado na infância, mas também reconhecido como um resultado de uma história baseada em práticas de percepção entre o sujeito e o produto, de diferenciação social ou de adaptação biológica. Desta forma, entende-se o paladar como determinado por consequência e não como causa da escolha em si. O que faz com que consumidores no geral detenham capacidade de moldar seus paladares de forma a sobreviver diante de crises e de riscos ou mediante a sua ansiedade frente à diversidade de escolhas. Deste modo, é possível dizer que os consumidores são ativos em deliberar as escolhas e o formato de seu paladar para aqueles alimentos que consideram mais adequados. Estendendo essas observações ao PNAE, a autora afirma:

Nessa flexibilidade do consumidor que adquire e escolhe, está implícito como característica final da qualidade o valor nutricional desse alimento que, via de regra, está associado à preocupação relacionada à saúde. Para alcançá-la, faz-se necessário atrair os alunos para alimentos mais saudáveis, primeiramente, por intermédio das questões de sabor e de hedonismo. Para as crianças e adolescentes, o consumo de alimentos como verduras e frutas está mais relacionado à obrigação do que propriamente a um prazer. Conquistar o paladar para um alimento

considerado mais nutritivo e desencorajar o consumo daqueles que são industrializados deve ser um objetivo a ser perseguido. Para tanto, comprar do agricultor passa a ser uma maneira de melhorar a atratividade do alimento pelo sabor original, pelo frescor, pela variedade. Uma cenoura mais doce, um pêssego com gosto de pêssego, uma banana mais saborosa são exemplos de alimentos que se tornam mais aceitos pelos escolares. (Triches, 2010, p.213).

Por conseguinte, a autora conclui que o fato de que um alimento produzido localmente e de forma mais natural – isto é, de acordo com sua sazonalidade – embora algumas vezes de aspecto inferior, agrada ao “gosto”. Assim, estaria no estímulo ao “gosto” o alicerce para a inovação de cardápios mais ajustados aos ritmos ecológicos de produção, o que poderia ser uma solução possível para a problemática anteriormente exposta.

Ainda sobre as dinâmicas da escolha dos produtos para aquisição, não se pode descuidar, que a dificuldade de diversificação está, também, diretamente atrelada à imprevisibilidade das intempéries climáticas que estão fora da alçada de domínio dos agricultores. O que argumentam eles ser a grande inviabilidade das programações com antecedência, assim como anseia a nutricionista.

Paradoxalmente, ao intentar o planejamento dos cardápios com longa antecedência, corre-se o risco de não prever alterações pontuais no clima/tempo, fato que tornam os acordos impraticáveis.

(...) Nós não temos como dizer com certeza, mas ela pode montar o cardápio dessa semana pra outra semana. Se vamos ter repolho, se vamos ter berinjela, se vamos ter isso, se vamos ter aquilo. Nós podemos dizer em mais ou menos 15 dias. Nós podemos dar mais ou menos uma posição do que vai sair daqui 15 dias. Agora, daqui 1 mês, 60 dias? Não tem como! Varia muito do tempo! Eu acho isso, né?! tá certo que vai dar serviço pra ela, mas agricultura familiar é assim... Se dá uma geada e queima a plantação? Como você vai garantir que o “troço” vai nascer? (Agricultor 2 – Pesquisa de Campo, 2013).

Quanto a lei, há possibilidades de ressalvas nas situações em que haja “ (...) *inviabilidade de fornecimento regular e constante dos gêneros alimentícios, desde que respeitada a sazonalidade dos produtos e III – as condições higiênico-sanitárias inadequadas, isto é, que estejam em desacordo com o disposto no art. 33 desta Resolução.*” (Resolução/CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013). Constata-se que em muitos municípios os gestores da alimentação escolar valem-se deste artigo para justificar a não aquisição de produtos da agricultura familiar, como já ratificaram Triches (2010), no caso do PNAE e Bezerra (2010) a respeito do PAA.

Com relação aos padrões higiênico-sanitários, não foi observada nenhuma inadequação (ou referência) de ambas as partes, o que se leva a crer que esse, talvez, seja um aspecto positivamente superado.

Entretanto, referindo-se a sazonalidade, a correlação ao parágrafo 2º do Artigo 25 da mesma resolução, abre-se margem para que se trabalhe com a complementação de fornecimento extra municipal na ordem preferencial de propriedades familiares localizada no mesmo território rural, estado e país (Parágrafo 2º, capítulo V, Artigo 25 - Resolução/CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013).

Pelas divergências entre o que seria uma quantidade satisfatória e uma diversificação desejável de produtos, se faz entender que a assimilação da nutricionista quanto à sazonalidade é dispensável quando se tem a opção de captar produtos de outras localidades.

Cabe lembrar, como já exposto no capítulo anterior, que a própria associação dispõe de mecanismos para ajustar a demanda de produtos da alimentação escolar da Lapa. A partir do momento que passou a aceitar sócios de Rio Grande do Sul e de Santa Catarina para poder contar com o abastecimento de frutas. Neste sentido, esta estratégia passa a ser uma forma viável de aumentar a circulação de mercadorias que eles próprios não produzem.

É o caso da banana, que é entregue pela associação valendo-se da produção de outras localidades.

(...) Os agricultores de fora da Lapa seriam uma maneira de atender a demanda que a prefeitura apresentou de pegar fruta orgânica e fortalecer a associação. Porque daí esses produtos que vem de fora, como o agricultor não se envolve diretamente, só vende, ele oferece um preço bem mais interessante. (...) Foi uma das maneiras que a gente encontrou de sobrevivência pra ter um recurso para poder manter, porque a associação tem encargo de tudo quanto é tipo pra pagar. (Agricultor 2 – Pesquisa de Campo 2013)

Há uma diferença crucial nessas situações em contraste com as ocorrências nas quais é a nutricionista propriamente dita a mediadora do abastecimento ao escolher os municípios e agricultores participantes.

Ainda que a Associação colete produtos de outras cidades (assim como faz a nutricionista), os acordos que estes dispõem para tal fim são feitos no sentido de favorecer a si própria. Já que, ao serem os agricultores os próprios intercessores, passam a receber parte dos recursos levantados através dos produtos captados.

Esse recurso passa então a ser direcionado em favor dos agricultores da associação, que serve para o funcionamento e manutenção das atividades internas. Além disso, os próprios agricultores são favorecidos quando a conformação e coesão relacional são possibilitadas sem a interferência de terceiros, tal qual é o caso da administradora.

Para além da problemática da obtenção de alimentos de produção fora do município da Lapa, convém complexificar o que se entende por alimentação adequada. Compreende-se que, como gestora direta de uma política de SAN, a nutricionista preze pelo adequado aporte nutricional dos componentes do cardápio. Desse modo, a diversificação vai justamente ao encontro desta premissa. Sobre seu relato quanto a priorizar a aquisição de gêneros orgânicos ou convencionais, a técnica responde:

(...) Em relação aos alimentos nos priorizamos os produtos naturais e orgânicos. O orgânico prevalece sobre a produção convencional. Em relação aos outros alimentos básicos, carnes, sempre priorizamos mais as frutas e verduras e produtos básicos, e uma quantidade bem pequena de produtos formulados. Seria acho que a primeira consideração, e em segundo lugar sempre priorizamos os produtos naturais, menos formulado possível. (Nutricionista 1 – Pesquisa de Campo, 2013)

É relevante atentar para o que figura nesta fala como sendo o entendimento da nutricionista a respeito de uma alimentação adequada. Suas concepções sobre a “diversificação alimentar” e de “natural” demarcam certo contraste com o que Pedro Escudeiro analisou como sendo uma alimentação apropriada já em 1937.

Segundo o autor, uma alimentação satisfatória se fundamenta sobre a perspectiva de quatro Leis principais: quantidade, qualidade, harmonia e adequação. Até este ponto, é pertinente afirmar que, ao que se refere à qualidade, via de regra, produtos orgânicos e agroecológicos detêm qualidades nutricionais superiores⁶⁴, o que supõe dizer que esta compreensão se faz também lógica para a nutricionista.

Por outro lado, se essas prerrogativas forem superficialmente observadas,

⁶⁴ Para maior fundamentação sobre esta afirmativa ver Peres e Moreira (2007), além de ALMEIDA, W. F; GARCIA, E. G. Exposição dos trabalhadores rurais aos agrotóxicos no Brasil. **Rev. Bras. Saúde Ocup.**, 1991. GONZAGA, M. C; SANTOS, S. O. Avaliação das condições de trabalho inerentes ao uso de agrotóxicos nos Municípios de Fátima do Sul, Glória de Dourados e Vicentina – Mato Grosso do Sul – 1990. **Rev. Bras. Saúde Ocup.**, 1992. FARIA, N. M. X.; FACCHINI, L. A; FASSA, A. G; TOMASI, E. Estudo transversal sobre saúde mental de agricultores da Serra Gaúcha (Brasil). **Rev. Saúde Pública**, 1999. FARIA, N. M. X.; FACCHINI, L. A; FASSA, A. G; TOMASI, E. Processo de produção rural e saúde na serra gaúcha: um estudo descritivo. **Cad. Saúde Pública**, 2000.

não se considerando as viabilidades e potencialidades de produção local, essa exigência pela diversificação será um intensificador de entrave ao desenvolvimento agroecológico local. Isso porque, acabam por inviabilizar a aquisição da agricultura local na medida em que “harmonia” e “adequação”, são entendidas como uma diversidade alimentar pautada em modelos alimentares homogeneizadores.

Salienta-se que tais modelos de consumo impõe a aquisição de poucas espécies de frutas e verduras a serem consumidas ao longo de todo o ano, não considerando sua sazonalidade e especificidade regional, assim como levantado acima. Os elementos anteriormente descritos impelem à nutricionista a adquirir fora do município da Lapa e, até mesmo, da mesorregião, os alimentos que considera que os agricultores lapeanos não são capazes de produzir, especialmente por estes serem agroecológicos. Mas também, por outro lado, o mesmo raciocínio se estende para a incapacidade produtiva da cooperativa da agricultura convencional.

Nesta lógica, acaba sendo natural que a agricultura convencional seja favorecida, já que possui o aporte técnico (não sem consequências) para assegurar a produção das mesmas cultivares em todas as estações climáticas, ou garantir, o transporte de longas distâncias. O que por sua vez, reforça e reproduz o atual sistema agroalimentar, cujas consequências incidem tanto na produção, quanto no consumo. Fato que, por sua parte, desfavorece as propostas de construir outro modelo alimentar, mediante um abastecimento que privilegia a produção agroecológica.

Sobre este argumento e resgatando a ocorrência do arroz, convém destacar que, ainda que este não seja o exemplo mais adequado para ilustrar uma situação de intransigência com a produção local – já que é sabido que as determinações dos limites climáticos da região da Lapa lhe impõe a impossibilidade de produzir arroz em qualquer época do ano – sua menção se faz relevante por oportunizar o questionamento sobre qual é o impacto da aquisição da produção familiar de outras localidades quando poderia se estar valorizando outras espécies de alimentos produzidos localmente, mas que não estão previstas pelo modelo alimentar vigente.

Caso semelhante foi observada por Bezerra (2010) – no caso em específico com produtos do PAA – quando a autora afirma que a sazonalidade na entrega dos produtos também acaba sendo percebida como um “problema” para a elaboração do cardápio. O quesito da variedade imposta pelas recomendações alimentares “*ter que ser uma dieta colorida e variada*” é muitas vezes erroneamente interpretado. Em

geral, esta lógica se impõe quando, na elaboração do cardápio, há itens que muitas vezes não constam no calendário agrícola local, mas que ainda assim devem estar presentes na alimentação devido ao componente variedade (2010, p. 167).

No entanto, mesmo parecendo que as exigências por tais readaptações possam ser consideradas determinantes para complexificar ainda mais a participação da associação no processo da compra pública, é possível inferir que existe certa conveniência – elencadas a seguir – ao diversificar a oferta dos produtos nos projetos anuais. São elas: 1) para a nutricionista, pois pode contar com maior diversidade de produtos agroecológicos, compondo os cardápios da alimentação escolar; 2) para a associação, uma vez que incluir sócios e/ou outros alimentos sob outras vias, faz com que, em dado momento, aumente os recursos próprios, já que a associação cobra certa porcentagem (para manutenção do espaço dentre outros gastos burocráticos) em cada trâmite comercial por ela gerenciado e; 3) sendo, talvez, o mais relevante, acarreta na expansão da rede de relações dos agricultores, se configurando assim como um importante incremento de capital social humano social, que se dispõe a fazer os ajustes necessários para que a associação siga com o projeto de expansão.

Além destas, há outra faceta a se considerar. A diferenciação dos alimentos orgânicos/agroecológicos dos convencionais nas refeições escolares cumprem também um relevante papel pedagógico no que concerne aos valores (ambientais, sociais e culturais) que a opção por determinada alimentação comunica.

Explicando esta dinâmica, tem-se que com relação à distribuição dos alimentos, pôde-se constatar não haver favorecimentos entre os alunos quanto ao recebimento de produtos orgânicos/agroecológicos, sendo os alimentos distribuídos igualmente à todas as escolas e creches. Fato gerador de insatisfação aos agricultores agroecológicos, uma vez que, por não haver produtos agroecológicos suficientes para abastecer em totalidade uma escola, conduz-se à necessidade de complementação com os alimentos convencionais.

(...) Já aconteceu antes de nós termos que colocar produto convencional junto com produto orgânico para entregar nas escolas para nos ajudar uns aos outros. Isso já foi discutido na Associação. A gente não aceita mais fazer isso se for convencional! Falam "Mas vai se misturar mesmo na cozinha"! Mas daí já não é problema nosso! E nós vamos entregar de qualidade até na porta da escola. (Agricultor 1– Pesquisa de Campo, 2013).

Esse descontentamento não se dá sem motivos. Ao considerar que a alimentação na infância é demarcador de hábitos alimentares a serem estendidos por toda a vida adulta, o comer na escola detém grande potencial educativo para formação de consumidores diferenciados. A escola passa ter papel chave na difusão de saberes relacionados à comida, considerando que a construção de mercados de cadeia curtas são mediados pelo consumo consciente dos valores locais/territoriais nele imbuídos.

Isto é, como preconizaram Morgan e Sonnino (2008), os escolares teriam a possibilidade de incorporar essas compreensões de consumo logo cedo, pois lhes seria oportunizado o contato com um tipo de alimentação que favorece a formação do *Green State* – Estado baseado em relações ecológicas democráticas. Nesse aspecto, a agroecologia e o fortalecimento de suas mercadorias teriam o papel chave no redesenhar do consumo e, conseqüentemente, no mercado local. E, nesse sentido, ao se misturar os alimentos convencionais aos orgânicos, se negligencia o papel educativo que consumir alimentos agroecológicos poderia difundir, pois neste caso, os consumidores não teriam oportunidade de diferenciar as qualidades incorporadas em cada tipo de alimentação (convenção).

Interessante notar que ainda que não se dimensione este descuido na atuação, essa percepção de diferenciação e qualidade entre os alimentos produzidos de formas diferentes também é percebida pela própria nutricionista. Em suas palavras:

(...) Na associação agroecológica eles capricham mais, por causa de ser orgânico eles são assim bem mais caprichosos. Eles prestam mais atenção aos ciclos da natureza, porque eles precisam bastante da natureza. Como eles não usam agrotóxicos, eu acho que eles são mais cuidadosos mesmo na hora da colheita, na hora do plantio, de preparar bem o terreno, porque se o terreno não estiver bem adubado, orgânico, produtos orgânicos, não vai dar. Ele não vai ter outra ferramenta, ou produto químico pra ajudar nesse crescimento. Vai ter que contar só com aquilo ali que ele tem mesmo. (Nutricionista 1 – Pesquisa de Campo, 2013).

Isso leva a refletir sobre a necessidade de se avançar em medidas educativas que levem ao esclarecimento do que se está comendo, não só no sentido nutricional, na formação de hábitos alimentares promotores de saúde, mas também na incorporação das dimensões produtivas, econômicas e culturais, nas relações que se sustentam ao optar por determinado tipo de alimentação. O que faz alusão ao que foi exposto por Niederle e Almeida (2013) sobre a convenção dos valores socioculturais imbuídos nos alimentos, favorecendo a conscientização de

consumo politizado que, invariavelmente, vêm nos produtos agroecológicos aptos a incorporarem esses valores.

Dissonante a isso é a constatação que, em uma tentativa de cooperação com os agricultores convencionais (sobretudo, no que diz respeito à logística do transporte – que por sua vez, é uma etapa que possui demasiados entraves), os produtores orgânicos/agroecológicos acabam por ter de submeter seus produtos ao mesmo espaço de coleta e transporte dos alimentos. Para os agricultores agroecológicos o que ocorre é que, provavelmente, estes compreendam haver um descaso com o zelo que despendem em sua produção (fato que justamente a torna diferenciada). Isso porque, no final, é posta no mesmo espaço sob as mesmas condições de transporte e armazenamento dos demais alimentos convencionais, o que provavelmente acarreta em contaminação.

A fala do agricultor abaixo revela a inconsistência das ações que favoreçam as concepções dessas ideias.

A nutricionista é mais madura nesse sentido de compreender a importância da agroecologia, mas ao mesmo tempo, os agricultores sentem um certo descaso por parte do poder público de como a alimentação escolar de forma agroecológica tá aí nesse processo. (...) Não no sentido de trabalhar ou fazer entrega e tal, não é só isso, mas no sentido de valorizar o alimento que eles botam nas escolas para as crianças comerem, comparada com coisas do CEASA, e outros produtos. E eu tenho impressão que a nutricionista não dá esse valor que eles gostariam que tivesse. (Agricultor 1 – Pesquisa de Campo, 2013)

Ainda que fazendo referência ao PAA, Turpin (2009), ao trabalhar como ocorre a promoção do desenvolvimento local - em especial da agricultura familiar - neste programa, enumerou diversos tipos de apoios que os órgãos públicos poderiam oferecer via governo local. Ademais, a obviamente, promover a compra de seus produtos, a autora cita investimentos em infraestrutura, logística, capacitação, ATER, valorização da cultura da agricultura familiar através da promoção da educação, criação de secretarias específicas, implantação de Serviço e Inspeção Municipal e estímulo ao beneficiamento. Muitos dos gargalos encontrados pela agricultura familiar poderiam ser solucionados com a ajuda do poder público local; e, conseqüentemente, favorecer os meios de consolidação de educação alimentar e nutricional com vistas ao alimento agroecológico na escolar estar assegurado.

Estendendo essa análise não só para os alimentos orgânicos/agroecológicos, mas, especialmente, para os alimentos industrializados, a

título de ilustração, se apresentam algumas fotos coletadas na pesquisa de campo, no intuito de destacar as diferenciações entre algumas das etapas da produção familiar e dos alimentos industrializados. Distinções estas, justamente incorporadas na convenção dos alimentos orgânicos/agroecológicos.



FIGURA 7 - COLEÇÃO DE FOTOS DAS PROPRIEDADES E PRODUTOS DA ASSOCIAÇÃO
FONTE: Pesquisa de Campo (2013)

As fotos 1, 2, 3 e 4 da coleção de imagens da FIGURA 7 apresentam algumas das plantações orgânicas das quais se teve oportunidade de conhecer no estudo de campo. Na foto 4 encontra-se um dos agricultores participantes da pesquisa.



FIGURA 8 - COLEÇÃO DE FOTOS DAS DINÂMICAS ENVOLVENDO OS PRODUTOS DA ASSOCIAÇÃO

FONTE: Pesquisa de Campo (2013)

As fotos 5 e 6 da FIGURA 8 representam a etapa de seleção e beneficiamento dos produtos colhidos no domingo, dia anterior às entregas propriamente dita. Na foto 7, se observa os produtos já devidamente separados, pesados e preparados para o carregamento ainda na propriedade de um dos agricultores. E na foto 8, os produtos concentrados para conferência na sede da associação antes da distribuição nas escolas.



FIGURA 9 - COLEÇÃO DE FOTOS DAS REUNIÕES ENTRE GRUPOS DA REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA NA LAPA-PR
 FONTE: Pesquisa de Campo (2013)

As fotos 9, 10 e 11 registram as dinâmicas das reuniões dos grupos da Rede Ecovida da região da Lapa no momento da checagem das propriedades para a certificação de seus produtos, esta etapa leva o nome de “Olhar Externo”.



FIGURA 10- COLEÇÃO DE FOTOS DOS DEMAIS ALIMENTOS DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DA LAPA NO ARMAZÉM DE ESTOCAGEM
FONTE: Pesquisa de Campo (2013)

Em contraste, já na FIGURA 10 encontram-se duas fotos (12 e 13) que bem ilustram os alimentos que não são adquiridos da agricultura familiar. São alimentos obtidos por processo licitatório e em sua maioria industrializados. O estoque que se apresenta fica no armazém disponível para este fim na Secretaria de Educação.

As imagens, portanto, tem o intuito de documentar o contraste de relações e valores que estão em jogo e convencionalizados intrinsecamente aos hábitos alimentares. Fica evidente que compreensões mais complexas da interação homem e natureza são intrínsecas à execução da produção da agricultura familiar. Enquanto que no processamento de alimentos pela a indústria há a fragmentação desses sentidos ao longo das inúmeras etapas, as quais a matéria-prima se submete até transformar-se em produto final.

É prudente mencionar que não se está defendendo que a mistura é uma consequência simplista de um menosprezo aos alimentos orgânicos por parte da gestão, pois reconhece-se que grande parte da limitação para que ocorra efetivamente o trabalho de educação alimentar é de fato a falta de pessoal e recursos para tal fim. Entretanto, não se pode descuidar que a menção à mistura é, com efeito, uma variável considerável quando se conjectura a respeito do potencial que poderia estar sendo aproveitado.

Diferenças estas que, defende-se aqui, poderiam ser trabalhadas mediante ações educativas nas escolas, nas quais os consumidores (alunos e alunas das escolas) poderiam ser sensibilizados às questões concernentes à conjuntura estabelecida nas diferentes cadeias de produção-consumo, e que se materializam nos alimentos que são então servidos. Entretanto, pôde-se observar que esse potencial se perde ao misturar os diferentes alimentos nas refeições ofertadas na alimentação escolar.

Como preconizado por Morgan e Sonnino (2008), é no âmbito do consumo que o consumidor passa a ter papel crucial na modificação da matriz produtiva e das práticas de produção agrícola. O estímulo a hábitos coerentes com o modelo de produção sustentável baseado na agroecologia passa ser possível desde que haja conformação de um “consumo político” que valoriza e identifica a agricultura familiar e as formas como o alimento foi produzido.

3.3 A LOGÍSTICA DA DISTRIBUIÇÃO COMO OBSTÁCULO E OPORTUNIDADE

Falando agora do processo de distribuição e logística desses alimentos, tem-se aqui um entrave significativo, fato que também repercute no processo de aquisição dos alimentos oriundos da agricultura familiar.

(...) A dificuldade de transporte eu acho que é uma das maiores dificuldades. Além daquelas deles plantarem e não terem o produto para entregar para nós. São as duas dificuldades maiores que a gente enfrenta. Que é o transporte e ter o produto na época que a gente precisa. (Nutricionista 1 – Pesquisa de Campo, 2013).

É neste momento que se observa o mecanismo social mais significativo para a manutenção do PNAE na associação que se traduz na força da organização coletiva: os acordos em relação à distribuição dos alimentos nas escolas. Por serem considerados “vendedores” ou “fornecedores” da alimentação escolar, as associações/cooperativas e/ou grupos formais ou informais são exigidos, por parte da gestão municipal, como aqueles que historicamente exerceram este papel de “comerciantes”.

Deste modo, em geral, não dispõem de um apoio integral da prefeitura para as questões relacionadas à logística das entregas. Assim, os agricultores tiveram que estabelecer uma rede de apoio coesa entre eles próprios. Ainda que este processo seja gerador de opiniões divergentes a respeito de quem seria de fato esta responsabilidade. As opiniões permeiam a dúvida se seria razoável ser o processo logístico uma incumbência da associação propriamente dita. A fala abaixo expõe essa questão:

(...) Então se “o candidato X” ganhou discursando sobre a agricultura familiar acho que o mínimo que ele tem que fazer é contribuir para que isso aconteça da melhor forma possível. Inclusive, no meu entendimento, subsidiando parte da logística, sabe? Eu acho assim que o município tem recurso e recebe recurso para contribuir. E acontece que muitas vezes nós é que temos que fazer o favor de entregar o produto para eles nas escolas com nosso carro particular, que era uma função da própria prefeitura. (Agricultor 1 – Pesquisa de Campo, 2013).

Entretanto, cabe mencionar que a prefeitura se responsabiliza por parte das entregas, ainda que parte significativa desta logística hoje é encabeçada pelos

próprios agricultores.

Segundo acordo entre eles e a nutricionista, as entregas dentro dos limites urbanos do município fica a cargo da associação, enquanto para as escolas rurais a prefeitura disponibilizou um caminhão que vai semanalmente à associação buscar os produtos por eles já previamente separados para iniciar as entregas. Ainda sim, os que não se encontram satisfeitos com o combinado acreditam que a quantidade da entrega não valha o combustível gasto.

(...) É inviável pra nós trabalhar assim. Está se tornando inviável. Porque nós estamos deixando de ganhar dinheiro, estamos perdendo tempo na cidade, estamos gastando combustível dos nossos carros. Não temos caminhão, mas mesmo assim o caminhão não pagaria o serviço dele e buscar tão pouquinho coisa. (Agricultor 2 – Pesquisa de Campo, 2013)

Por outro lado, entre os que concordam:

Não vejo assim muita dificuldade na questão da entrega, é uma coisa que o pessoal reclama muito, mas eu acho assim que não é tão complicado, que até que a prefeitura tem dado uma mão boa. (...) que nem aquele dia você viu o “Agricultor C” resmungando, e não sei quem mais resmungando. Mas, é mais choradeira deles porque na prática, você divide os produtos ali, questão de meia hora já estão feita as entregas. Cada um pega um pouco. (Agricultor 3 – Pesquisa de Campo, 2013).

Pela compreensão de que sendo os agricultores os incumbidos a realizar a tarefa de distribuição dos alimentos, estas falas demarcam que as relações de cooperação em uma rede coesa é o que torna praticável a realização e continuidade dos projetos, já que como explicou um dos agricultores “(...) *se ele [um agricultor qualquer] não ajudar na entrega essa semana, semana que vem ele tem que ajudar*” (Agricultor 2 – Pesquisa de Campo, 2013).

Mas a análise mais significativa das falas acima se relaciona com a potencialidade que cada agricultor detém para alcançar outros mercados para além da alimentação escolar. Já que uma margem maior de comercialização para além do institucional significaria uma maior aceitação dos acordos nas entregas com a prefeitura. Isso à julgar pelo agricultor 3, que atesta não se incomodar com as entregas.

Pode-se dizer que este último detém relativa vantagem em seus mercados quando comparado com os demais agricultores das falas anteriores. Suas vias de escoamento são mais diversas, e sua rede familiar de apoio para a produção é mais

extensa, pois conta também com a família de seu filho, o que lhe confere um número maior de trabalhadores na propriedade. E também, pela otimização mais consistente de seus recursos, fruto de trabalho continuado da família por gerações.

Assim, pela clientela já fidelizada de longa data, sua dependência no PNAE é menos expressiva. Inclusive, oportunizou registrar a alegação de direcionar para o PNAE o que é excedente em sua produção: “(...) *nós temos bastante excedente de produto! Por vender em outros locais... Daí se precisar aumentar a quantia para vender pro PNAE a gente vai ter produto.*” (Agricultor 3 – Pesquisa de Campo, 2013).

Isso faz supor que as reclamações mais frequentes são daqueles que necessitam do PNAE para compor sua renda de forma mais direta, e que dada as condições apresentadas hoje, essas estruturas não comportam a participação de agricultores mais marginalizados. Sobre essa problematização, Grisa e colaboradores (2011) encontraram constatação semelhante em seus estudos com o PAA. Os autores afirmam que embora o PAA tenha como público-alvo segmentos da agricultura familiar, especialmente com prioridade para povos e comunidades tradicionais, como indígenas, pescadores, acampados e assentados da Reforma Agrária, agricultores familiares marginalizados e suas organizações. O programa tem enfrentado grandes dificuldades para contemplar os segmentos específicos mais vulneráveis socialmente. À exemplo, no caso por eles relatado, apresentaram que em 2009, 68% dos beneficiários do PAA enquadravam-se no Grupo AF do Pronaf (antigos C, D e E). Enquanto que assentados, pescadores artesanais, agroextrativistas, quilombolas, indígenas e trabalhadores sem terra correspondiam a parcela de apenas 10,27% do acesso ao Programa.

Em suas palavras, os autores explicam a situação da seguinte forma:

Deve-se ponderar também que o PAA exige elevada contrapartida em termos de organização social e que nem todas as organizações de agricultores são capazes de responder imediatamente a essa necessidade. O programa se expressa nos locais em forma de rede, interligando unidades familiares de produção e estas com associações e cooperativas, poder público, entidade sociais e famílias beneficiadas e todos com instâncias estaduais e com a estrutura nacional do programa. Esse arranjo requer um conjunto não desprezível de recursos humanos e materiais das organizações proponentes, conjunto este que não está presente em todas as organizações sociais, agravando-se possivelmente à medida que o nível de pobreza dos associados se acentua. Por conseguinte, onde o PAA teria maior relevância e retorno social é exatamente onde apresenta as maiores dificuldades de operacionalização. (GRISA e colaboradores, 2011, p.39).

Argumentação que pode ser estendida também ao caso específico do PNAE acima exposto, corroborando como essa dinâmica, então, se reproduz e multiplica nos territórios onde esses programas, ainda em consolidação, requerem mobilizar transformações mais profundas.

Por outro lado, como dito no item sobre a composição histórica da associação, já faz alguns anos que um caminhão particular, fruto da conquista de insistências e articulação política da associação, está para ser financiado através de uma contrapartida municipal de investimentos na agricultura familiar, o qual, os agricultores acreditam que irá facilitar os trabalhos organizativos. Isso porque, pelos planos que vislumbram, não será mais necessário sair de suas propriedades para concentrar os produtos na associação nas segundas-feiras. O caminhão recolherá em cada propriedade aos domingos os produtos e os entregará nas segundas diretamente na escola.

Fica evidente a alteração que a introdução de um artefato pode causar a rede relacional. Caso venha compor o patrimônio da associação, o caminhão provavelmente suprimirá o encontro semanal entre os agricultores na sede (atualmente ocorre sempre nas segundas-feiras). Sendo que este último artefato (a sede) foi o que propiciou aos associados uma relação mais próxima e frequente no início dos projetos. A julgar pelo relato da responsável técnica que expõe ter sido as dinâmicas anteriores a incorporação da Lei, diferenciadas das que são hoje.

(...) No começo era com mais dificuldade. Eu até pedia pra associação só que todos eles traziam aqui. E daí tinha que pesar do João, do Antônio, do Sicrano. (...) Hoje não faço mais isso. A pessoa que vai trazer, já traz de todos agricultores. Vai trazer da associação. Nós vamos pesar da associação. E vai ter peso de cada produto da associação e ele que vai saber se é do João ou do Antônio. E na associação eu só passo os pedidos e tem produto que nem passa por aqui, de lá eles já saem entregando na cidade. (Nutricionista 1 – Pesquisa de Campo, 2013).

Ou seja, todos eles tinham que ir até a Secretaria de Educação fazer suas entregas individualmente. Hoje, diferentemente, é a associação que se responsabiliza pela divisão. Mas, isso só é possível justamente por possuírem uma balança, na qual podem pesar seus produtos anteriormente à entrega na Secretaria, que, por sua vez, só ocorre mediante encontro na sede semanalmente. O relato abaixo refere-se a essa mudança:

(...) Outra coisa, nós compramos tudo por quilo também. Antes nos comprávamos por unidade, mas aí um agricultor entregava uma alface muito pequenininha, e ia ganhar por um outro maior que caprichou mais. Então em 2012 nós fizemos a licitação no final do ano que em 2013 coloquei tudo por quilo. Até a alface, tem que pesar agora, tudo. (Nutricionista 1 – Pesquisa de Campo, 2013).

A divisão dos produtos recolhidos assegura a frequência desses encontros. Todos eles concentram sua produção individual na sede e os dividem segundo a orientação da nutricionista (planilha enviada por correio eletrônico). Neste caso, a internet passa a ser fundamental para esta função, que após a conferência de quanto e o quê vai para cada escola, mobiliza os atores e, posteriormente, na segunda-feira, inicia a entrega.

Isso ocorre diferentemente da outra associação com a qual dividem o projeto da alimentação escolar. Por serem menores e menos estruturados, não possuem sede e menos ainda uma balança, o que faz com que cada agricultor vá até a Secretária da Educação pesar e também distribuir individualmente nas escolas as quantidades por ela estipuladas, o que também possivelmente faz com que tenham uma rede de relações diferenciada.

Outro fato significativo em relação à posse da sede, como já adiantado no capítulo anterior, foi a facilidade na estruturação física e, conseqüentemente, prática, o que promoveu avanços na construção do novo núcleo. Demonstrando como a introdução de um artefato sociotécnico implica em modificações nas redes relacionais. E nesse caso, não só na manutenção dela, mas também em sua ampliação.

Além disso, o fato de não precisarem ir de encontro à nutricionista para que esta verifique a quantidade de produtos que a associação está entregando, pode-se inferir ser também uma consequência da confiança gerada pela coesão social que o grupo conquistou ao longo do tempo, assim como se observa no relato abaixo:

(...) E tem isso aí também, nós trabalhamos com a confiança, que a partir da hora que eu desconfiar que eles tão me passando um peso e não tão entregando aquele peso, daí fica diferente. Porque eu também já confio neles assim. Mas, se uma escola liga que tá feio aquele produto, já ligo lá e eles vão ter que repor. (Nutricionista 1 – Pesquisa de Campo, 2013).

Esta fala é chave para dimensionar o nível de enraizamento do mercado nestas situações, isto é, o atravessamento das relações sociais, já que as relações de confiança estabelecidas por esses atores demonstram estarem acima das

determinações de mercado.

Aqui, indica-se também que a necessidade de se distribuir por conta própria os alimentos produzidos só passou a ser dinamizada pela associação, já que esta pôde contar com a estrutura física da sede - a qual concentra os alimentos e agricultores semanalmente para o abastecimento.

A sede - dotada de mecanismos de comunicação que possibilitam o envio e recebimento das planilhas pela nutricionista com o plano de distribuição dos alimentos para as escolas e também a balança, torna a ida à Secretária de Educação dispensável. Assim, agilizam-se as entregas e possibilita maior tempo hábil na produção individual. Esses artefatos, então, contribuem para a conformação da rede tal como é. Assim como também, a ausência de outros, por outro lado, gera consequências não mapeáveis.

A título de ilustração, em uma das ocasiões, um dos agricultores mencionou a falta de uma estufa para proteção das mudas no inverno como inviabilizador do aumento de sua produção interna. O que leva a supor que, caso a tivesse, uma vez sendo sua produção assegurada, não precisaria contar com o apoio de outros associados para fechar seu projeto de venda do PNAE. O que acarretaria outra configuração relacional nesse âmbito. Ou ainda, seria até mesmo possível inferir, que havendo maior excedente de produção. Poderiam ser desencadeadas outras relações para o acesso de outros mercados, o que, mais uma vez, alteraria a conformação da rede atual. Isto é, a rede como é, dotada de seus valores compartilhados e de suas intenções específicas para dar cabo a objetivos comuns, media a possibilidade de esses agricultores acessarem mercados específicos dos quais suas relações sociais são determinantes para a aptidão de sustentá-los.

Até aqui, fez-se analisar que o desenvolvimento e conformação da rede demonstraram ser diretamente variáveis aos trâmites funcionais para o abastecimento da requisição de alimentos feita pela nutricionista, principalmente no que se consideram os atributos de qualidade e também de diversidade. Pode-se dizer desta forma, que a circulação de mercadorias, detém forte relação com o que é estimulado entre os agricultores, no sentido de: ou a fazê-los estabelecer acordos externos à associação que possibilitam uma variedade alimentar ampliada, ou a modificarem/dinamizarem sua própria produção individualmente.

Isso é colocado pois da forma como tem sido operada, as requisições para o abastecimento em quantidade e em variedade, é de se esperar que acarrete em um

mínimo de diálogo entre os associados sobre o que e quanto cada um deles tem plantado em sua produção particular. Dado que, para poderem entregar os produtos conjuntamente, todos precisam estar cientes de quanto e o quê cada qual se responsabilizará. Esse diálogo que explicita as intenções produtivas particulares dos agricultores da associação demonstrou ser um ponto frágil no planejamento conjunto. A fala abaixo ilustra bem este fato:

(...) Quando começa a ter demais um mesmo produto a ser oferecido por vários agricultores aí a turma começa a se desesperar! Que nem aconteceu com o “Agricultor D.” que planta demais. Não planta uma bandeja, uma bandeja por semana, duas bandeja por semana, ou a cada 15 dias. Planta toda semana duas bandejas e aí claro que temos excedentes. Agora que eu não sei o que fazer, pois ele já está nervoso... que nem morango, ele planta “um inferno” de morango! Aí sobra morango, e a nutricionista não tem obrigação de pegar tudo isso de morango. (...) Claro que ele visa no lucro, todo mundo visa! Só que eu acho que a pessoa não pode pensar em plantar muito e ganhar tudo sozinho. Deveria sei lá, fazer um planejamento. É isso que tá faltando, planejamento. Porque todo mundo agora vai ter as mesmas coisas. E aí um planta demais e fica bravo porque está perdendo, mas porque que plantou demais? Poderia ter plantado menos. (Agricultor 3 – Pesquisa de Campo, 2013).

A conclusão do agricultor em questão é que pouco adianta investir em cultivares comuns (por exemplo, alface, tomate e etc.), as quais todos apostam no cultivo. Já que ao final, a demanda para a alimentação escolar não será em quantidade grande o suficiente para comprar de todos, resultando em excedentes sem vias de escoamento. Todos os agricultores perdem se assim o for. Por outro lado, o mesmo planejamento que evitaria o desgaste da produção e os desperdícios de recurso é visto como impraticável, como se registra no relato seguinte:

(...) Eu não faço muito um planejamento pra esse tipo de coisa. Porque você veja, tem que plantar pra feira e pro PNAE, então a gente faz um resumo de tudo e vai plantando. Não exageradamente, porque nós nunca plantamos exageradamente, plantamos sempre o que pode vender. Porque como já te falei, eu no meu ponto de vista, se for ver bem, a compra pela nutricionista para a alimentação escolar tá devagar, sabe? (Agricultor 4 – Pesquisa de Campo, 2013).

A compra “devagar” ao que o Agricultor 4 se refere, parece estar relacionada com a ausência de planejamento sobre o quê e quanto produzir, que finda na compreensão, por parte da nutricionista, de pouca variedade, e que de certa forma é um fato corrente. Está claro que a dinamicidade e sincronia da organização deles quanto a distribuição de tarefas (e de cultivares), remetem ao fato que um dos

mecanismos que mais precisa ser acionado durante a operacionalização da Lei é o de aprendizagem coletiva, principalmente de cooperação.

Dessa forma, é possível afirmar que o sucesso ou o fracasso dos avanços na implementação do Programa dependerá fundamentalmente da capacidade coletiva e conjunta de se apreender e aprender mais rapidamente com as inovações das experiências.

Em outro depoimento, ainda sobre planejamento, observa-se as dificuldades práticas pelas quais passam os agricultores:

Na prática mesmo, planejar, planejar, ultimamente não tem dado pra fazer isso. Porque tem problema de clima, problema de mão de obra. A gente vai levando. Uma hora acertando, uma hora errando, mas tá dando pra tocar. Planejar o ano inteiro “de tal dia eu vou fazer tal coisa, tal coisa” isso não tá acontecendo, não tá dando pra fazer. Não tem como não. (Agricultor 8 – Pesquisa de Campo, 2013).

De outro modo, mas seguindo a mesma lógica, outro relato evidencia:

Então, isso do desacordo entre as produções por cada agricultor era uma coisa que teria que sentar, e chegar a um acordo. Eu sempre falo, no papel é fácil você realizar qualquer coisa. Agora para nós que estamos de sol a sol todo dia, é diferente, sabe? Veja, você preparar a terra, preparar as mudas, aí você tem que ter um cuidado ali que você tem que tá molhando, tem que tá limpando, é complicado até você conseguir. Então você fazer um planejamento para plantar no caso não é muito fácil. Leva um tempo de observação e espera. (Agricultor 6 - Pesquisa de Campo, 2013).

Aqui se pauta o que diz respeito ao planejamento individual da produção. Considerando, principalmente, a dificuldade dos agricultores em inserem-se na lógica mercantilista – diferentemente do agronegócio. A ausência de uma assistência técnica voltada para a agroecologia acarreta nos processos de especialização anteriormente mencionados, reproduzindo uma lógica produtivista deturpada, com tendências a se plantar, apenas, cultivares de valor comercial. Negligenciando, conseqüentemente, o resgate de plantas, frutas e raízes espontâneas e nativas, assim como mencionados anteriormente (CORDEIRO, 2008).

Ainda que a coesão social regional tenha sido o que possibilitou lograr avanços significativos na Rede a ponto de ampliá-la, e que a associação tenha desempenhado papel fundamental neste percurso, foi possível observar, entretanto, que um dos pontos fracos desta organização coletiva foi a ausência de diálogo na resolução de problemas pontuais.

(...) Os demais agricultores também não colaboram. Porque eles sabem cobrar da gente, mas dizer que não é obrigação só minha de fazer. Somos uma sociedade todo mundo tem o dever de fazer. Tem que ajudar. Porque ninguém toma peito de fazer. Todo mundo cobra que tem que fazer, mas ninguém diz “vamos sentar e fazer”. Ficam esperando que eu, como presidente da associação, faça. E eu já tenho que resolver os problemas burocráticos e ainda fazer outras partes. Que nem aconteceu ano passado. De um projeto de 9 mil eu entreguei 5. enquanto teve gente que entregou 18. Eu deixo de atender o restante das minhas coisas, da minha produção particular, pra atender lá as coisas dos trâmites burocráticos pra associação como um todo. Eles até entendem, mas eles não procuram deixar o dia deles pra vir resolver as coisas aqui pra mim. É complicado essas coisas. Mexer com gente é complicado. (Agricultor 3 – Pesquisa de Campo, 2013).

Outro entrevistado oportunizou registrar opinião semelhante:

(...) Em tudo está precisando de conversa. Está havendo muita cobrança. Se você for ver assim, um cobrando do outro, e outro cobra do outro, e vira bola de neve e aí complica. Mas eu sempre estou debatendo, vamos sentar todo mundo e ver o que tem que fazer, o que não tem que fazer, porque uma associação é a partir da conversa de tudo que vai funcionar. Só o presidente dizer "eu vou fazer" não existe isso. (Agricultor 7 – Pesquisa de Campo, 2013).

Ao mesmo tempo, ainda que esse problema tenha sido detectado, há o reconhecimento que a coletividade é fundamental para transgredir tantos problemas comuns. A exemplo deste agricultor que afirma ser mais facilitado o acesso ao PNAE de forma conjunta:

(...) Eu prefiro acessar o PNAE em conjunto sim. Porque daí é uma burocracia só para todo mundo. Se bem que hoje nós estamos complicados, não temos gente pra administrar tudo. Acaba ficando na mão de 1 ou 2 fazer tudo e aí trava muito, né. E também porque individual você não pode pegar produto de outra pessoa. Porque daí o contrato tá no seu nome, né? (Agricultor 8 – Pesquisa de Campo, 2013).

Esta fala é emblemática para explicitar que os agricultores reconhecem ser a coletividade um facilitador para inúmeras questões que demandam apoio. A exemplo das dificuldades com documentação, mas também a folga que lhes proporciona a possibilidade de dispor da produção dos demais para cumprir seus projetos individuais não finalizados.

Assim, passa a ser crucial reconhecer o diálogo como edificador de relações de reciprocidade entre os membros da associação. O qual se observou estar sendo negligenciado, bem como a má distribuição de tarefas, que acabam sendo

acumuladas na figura de apenas um indivíduo, geralmente o presidente. Que por sua vez, ao se referir à sobrecarga de trabalho acarretada pelas questões burocráticas, passa a despender seu tempo hábil em favor destas resoluções. E que, em prol do coletivo, deixa de investir na manutenção de sua própria produção, e conseqüentemente sua sobrevivência. Pois lhe causa prejuízos financeiros deixar de cumprir a totalidade de sua “cota” (que como explica era de 9 mil reais), e conseqüentemente cedê-la à outro agricultor.

No que diz respeito às burocracias envolvendo documentação, Grisa (2013) encontrou em sua pesquisa que o fator chave que definia o acesso dos produtores ao PNAE (e vai além ao analisar também o PAA e PGPM-Bio⁶⁵) foi a DAP. Principalmente nos processos relacionados à obtenção deste documento, crucial para a entrada dos agricultores. A autora oportunizou concluir que essa dificuldade é uma barreira efetiva ao acesso de novos mercados visibilizados por estas políticas. E o mesmo pode ser apontado neste trabalho, já que a cooperação coletiva para a transposição deste obstáculo foi crucial para o êxito no processo inicial.

Diversos relatos mencionaram ter sido o início das transações desafiadoras justamente pela dificuldade de levantar todos os documentos necessários para dar início ao desenvolvimento, tanto da Lei 11.947, como dos projetos do PAA no município.

O que impediu que muita gente se animasse para participar dos projetos anuais foi a burocracia. No início, as pessoas envolvidas nas secretárias para a formalização do processo de início do PNAE não facilitaram com as documentações. Eles deixaram as coisas andar, do jeito que tava andando, mas não moveram nada pra favorecer. E como a gente não desistiu, a gente resistiu, nós conseguimos vencer a burocracia. Por isso que a gente conseguiu. [...] Esse grupo que a gente tinha que tá até hoje. A gente se juntou, firmou o pé e falou "não vamos desistir, vamos vencer eles pelo cansaço". Até que conseguimos aprovar o primeiro projeto. (Agricultor 2 – Pesquisa de Campo, 2013).

Como pode ser visto, a problemática da documentação é tal complicadora, que como relatou o Agricultor 2, é possível inferir que, não fosse por ela, possivelmente os Programas como PNAE e PAA poderiam lograr maior alcance no desenvolvimento econômico de agricultores familiares no meio rural.

⁶⁵ Política de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade. Para maiores aprofundamentos consultar GRISA, C. (2012).

Todo esse quadro faz compreender que a formação e estabilização da rede é reflexo de todos os mecanismos que a geraram. E que os aspectos positivos revelam que o capital social endógeno da dinâmica relacional entre agricultores, potencializou as possibilidades de inovação na rede dada, enquanto que os aspectos negativos servem a título de estudo do funcionamento prático de uma política pública como o PNAE, no que concerne principalmente entender entraves e obstáculos de normativas para então superá-los.

Isso é dito pois, a julgar pelo orçamento anual contabilizando todas as fontes de recursos, quer dizer, acrescentando ao recurso disponibilizado pelo FNDE a contrapartida da Entidade Executora e todos os demais fundos municipais (como é o caso do Uso 3⁶⁶), a parcela que seria correspondente aos 30% em relação à totalização de recursos, fica aquém do desejável.

A TABELA 2, complementando a TABELA 1 já apresentada, mostra a soma de todos os fundos extras aos do FNDE, para então contabilizar e revelar a real porcentagem efetiva de recursos destinados ao segmento da agricultura familiar (AF) no processo de abastecimento da alimentação escolar.

TABELA 2 - PORCENTAGEM CORRESPONDENTE AO TOTAL DE RECURSOS DESTINADOS À AGRICULTURA FAMILIAR (AF)

Ano	Total Anual de Recursos Disponíveis (FNDE + CP + Uso3)	Recursos Destinados à AF	Porcentagem Efetiva de Recursos destinados à AF do Total de Recursos Disponíveis
2010	R\$ 430.924,75	R\$ 91.373,49	21,20%
2011	R\$ 550.022,63	R\$ 40.071,40	7,29%
2012	R\$ 690.437,68	R\$ 103.189,85	14,94%

FONTE: Documentos oficiais da Secretaria da Educação. Pesquisa de Campo, 2013. Elaboração Própria

Como se nota, quando assim contabilizada, a porcentagem correspondente ao total de recursos disponível para a alimentação escolar não chega a 30%. O que sugere que uma articulação mais sinérgica entre agricultura familiar local e Estado poderia potencializar o almejado fomento ao desenvolvimento rural local explicitado

⁶⁶ Fundo de especificidade do município da Lapa, que não se relaciona direta e exclusivamente à alimentação escolar.

nas diretrizes do Programa. Quer dizer, o reordenamento das inúmeras questões problematizadas poderia resultar num maior aproveitamento do montante destinado à aquisição de alimentos da agricultura familiar local, aumentando sobremaneira o percentual da tabela acima. Aqui, os desafios referem-se principalmente à articulação entre a política econômica e a construção de um orçamento pactuado entre os diversos setores, que seja integrado à gestão e ao monitoramento do Programa (GRISA e colaboradores, 2011).

3.4 A UNIDADE FAMILIAR, OS DESAFIOS AGROECOLÓGICOS, E O CARÁTER ORGANIZATIVO-PEDAGÓGICO DO PNAE

Este item busca aproximar as análises da influência do PNAE na organização coletiva de algumas das particularidades individuais dos atores que compõe o organismo da associação. Já que se compreende haver entraves significativos para a continuidade das atividades, acredita-se ser interessante mencionar brevemente as motivações que sustentam esses agricultores tanto no PNAE, como no modo de produzir agroecológico. Isso se justifica, pois, compreende-se ser importante também explicitar que tipo de incentivo o PNAE traz para estas famílias no movimento de transformação social das estruturas do sistema agroalimentar local.

Com uma exceção particular, pôde-se observar que os entrevistados majoritariamente tinham vocação para a agricultura como um ofício herdado de família. Todos eles eram os próprios proprietários de suas terras, as quais, em algum momento de suas histórias receberam de seus antepassados. Nesses casos, nenhuma outra função foi desempenhada por esses agricultores no decorrer de suas vidas profissionais, que se mostram satisfeitos com a situação.

Entretanto, mencionado a interface dessa atividade com a inserção do PNAE no campo, um caso em especial chama atenção. A fala abaixo trás o relato:

Então, na verdade, eu me tornei agricultor porque eu queria estar junto da minha chácara, morar e viver lá. Daí o trabalho que eu achei, uma forma de estar lá presente, foi a agricultura. Então foi porque já estava acontecendo as vendas para o PNAE, e o comércio de produtos não era fácil, e as feiras é um negócio que é complicado. Porque nas feiras, você pode ter o produto e ter venda como pode não ter. E o PNAE já seria um negócio que teria um

destino certo, mais garantido pro final do produto. E, foi assim que eu fui caminhando aos poucos e produzindo e encarando e indo de frente, que assim aí caminha. (Agricultor 5 – Pesquisa de Campo, 2013).

A fala acima exemplifica o que Ploeg (2009) chama de “recampezinização”. Este caso em particular é de um jovem agricultor, que neste fluxo de inclusão no rural, relatou sua vontade de permanecer no campo.

O que aqui é significativo, é ter notado no PNAE uma maneira de interagir com a terra, tornando-a sua fonte de subsistência, em detrimento de empregos urbanos. Em um primeiro momento, trabalhou na cidade com um emprego informal. Mas, uma vez que possuía terras por conta de herança do pai agricultor, e por acreditar ser possível viver dela (se assim o for oportunizado), redirecionou sua força de trabalho para o campo. Assim, a incorporação de novos sócios na associação, entre eles jovens, demonstra um sutil processo de contra-fluxo da saída de agricultor do campo para a cidade. No qual o comprometimento com a proposta agroecológica - como foi este caso - não só se faz importante, mas aparece como um elemento chave para a diferenciação de alimentos postos em um “novo” mercado que desponta e oportuniza trocas de saberes e práticas. Fato, por conseguinte, considerado determinante, que viabiliza e materializa a reprodução social.

O relato seguinte diz respeito ao papel resguardado ao PNAE sobre essa dinâmica:

O PNAE ajudou sim a permanecer no campo. Hoje se não tivesse o PNAE, fosse só com as feiras certamente eu iria sair fora do campo. Eu ia sair e arrumar um emprego na cidade mas, mas com o PNAE e mais o PAA né, dá tranquilamente pra viver aqui. (Agricultor 4 – Pesquisa de Campo, 2013)

Assim, como encontrado por Schmitt e Guimarães (2008), essa dinâmica evidencia as dinâmicas sociais que determinadas políticas públicas estruturais podem fomentar. A garantia de um canal seguro para o escoamento de seus produtos induz a permanência à medida que promete uma forma viável de manter a sobrevivência digna desses indivíduos que têm na agricultura sua atividade profissional de origem.

E especialmente, menciona-se também a capacidade de estímulo a modelos de produção diferenciadas. Uma vez que garantida a permanência no campo de agricultores que produzem de forma agroecológica – como é o caso dos interlocutores das falas abaixo – garante-se também a continuidade da utilização de recursos de forma sustentável, estabelecendo relações diferenciadas entre homem-

natureza.

Eu acho uma boa coisa produzir de maneira agroecológica, uma coisa boa assim, porque, não usa veneno, principalmente, porque o nome já diz, veneno. E se eu não quero pra mim, não quero pros outros também. Se eu não uso veneno pra mim comer... os caras que plantam batatinha por exemplo, para eles consumirem, eles plantam sem veneno, mas pros outros eles debulham. Usam o que tem pra usar, e se eu não quero pra mim, não quero pros outros também. (Agricultor 4 – Pesquisa de Campo, 2013).

Nas palavras de outro entrevistado:

A maior motivação de produzir agroecologicamente é prejudicar o mínimo possível o meio ambiente. Você não vai querer só o bem que você quer pra você. (...) De utilizar os recursos (...) de estar aproveitando tudo e fazendo um sistema de reaproveitamento em tudo. Se você mete um “Roundup”⁶⁷ ali, você mata tudo ali e vai colher o negocio lá como lá? E no terreno fica um bom tempo sem crescer nada! Fica parado, mata muito! Você mata não só os produtos que você vai aproveitar, você mata muitas vidas ali! Muitos ciclos, muita coisa... (Agricultor 5 – Pesquisa de Campo, 2013)

Sobre suas compreensões a respeito da maneira específica de produzir, bem como sua importância, as falas acima evidenciam a consciência social, de responsabilidade com a saúde da população, e ambiental, no sentido de preservar recursos e a continuidade da biodiversidade que esses agricultores depreendem. Cabe mencionar que motivações semelhantes foram encontradas também por Navolar, Rigon e Philippi (2010).

Convém destacar que a trajetória de conhecimentos adquiridos que sustentam essas práticas da produção sustentável demandam, acima de tudo, o compartilhamento de saberes construídos entre os atores envolvidos, e a fala da sequência ilustra bem esta afirmação:

Eu não tinha tanto conhecimento quando comecei como é hoje que a gente tem um certo conhecimento. Fui aprendendo também com os amigos. Eu sempre falo que o Agricultor L. é o meu mestre! Tudo que é coisa eu pergunto pra ele, faço, e se não dá certo torno a perguntar pra ele, e assim estamos indo. (Agricultor 6 – Pesquisa de Campo, 2013)

O discurso acima se relaciona com o que preconizam Gonçalves e colaboradores (2005). No enfoque agroecológico, a produção de conhecimento

⁶⁷ Roundup® (Monsanto Company) é um herbicida à base de glifosato, comumente utilizado em produções convencionais para o controle biológico das plantas. Existem diversos estudos que comprovam os efeitos toxicológicos negativos, entre eles o câncer, para a saúde humana.

demanda que não seja uma atividade de domínio exclusivo dos profissionais da ciência. Mas que, consideravelmente, envolva a participação ativa de agricultores, desde a definição dos problemas até a efetivação de seus resultados. E, principalmente, segundo os autores, essa dinâmica significa romper com a concepção da pesquisa científica clássica, na qual agricultores são considerados meros receptores dos conhecimentos e de tecnologias geradas academicamente. E que por sua vez, entrelaça saberes populares e científicos, nos quais se encerra um grande desafio de natureza metodológica: o compartilhamento dos aprendizados.

Nesse sentido, a sequência argumentativa encerra as análises ressaltando especialmente a particularidade do PNAE no que se refere respaldar estes processos de assimilação e aprendizados de saberes compartilhados. Especialmente no que tange os pontos mais evidentes da dinâmica organizativa da associação em questão.

É possível assumir que as dificuldades mais alarmantes foram constatadas no balanço entre quantidade, variedade e sazonalidade, demonstrando ser necessária transformações ainda mais profundas para a consolidação e gerenciamento de um sistema agroalimentar baseado em relações em consonância com os ritmos naturais dos ecossistemas, mas também com o aprendizado coletivo das sociedades que deles se beneficiam. Assim, pode-se inferir que PNAE conferiu uma significativa importância, como política pública, na reconfiguração social que então se desmembrou para atendê-lo, sinalizando a capacidade social dos agricultores de rearranjarem-se e lutar por autonomia, mas também de estimular novos hábitos alimentares (ainda em curso).

Além disso, ainda que o PNAE tenha como objetivo central a aquisição de produtos da agricultura familiar e não necessariamente de produtos orgânicos/agroecológicos, pelo estudo proposto é possível dizer que o formato adotado por este programa, tem estimulado positivamente iniciativas locais de produção baseadas nestes princípios. Não pelo asseguramento do acréscimo de até 30% sobre os preços de referência no processo de compra, mas principalmente pela relativa eficácia em combinar outros elementos igualmente importantes para que processos locais de transição agroecológica fossem estimulados. A exemplo da aqui citada divisão de alimentos convencionais e orgânicos/agroecológicos em lotes no momento da chamada pública. Já que sua possibilidade de execução favoreceu os acordos vitais que se despenderam para a exequibilidade do programa. Assim, a

viabilidade da efetuação do programa nesse formato como ocorrido na Lapa demonstrou-se ser um exemplo possível notável para a adaptabilidade do PNAE em especificidades locais, que poderia servir de modelo na estruturação de demais redes de abastecimento alimentar local.

Com relação aos acordos fundantes entre entidade e instituições Triches, Froelich e Schneider (2011) salientam análise semelhante quando expõe o seguinte:

(...) espaços propícios para o diálogo são os que providenciam o encontro entre os diversos atores, e que permitem avançar em relação à superação das barreiras e em direção à governança do processo. A aproximação entre o setor privado e o setor público criam relações de confiança e de mútuo respeito e proporcionam conhecimentos, concertamentos e benefícios para ambas as partes. (TRICHES; FROELICH; SCHNEIDER, 2011, p. 253).

É possível afirmar, dessa forma, que da mescla dos vários elementos destacados que viabilizam a comercialização de produtos, bem como a estruturação de circuitos locais e regionais de distribuição de alimentos para abastecimento escolar, o elemento mais preponderante foi a conciliação que os próprios agricultores construíram por eles mesmos com os demais órgãos de interesse. Nesse sentido, destaca-se, portanto, o significativo papel pedagógico assumido pela política no orquestramento desses arranjos.

Como salienta Radomsky (2011), adiciona-se a isso também que o próprio sistema de certificação por si só, e o qual também é, de certa maneira, também estimulado pelo PNAE, considera e leva em conta os conhecimentos produzidos, administrados localmente e as habilidades dos agricultores. Estes, por sua vez, passam então a ser considerados coprodutores tanto dos sistemas ecológicos como dos formatos de certificação. É dessa forma, que o processo de pedagogia é alimentado pelo sentimento que sua efetivação ocorre num diálogo, nem sempre isento de conflitos e disputas, entre saberes articulados ou traduzidos. Nesse ambiente, as inovações desenvolvidas são edificadoras e detêm papel crucial. O autor complementa ainda que no âmago das transformações em curso, a finalidade crucial é entender de que maneira inovações podem entrar em jogo quando práticas de certificação são conduzidas por distintos atores sociais, colocando em movimento inovações conjuntas. Já que se entende que são os esquemas de ações articuladas e seguramente ancoradas nas relações estabelecidas que as pessoas mobilizam-se para o reconhecimento de sua produção e seus saberes.

Entre as requisições legais do PNAE, defende-se ser o estímulo ao associativismo e a formação de grupos formais, a mais vantajosa. Principalmente pelo estímulo e fomento as inovações socialmente produzidas. Isto é, por seu fundamento “educativo” que acaba por facilitar os valores (sociais, ambientais e culturais) anteriormente descritos.

Como ressaltado por Triches (2011), no caso particular do PNAE, o termo inovação não é sinônimo apenas de novos produtos e serviços, mas também de uma forma de diversificação da economia e de novas redes e relações sociais que facilita a junção de identidades locais em uma determinada área rural, principalmente no que diz respeito a disseminação de conhecimentos e da soma de esforços entre atores e instituições.

Assim, Schmitt e Guimarães (2008) ao fazerem considerações pontuais a respeito do balanço das iniciativas do Estado para esta agricultura familiar, através não só do PNAE, mas também do PAA, concluem:

As iniciativas em andamento indicam que é possível mobilizar o poder regulador e de compra do Estado na construção de novos circuitos de comercialização, com base em princípios de justiça social e sustentabilidade ambiental. A experiência acumulada pelas diferentes redes, hoje engajadas em iniciativas concretas de acesso ao mercado institucional, bem como seu amadurecimento, traduzido na elaboração de propostas tanto de organização como de políticas públicas, são ingredientes fundamentais para que as compras governamentais possam se consolidar, de fato, como uma ferramenta capaz de potencializar formas alternativas de produção e consumo de alimentos. Entretanto, devemos ter em mente que a capacidade de o mercado institucional incorporar princípios éticos, ecológicos e de valorização cultural às suas dinâmicas de funcionamento dependerá, em grande medida, da ação organizada tanto dos produtores familiares como das entidades com atuação junto aos consumidores desses produtos. (SCHMITT; GUIMARÃES, 2008, p. 13).

Corroborando com estas análises e finalizando a sequência argumentativa, Triches (2011) reforça que a necessidade de organização da produção dentro da propriedade, da cooperação entre os agricultores, deles com suas entidades representativas, e, finalmente, deles com o poder público para acessarem os mercados, de fato os beneficia, lhes empoderando na medida em que obtém mais condições de sobrevivência e reprodução.

Dessa forma, conclui-se então haver no Programa Nacional de Alimentação Escolar significativo potencial de reunir debates até aqui feitos entre os problemas associados à produção e ao desenvolvimento rural e àqueles associados ao

consumo e saúde pública, concorrendo, portanto, para a consolidação da Segurança Alimentar e Nutricional que alia a sustentabilidade e a Soberania Alimentar promovida pela agroecologia no acesso e asseguramento do Direito Humano à Alimentação Adequada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como resgate à hipótese de partida, é possível dizer que esta se confirma na medida em que foi possível identificar uma rede inicial preexistente ao PNAE. Se confirma também pelo fato de ter sido a partir de processos mediados pela inserção do Programa no município que se pôde ampliar a estrutura dessa rede a ponto de modificá-la e estendê-la até a Rede Ecovida de Agroecologia. Foi possível compreender, portanto, que o funcionamento da rede de atores que se formou para o atendimento dos projetos de abastecimento escolar extrapolou os próprios projetos, favorecendo a construção de um panorama agroecológico na Lapa e em seu entorno que fortaleceu, sobremaneira, a manutenção de mecanismos de resistências (via mercados alternativos) desses agricultores em meio às forças de mercados tradicionais excludentes.

Neste cenário, o principal achado foi identificar um ambiente no qual as relações de cooperação e solidariedade culminaram em acordos entre agricultores, tanto da associação em estudo quanto da associação com demais grupos e entidades envolvidas, mas também com a instituição gestora do PNAE. Essas relações foram a base para a preservação e aperfeiçoamento de uma rede que resultou na expansão dela própria, e na qual, certamente o PNAE foi um importante catalisador para toda a região ao redor da Lapa-PR.

Para além das sínteses das análises já mencionadas, é possível dizer que foi através da mescla entre a organização coletiva e individual que a formação da rede possibilita dar sustentabilidade para a continuidade dos Programas acessados já em curso.

É evidente que as diversas fragilidades na organização coletiva ressaltaram os olhos ao longo da pesquisa. Sobretudo no que se refere às mediações do interesse privado defronte aos interesses do coletivo. Fato reconhecido pelos próprios agricultores, ao mencionarem a necessidade de maior diálogo entre os interessados. Entretanto, cabe destacar que o ainda incipiente processo organizativo está também sendo precisamente construído, e os resultados mais estruturais tiveram pouco tempo para fundamentar e selecionar o aprendizado dos participantes. Cabe destacar que esse caráter pedagógico, que exige constante

manutenção dos vínculos e a assimilação de acordos, bem como o reconhecimento das fragilidades que demandam mais atenção, seja, talvez, justamente a oportunidade mais significativa do PNAE neste processo de “reforma” do sistema agroalimentar local e o modelo de consumo de alimentos. Isso porque, o processo de aprendizado permite fortalecer os atores enquanto o Estado ainda assumir um papel muito restrito em relação às necessidades desta agricultura familiar na ampliação de seus mercados.

Sem descuidar da pluralidade da agricultura familiar, as dificuldades reconhecidas neste campo de pesquisa, assim como nos demais trabalhos que exploram o tema, mostram-se ser não somente um caso isolado e específico da Lapa, mas o resultado de uma conjuntura mais complexa e condicionante que determina que estes agricultores enfrentem um mercado baseado em práticas de produção e consumo homogeneizantes.

Como preconizado pelos autores que se fundamentam no poder de agência dos atores diante de brechas mais estruturais, fica explícita, desta forma, a necessidade de se explorar as potencialidades específicas de cada caso. Já que esta se faz vital para avançar nas proposições de desenvolvimento rural local. Isso significaria integrar as inclinações aos diversos mercados de cada agricultor pessoalmente, bem como compreender suas relações de apoio para desenvolvê-las. E nesse sentido, compreender as redes sociais e sociotécnicas de instrumentalização se revelou ser uma ferramenta importante. Uma vez que esta evidenciou o exemplo lapeano de adaptação das Chamadas Públicas, clareando, por sua vez, a viabilidade e coesão de diversas relações sociais funcionais que dela se depreenderam.

Pelas relações e vínculos sociais aqui então mapeados, ainda que em estágio inicial, é possível dizer que o PNAE pode ser compreendido como um dispositivo de aproximação entre a agricultura familiar e uma política pública para o desenvolvimento de atores do meio rural. Já que se expressa como um mecanismo intersetorial com possibilidades de alavancar transformações significativas no âmbito do fortalecimento da agricultura familiar, concorrendo para uma nova configuração do sistema agroalimentar em uma perspectiva de construção da sua sustentabilidade e de realização da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional.

Em complementaridade, e também como sinalização para pesquisas futuras,

cabe destacar a necessidade de investigações mais minuciosas de outros atores e artefatos que poderiam contribuir para que se tecesse uma rede mais sólida e completa.

A exemplo do CAE, sinaliza-se este como um possível artefato instrumentalizador muitas vezes negligenciado. Para além de sua função fiscalizadora, já que sua atuação prevê a integração entre instituições, agentes das comunidades e órgãos públicos, ao auxiliar a equipe gestora responsável pela execução do PNAE. Este pode vir a agregar novos atores como os próprios agricultores das associações e cooperativas partícipe. Certamente, essa incorporação promoveria suas reivindicações. Principalmente no que diz respeito a inclusão e exclusão de determinados produtos no cardápio, o que influenciaria diretamente na organização interna e coletiva destes agricultores, modificando diretamente o cenário do desenvolvimento rural local. Os agricultores então ativos no processo poderiam vir a compor este conselho de forma a legitimar e avançar na continuidade de suas ações, o que tornaria a rede ainda mais coesa no que diz respeito ao estabelecimento de vínculos sociais.

Mesmo que tenha sido uma opção analítica não abordar a influência da secretaria de agricultura e seus atores na composição da referida rede, é prudente destacar que uma investigação mais minuciosa e estendida poderia evidenciar estes papéis. Isto é, explicitar como os atores responsáveis por essa secretaria agenciam e influenciam todo o processo de desenvolvimento do PNAE (e possivelmente também o PAA) na Lapa. Seria interessante entender qual a dimensão das ações desempenhadas por esse segmento na constituição da rede de abastecimento da alimentação escolar, mas também de todas as ações no desenvolvimento do sistema agroalimentar local, seu abastecimento e sua distribuição. Esses dados poderiam revelar uma rede ainda mais costurada, que muito provavelmente encontra-se ainda mais tensionada pelas forças hegemônicas dos Impérios Alimentares, à exemplo da redes de supermercados detectado (MIG) mas também outros segmentos que abrangem o agronegócio local.

Ainda como agenda de pesquisa, poderia se fazer um estudo mais aprofundando do campo empírico no qual as políticas públicas de SAN dialogam com o rural. Nesse contexto, quais os artefatos que o fortalecem e fragilizam? Cabe dimensionar que este estudo esboçou como uma política pública como PNAE pode fomentar redes que formam arranjos agroecológicos mais amplos, ressignificando o

modelo de produção de alimentos local. Mas para além do próprio PNAE, seria importante entender ações de SAN ademais às previstas pelo PLANSAN. Por exemplo, como iniciativas de agricultura urbana/periurbana, e outros equipamentos descentralizados de SAN, (restaurantes populares, cozinhas e padarias comunitárias e etc.) poderiam gerar artefatos favoráveis ao fortalecimento dessas ações? Já que é fundamental destacar que em um panorama de redes coesas, estes devem se interconectar entre si, e neste caso em especial, sobretudo pela proximidade do município da Lapa da região metropolitana de Curitiba.

REFERÊNCIAS

ABRANDH; CERESAN; CONSEA; FAO-RLC/ ALCSH: Avanços e Desafios da Implementação do Direito Humano à Alimentação Adequada no Brasil. **Relatório Técnico**. Brasília, Rio de Janeiro: Março de 2009.

ABRANDH. **Direito humano à alimentação adequada no contexto da segurança alimentar e nutricional**. Valéria Burity et al (org). - Brasília, DF, 2010.

ANJOS, L. A. dos; BURLANDY, L. Construção do conhecimento e a formulação de políticas públicas no Brasil na área de segurança alimentar. **Ciência & Saúde Coletiva**. Campinas 15(1):19-30, 2010.

BACCARIN, J. G.; BUENO, G.; ALEIXO, S. E.; SILVA, D. B. P. da. Agricultura familiar e alimentação escolar sob vigência da Lei 11.947/2009: adequação das chamadas públicas e disponibilidade de produtos no estado de São Paulo em 2011. In: **Anais 50o Congresso da Sober, Vitória-ES**. 2012.

BADUE, A. F. B.; CHMIELEWSKA, D. **Controle Social na Alimentação Escolar**. Instituto Kairós. São Paulo, 2011.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979.

BEZERRA, I. C. da. **“Nesta terra, em se plantando tudo dá?” Política de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional no meio rural paranaense, o caso do PAA**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Natal, 2010.

_____. A sustentabilidade da Segurança Alimentar e Nutricional a partir da Agroecologia. **Anais 8ª Jornada de Agroecologia**. Terra livre de transgênicos e sem agrotóxicos – construindo o projeto popular e soberano para a agricultura. Francisco Beltrão/PR, 2009.

BEZERRA, I. C. da; ISAGUIRRE, K. Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e Agroecologia: desafios e perspectivas teórico-prático. **Anais do CBA**. Porto Alegre, novembro de 2013.

BEZERRA, I.; SCHNEIDER, S. Produção e consumo de alimentos: o papel das políticas públicas na relação entre o plantar e o comer. **Revista Faz Ciência**, v. 14, p. 1-20, 2012.

BLOCH, Marc. **A terra e seus homens: Agricultura e vida rural nos séculos XVII e XVIII**. Tradução de Ikla Stern Cohen. Bauru (SP): EDUSC, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução/CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013. Estabelece as normas para a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.** 2013

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Instrução Normativa 07 de 17 de maio de 1999.** Disponível em: <www.planetaorganico.com.br/instnorm.htm>. Acesso em: 25/10/2013.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei 11.947**, de junho de 2009.

BRASIL. **Lei nº 11.346.** Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN. Setembro de 2006.

BRASIL, 2006. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) **Censo Agropecuário**, 2006. Disponível em: <http://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Agropecuario_2006/>. Acesso em: 4/1/ 2014.

BRASIL. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA). **Princípios e Diretrizes de uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional.** Brasília: CONSEA, 2004.

IBGE, 2013. **Contagem Populacional de 2013.** Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, dados referentes ao município da Lapa-PR, fornecidos em meio eletrônico. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/default.php>>. Acesso em: 20/11/2013.

BRANDENBURG, A. A colonização do mundo rural e a emergência de novos atores. **Ruris**, V. 4, n.1, 2010.

_____. Movimento agroecológico: trajetória, contradições e perspectivas. In: **Desenvolvimento e Meio Ambiente: caminhos da agricultura ecológica.** Curitiba: Editora da UFPR, n. 6., 2002.

CALLON, Michael. Por uma nova abordagem da ciência, da inovação e do mercado. IN:PARENTE, A. (Org.) **A trama da rede.** Porto Alegre: Sulina, 2004.

CASTRO, J. **Homens e Caranguejos.** Porto: Ed. Brasília, 1967.

_____. In CASTRO, A. M. de (org). **Fome: um Tema Proibido - últimos escritos de Josué de Castro.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CEPAGRO - Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo. **Informativo 2007.** Disponível em: <<http://www.cepagro.org.br/news/2/54/>>. Acesso em: 25/10/2013.

CHAYANOV, A. V. “Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas”. In: SILVA, J. G.; STOLCKE, V. (Orgs). **A questão agrária.** Weber, Engels, Lênin, Kautsky, Chayanov, Stálin. São Paulo: Ed brasiliense, 1981.

CICOUREL, A. A teoria e método em pesquisa de campo. In: ZALUAR, A. (org.) **Desvendando máscaras sociais**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980.

DAROLT, M. R.; Circuitos curtos de comercialização de alimentos ecológicos: reconectando produtores e consumidores. In: **Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura**. NIEDERLE, P. A. et al (org). Curitiba: Kairós, 2013.

DAROLT, M. R. **Conexão Ecológica: novas relações entre agricultores e consumidores**. 1. ed. Londrina: IAPAR, 2012.

DAROLT, M. R.; CONSTANTY, H. Estratégias de Fortalecimento entre Produtores e Consumidores Orgânicos. In: **ORGÂNICA 2008 – Fórum Internacional do Complexo Agroindustrial Orgânico e Biotecnologias**. **Anais**. Curitiba-PR, 2008.

DEAN, H.; CIMADORE, A.; SIQUEIRA, J. **A pobreza do estado**. São Paulo: Cromosete /CLACSO, 2006.

DEVES, O. D.; RAMBO, A. G. ; FILIPPI, E. E. . A Dinâmica das Políticas Públicas e das Organizações Locais em Processos de Desenvolvimento Rural: o caso do Programa de Aquisição de Alimentos no município de São Pedro do Butiá. In: **48 Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**. Campo Grande, MS: Editora da Universidade, 2010.

DELGADO, M. C. El sistema Agroalimentario Globalizado: Imperios Alimentarios y degradación social y ecológica. **Revista de Economía Crítica**, nº10, segundo semestre 2010.

DESLAUREIS, J. P.; KERISIT, M. O delineamento de pesquisa qualitativa. In: **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008.

ESCODA, M. do S. Q. Para a crítica da transição nutricional. **Ciência & Saúde Coletiva**,v. 7 n.2, 2002.

FRAGA, N. C. Contestado: A Grande Guerra Civil Brasileira. In: REZENDE, C. J.; TRICHES, I. (org) **Paraná, Espaço e Memória – diversos olhares histórico-geográficos**. Curitiba: Ed. Bagozzi, 2005.

FIANI, R. Afinal, a quais interesses serve a regulação? **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 13, n. 2 (23), p. 81-105, jul./dez. 2004.

FIORIN, J. L. **Elementos de análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2000.

FLIGSTEIN, N. Habilidade social e a teoria dos campos. **FÓRUM • HABILIDADE SOCIAL E A TEORIA DOS CAMPOS**. RAE vol. 47 , nº2. Abr/Jun 2007

FRIEDMANN, H. Uma economia mundial de alimentos sustentável. In: BELIK, L; MALUF, R.S. **Abastecimento e segurança alimentar: os limites da liberalização**. Campinas: UNICAMP, 2000.

_____. After Midas's Feast: alternative foodregimes for the future. In: ALLEN, P. Food for the future: conditions and contradictions of sustainability. California: John Wiley e Sons, Inc., 1993.

GIDDENS, A. **Sociologia**. 4 ed. Porto Alegre: editora Artmed, 2005.

_____. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Ed. UNESP, 1991.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia**: processos ecológicos em agricultura sustentável. 3ª Ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.

GOODMAN, D.; SORJ, B.; WILKINSON, J. **Da lavoura às biotecnologias**. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

GRANOVERTER, M. **Getting a Job**. Chicago, 1995

GRISA, C. Projetos estratégicos e ações para o desenvolvimento territorial: uma análise do PRONAT e do Programa Territórios da Cidadania. In: Sergio P. Leite. (Org.). **Políticas de Desenvolvimento Territorial e Enfrentamento da Pobreza Rural no Brasil**. 1ed.Brasília: IICA, v. 19, p. 149-175, 2013

GRISA, C. Segurança alimentar e autonomia na agricultura familiar: a contribuição da produção para autoconsumo. **Revista de Extensão e Estudos Rurais**, v. 1, p. 97-129, 2011.

GRISA, C.; SCHMITT, C. ; MATTEI, L. ; MALUF, Renato ; L., S. . Contribuições do Programa de Aquisição de Alimentos à segurança alimentar e nutricional e a criação de mercados para a agricultura familiar. **Revista Agriculturas**, v. 08, p. 34-41, 2011.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias qualitativas em sociologia**. Petrópolis, Vozes, 1987.

ILBERY, Brian et al. Product, process and place - an examination of food marketing and labelling schemes in europe and North America. **European Urban and Regional Studies**, v. 12, n. 2, 2005.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL (IPARDES). **Perfil dos municípios do Paraná**. Curitiba, 2013. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/perfil_municipal/MontaPerfil.php?Municipio=83750&btOk=ok>. Acesso em: 20/11/2013.

_____. **Identificação de gargalos tecnológicos da agricultura familiar: subsídios e diretrizes para uma política pública : relatório 1: levantamento das demandas tecnológicas e sugestões de diretrizes de políticas públicas** . – Curitiba: IPARDES, 2005.

LEFF, Enrique. **Epistemologia ambiental**. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2002a.

LEFF, Enrique. Agroecologia e saber ambiental. Tradução: Francisco Roberto Caporal. In: **Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**. Porto Alegre. EMATER/RS, vol 3. jan-mar 2002b.

LONG, N.; PLOEG, J. D. van der. Reflections on agency, ordering the future and planning. In: GEORG, E.; FRERKS; JANS, H. B. (orgs) **In search of the middle ground: issues on the sociology of the planned development**. Wageningen; Netherlands, 1995.

LONG, N.; PLOEG, J. D. van der. Heterogeneidade, ator e estrutura: para a reconstituição do conceito de estrutura. In: SCHNEIDER, S.; GAZOLLA, M. (orgs) In: **Os atores do desenvolvimento rural: perspectivas teóricas e práticas sociais**. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2011.

MALUF, R.S.J. **Segurança Alimentar e Nutricional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

MATTEI, L. Programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar (PAA): antecedentes, concepção e composição geral do Programa. In: **Avaliação de políticas de aquisição de alimentos**. n. 27, 2007.

MAZOYER, M.; ROUDART, L. **A história das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea**. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2010.

MCMICHEL, P. Global development and the corporate food regime. **XI World Congress of Rural Sociology**, Trondheim. July 2004.

MENEZES, M.; MALAGODI, D. Os camponeses como atores sociais: a perspectiva da autonomia e da resistência. In: SCHNEIDER, S.; GAZOLLA, M. (orgs). **Os atores do desenvolvimento rural: perspectivas teóricas e práticas sociais**. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2011.

MENEZES, M. A. **Reciprocidade e campesinato: uma leitura de James Scott, Enrique Mayer, Antonio Candido e Emilio Willems**. In: P.H.Martins e R.B.C. Campos (orgs.) **Polifonia do Dom**. Recife, Ed.UFPE, 2006.

MINAYO, M. C. **O desafio do conhecimento - Pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec, 1996

MIOR, C. L. Desenvolvimento rural: a contribuição da abordagem das redes sociais e sociotécnicas. In: . SCHEINDER, S. (org). **A diversidade da Agricultura familiar**. 2ª Ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

MIOR, C. L. **Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural**. Chapecó: Argos, 2005.

MORGAN, K. SONNINO, R. Repensando a Alimentação Escolar: O Poder do Prato Público. **Estado do Mundo**. Editora UMA. Salvador, 2010.

MORGAN, K; SONNINO, R. **The school food revolution: public food and the challenge of sustainable development**. London: Earthscan, 2008.

NAVOLAR, T. S.; RIGON, S. A.; PHILIPPI, J. M. S. Diálogo entre Agroecologia e Promoção da Saúde. **RBPS**, Fortaleza/CE, v. 23, n. 1, p. 69-79, jan./mar. 2010.

NIEDERLE, P.; ALMEIDA de, L. A nova arquitetura dos mercados para produtos orgânicos: o debate da convencionalização. In: **Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura**. NIEDERLE, P. A. et al (org). Curitiba: Kairós, 2013.

NIEDERLE, P. Delimitando as fronteiras entre mercados convencionais e alternativos para a agricultura familiar. **Revista Extensão Rural**, Ano XVI, nº 18, Jul – Dez de 2009 .

ORLANDI, E. P. **Gestos de leitura: da história no discurso**. Campinas, SP: UNICAMP, 1996.

PANZUTTI, N. da P. M. Mercado como construção social da realidade. **Informações Econômicas**, SP, v. 41, n. 7, jul. 2011.

POLLAN, M. **Em defesa da comida, um manifesto**. Rio de Janeiro: Intrínseca; 2009.

PLOEG, J. D. van der. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2009.

_____. Rural Development: From Practices and Policies towards Theory. **Sociologia Ruralis**, V.40, nº4, October 2000.

PEREZ-CASSARINO, J. et al. Manifestações Conjunturais e Dimensões Estruturais da crise Alimentar: perspectivas e alternativas. In: **XXVII Congreso Asociación Latinoamericana de Sociología-ALAS**. Memórias. Buenos Aires: ALAS, 2009.

PEREZ-CASSARINO, J. **A construção social de mecanismos alternativos de mercados no âmbito da Rede Ecovida de Agroecologia**. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Departamento de Agronomia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

PERES, F.; MOREIRA, J. C. Saúde e ambiente em sua relação com o consumo de agrotóxicos em um pólo agrícola do Estado do Rio de Janeiro, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, n. 23, Sup. 4, p. S612-S621, 2007.

PETERSEN, P. Agroecologia e a superação do paradigma da modernização. In: **Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura**. NIEDERLE, P. A. et al (org). Curitiba: Kairós, 2013.

REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA. **Normas de Organização e Funcionamento**. Lages: Rede Ecovida, 2000 (mimeo).

_____. Certificação participativa de produtos ecológicos. **Caderno de Formação**. Florianópolis: Rede Ecovida de Agroecologia, 2004.

RADOMSKY, G. F. W. Certificação Participativa e agricultura ecológica: rede, processos de inovação e conhecimentos locais. In: SCHNEIDER, S.; GAZOLLA, M. (orgs). **Os atores do desenvolvimento rural: perspectivas teóricas e práticas sociais**. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2011.

RADOMSKY, G. F. W. - Práticas de certificação participativa na agricultura ecológica: rede, selos e processos de inovação. **Revista Ideas - interfaces em desenvolvimento, agricultura e sociedade**, v. 3, p. 133-164, 2009.

RIGON, S. A. **A construção de políticas públicas promotoras de saúde: um estudo de caso sobre a Política de Segurança Alimentar e Nutricional do Paraná**. São Paulo. Tese (Doutorado em Saúde Pública). Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, 2012.

ROSSET, P. Food Sovereignty: Global Rallying Cry of Farmer Movements. **Institute for Food and Development Policy Background**, vol. 9, no. 4, 2003.

SABOURIN, E. Agricultura familiar, coletividade territoriais e construção dos territórios no nordeste semi-árido. In: Sabourin Eric, Teixeira Olivio Alberto (org). **Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais: Conceitos, controvérsias e experiências**. Petrolina: EMBRAPA, 2002.

SEVILLA-GUSMAN, E.; SOLER, M. Agroecologia y soberania alimentaria: alternativas a la globalización agroalimentaria. **PH Cuadernos**, v.26, 2010.

_____. Agroecologia y agricultura ecológica: hacia una “re” construcción de la soberania alimentaria. **Revista Agroecología**, v.1, 2006.

SABOURIN E. **Camponeses do Brasil: Entre a troca mercantil e a reciprocidade**. Rio de Janeiro, Garamond, 2009.

SCHNEIDER, S.; SCHER, F. A Contribuição de Karl Polanyi para a sociologia do desenvolvimento rural. **Revista Sociologias**, Porto Alegre, ano 13, no27, mai./ago. 2011.

SCHNEIDER, S. **Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate**. *Rev. Econ. Polit.* 2010, vol.30, n.3, pp. 511-531

SCHMITT, C. J. Redes, atores e desenvolvimento rural: perspectivas na construção de uma abordagem relacional. **Sociologias**. v. 13, p. 82-102, 2011.

SCHMITT, C. J.; GUIMARÃES, L. A. O mercado institucional como instrumento para o fortalecimento da agricultura familiar de base ecológica. **Agriculturas** - v. 5 - no 2 - junho de 2008.

SCHUTTER, O. Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional. Conselho de Direitos Humanos. Décima sexta sessão. Item 3 da agenda Promoção e proteção de todos os direitos humanos, direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais, inclusive o direito ao desenvolvimento. **Relatório apresentado pelo Relator Especial sobre direito à alimentação**. Brasília, DF: MDS, 2012.

SCHWARTZ, M. S.; SCHWARTZ, C. G. **Issues in Participant Observation, a Text and Reader**. Massachusetts, Addison – Wesley Publishing Company, 1969.

SEVILLA-GUSMAN, E.; SOLER, M. Agroecología y soberanía alimentaria: alternativas a la globalización agroalimentaria. **PH Cuadernos**, v.26, 2010.

SHIVA, V. Monoculturas da mente: perspectiva da biodiversidade e da biotecnologia. São Paulo: Gala, 2003.

SHIVA, V. Ecofeminismo. Editora Piaget, Lisboa, 1999.

SOUZA, A. S. “Soberania Alimentar: a agroecologia como instrumento de luta e resistência” 2009. Disponível em: <http://egal2009.easyplanners.info/area06/6415__Souza_Alessandra_Silva_de.pdf>. Acesso em: 4/3/2014.

SPINELLI, M. A. S.; CANESQUI, A. M. O programa de alimentação escolar no estado de Mato Grosso: da centralização à descentralização (1979 -1995). **Revista de Nutrição**, v.15, p.105-117, 2002.

SOLER, M. **El contexto socioeconómico de la agricultura ecológica: la evolución de los sistemas agroalimentarios**. Master en Agroecología: un enfoque sustentable de la agricultura Ecológica. Universidad Internacional de Andalucía/Universidad de Córdoba, 2009.

SOUZA, M. S. A Agroecologia no Brasil e o caso da Rede Ecovida. In: **Seminário modelos de desenvolvimento da agricultura familiar e políticas agrícolas nacionais e internacionais: comparação França/ Europa/ Brasil**. Paris, 10 de novembro de 2003.

STÉDILE, J. P. **A Questão Agrária no Brasil**. São Paulo: Atual, 1997.

TRICHES, R. M.; FROEHLICH, E.,SCHNEIDER, S. Relações de produção e consumo: a aquisição de produtos da agricultura familiar para o Programa de Alimentação Escolar do município de Dois Irmãos (RS). In: SCHNEIDER, S.; GAZOLLA, M. (orgs). **Os atores do desenvolvimento rural: perspectivas teóricas e práticas sociais**. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2011.

TRICHES, R. M.; SCHNEIDER, S. A reconexão entre a produção e o consumo de alimentos. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, 17(1): 1-15, 2010.

TRICHES, R. M. **Reconectando a produção ao consumo : a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para o programa de alimentação escolar**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio

Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós- Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2010.

TURPIN, M. E. A alimentação escolar como fator de desenvolvimento local por meio do apoio aos agricultores familiares. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 16, n. 2, p. 20-42, jul. 2009.

VALENTE, F. L. S. Do combate à fome à segurança alimentar e nutricional: o direito à alimentação adequada. In: **Direito Humano à Alimentação Adequada: desafios e conquistas**. VALENTE, F. L. S. (org). São Paulo. Cortez, 2002.

VASCONCELOS, F.A.G. Combate à fome no Brasil: uma análise histórica de Vargas a Lula. **Revista de Nutrição**. v.18, p. 439-457, 2005

VIA CAMPESINA. **Soberanía Alimentaria**. Disponível em <www.viacampesina.org>, 2009. Acesso em: 10/03/2013.

VIVAS, S. apud RIECHMANN. Qué son los trasgénicos. Bioingeniería y manipulación de los alimentos. **Catalá** - España. Ed. RBA. 2011.

ZUGASTI, C. G.; MIRANDA, C. A. R.; ORTEGA, L. T. Desarrollo rural: Soberania, democracia y migracion. In: **Sistemas Alimentarios Sostenible: democracia y Soberania Alimentar**. MIRANDA, C. A. R. et al (org). Chapingo, México. Editor da Uach, 2009.

WILKINSON, J. **Mercados, redes e valores**. Porto Alegre: UFRS, 2008.

WANDERLEY, M. N. B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 15, 2000.

_____. Em busca da modernidade social: uma homenagem a Alexander V. Chayanov. In: FERREIRA, A. D.; BRANDENBURG, A. (Orgs.). **Para pensar outra agricultura**. Curitiba: Editora da UFPR, 1998.

APÊNDICES

APÊNDICE I - Questionários utilizado no momento das entrevistas

A) COM OS AGRICULTORES

A.1) Organização Individual

- Pedir para que o(a) entrevistado(a) conte um pouco de sua trajetória pessoal como agricultor(a) e se sente satisfeito(a) com a escolha/condição atual.
- O que levou a produzir agroecológico? Passou por transição? Como vê a produção agroecológica? Acredita que haja reconhecimento dos que estão envolvidos na compra do alimento assim produzido?
- Pedir para que conte de sua produção. Quais são os recursos que dispõe para produzi-los?
- Quem são as pessoas que o(a) ajuda na produção?
- Como organiza a produção? (plantio, colheita, venda)
- Onde comercializa estes produtos?
- Acredita que poderia vender em outros lugares? Gostaria?
- Se sim, o que falta para que possa vender em outros lugares?
- Quais os produtos que vende para o PNAE?
- Qual a maior dificuldade que enfrentou para conseguir acessar o PNAE? Essa dificuldade persiste?
- O que o PNAE mudou na produção do(a) Sr(a)?
(Teve que produzir de forma diferente? Teve que produzir em maior quantidade? Teve que fazer alguma adaptação na estrutura da produção? Comprar algum equipamento novo etc?)
- Qual a maior dificuldade para entregar os produtos nas segundas-feiras?
- Acredita que sua vida mudou depois de vender pro PNAE? Pode-me dizer o quê?
- Produzir para o PNAE fez com que o(a) Sr(a) e sua família mudasse o consumo alimentar?

A.2) Organização Coletiva: Formação da Rede do PNAE

- Quais são as pessoas ou grupos envolvidas com o Sr(a) na merenda, desde da produção até a distribuição nas escolas?
- Caso haja falta de produtos a serem entregues na 2ª feira, há alguém ou algum grupo do qual poderia contar com suporte?
- Caso haja excedente de produtos a serem entregues na 2ª feira, há alguma outra forma de escoar estes produtos?
- Como o PNAE modificou a dinâmica da produção dentro do grupo da rede Ecovida? E na associação?
- O que o(a) Sr(a) acha do acordo feito com a Cooperativa Terra Livre? Explicar.
- Existe algum outro tipo de acordo com alguma outra Cooperativa Associação que se relacione com a merenda?
- Por qual motivo o(a) Sr (a) se associou?
- Acredita que as condições particulares facilitaram depois de se associar?
- Com que frequência participa das reuniões?
- Como avalia a organização da Associação e do grupo que está inserido para a entrega da merenda?
- O que o(a) Sr(a) acha que poderia ser feito para se melhorar, tanto no grupo quanto na associação?

B) COM A NUTRICIONISTA

- Como se dá as escolas dos produtos para o cardápio? O que prioriza?
- Quem é o responsável pelas compras?
- Compra produtos orgânicos? Como é a distribuição para as escolas?
- No momento da compra, prioriza grupos, associação ou cooperativa? Ou é possível fazer compras individualmente?
- Acredita que esta medida de compra coletiva estimule a organização dos agricultores? Em que medida?
- Considera que houve alguma mudança depois da Lei 11.947?
- Como avalia a qualidade dos produtos ofertados pelos agricultores?
- Conta com a fiscalização da vigilância sanitária? Em que momento? Tem tudo problemas relacionados a isto?

- Houve alguma dificuldade inicial na implementação da Lei? Qual foi? Ela persiste?
- Em sua avaliação qual a maior motivação destes agricultores para acessar o PNAE?
- Avalia que o PNAE auxilia estes agricultores avançarem em outras formas de comercializarem seus produtos?
- Qual a reclamação mais frequente dos agricultores participantes dos projetos? Como imagina sanar estes problemas? Quais as medida possíveis?

APÊNDICE II - Análise de Conteúdo e Discurso das entrevistas

Análise de Conteúdo das entrevistas

I – Organização Individual

Categorias de Análises	Resultados
	Discurso
Motivação para agricultura familiar	<p>* ofício herdado de família: Sempre fui (agricultor). Comecei a trabalhar na agricultura junto com o meu pai, e depois que eu casei eu assumi a produção sozinho aqui, mas sempre fui.</p> <p>* julga não conseguir sobreviver na cidade: (...) eu te falei que se eu fosse pra cidade grande eu não sobrevivia né? Então nunca tive vontade de ser dependente de um emprego para viver, né. Num... até porque a gente tem aí tipo, terreno, tudo aí. Não justifica também você simplesmente pegar e abandonar tudo como a maioria e vai viver de emprego, né? Muitos de salario mínimo. Aí complica tudo, né</p> <p>* autonomia como promotora de segurança e tranquilidade: A tenho segurança né? Com tranquilidade, sem problemas.</p>
	<p>Agricultor D é um exemplar da juventude camponesa (27 anos) “Sempre, sempre fui agricultor. Desde sempre. Nunca trabalhei fora. Quando era mais pequeno as vezes trabalhava, mas fora, tipo diarista assim, sabe. Mas não... daí a gente estudava também na época do colégio, mas sempre trabalhei aqui.</p> <p>*Pesa as responsabilidades familiares (filhos pequenos) Sinceramente não [tenho vontade de fazer outra coisa fora da agricultura]. Já tive oportunidade e não fui. Eu passei em um concurso público uma vez e recusei a vaga.</p> <p>* Acredita ser a opção mais rentável para sua profissão Agora entrando a leiteria sem sombra de duvidas que aqui é mais rentável do que eu ia ganhar lá. O meu salario lá e aqui eu to cuidando do que é meu, na verdade o terreno é do meu pai, mais vai ser meu. Sei lá, porque pelo menos assim, é nosso aqui, né?!</p>
	<p>Já veio desde berço, pais, avós, bisavós, desde o começo já trabalhavam a lavoura, né.</p>
	<p>* Conveniência Então, na verdade, eu me tornei agricultor porque eu queria estar junto da minha chácara, morar lá e viver lá. Daí o trabalho</p>

	que eu achei uma forma de estar lá presente mais era na agricultura.
<p>Valores relacionados a produção de maneira agroecológica</p>	<p>* Tornar-se autônomo de atravessadores: Não era um venenero como o pessoal chama, mas trabalhava assim, usava adubo químico, daí em 94 que foi que eu iniciei o trabalho com agroecologia daí. E daí de lá pra cá a gente só mexe com produção agroecológica. Uma das questões (motivações para alterar a produção de convencional para agroecológico) foi se tornar livre né? Porque eu era dependente dos atravessadores para poder vender minha produção e comprar insumo e tudo mais e achava que isso ai não vinha dando certo, porque você nunca conseguia vender o produto com um preço que justificasse, né?! Daí essa iniciativa de mudar foi mais pra se tornar livre, né? Você conseguir produzir e você mesmo fazer a venda do produto, direto pro consumidor e tudo mais.</p>
	<p>Compreensão dos benefícios à saúde Eu acho uma boa coisa, uma coisa boa assim, porque, não usa veneno, principalmente, porque o nome já diz, veneno, né. Eu não quero pra mim, não quero pros outros também. Se eu não uso veneno pra mim comer... os caras que plantam batatinha por exemplo, pra eles eles plantam sem veneno, mas pros outros eles debulham, né. Usam o que tem pra usar, e se eu não quero pra mim, não quero pros outros também.</p>
	<p>Sabe. Porque eu toda vida fui um preservador das nascente de água, até dia de hoje sou, tenho o dom de descobrir as fontes de água também, consigo entrar numa mata e definir no caso onde tem a água, onde não tem. Tem muita gente que não consegue definir, comprar uma área de terra e não consegue definir. E eu então que eu acho já comecei desde... não tinha tanto conhecimento como é hoje que a gente tem um certo conhecimento, fui aprendendo também com os amigos, né. Eu sempre falo que o Agricultor D é o meu mestre, tudo que é coisa eu pergunto pra ele, faço, e se não dá certo torno a falar com ele e assim tamo indo daí.</p> <p>Como que eu vou poder te dizer? pensando sabe na saúde tanto da minha como da família e dos arredores que queiram consumir, a gente faz questão que consuma né, produto orgânico. E também pensando pois que a gente também não pensa de produzir só pra alimentação da gente né. Porque tem um custo né, de várias coisas que a gente tem que trabalhar. E pensando que a gente sempre ta vendo não é todos que querem comprar mas a gente, em preços, então a gente tá pensando mais pro futuro no caso de quem sabe consiga fazer valer o produto que nós temos. Então como diz, é nesse sentido que eu penso da produção orgânica sabe?</p>
<p>* Consciência ambiental De você tentar assim, prejudicar o mínimo possível o meio</p>	

	<p>ambiente. Você não vai querer só o bem que você quer pra você, você usa mesmo ele, e tá alimentando mesmo ele com os recursos que você as vezes não vai usar, mas tá deixando na terra e adubando o terreno e tal. tá aproveitando tudo e fazendo um sistema de reaproveitamento em tudo. se você meter um round up ali, você mata tudo ali e vai colher o negocio lá, e no terreno fica um bom tempo sem crescer nada, fica parado, mata muito. você mata não só os produtos que você vai aproveitar, você mata muitas vidas ali. muitos ciclos, muita coisa</p>
<p>Onde comercializa seus produtos</p>	<p>Feiras, PNAE, e pra CONAB, que é a compra direta do PAA</p>
	<p>Idem pai</p> <p>- Na feira, entrego na merenda, e entrego pras outras entidades... me fugiu o nome. mas por enquanto que tá sendo mais forte assim é na feira.</p>
<p>Rede particular de apoio para produção</p>	<p>- Esposa, filho e nora</p>
	<p>- Idem pai</p>
	<p>- Outro companheiro e a esposa</p>
<p>Inclinações para os diversos mercados</p>	<p>* Vendas informais autônomas:</p> <p>- Eu tinha clientela nas casas assim. Eu formei uma clientela na cidade que eu entregava cesta pra eles 2 vezes por semana. Tinha uma turma que eu fazia no inicio da semana e outra turma no final de semana. Cheguei a ter cliente firme assim que até hoje são meus clientes eu tinha 80 famílias que eu vendia produto direto toda semana.</p> <p>(...)</p> <p>- Na feira acho que tem uns 15 anos que nós tamo mexendo com feira.</p> <p>- Agroindústria já tá com 5 anos que nós temos. Que a gente processa mais excedente da produção, né?! Mas é uma segurança que a gente tem que você nunca perde nada. Porque no sistema que nós tamo trabalhando hoje a venda in natura dos produtos dá mais resultado do que processado.</p> <p>* Julga estar trabalhando em sua capacidade máxima, entretanto teria interesse em expandir caso não houve problemas com a escassez de mão de obra</p> <p>- E você gostaria de vender em outros lugares?</p> <p>- No momento a gente não tem perna pra tá fazendo isso. Que nem esse ano que passou agora final do ano, nós vendemo uma quantia mais ou menos pra cooperativa do assentamento. Inclusive nós temos uma proposta deles pra fornecer produto para eles também. Mas como a gente não tem assim muita mão de obra, não tá tendo muita condição de... não tem perna pra atender todo mundo né.</p> <p>- Ah! Se eles precisarem de algum produto que a gente tem, e a</p>

gente estiver em condição de oferecer alguma coisa a gente vai vender pra eles né.

-Se a gente apostasse aí, dava pra aumentar bastante. Agora a gente tá entrando na linha da produção de leite, tá vendo uma luz boa no final do túnel que vai dar pra produzir. Nós temos um espaço bem bom aqui pra... e a produção do leite não vai tomar muito tempo da produção da horta no caso. Porque você só trabalha de manhã e de tarde no leite.

*** Agroindústrias como técnica de aproveitamento de excedentes.**

- Agroindústria já tá com 5 anos que nós temos. Que a gente processa mais excedente da produção, né?! Mas é uma segurança que a gente tem que você nunca perde nada. Porque no sistema que nós tamo trabalhando hoje a venda in natura dos produtos dá mais resultado do que processado.

- Formação de Pequeno Laticínio para mercado do leite. A venda será para uma cooperativa já que é necessária a pasteurização por imposição das leis sanitárias de vigilância (a vantagem proeminente é que leite não necessita de grandes volumes de mão de obra)

Se a gente apostasse aí, dava pra aumentar bastante. Agora a gente tá entrando na linha da produção de leite, tá vendo uma luz boa no final do túnel que vai dar pra produzir. Nós temos um espaço bem bom aqui pra... e a produção do leite não vai tomar muito tempo da produção da horta no caso. Porque você só trabalha de manhã e de tarde no leite.

Eu vendo, a gente vende junto, acho que o pai falou pra você, na merenda, na Conab, nas feiras...Ah, a gente ainda tem de vender sacolas, né. Mas até o pai concorda com essa ideia. Mas por enquanto não tamo tendo perna. Nem sei se vamos ter, vamos começar com a leiteria, e a leiteria também dá um pouco de trabalho.

Se a gente tivesse um mercado fixo, claro (que gostaria de acessar outros mercados)! a tendencia é sempre melhorar... nunca andar pra trás... mostrar lucratividade no negocio que a gente ta apostando.

- E onde você imagina que poderia ser?

- Eu acho, ao meu ver, que os produtos nosso que tem origem e qualidade deveria ser exposto mais em mercados e mercearia...

*** compreensão da necessidade de adaptação ao mercado informatizado, por meio da tecnologia**

- é... de fazer um sistema assim que a gente tenha mais garantia de recurso, fazer um e-mail lá. E aí ó, "Essa semana vamos ter tal produtos", pega 5 ou 6 agricultores aí e avisa que nós vamos ter diversidade de tal produto, e aí entregar sacolas nas casas assim. Cobramos uma taxa de 3 ou 4 reais por

	<p>entrega, que seja, por semana aí e faz uma entrega, e a pessoa acessa lá e diz que quer tal tal tal coisa. Fazem a cesta e uma entrega que chega na casa do consumidor, porque hoje em dia, o pessoal também não tem muita... as vezes ele vão no mercado comprar um negocio, e aí eles compram verdura, não porque eles querem comprar o convencional, mas porque eles já tão lá, é mais fácil. "Eu não vou amanhã na feira". Então se ele tiver uma coisa mais fácil, que é só abrir um e-mail, que geralmente hoje em dia todo mundo abre o e-mail aí, é fácil, eles vão lá, veem o que tem, o que vai ter, encomenda e a gente faz a entrega.</p> <p>* Agroindústria da Terra Livre – relacionada ao fortalecimento da agricultura familiar como um todos.então</p> <p>acho que outra coisa sobre comercialização que tá bem claro pra mim é a respeito a venda da cooperativa terra livre. é uma das fontes mais fortes assim imaginar de produzir de toneladas. Imaginar de produzir de tonelada para comercializar de tonelada. essas coisas assim num volume maior, para poder comercializar, que você pegue e enche a caminhonete e vai ser empacotado, vai ser feito o processamento na cooperativa, e você vai ter... então sendo sócio da cooperativa é um sistema forma de comercialização que seria, só isso poderia manter ele no campo trabalhando, né. só que hoje também, só tentando ajudar nessa pergunta que você fez, eu acho que todo esse processo que ele já falou antes de organizar o própria casa, e ter clareza da produção em si, poder fazer numa escala maior e que consiga cuida da ponta, se organizar pra colher</p>
<p>Motivações para o PNAE</p>	<p>* Acredita ser mais fácil o acesso para os agroecologistas</p> <p>No caso esse pessoal se eles se animasse de pelo menos começar a pensar a agroecologia daí era diferente né? ate porque os projetos nosso a gente tá conseguindo vencer eles com facilidade as licitações por ser agroecológico, que na lei você já deve estar sabendo né, que é bem clara a lei que, ou tem que ser assentado, quilombola, ou agroecológico. Nós somos o último da fila e tamo conseguindo por isso.</p> <p>* Melhora na renda sem grandes modificações produtivas</p> <p>- Ele ajuda bastante na renda sem duvida. Porque é uma quantia de produto que você não precisa investir muito a mais né, além do que você já tava produzindo pra produzir essa quantia pro PNAE, com investimento bem pequeno você já consegue fazer a produção fluir para atender as duas demandas que seria o mercado da feira e o PNAE, né? Não mudou muito e melhorou bem a renda, um aproveitamento bem melhor dos produtos daí.</p> <p>*Canal seguro para escoamento de produção</p> <p>Mudou bastante né. Tem mais assim, um canal meio que</p>

	<p>garantido de venda. Porque também feira você vai num sabe se você vai vender, e lá você vai com seu produto certo assim, você vai numa viagem, com uma caminhonete cheia de produto você vai descarregar tudo, se você vai com uma caminhonete cheia na feira você não vai sabe...</p> <p>* Permanência no campo Ajudou sim [a permanecer]. Hoje se não tivesse o PNAE, fosse só com as feiras certamente eu iria sair fora, eu ia sair e arrumar um emprego mas, mas com o PNAE e mais o PAA né, dá tranquilamente pra viver aqui.</p>
<p>Dificuldades Iniciais e correntes para acessar e manter o PNAE</p>	<p>* Facilidade de acesso x vantagens Para mim não foi difícil porque eu já tava atuando no grupo, já logo dali 1 ano fui certificado, e também não posso ter muita queixa, porque eu não cheguei a perder tanto produto, muita gente perdeu, mas eu não cheguei a perder porque eu sempre consegui entregar. Então no caso nosso da merenda escolar tudo bem até, tamo recebendo, o que tá demorado desde que começamo a entregar é o fugiu o nome... agora não me lembro... (PAA)</p> <p>* Mercado seguro - Ah sim (Produzimos bem mais agora que entrega pro PNAE)!!! Porque agora você sabe o que você consegue vender né? Que tem!</p> <p>Daí como já tava acontecendo isso, os comércios aí de produtos não eram fáceis, feiras é um negocio que é complicado, porque você pode ter o produto e ter venda como pode não ter, e o PNAE já seria um negócio que teria um destino mais certo mais garantido pro final do produto. E, foi assim que eu fui caminhando aos poucos e produzindo e encarando e metendo de frente o negócio, que aí caminha.</p>
	<p>* Sazonalidade como fator de inconstâncias nos produtos O PNAE hoje tá com dificuldade em alguns pontos porque nós temos um grupo, a gente tá em torno de 8 ou 9 pessoas que produzem para entregar pro PNAE e tem alguns que produzem bem pouco né. Não tem uma lógica de produção muito definida, aí tem época que a gente tem que correr muito atrás de cumprir o contrato, né. Falta produto, uma hora de repente todo mundo se impressiona com aquilo e acaba plantando tudo de uma vez só a mesma coisa, e fica sobrando produto e assim vai. Precisaria fazer um planejamento bem feito pra isso tá dando mais certo, né? O que mais prejudica o sistema do PNAE hoje na nossa região é a questão dos cardápios das escolas que isso tá prejudicando bastante, eu vejo que é o maior entrave que tem. Eles, a nutricionista, planeja um cardápio pra 6 meses e na agricultura você não tem uma garantia de produção pra daqui 6 meses, né. Dai chega naquela determinada época ela planejou que queria</p>

colocar xuxu na sopa das crianças em pleno inverno, como é que nós vamos conseguir fazer isso? De jeito nenhum né.

*** Julga ter sido difícil entrar pro PNAE por conta da burocracia, e por algum motivo, os agroecologistas foram os que persistiram:**

Ah foi bem difícil, a gente conseguiu porque nós tinha um grupo assim bem pé no chão que encarou e não arredou. No início da ideia era um outro cara, presidente da associação na época. Foi feito um levantamento e a gente conseguiu reunir 25 produtores interessados. Foi nossa! Pessoal ficou muito interessado e tudo mais, pra entrar pro PNAE. Que eram ligados a Associação, são ligados ainda. Só que quando daí começou a afunilar que foi aparecendo a burocracia todo mundo foi caindo fora. Foram desanimando. Não foram até o fim. Daí quem resistiu mesmo foi o grupo dos ecológicos só. Esse grupinho que nós tamo hoje, a gente não fracassou, conseguimos aprovar o primeiro projeto. Daí dali pra cá a coisa andou, só que não cresceu o grupo.

- Então a maior dificuldade que a associação enfrentou no início foi burocrática?

- É. Que impediu que muita gente se animasse foi a burocracia.

*** Acredita que os órgãos públicos dificultam o processo por conta do volume de trabalho e organização que tais programas demandam.**

- Prefeitura tipo assim no começo desse tipo de projeto, eles fazem tudo pra não dar certo.

- Porque é difícil de administrar ele, né? O projeto não é fácil, é muito mais tranquilo eles comprarem de um cara que trás produto da SEASA, que aí eles não tem problema de tá faltando produto, de eles ter que tá fazendo conversão, troca de produto, né? O trabalho pro pessoal que administra é muito mais tranquilo. E daí eles não fazem assim muito empenho para a coisa acontecer.

- E quem seriam essas pessoas?

- Seria o pessoal que tá ligado às secretarias, tipo da educação, da merenda escolar. O próprio prefeito também não faz interesse as vezes é bem mais fácil ele comprar de uma empresa do que comprar do agricultor, né?

*** Acredita que vontade política poderia sanar problemas burocráticos**

Não é que eles dificultarem, eles não facilitaram com as documentações. Eles deixaram as coisas andar, do jeito que tava andando, mas não moveram nada pra favorecer. E como a gente não desistiu, a gente resistiu, nós conseguimos vencer a burocracia. Por isso q a gente conseguiu.

*** Julga ser entrave a dificuldade de se dialogar e estruturar os projetos como grupo**

Porque tem muitos que não levam a sério, não tem aquela responsabilidade de ter que pensar que tem que produzir. Dentro dos grupos né?

- Mas porque você acha que não tem essa responsabilidade você acha?

- Porque o pessoal não cuida direito da produção né. Que nem na merenda escolar se não fosse eu com o Agricultor A. aqui e o Agricultor B., garantir uma boa parte, nós não tava dando conta de cobrir os projetos. A gente se vira para dar conta de atender.

*** Acredita que nos dias de hoje a concorrência está mais garantida que em tempos passados:**

- É hoje, as coisas tão andando, assim mais tranquila na parte de da concorrência, de tudo, tá mais tranquilo, porque a gente pegou mais experiência. Mas tem bastante dificuldade na questão da produção, que não é fácil.

- Você diz você ter essa regularidade de produtos como eles querem.

Isso.

*** Falta de mão de obra como inviabilidade da expansão da produção**

- Então no caso, você acha que pra mão de obra, o número de pessoas seria o que limita a expansão da sua produção.

- Pra gente é. Se quisesse aumentar teria que contratar alguma pessoa pra ajudar. Porque é difícil é? Você não acha gente com experiência para trabalhar na atividade que a gente trabalha, né? Aqui não tem mão de obra assim disponível.”

(...) - Não porque nós temos excedente bastante de produto, né. Além do PNAE. Daí se precisar aumentar a quantidade a gente vai ter produto. Talvez algumas variedades mas, tirar algumas daí... Algumas variedades que não são muito viáveis, que envolve muita mão de obra que a gente vai tá selecionando e tirando fora.

- Tipo o que?

- Cebola, dá bastante mão de obra, aipim. Essas duas coisas a ideia é tirar totalmente de linha. Inviabiliza, né.

*** Taxas altas não compensam produção**

(...) Mas o problema de estar envolvido em uma organização assim é como eu te falei as despesas, que a maioria das despesas não calcula isso, e se você for ver, uma grande fatia do seu orçamento vai pra encargos, né. Pra você ter uma ideia um saco de feijão pra ficar pronto pra chegar lá na mesa da criança lá na escola ele me custa, esse ano, 35 reais de encargo. Pra processar um saco de feijão, né? Envolve muita coisa, né. Certificado, mão de obra, etiqueta, limpeza, transporte, funrural, taxa da associação, imagine, quanta coisa tem dentro de uma embalagem...

- mas isso não é só PNAE, qualquer outro lugar você seria...
 - Não...! De jeito nenhum. Que nem... eu tive prejuízo nesse feijão. Se eu vendesse pra uma empresa picareta aí que... era só empacotar, daí. Recolha 2,3 de funrural, o resto o cara assume tudo. Então daí chega uma hora que inviabiliza, né?! As vezes a pessoas acha que é maravilha o programa, o projeto aí, mas porque ele não para pra pensar. Ele não se dá com os números, daí ele não começa a fuçar aquilo ali, pra ver o que que tá acontecendo, acha que se vendeu tá beleza, foi, mas ele não viu que por trás tá assim...

*** Imprevisibilidade do pagamento**

(Sendo independente, isto é, venda direta ao consumidor) Eu recebo na hora, a vista, né? Na associação, nesse programa, acontece muito imprevisto. Que nem você fica 5, 6 meses pra receber, né. Além de ter que recolher tudo aquele monte de taxa, ainda tem que ficar todo esse tempo esperando pra receber.

*** Julga não haver dificuldades iniciar para ACESSAR, mas demonstra o coletivo ter influenciadores**

Num foi difícil. Até, num foi porque assim a gente a Associação, a gente, eles deram preferencia para produtor orgânico né. E não foi, eu acho que foi fácil entrar assim.

*** Problemática da demanda para o cardápio**

o pessoal reclama bastante de quantidade de produto. Reclama assim, as vezes até dou razão, porque nós aqui moramos, daqui a dá 25km, ou seja, ir entregar 50 pé de alface à 1 real a cabeça não compensa. sabe? e infelizmente as vezes a nutricionista lá pede isso.

*** Entregas (logística)**

Facilitava se a prefeitura entregasse a merenda né. Porque tem uma burocracia assim que implica na verdade, num é direito tipo, não sei se é bem a palavra mas não é dever do produtor entregar a merenda nas escolas, você tem que... se existe verba que a prefeitura tem como entregar a merenda escolar. isso é certo. E a gente na verdade quem tá entregando é os produtor né.

*** Dinâmica do cardápio**

As vezes atrapalha, sinceramente, ela num sabe, já foi discutido várias vezes, mas ela... tem época que ela faz uns cardápios meio maluco assim. As vezes meio de julho meio do inverno ela pede tomate, vagem, ela quer. Abobrinha... aqui no inverno não produz isso. Sabe? E daí as vez em plena safra de vagem, tomate, abobrinha ela não quer o produto. Daí ela quer produto de inverno, coisa que só dá no inverno. Daí num... as vezes atrapalha, já foi discutido um monte de vez, e ela diz que é

cardápio não sei o que não sei o que não sei o que. Na verdade eles sempre tem razão.

*** Competição com grandes redes desarticula o pequeno produtor**

Por causa de um... você veja... como que a gente pequeno vai competir com um cara que vai lá no Ceasa e traz de tudo. E nós, não tem como a gente prever uma produção, sabe. É geada, quando não é geada é falta de água e assim por diante... Daí como é que você vai competir com o Ceasa que tem lá. Se o cara, dono do comercio, ele não vai largar ali da pessoa que tá trazendo. Ele sabe que vem, e eu chego lá e falo que tem alface e repolho, mas eu consigo entregar hoje, mas quando foi pra outra semana eu já não tenho. Cê entende? Então... deveria ser bem aproveitado nos comercio. No meu ponto de vista.

*** Logística das entregasse**

A entrega! Sim! A entrega tá sendo complicada, porque nós temos que fazer com nosso carro. Então você veja, você tem que contar com a coletividade, com os companheiros. Então você veja, eu tenho um carrinho simples e pequenininho, trago os meus produtos, e o Agricultor C. e o Agricultor D. me salva a pátria, então a dificuldade tá sendo a entrega. se nós tivesse um jeito de nós, deixar esse produto, que nem no caso, a prefeitura tem caminhão pra entregar. E a gente tá pra receber um caminhão. mas você veja, a prefeitura tem um caminhão que conforma muitas coisas que vai pro interior, a prefeitura vem e carrega. Nós apartamo tudo que é pra... você teve acompanhando você viu. Nós apartamo e tudo... Não podia a prefeitura mesmo? A gente ir levar lá o produto onde eles tem o lugar lá, e a prefeitura se virar com isso? Porque você veja, o que que acontece? Se ponha no lugar nosso que somos produtores. Eu moro aqui, dá uns 5, 6 km da cidade. Mas o Agricultor D mora a 30 e poucos km. Você foi lá você viu. Então você veja o Agricultor D tem que pegar a caminhonete dele, vir aqui na associação e ajudar a fazer tudo esse serviço e nós fazer as entrega. Mesma coisa meu caso. Então você veja, nós já perdemos o dia de serviço, embora as vezes você vai até a hora do almoço. Mas já perdemos um dia de serviço. Eu não perco tanto porque eu posso almoçar em casa. Mas o Agricultor D, você veja ali, é combustível, é almoço, e o dia dele. Então, se ele trás lá, 2 caixas de alface, 40 alface que seja, mais um X coisa, se ele for por na contabilidade dele, ele já perdeu. Se fosse no caso de nós só entregar os produtos pra eles se virarem, deixa cedo lá e ia pra sua casa, fazia o que você tinha que fazer.

*** A diversidade do cardápio**

- Acho que tem que ter uns ajustes, entre a associação e o

	<p>poder público nessa questão de avanço aí pra poder organizar esse processo produtivo e de consumo. Eu acho que é uma dificuldade grande que tem. Tá meio naquela lógica do Ceasa que 365 dias por ano você vai lá e compra tomate, batata e tatatata e aí tem esse outro lado do produto de época do agricultor. que naquela época ele quer concentrar a venda...</p> <p>- e daí na época que ele tem o produto pra vender ali, lá no Ceasa tá um preço mínimo possível porque todo mundo têm, daí as vezes o agricultor também tá num preço e ela pega no Ceasa porque tem outro por causa disso. As vezes até é complicado. A falta de planejamento dos agricultores que tão entregando, porque daí é época de plantar tal coisa, aí todos plantam a mesma coisa, daí todos os agricultores tem pra vender aquilo lá, cada um vende um pouquinho só, isso é um sistema que falta organização.</p>
<p>Modificações na produção ou em outros setores por conta do PNAE</p>	<p>Nós estávamos organizado para produzir já, então não precisou investir praticamente nada mais pra conseguir entregar pro PNAE.</p>
	<p>Não houveram modificações. Aumentou a quantidade só. Plantar um pouco mais, mas modificar não modificou nada. A gente continua trabalhando no mesmo sistema que a gente trabalhava.</p>
	<p>* Pequena aquisição de ferramentas complementares</p> <p>- Não mudou nada. Porque equipamento eu teria que comprar se eu fosse processar, um molho, uma compota. Mas isso a gente não faz, né. Que a gente fez de investimento foi em produtos para a horta, comprou, foi comprado caixa de água, que eles não estavam aceitando caixa de eternit, foi substituída as caixas, foi comprado irrigação, esse foi dinheiro de outras coisas que nós tinha, que tinha tirado da produção de sistema nosso. Compramos túnel também. Foi comprado esterco para colocar na horta, você não ia começar sem preparar bem a terra. Começamos a agilizar e preparar um ano antes de começar e ir procurar grupos e esse tipo de coisa né. Já começou preparar a terra já.</p>
<p>Planejamento da produção/o que entrega no PNAE</p>	<p>* Acredita ser inviável por conta da imprevisibilidade do clima , o que acarreta em escassez ou excedente sem que se possa controlar.</p> <p>- Na prática mesmo, planejar, planejar, ultimamente não tem dado pra fazer isso. Porque tem problema de clima, problema de mão de obra. A gente vai levando né. Uma hora acertando, uma hora errando, mas tá dando pra tocar né. Planejar o ano inteiro de tal dia eu vou fazer tal coisa, tal coisa, isso não tá acontecendo, não tá dando pra fazer.</p> <p>- Porque não tem como. Como que você vai fazer isso?</p> <p>- Porque varia muito né?</p> <p>- É. Não tem como não. Teve período que a gente trabalhou com menos quantidade assim que a gente até planejava mais</p>

ou menos assim a produção né. A gente tinha um escalonamento de produção até bem interessante que a gente conseguia prever que tal dia to plantando cenoura, tal dia vou plantar tal coisa, até assim que ia mais ou menos. Mas hoje não tamo conseguindo fazer isso. A gente tá levando assim a produção do jeito que dá. E tá saindo, só que as vezes falta alguns produtos, as vezes sobra outros, não tem muito controle.”

*** Escassez de mão-de-obra é fator limitante para expansão da produção**

Se quisesse aumentar teria que contratar alguma pessoa pra ajudar. Porque é difícil é? Você não acha gente com experiencia para trabalhar na atividade que a gente trabalha, né? Aqui não tem mão de obra assim disponível.

***Sugestão para melhorar a dinâmica da sazonalidade x cardápio:**

Agora seria, eu acho assim, que pra poder funcionar bem tranquilo tinha que planejar um cardápio pra no máximo 30 dias. sentamos a associação e eles lá e planejar um cardápio assim pra pra poder encaixar tudo produto que tem na época mesmo. daí acho que a coisa andava bem melhor.

*** Plantação de acordo com a demanda. Não há planejamento específico.**

Eu tava planejando com o que eu tinha de comercio na feira e já plantava um pouco a mais pra ter comercio com a merenda, PAA, já tinha um comercio mais efetivo assim, ir plantando na verdade, quando eu tava plantando bastante pra feira eu tinha que estar meio uma vez por mês, estar plantando alface repolho e tá direto... diversificando varias culturas pra vender na feira e como agora é só pro PNAE já tem uma dificuldade que não precisa ter muito planejamento do que vai plantar de diversidade. Você planta mais algumas coisas, mas uma coisa que nem eu ... que nem agora com as entregas lá do PAA, que eu falei que ia entregar brócolis, cheiro verde, esse daí que eu que eu tenho mais que fazer planejando e plantar, porque eu falei que ia ter esse produto pra entregar.

Eu não faço muito um planejamento pra esse tipo de coisa. Porque você veja, você tem que plantar pra feira e pro PNAE, então a gente faz um resumo de tudo e vai plantando. Não exageradamente, porque nós nunca plantamos exageradamente, plantamos sempre faltando do que você plantar e não poder vender, né. Porque como já te falei, eu no meu ponto de vista, se for ver, a compra tá devagar, sabe? Então, isso era uma coisa que teria que sentar, e os entendidos chegar num acordo, eu sempre falo, no papel é fácil você realizar qualquer coisa. Veja, você preparar a terra, preparar as mudas, aí você tem que ter um cuidado ali que você tem que tá

	<p>molhando, tem que tá limpando, é complicado até você conseguir. Então você fazer um planejamento de planta no caso não é muito fácil. Isso é coisa, como diz, que leva anos e anos até você conseguir fazer um planejamento. Você veja no nosso caso, a gente não tem estufa, já é uma coisa difícil nessa época de inverno... então é complicado.</p>
<p>Outras informações relevantes</p>	<p>* Descrição do processo de absorção camponesa pelo agronegócio Era um convencional assim meio que não usava muito veneno, mas tava na mão das empresas se precisasse comprar insumos de fora e tinha que vender a produção para atravessador também que explorava a gente, né? Na época, naquele período ali se fosse pra continuar ia morrer né? Não tinha outra alternativa. Como muita gente aqui da reunião foram pra cidade, procurar emprego porque não resistiram, e aí a gente resolveu mudar de ritmo para sobreviver.”</p> <p>* Julga ter sido a transição efetiva e hoje ser livre de atravessadores e outros tipos de dependências externas - É, o sítio aqui hoje já gira tranquilo, num temos dependência nenhuma assim de insumos de fora. Alguma coisinha que a gente precisa tipo mudas as vezes que pega, algum produto para tratar os animais, isso a gente consegue porque daí é em pequena quantidade.</p> <p>* Limitações do PNAE: Quanto a diversificação de produtos para o PNAE julga haver certo tipo de monotonia, principalmente com relação aos processados. - E você tem vontade de colocar esses processados que quer expandir no PNAE também? - Não tem assim uma demanda assim muito grande dentro do PNAE, né? Porque eles alegam que o preço é alterado. Que eles precisam trabalhar melhor a verba para comprar mais produto. Os mais básico mesmo. Tipo os processados eles não pegam em volume muito grande.</p> <p>* Para Racionalização dos Recursos, acha que vender in natura ainda é mais vantajoso do que processado. O processamento é uma ESTRATÉGIA para produtos que estão em condições ruins para comercialização. - Agroindústria já tá com 5 anos que nós temos. Que a gente processa mais excedente da produção, né?! Mas é uma segurança que a gente tem que você nunca perde nada. Porque no sistema que nós estamos trabalhando hoje a venda in natura dos produtos dá mais resultado do que processado.</p> <p>* Considera ser a escassez de mão de obra o limitador para expansão da produção</p>

Não consegue produzir pra todos. Falta produção. A gente mal dá conta de produzir pra Lapa toda, a gente não consegue. Os produtos que tem Lapa do nosso grupo pelo menos na Associação. Até o pessoal do MST lá do Terra Livre eles entregam em Curitiba, né. Eles conseguiram. Mas daí ele é por lá. Mas ninguém tem perna para... produção para entregar. não consegue, sabe? (Porque) não tem pessoas, falta mão de obra. muita mão de obra. e você contratar mão de obra acaba meio que ficando inviável, você ter um empregado regular aí. fica caro e irregular nem se fala. se o cara trabalha uns dias pra você e consegue provar, te processa e já viu né.

*** Avalia que a entrega é algo desestimulador**

Por causa agora da leiteria, na verdade a leiteria dá trabalho, vaca tem que comer 365 dias por ano, 2 vezes por dia, tem que ordenhar ela também 2 vezes por dia. Dá trabalho. Eu penso assim que um pouquinho, tudo dá trabalho pra gente que mora no interior no sítio, mas eu vejo um pouquinho pelo lado que ele a empresa vem buscar na minha casa, na minha propriedade, e o PNAE não que eu não dê, dá, dá tranquilo, mas você tem que levar seu produto né. Eu prefiro investir na leiteria (mercado local) do que entregar em Contenda, você ter que andar em estrada.

*** Avaliação das reuniões da AOPA (futilidade das reuniões)**

Teve uma época que eu participava de tudo, mas daí já não tinha mais tempo para mim, então decidi... parei um tempo né.

*** Trajetória para produção orgânico perpassou pela confiança do grupo/associação**

Daí a gente começou a a vender, fazer sacola nas casas, vendendo, e o povo sempre perguntava... os bem conhecido sabiam onde que a propriedade e tudo, não tinha esse preconceito, mas muita gente você ia dizendo, contando que c ia produzindo, um alimento ali saudável e orgânico, eles sempre diziam... mas e você é certificado ou não é? não eu não tenho certificado. se vocês quiserem acreditar na minha palavra tudo bem. até que eu procurei aí o Agricultor D e sábado aqui na feira e daquele dia nós fomos... sempre eu vinha aqui, começava a conversar com ele, até que nós conseguimos marcar uma reunião do grupo lá na minha casa. Daquele dia ficou já pelo grupo, eles viram a propriedade e tudo, foi examinar tudo como que era pra ser e eles me deram um voto de confiança para mim começar pelo grupo a entregar alguma coisinha na merenda escolar e fomos pensando mais pra frente, futuramente em fazer feira no caso assim sabe, daí, participei da segunda reunião do grupo, terceira... acho que na, se não me engano, na sétima ou oitava reunião do grupo sabe que daí eu resolvi de no próximo sábado fazer a feira e tamo aí já faz um tempo.

*** Compreensão que a escassez de tempo hábil para uma interação ativa com a natureza pode aumentar o rendimento da produção**

Tipo você ver porque que aquela produção não deu boa, qual foi o erro que eu fiz nessa produção preu poder arrumar e produzir, e parar de ter perda nessa produção. você concentrar seja em 10 produtos o ano inteiro, tal mês aquele produto dá bem, vou plantar esse produto. Tempo e se dedicar nisso, não ficar pensando em outras coisas. Meu objetivo agora é mexer com as minhas construção.

*** Compreensão da inversão da lógica do sistema de certificação orgânica**

- É mais ou menos assim, se o agricultor for querer virar orgânico só porque ganha 30% a mais no final das contas ele vai ver que vai sair perdendo, porque ele já perde terreno pra fazer uma barreira de proteção, já tem que vê de fazer análise de água, tem que comprar muda orgânica, que já nem existe, muitas verduras que nem uma alface americana ali, é bem procurada, e é um negocio que dá lucro, poque não é tanto custo pra plantar e cuidar e retorna rápido numa feira, e orgânica nunca vai existir, porque a semente já é feita em laboratório. então esse daí é um negócio que... que na verdade se você for ver bem, se o cara for pensando só no lucro que vai ganhar, 30% a mais, na verdade ele não ganha nada, porque o gasto que ele tem pra se manter certificado de orgânico, esse 30% vai pra fita facinho. Ele tem que ter uma produção muito alta, pra esse 30% cobrir os gastos que ele tem. Tem que ter uma produção muito grande que só o PNAE e o PAA não cobraria isso. O custo é alto só de transporte para ter certificação do olhar externo, daí tem que ter todo mês já tem que pagar taxa pra AOPA, tem o olhar externo, tem mais as reunião que você vai, até você chegar na reunião, o próprio manejo, mão de obra, o terreno que você tem que deixar descansar pra poder plantar outra coisa, uma barreria que você faz que você perde o terreno, alguma analise de água que tem que fazer pra ter certeza que o vizinho não tá poluindo sua água. é complicado... agora se você for pegar isso por produto, pela qualidade do produto que você sabe que você tá se alimentando...

- Agora se você for pegar isso por produto orgânico e convencional, tem algumas situações que você tem uma renda bem melhor no orgânico , mesmo que não tivesse o 30%, mas tudo isso que o Agricultor G. falou é valido, o custo social que você tem pra provar que é orgânico , sendo que quem planta convencional, que teria que provar que não é envenenado, não é contaminado, é que quem usa veneno, que teria que ter uma análise do produto tudo certinho, pra dizer que se você comer

aquilo lá, você não vai estar contaminado, não vai ter veneno no seu sangue porque você comeu alface hidropônico por exemplo, né. Não vai ter excesso de extrato e produto que vai te dar intoxicação, no meu entendimento teria que funcionar dessa forma. Agora acontece o contrario você que é agroecológico, você tem que provar mil e uma coisas pra dizer que você não contamina o meio ambiente, que você não faz nada de mal pro meio ambiente.

- o pessoal que polui, que contamina, pode fazer o que eles quiserem.

- e isso é uma coisa que afasta as pessoas até de produzir dessa forma, porque veja se eu passar um round up na mandioca eu deixo limpinho uma coisa que eu levaria uma semana pra eu limpar de inchada.

- é, de certa forma desestimula, eu acho assim que você tinha que pensar numa certificação no sentido do ISO assim, na lógica não de provar, mas no sentido de marketing mesmo. Uma forma de agregar valor porque é uma forma de prova, mas eu vejo que tá errado ser uma exigência, uma norma, ter que fazer tudo isso e daí que não faz nada disso e pelo contrário, usa veneno indiscriminadamente, usa muito mais do que precisa usar, não precisa provar nada pra ninguém. não tem análise... então essas coisas tá tudo errada. tinha que ter multa pra quem prejudicasse, não custos para quem não o faz.

II – Organização Coletiva

Categorias de Análises	Resultados
	Discurso
<p>Rede de apoio (para continuidade tanto do PNAE para outras ações)</p>	<p>* Estabelecimento de vínculos comerciais com a Cooperativa Terra Livre - Ah! Se eles precisarem de algum produto que a gente tem, e a gente estiver em condição de oferecer alguma coisa a gente vai vender pra eles né.</p> <p>* Reconhecimento da necessidade de grupo de apoio para expansão dos negócio e produção como um todo - Mas você imaginaria ter como processar ele [o leite da leitaria] aqui? - Só se fizesse em grupo né. Porque pra fazer que nem a gente fazia uma família só, inviabiliza né. É um investimento muito grande.</p> <p>- Reconhecimento da necessidade do grupo para poder obter avanços políticos, principalmente relacionadas as questões burocráticas - E como vocês se organizaram para conseguir? - Esse grupo que a gente tinha que tá até hoje, a gente se</p>

	<p>juntou firmou o pé e falou "não vamos desistir, vamos vencer eles pelo cansaço". Até que conseguimos aprovar o primeiro projeto.</p>
<p>Motivações para associar-se</p>	<p>Idem próximo item</p>
	<p>Eu me associei pra vender na merenda porque você tem uma regra da merenda que você tem que tá associado à alguma associação e cooperativa, individual não consegue. E aí a gente tinha essa associação e a gente resolveu ativar ela e na verdade ela era tipo sempre teve aberta, ela é bem antiga já, nem recordo dela assim a idade, mas daí ela tava meio parada assim, e daí a gente resolveu reativar pra merenda mesmo e tá funcionando.</p> <p>* Facilidade de lidar em conjunto com as burocracias documentais Em conjunto sim. porque dai eh uma burocracia só para todo mundo. Se bem que hoje nós estamos complicado, não temo gente pra administrar tudo. acaba ficando na mão de 1 ou 2 fazer tudo e aí trava muito, né,</p> <p>* Estratégias sociais são mais recorrentes (Acessando o programa de forma) Individual você não pode pegar produto de outra pessoa. Porque dai o contrato tá no seu nome, né? - Então é uma vantagem estar associado assim?</p>
	<p>- Já com essa intenção né. Que eu ia entrar no grupo, já tinha tido uma conversa, e daí pra gente começar a poder entregar no caso, né.(olha só!). Antes a gente ficar conhecendo bem como funcionava a associação, a gente achava, e acha ainda hoje, importante a gente se associar na associação, né. Porque eu não tinha um conhecimento que o próprio produtor pudesse negociar seu produto, com PNAE como for. E foi aí que levou no caso a se associar.</p> <p>“Pra eu poder fazer entrega no PNAE.”</p>
<p>Pontos Positivos da organização da associação</p>	<p>A associação é importante, através da associação que a gente consegue muita coisas, que nem vender, agora que a agente tá conseguindo esse projeto do caminhão que vai ajudar bem a organização da associação né. por isso que a gente quis manter ela viva.</p>
	<p>PNAE: Mudou... ah! Ajudou o pessoal tipo a associação em si, né. Todo mundo deu uma organizada assim. Antes era um por si e Deus por todos. Agora o pessoal dá uma certa cuidada ai.</p> <p>* Avaliação de que não tem muito o que ser mudado (questionável) A associação não tem muito o que mudar. Na verdade que nem</p>

	<p>eu te falei, se mudasse a entrega dos produtos, se a prefeitura entregasse, na associação não tem o que mudar.</p>
	<p>Resgatar as relações de confiança que tinham nele no inicio do processo</p>
<p>Pontos Negativos da organização da associação</p>	<p>* Dificuldades com o diálogo no grupo:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Isso. porque tem muitos que não levam a serio, não tem aquela responsabilidade de ter que pensar que tem que produção. Dentro dos grupos né? - Mas porque você acha que não tem essa responsabilidade você acha? - Porque o pessoal não cuida direito da produção né. <p>*Pequeno número de agricultores gera dificuldade na constância e quantidade da produção</p> <p>O PNAE hoje tá com dificuldade em alguns pontos porque nós temos um grupo, a gente tá em torno de 8 ou 9 pessoas que produzem para entregar pro PNAE e tem alguns que produzem bem pouco né. Não tem uma lógica de produção muito definida, aí tem época que a gente tem que correr muito atrás de cumprir o contrato, né. Falta produto, uma hora de repente todo mundo se impressiona com aquilo e acaba plantando tudo de uma vez só a mesma coisa, e fica sobrando produto e assim vai. Precisaria fazer um planejamento bem feito pra isso tá dando mais certo, né?</p> <p>(...) No caso esse pessoal se eles se animasse de pelo menos começar a pensar a agroecologia daí era diferente né? ate porque os projetos nosso a gente tá conseguindo eles vencer eles com facilidade as licitações por ser agroecológico, que na lei você já deve estar sabendo né, que é bem clara a lei que, ou tem que ser assentado, quilombola, ou agroecológico.</p>
	<p>* Problemas na compreensão que DAPS distintas tem direito a acessar fatias distintas da entrega, mesmo que estejam na mesma propriedade</p> <p>Mas o pessoal quanto a isso não reclama. partes iguais o pessoal não tem reclamação, sabe? Só reclama mais se dividir... até reclamaram uma época assim que nós pegamos duas parte. Por exemplo todo mundo vai entregar 50 pé de alface nós chegamos com 100. Porque 100? Mas é que nós era 2. Daí pessoal demorou um pouco pra entender isso, os outros produtores. Mas daí, tranquilo.</p>
	<p>* Falta de diálogo (relacionado à insatisfação da divisão dos produtos)</p> <p>-No caso das entrega das merenda, acho eu que tá faltando um pouco de diálogo na nossa associação, entre nosso grupo, que é bom a gente colocar, porque eu sou uma pessoa que, como diz, não sou tão alfabetizado, mas eu aprecio muito as coisas e</p>

	<p>faço conclusões certas, e tenho visto no caso que tá faltando um pouco de diálogo entre todos nós sabe?</p> <ul style="list-style-type: none"> - Em que sentido? - Em tudo que sentido. No nosso caso aqui, eu não imagina que eu ia presenciar discussões assim graúda, até no público, com pessoas do nosso grupo mesmo, sabe? Eu não imagina isso. Então no sentido no caso de... <p>* Preferiria não acessar o PNAE pela associação</p> <ul style="list-style-type: none"> - Pois aí que tá a questão, porque eu não sabia que tinha individual, porque se a gente soubesse que tinha individual é muito mais fácil. - Você preferiria? - Preferiria fazer sozinho! - Porque? - Porque é o seguinte... daí eu não tinha de quem cobrar. Ou era da minha própria pessoa e negociar, seja com quem for. Eu acho no meu entender que seria muito melhor. Porque você sabe que você trabalhar com o povo não é fácil. Tá tendo reclamações da própria associação de presidente de não sei o quê, porque um não tá fazendo, o outro não faz, o outro não sei o quê. Eu acho seria melhor, eu mesmo negociar o meu produto lá com prefeitura. Eu, dessa parte não sou conhecedor, mas o que eu tenho visto em outras regiões é que o próprio produtor pega seu produto e negocia lá com seja com prefeitura, ou com Estado, ou com que for, né. E tá funcionando, tá indo bem.
<p>Avaliação da relação associação/PNAE</p>	<p>* Falta de consciência coletiva</p> <ul style="list-style-type: none"> - Problema que as vezes a maioria dos sócios não vê o bem dos outros, eles não vê o bem coletivo, eles vê qual que vai ser o bem pra ele, o recurso bom pra ele, que que ele vai lucrar naquilo, não vê o que que nós vamos lucrar naquilo. Porque isso aí as vezes pra mim não vai dar nada, mas pra ele vai, então vamos investir nisso. E a maioria é por causa disso. Na verdade não vê o lucro do outro, e só quer ver o dele - e o que que você acha que poderia ser feito pra melhorar? - aí isso eu já não sei. isso tem que pensar bem pra ver. não sei bem, não posso te falar agora. mas olha, tem que mudar muitas coisas assim até, as pessoas que tão nelas assim, precisam ter uma consciência melhor, que só elas ficando ricas que elas vão ficar feliz, elas tem que tomar consciência que todo mundo tem que crescer junto. só eu vô ficar rico e o resto que se foda. <ul style="list-style-type: none"> - A nossa associação, pra melhorar, tem que ter um dialogo sabe bem planejado, bem conversado, e como diz... se você tá errado, você aprender a escutar, o que você falou e como se diz não... eu acho que se houver uma boa conversa, tem superação boa. Ela tá indo bem, mas a única coisa que eu to batendo é isso, tem que haver diálogo. Porque isso daí, a associação, é a mesma coisa que uma família, sabe. Se você não tiver diálogo com a sua esposa e com o seu filho, você não sai daí de volta.

É sempre aquele vuco-vuco ali e não tem o que consiga... sabe agilizar sabe... Então... acho eu que se tiver um diálogo em nossa associação, vai de vento em polpa. Vai vir caminhão... e tal... mas tudo num acordo né. Tudo que tem um acordo vai funcionar.

- Mas o dialogo você acha que poderia melhorar em que? A entrega...? Ao que?

- Em tudo. A entrega a gente já tem uma boa convivência. Mas precisa melhorar mais ainda... tá havendo muita cobrança sabe? Se você for ver assim, um cobrando do outro, e outro cobra do outro, e vai e vai e vai, e vira bola de neve e aí complica. Mas eu sempre to debatendo, vamos sentar todo mundo e ver o que tem que fazer, o que não tem que fazer, porque uma associação é a partir da conversa de tudo que vai funcionar, só o presidente dizer "eu vou fazer" não existe isso. Pra isso tem conselho, tem tudo né. tem que ser tudo em comum acordo.

Eu achava importante ver isso aí e fazer uma reunião se for o caso e reunir esse assunto. A gente não pode falar muito porque eu sou a parte debaixo do conselho fiscal. Então não tenho esse poder para resolver, acho eu que deveria o conselho fiscal cobrar deles isso daí e convocar dai uma reunião como já conversamos. O Agricultor G é o tesoureiro, né. E como eu te disse, a minha parte eu já fiz de cobrar, agora cabe a vocês pressionar. Só que como diz, vamos ter que fazer uma conversa lá com eles e ver se ela não vai lá fazer essa parte nós temos que modificar. Porque parado não da pra ficar né. Se ficar parado quem sofre somos nós os associados, que por causa de uma coisa burocrática fica sem receber, sem saber o que tá acontecendo né. É isso aí...

*** Problemas recorrentes à divisão da cota entre os grupos**

No entender teria que ter levado a associação ter feito uma reunião, e não a própria pessoa que no caso nosso, presidente, fazer aqui na feira aqui né. Mas então resumindo, se nós tivéssemos uma conversa boa, conseguisse cobrar da prefeitura de pegarem produto, que tem gente que parece que não entende, nós no nosso caso, temos 300 pé de alface, o Agricultor H. tem 500 pé de repolho, o Agricultor N. tem x brócolis, daí a lá responsável, faz um cardápio, sei lá aí... 50 alface minha, 20 repolho do Cicrano, x de fulano, não tá no caso compensando sabe... então c veja... nós no caso trabalhamos praticamente, tamo terminando o ano pra pegar mil e poucos reais, então nesse sentido não tem como você sobreviver da agricultura, que como diz, nós apostamos, apostando mais de comprar dos produtores, sabendo que as crianças podiam comprar uma coisa saudável. E não tá acontecendo isso. No meu ver, não

**Estratégias
Sociais citadas/
Rede de relações**

*** Relações com MST**

Se eles precisarem de algum produto que a gente tem, e a gente estiver em condição de oferecer alguma coisa a gente vai

vender pra eles né.

Nós somos o último da fila e estamos conseguindo por isso. Porque o assentamento não tem interesse de concorrer porque eles tem outros mercados, e daí eles não querem prejudicar. Não entram pra não prejudicar a associação, porque tem esse grupo que tá vendendo bem lá. Começou desde o início.

*** Formação de mercados pessoais**

Mas foi bem legal assim, nos primeiros dias eu fui nos conhecidos que eu tinha, um ou outro, aí aquele cara foi o que espalhou a notícia, né? Semana seguinte já tinha uns 3 ou 4 esperando para comprar. E assim a coisa andou rapidinho.

*** Relações de reciprocidade/solidariedade para fortalecimento do grupo**

a) da própria associação:

(Agente) Resolveu parar com essa venda (pessoal, cesta de alimentos nas residências) e vender pro PNAE agora pra CONAB para poder fortalecer o grupo e associação? Se não, não ia ter gente pra... porque é bem lenta a participação das pessoas na parte administrativa da coisa, você deve tá vendo isso na sua andança por aí. A maioria das pessoas quer vender, mas não quer ter preocupação de cuidar da burocracia para acontecer as coisas né?

b) da agricultura familiar como um todo

- Que nem com a outra associação, gente tinha o ano passado né. Porque por licitação por ser agroecológico a gente tinha direito, mas daí a gente decidiu fazer um acordo de ceder uma parcela de produtos para eles entregar como convencional só pra fortalecer também porque. Pra associação deles sobreviver, começar a caminhar (...) Porque a gente é amigo dos pessoal lá também. Tem um grupo bom lá, pessoal gente boa lá. E como nós somos tudo conhecido, não quiséssemos bater de frente com eles.

*** Ligar-se à outros grupos da Rede de outros estados para manter PNAE**

Eles seriam uma maneira de atender a demanda que a prefeitura apresentou de pegar fruta orgânica, e fortalecer a associação que daí esse produto que vem de fora, como ele não se envolve e só vende, ele oferece um preço bem mais interessante. (...) Foi uma das maneiras que a gente encontrou de sobrevivência pra ter um recurso para poder manter, porque a associação tem encargo de tudo quanto é tipo pra pagar.

*** Utilização da cota de produtos a serem entregues dos demais:**

- E depois que ele diminui as entregas dele, isso dificultou para

vocês em algum sentido?

- Não na pratica não. Porque tem alguns produtor que tem mais quantidade como agora a cota é valor alto. Dai essas outras pessoas tão entregando. Porque o produtor pode chegar até 20 mil. Dai isso nós temos sobra de cota tranquilo agora, né? Isso não é muito problema. Pode remanejar daí o produto.

*** Aquisição de produtos faltantes**

- Ah sim! Dai a gente faz um... vamos supor aqui, me pediram 100 alfaces e eu vou lá colher e não tenho, ai telefono pro Fulano ou pro Cicrano. Ai telefono pra quem tá responsável por tudo e aviso. É o que a gente faz, mas geralmente a gente já avisa na quarta feira, já passa o pedido pro Agricultor T., já contando o que tem o que não tem e no sábado geralmente passa pra nós.